



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



JILVANA FERREIRA DA SILVA SOUZA

**POR TRÁS DA LONA PRETA:
NECROPOLÍTICA E DESLIZAMENTOS EM SALVADOR, BAHIA**

Salvador
2025

JILVANA FERREIRA DA SILVA SOUZA

**POR TRÁS DA LONA PRETA:
NECROPOLÍTICA E DESLIZAMENTOS EM SALVADOR, BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, pela discente Jilvana Ferreira da Silva Souza, como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Grace Bungenstab Alves

Salvador
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

S729 Souza, Jilvana Ferreira da Silva

Por trás da Iona preta: Necropolítica e deslizamentos em Salvador. / Jilvana Ferreira da Silva Souza. – Salvador, 2025.

220 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Grace Bungenstab Alves

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2025.

1. Mudanças Climáticas. 2. Movimentos de massa. 3. Políticas Estatais. 4. Racismo Ambiental. 5. Estado Neoliberal.
I. Alves, Grace Bunsgenstab. II. Universidade Federal da Bahia.
III. Título.

CDU: 551.583:614.823

JILVANA FERREIRA DA SILVA SOUZA

**Por trás da lona preta: Necropolítica e Deslizamentos em Salvador,
Bahia**

Relatório final, apresentado a
Universidade Federal da Bahia, como
parte das exigências para a obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Salvador, 14 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 GRACE BUNGENSTAB ALVES
Data: 14/02/2025 11:33:00 0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Grace Bungenstab Alves (Orientadora)
POSGEO/UFBA

Documento assinado digitalmente
 NUBIA BERAY ARMOND
Data: 17/02/2025 19:42:10-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profª. Núbia Beray Armond
Indiana University Bloomington

 Documento assinado digitalmente
Lindberg Nascimento Junior
Data: 19/02/2025 00:23:57-0300
CPF: ***,596.139-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Lindberg Nascimento Júnior
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Documento assinado digitalmente
 JOAO SOARES PENA
Data: 19/02/2025 17:20:55-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. João Soares Pena
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

À Maria Julia,
minha sobrinha,
criança negra deste país,
para que seu caminho seja trilhado com respeito, amor, proteção, esperança e possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Às minhas ancestrais, que me ensinaram a ser gente e, com muita coragem e rebeldia, me fizeram chegar até aqui: À Dona Dejanira Cajuí (*in memoriam*), minha bisa materna, de quem herdei os traços físicos. À Dona Lídia Félix (*in memoriam*), minha avó paterna, que escolheu meu nome e me deu muito dengo, além de me proporcionar o acesso à primeira escola. À Dona Nair Dias, minha avó materna, mulher assertiva, cheia de voz e vontades.

À Marijane Ferreira, minha mãe, por tudo que fez para que eu chegasse até aqui, aquela que me encoraja em tudo o que faço. A Gilmar Souza, meu pai, por todo apoio. A Júlio Mendes (*in memoriam*), o homem que me escolheu como filha, obrigada por todo o empenho para que eu continuasse estudando.

A Matheus e Gisele, meus amores, obrigada por compreenderem minhas ausências e dedicação ao trabalho. À Maria Júlia, minha sobrinha, por toda alegria, amor e esperança. Pelo abraço quentinho todas as vezes em que eu não conseguia voltar ao texto.

A Antônio Carlos, meu amigo e ex-companheiro, pelos momentos de fuga, respiro e calma, por todo incentivo, reflexões e discussões ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

A Núbia, João, Nelsi, Tia Leninha, Dona Rosinha e Naique, por estarem ao meu lado, apoiando e torcendo por mim. A Márcia Tavares, Paula Regina e Leandro, obrigada pelas trocas, risadas, palavras de encorajamento.

À professora e orientadora Grace Alves, pela coragem em aceitar este trabalho, por todo apoio, incentivo, cuidado e dedicação. Sou grata pela orientação, convivência, disponibilidade, carinho e confiança ao longo desses anos.

Aos professores Paulo Zangalli e Luís Paulo, por todos os incentivos e sugestões.

Ao Grupo de Pesquisa Colapso, espaço acolhedor onde podemos fazer ciência com amor, respeito e entusiasmo. Agradeço pelas discussões, trocas, contribuições e pela disponibilidade dos colegas. Sou especialmente grata a Rebeca pelo auxílio na elaboração dos mapas durante a fase final do trabalho, em meio às festas de fim de ano e ao encerramento do semestre, em pleno verão de janeiro.

À Fabiana Souza e Aline Nascimento, pela leitura atenciosa da primeira versão do texto.

À Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo de Salvador, pela agilidade e disponibilidade no procedimento administrativo.

Aos professores da banca, Núbia Armond, Lindberg Júnior e João Pena, pela disponibilidade, leitura minuciosa, excelentes contribuições e por todo o cuidado com o trabalho. Vocês foram fundamentais.

À Coordenação e à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, por assegurarem o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para este trabalho. Aos colegas que se interessaram pela pesquisa, trazendo questionamentos, sugestões de leitura e alternativas para levantamento de dados. Aos que ofereceram abraços, cafés e palavras amigas.

Por trás da lona preta: Necropolítica e Deslizamentos em Salvador

RESUMO

Movimentos de massa são processos naturais que ocorrem nas vertentes e se tornam riscos quando afetam populações humanas. O município de Salvador apresenta a maior incidência desses eventos entre as cidades brasileiras, com concentração predominante em áreas habitadas por população pobre, negra e com famílias chefiadas por mulheres, cuja renda provém, em sua maioria, de atividades informais. No entanto, historicamente, as principais medidas adotadas pelos órgãos públicos se limitaram à instalação de lonas nas encostas. Nossa objetivo foi analisar o papel do Estado em relação aos recorrentes deslizamentos em Salvador. Para tanto, investigamos a forma como o Estado concebe a dimensão do risco por meio de seus documentos oficiais, além da relação entre racismo, o processo de vulnerabilização da população e os eventos de deslizamentos ocorridos ao longo do tempo na cidade. Além disso, analisamos as causas dos deslizamentos e desabamentos em Salvador no período de 2000 a 2015, correlacionando-os à precipitação pluviométrica, bem como as ações e omissões do poder público (Legislativo, Executivo e Judiciário) documentadas em relação à temática. Adotamos a perspectiva da Geografia Física Crítica e focamos na análise de documentos institucionais, como o Plano Diretor de Encostas, propostas e ações do Legislativo municipal entre os anos de 2011 e 2021 (a partir do Diário Oficial), além das recomendações da Promotoria Estadual de Justiça no processo nº 003.9.23974/2021. Como resultado, verificamos que as principais causas dos deslizamentos e desabamentos no município estão relacionadas a problemas de infraestrutura, como a precariedade dos imóveis, o sistema de drenagem pluvial, a falta de saneamento básico e a contenção de encostas. Essas questões demandam estratégias e planejamentos mais amplos, como um Plano Diretor de Encostas atualizado, planos de drenagem e programas de acesso à moradia. Identificamos que as ações adotadas pelos órgãos públicos são predominantemente emergenciais e frequentemente atravessadas por interesses políticos que desrespeitam o Plano Diretor de Encostas, as recomendações de especialistas e as determinações da Justiça. Constatamos, ainda, que as mudanças ocorridas nos últimos anos decorrem da mobilização da população, dos avanços nas políticas nacionais e da atuação da Promotoria de Justiça. Concluímos que os deslizamentos em Salvador não são eventos “naturais” nem politicamente neutros, mas sim a expressões de uma Necropolítica que mantém a população em situação de vulnerabilidade e reforça processos de exclusão socioespacial. Essa política reflete um Estado neoliberal colonial, que prioriza interesses mercadológicos em detrimento das demandas da população, sobretudo da fração negra e pobre, perpetuando riscos, traumas, perdas materiais e humanas.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas, Movimentos de massa, Políticas Estatais, Racismo Ambiental, Estado Neoliberal.

From Natural Processes to Political Actions: landslides, vulnerability, and Necropolitics in Salvador, Bahia (Brazil)

ABSTRACT

Mass movements are natural processes that occur on slopes but become hazardous when they affect human populations. Salvador has the highest incidence of these events among Brazilian cities, predominantly concentrated in areas inhabited by low-income, Black communities, and households headed by women, whose income largely derives from informal labor. However, historically, government responses have been largely limited to the installation of plastic sheeting on slopes, rather than the implementation of structural policies. This study examines the role of the State in addressing recurring landslides in Salvador. Specifically, we analyze how the government conceptualizes risk through its official documents and investigate the relationship between racism, the process of population vulnerability, and the occurrence of landslides over time. Additionally, we assess the causes of landslides and structural collapses in Salvador between 2000 and 2015, correlating them with rainfall patterns while also scrutinizing the actions and omissions of the public authorities (Legislative, Executive, and Judiciary) documented on this issue. Grounded in the Critical Physical Geography framework, our research is based on the analysis of institutional documents, including the Plano Diretor de Encostas (Slope Master Plan), municipal legislative proposals and actions from 2011 to 2021 (as recorded in the Diário Oficial), and recommendations from the State Prosecutor's Office, particularly those documented in case No. 003.9.23974/2021. Our findings indicate that the primary causes of landslides and collapses in Salvador are linked to infrastructure deficiencies, including precarious housing conditions, inadequate stormwater drainage systems, lack of basic sanitation, and insufficient slope containment measures. Addressing these issues requires comprehensive strategies and long-term planning, such as an updated Plano Diretor de Encostas, improved drainage systems, and housing access programs. Furthermore, we observe that government responses are predominantly reactive and short-term, often shaped by political interests that disregard the Plano Diretor de Encostas, expert recommendations, and judicial rulings. However, recent improvements stem from grassroots mobilization, advancements in national policies, and the active role of the State Prosecutor's Office. Ultimately, our study concludes that landslides in Salvador are neither "natural" events nor politically neutral phenomena. Rather, they represent manifestations of necropolitics, which sustain population vulnerability and reinforce socio-spatial exclusion. This scenario reflects the persistence of a colonial neoliberal state, where market-driven interests are prioritized over the needs of the population – particularly low-income and Black communities – perpetuating risks, trauma, material losses, and human casualties.

Keywords: Climate Change, Landslides, State Policies, Environmental Racism, Neoliberal State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Análise documental por entidades	14
Figura 2 - Exemplo de busca por “encosta” no Diário Oficial da Câmara Municipal	14
Figura 3 - Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas	15
Figura 4 - Principais conceitos	43
Figura 5 - Localização do município de Salvador, Bahia, Brasil	44
Figura 6 - População negra de Salvador e ocorrências de deslizamentos (2014 a 2019).....	46
Figura 7 - Índice de Vulnerabilidade Social	47
Figura 8 - População Preta com renda média e alta em Salvador	49
Figura 9 - População Branca com renda média e alta	50
Figura 10 - Geologia de Salvador	52
Figura 11 - Hipsometria de Salvador.....	53
Figura 12 - Bloco diagrama mostrando a zona da escarpa da Falha de Salvador e sedimentos da Bacia do Recôncavo	54
Figura 13 - Evolução do acumulado de chuvas por ano em Salvador, Bahia	56
Figura 14 - Precipitação acumulada mensal para Salvador, Bahia	56
Figura 15 - Distribuição de causas de Desabamentos com Óbitos (2000 a 2015).....	58
Figura 16 - Distribuição de causas de Desabamentos com feridos (2000 a 2015).....	62
Figura 17 - Feridos em Desabamentos por problemas em edificações por Prefeituras-Bairro	63
Figura 18 - Desabamentos com feridos por problemas em encosta por Prefeituras-Bairro	64
Figura 19 - Distribuição de causas de Deslizamentos - Histórico de acidentes da CODESAL	65
Figura 20 - Deslizamento no Alto do Peru/Barro Branco (27/04/2015).....	67
Figura 21 - Deslizamento no Bom Juá (27/04/2015).....	67
Figura 22 - Distribuição de causas de Deslizamentos com Óbitos (2000 a 2015).....	68
Figura 23 - Distribuição de causas de Deslizamentos com Feridos (2000 a 2015).....	70
Figura 24 - Falha de Salvador vista por baixo	75
Figura 25 - Pedreiras Abandonadas no município de Salvador	86
Figura 26 - Rompimento do talude de solo da Pedreira São Gonçalo do Retiro (1995).....	92
Figura 27 - Histórico de ocorrências em Salvador, Bahia (entre 1631 e 2015).....	96
Figura 28 - Expansão urbana de Salvador e ocorrências de deslizamentos e desabamentos	97
Figura 29 - Desenho de Jorge	100
Figura 30 - Desenho de Ana sobre seu bairro em dias chuvosos	103
Figura 31 - Partidos políticos na Câmara de vereadores de Salvador (2009 a 2020)....	110
Figura 32 - Organização do Plano Diretor de Encostas	112
Figura 33 - Deslizamento em Barro Branco, Alto do Peru, Salvador (2015).....	131
Figura 34 - Deslizamento em Marotinho, Bom Juá, Salvador (2015) Error! Indicador Não Definido .	
Figura 35 - Deslizamento em Baixa do Fiscal, Salvador (2015).....	133
Figura 36 -Vista dos Arcos da Ladeira da Conceição	138
Figura 37 - Artesão Zé Diabo	139
Figura 38 - Desabamento na Ladeira da Conceição da Praia, Comércio, Salvador.....	141
Figura 39 - Simone de Oliveira, única artesã da Ladeira da Conceição	141
Figura 40 - Obra de intervenção na Avenida Gal Costa	145
Figura 41 - Obras de intervenção em encostas no município	147

Figura 42 - Intervenções em encostas por raça/cor da população	148
Figura 43 - Localização da Praça Luiz Sande, Ondina, Salvador	149
Figura 44 - Índices pluviométricos de 2015 a 2021	153
Figura 45 - Folder explicativo da Defesa Civil sobre aplicação de lona nas encostas ..	154
Figura 46 - Relação entre Precipitação x Ocorrências registradas por Prefeituras-Bairro no ano de 2019	158
Figura 47 - Avenida do Contorno e abaixo, a Gamboa de Baixo	160
Figura 48 -Exemplo de placa de sinalização área com risco de alagamento	161
Figura 49 - Custos discriminados da Operação Chuva em percentual	163
Figura 50 - Encontro da Ouvidoria com moradores do bairro do Engenho Velho da Federação, 2011	165
Figura 51 - Entrega de lona em encosta do bairro Lobato	171
Figura 52 - Vereador questiona destinação de verbas públicas	172
Figura 53 - Vereadora questiona obra realizada em encosta	173
Figura 54 - Placa de inauguração da requalificação do Rio Vermelho	175
Figura 55 - Projeto de Revitalização do Rio Vermelho	176
Figura 56 - Trecho do BRT antes e após a derrubada de árvores	177
Figura 57 - Obras iniciadas para tamponamento do Rio Camarajipe	177
Figura 58 - À esquerda, largura da ciclovia unidirecional de 0,70 m na Avenida Afrânio Peixoto. À direita, Iluminação para pedestres e ciclistas na ciclovia da Orla entre Amaralina e Itapuã	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos extremos (1991 a 2019) em Salvador, Bahia	57
Quadro 2 - Desabamentos com óbitos causados por problemas em edificações com totais de chuvas de até 20,1mm em Salvador, Bahia (2000 a 2015).....	59
Quadro 3 - Desabamentos com óbitos causados por problemas em edificações em Salvador, Bahia (2000 a 2015)	60
Quadro 4 - Desabamentos com óbitos por problemas de contenção em Salvador, Bahia (2000 a 2015)	61
Quadro 5 - Desabamentos com óbitos causados pelas chuvas (2000 a 2015).....	61
Quadro 6 - Desabamentos com feridos causados pelas chuvas	64
Quadro 7 - Deslizamentos com vítimas fatais cuja causa foram as chuvas (2000 - 2015)	66
Quadro 8 - Deslizamentos com vítimas fatais causados por problemas de contenção (2000- 2015).....	68
Quadro 9 - Deslizamentos com vítimas fatais devido a um conjunto de fatores (2000 - 2015).....	69
Quadro 10 - Deslizamentos com feridos por problemas de contenção (2000 -2015)	71
Quadro 11 - Deslizamentos com feridos causados pelas chuvas (2000 - 2015).....	72
Quadro 12 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1551 a 1880)	76
Quadro 13 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1926 a 1935).....	77
Quadro 14 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1964 a 1971).....	82
Quadro 15 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1975 a 1989).....	83
Quadro 16 - Prefeitos de Salvador (1986 a 2004)	88
Quadro 17 - Governadores da Bahia (1987 a 2002)	88
Quadro 18 - Histórico de ocorrências em Salvador (1990 a 1995)	89
Quadro 19 - Causas prováveis dos eventos (1990 a 1999).....	91
Quadro 20 - Histórico de ocorrências em Salvador (1996 a 1999)	92
Quadro 21 - Mandato de prefeitos em Salvador, Bahia (2001 - 2024).....	109
Quadro 22 - Mandato de governadores do estado da Bahia (2002-2026).....	110
Quadro 23 - Fatores Condicionantes para identificação de risco de movimentos de massa	113
Quadro 24 - Classificação do grau de risco - Aspecto local	114
Quadro 25 - Níveis do PPDC, critérios de entrada nos níveis e ações correspondentes	Error! Indicador Não Definido .
Quadro 26 - Classificação dos graus de risco	Error! Indicador Não Definido .
Quadro 27 - Recomendações da Promotoria	142
Quadro 28 - Registros da Operação Chuva em 2015	155
Quadro 29 - Custos discriminados da Operação Chuva Salvador, Bahia (2015 a 2019)	162
Quadro 30 - Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função Orçamento Fiscal e da Seguridade Exercício de 2019	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo e frequência de coleta de RSD sólidos 101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CARG	Coordenadoria de Áreas de Riscos Geológicos
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento de Alerta a Desastres Naturais
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CEPED	Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil
CODESAL	Defesa Civil de Salvador
COHAB	Companhia Municipal da Habitação
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPTEC/INPE	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
DECEA	Rede de Meteorologia sob o Comando da Aeronáutica
DEM	Democratas
Embasa	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
GAMBA	Grupo Ambientalistas da Bahia
GFC	Geografia Física Crítica
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
MDMT	Movimento Pelo Direito à Moradia
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PDE	Plano Diretor de Encostas
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PFL	Partido da Frente Liberal
PJ MAHU	Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo de Salvador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPDC	Plano Preventivo de Defesa Civil
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SEMIN	Secretaria Municipal do Saneamento, Habitação e Infraestrutura Urbana
SETIN	Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura
Setre-Bahia	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SIGPDE	Sistema de Informações Geográficas do Plano Diretor de Encostas
SUCOP	Superintendência de obras públicas
SURCAP	Superintendência de Urbanização da Capital

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODOLOGIA	10
3	CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	17
3.1	Acidentes em áreas de risco	17
3.2	Estado no modo de produção capitalista	22
3.3	Sustentando a ideia de raça	26
3.4	Necropolítica	33
4	SALVADOR, CAPITAL DA ALEGRIA	44
4.1	Chuvas na cidade de papel	44
4.2	O passado no presente	74
4.3	Salvador: onde a pobreza é negra e feminina	98
5	DO CAOS A LONA	106
5.1	Eles traçam e destraçam seu caminho: os eleitos e a Promotoria de Justiça	107
5.1.1	<i>Prefeitura</i>	107
5.1.2	<i>Governo no Estado</i>	109
5.1.3	<i>Câmara Municipal de Vereadores</i>	110
5.1.4	<i>Ministério Público Estadual</i>	111
5.2	O Famoso PDE: Plano Diretor de Encostas	111
5.3	Trabalhamos com emergências: Gerenciamento de riscos no Brasil	122
5.4	Rasgando a Lona: O trabalho da Promotoria de Justiça	129
5.5	Quanto vale ou é por gota? Operação Chuva	150
5.6	A Lona Na Casa Do Povo: Câmara de vereadores	164
6	CONCLUSÃO	182
7	REFERÊNCIAS	187

1 INTRODUÇÃO

Os deslizamentos são processos naturais que ocorrem nas vertentes e fazem parte da evolução da paisagem (Guimarães *et al.*, 2008). Esses eventos são considerados movimentos de massa e passam a representar riscos quando podem ser sentidos e percebidos por uma população humana (Veyret, 2007). Esses fenômenos ocorrem em diversas partes do mundo, sob diferentes condições climáticas, geológicas, geomorfológicas e pedológicas, e geram milhões de perdas humanas e monetárias anualmente (Highland e Bobrowsky, 2008). No Brasil, devido às condições naturais e à intensa intervenção humana nas encostas, a propensão aos deslizamentos é alta (Fernandes e Amaral, 2000), especialmente na porção litorânea leste, onde se concentra a maior densidade populacional do país (IBGE, 2018).

Nesse contexto, o município de Salvador se destaca, com 45,5% de sua população vivendo em áreas de risco para deslizamentos e alagamentos (IBGE, 2018). Apesar da recorrência desses eventos desde o período colonial, há poucos estudos acadêmicos voltados à problemática dos deslizamentos na cidade. Entre 1631 e 2015, foram registrados, pelo menos, mil óbitos, além de centenas de feridos, desabrigados e expressivos danos materiais (Salvador, 2000; Santana, 2004; Jesus, 2008; Cerqueira, 2019; CODESAL, 2023).

Salvador é um município cuja população é composta majoritariamente por pessoas autodeclaradas pretas e pardas (83,1%) (Gomes *et al.*, 2021). Do ponto de vista socioeconômico, há uma expressiva parcela da população vivendo em extrema pobreza, sem estabilidade financeira, atuando na informalidade, e, em grande parte, composta por mulheres responsáveis financeiramente pelas famílias. Dados do QualiSalvador, anteriores à pandemia, apontam que 50,5% dos soteropolitanos vivem com renda média mensal de até dois salários mínimos e que 40,9% dessa população enfrenta situação de fome (Santos *et al.*, 2021). Essa mesma população é a mais exposta aos riscos de deslizamentos, enfrentando não apenas o drama de não ter o que comer, mas também o pânico dos temporais que, anualmente, levam suas casas e pertences (Ferreira *et al.*, 2012).

O clima de Salvador é quente e úmido, com precipitação média anual inferior a 2.000 mm. A geologia da cidade não é complexa: predominam rochas do escudo cristalino nas porções centrais e sudeste, enquanto as regiões noroeste e leste são recobertas por sedimentos que variam do período Cretáceo ao Quaternário (Souza, 2015). As altitudes máximas chegam a 110 metros na cidade e a 350 metros nas ilhas (Souza, Silva e Alves, 2019). Os solos predominantes são Latossolos e Argissolos, mas análises mais detalhadas são necessárias para conclusões mais precisas. Os deslizamentos estão diretamente relacionados às falhas

geológicas, que controlam altitudes, contatos litológicos (rochas do embasamento cristalino, Grupo Barreiras e sedimentos da Bacia do Recôncavo), eixos de drenagem e declividades acentuadas das vertentes (Souza, 2021).

Essas informações foram obtidas por meio de pesquisas desenvolvidas no programa de iniciação científica intitulado “Riscos Socioambientais à Ocorrência de Deslizamentos em Salvador”. O estudo possibilitou a identificação das áreas mais afetadas e dos principais fatores naturais que favorecem os deslizamentos. A pesquisa resultou no Trabalho de Conclusão de Curso “Riscos Socioambientais, Racismo Estrutural e Deslizamentos em Salvador”, no qual se conclui que as condições naturais, isoladamente, não explicam as tragédias recorrentes. A problemática envolve também questões de classe, raça e gênero (Souza, 2021).

Observamos que o racismo estrutural e a manutenção da vulnerabilização social são fatores determinantes. Esse quadro é resultado de um passado colonial escravagista e, na contemporaneidade, de um Estado Neoliberal racista que organiza o espaço urbano de acordo com as lógicas do mercado. Apesar de avanços legislativos, como a Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e do agravamento das mudanças climáticas, Salvador continua a naturalizar os riscos. A cidade apresenta números alarmantes de habitantes em áreas de risco, deslizamentos com vítimas fatais e uma população exposta a situações traumáticas durante o período chuvoso. Exemplo disso é o relato de dona Cremilda: “*Quando cai a primeira gota de chuva, já paro de dormir. Coloco minhas quatro filhas e meu marido no quarto da frente e fico na sala zelando o sono deles. Há oito anos vivo na beira dessa encosta com o coração na mão e pedindo proteção a Deus*” (CORREIO, 2010).

Diante desse cenário, surge a seguinte questão: as ações do Estado em relação aos deslizamentos recorrentes em Salvador podem ser caracterizadas como Necropolítica? O **objetivo** é analisar o papel do Estado diante desses eventos. Para isso, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**: (a) investigar como o Estado comprehende a dimensão do risco em seus documentos oficiais e como a organização do espaço urbano, no modo de produção capitalista, torna determinados grupos mais vulneráveis; (b) verificar as causas dos deslizamentos e desabamentos em Salvador entre 2000 e 2015 e sua relação com a precipitação pluviométrica; (c) compreender a relação entre racismo, vulnerabilização da população e deslizamentos ao longo do tempo; e (d) analisar as ações e omissões do poder público em relação à temática. Nossa **hipótese** é de que o Estado, especialmente o poder executivo, age conforme uma lógica necropolítica, normalizando a distribuição desigual dos impactos, que atingem principalmente a população negra e pobre.

Tem-se uma discussão complexa que envolve múltiplas escalas de análise. No intuito de responder à pergunta da pesquisa, a dissertação foi estruturada em três seções. A **primeira seção** divide-se em cinco capítulos, nos quais são apresentados conceitos fundamentais para a construção da argumentação. Inicialmente, expõe-se a metodologia empregada na pesquisa, com destaque para a análise documental e o tratamento de dados quantitativos. Em seguida, discute-se como o Estado comprehende os conceitos de acidentes e áreas de risco em Salvador, mobilizando os conceitos de movimentos de massa, suscetibilidade, vulnerabilidade e risco. Posteriormente, analisa-se o papel do Estado dentro do modo de produção capitalista e sua função como reproduutor da colonialidade, abordando também a questão racial e o racismo na construção do imaginário social do negro, considerado um dos alicerces do capitalismo. Por fim, destaca-se a Necropolítica como um elemento central dessa dinâmica.

As duas seções seguintes voltam-se para a realidade de Salvador. A **segunda seção**, intitulada "Salvador, capital da alegria", está organizada em três tópicos principais. O primeiro, "Chuvas na cidade de papel", discute as características naturais e sociais da cidade, bem como a relação entre a precipitação e as causas de deslizamentos e desabamentos. O segundo tópico, "O passado no presente", apresenta as condições socio-históricas e um registro dos desastres ao longo dos anos. O terceiro, "Salvador: onde a pobreza é negra e feminina", examina os processos de vulnerabilização social na cidade.

A **terceira seção**, "Do caos à lona", aborda o cenário político das encostas de Salvador, dividindo-se em seis tópicos. "Eles traçam e destraçam seu caminho" analisa a organização político-administrativa sob a perspectiva dos eleitos e da justiça. "O famoso PDE: Plano Diretor de Encosta" trata das diretrizes para a gestão das encostas. "Trabalhamos com emergências: gerenciamento de riscos no Brasil" discute as políticas públicas para redução de desastres. "Por trás da lona: o trabalho da Promotoria de Justiça" investiga o papel da Promotoria na defesa da população em áreas de risco. "Quanto vale ou é por gota? Operação Chuva" analisa as ações emergenciais tomadas pelo poder público. Por fim, "A lona na casa do povo: Câmara de Vereadores" destaca a atuação do legislativo municipal na temática.

Embora haja uma tendência à naturalização dos eventos, destacamos que as principais causas dos deslizamentos e desabamentos com danos humanos, no período analisado, estão relacionadas a problemas infraestruturais, como a precariedade dos imóveis, intervenções irregulares nas vertentes e a falta de saneamento básico. Esses fatores resultaram em vítimas fatais por desabamentos (80,1%) e deslizamentos (71%), assim como em feridos por

desabamentos (89,2%) e deslizamentos (70,2%). Esse cenário reflete um quadro de vulnerabilização social agravado pelo alto nível de exposição e pela precarização das condições de vida, afetando uma parcela significativa da população residente nos bairros mais suscetíveis a esses eventos.

Com a análise dos documentos institucionais, foi possível compreender a orientação dos gestores públicos, os conflitos dentro do Estado e os avanços obtidos no município sobre essa temática. O trabalho da Promotoria de Justiça evidenciou o descaso, o conhecimento dos riscos e a omissão do Estado diante dos recorrentes deslizamentos e desabamentos com vítimas fatais. No âmbito da Câmara Municipal, verificou-se que os vereadores de oposição, especialmente os negros, propõem soluções mais eficazes, como a criação do Plano Municipal de Drenagem, do Plano Diretor de Encostas e o investimento em moradias. Esses parlamentares também acusam a Prefeitura de adotar uma orientação seletiva e mercadológica na gestão do espaço urbano. Por outro lado, os vereadores da base governista justificam as ações da Prefeitura, solicitam a colocação de lonas e intervenções nas encostas e visitam as áreas de risco apenas quando ocorrem tragédias.

Diante desse contexto, comprehende-se que os deslizamentos em Salvador não são eventos "naturais" nem politicamente neutros. A Necropolítica refere-se a essa política de omissão do Estado, cuja consequência é a manutenção da vulnerabilidade e do risco para a população. Como resultado, perpetua-se o trauma, a perda de bens e a produção de vítimas humanas. Esse processo não ocorre apenas por negligência, mas como resposta de um Estado neoliberal colonial que, para atender a seus interesses de mercado, permite a morte de sua população mais vulnerável.

2 METODOLOGIA

A construção deste trabalho fundamenta-se no método dialético, partindo do entendimento de que a realidade é resultado da interação entre contradições e oposições. Nesse sentido, iniciamos nossa pesquisa com a seguinte questão: *O Estado exerce uma Necropolítica na gestão dos riscos de deslizamentos em Salvador?* Buscando, assim, compreender os fatores, contradições e tensões políticas associadas a essa temática.

Para responder a essa questão, a análise foi estruturada a partir da perspectiva da Geografia Física Crítica (GFC), da abordagem Decolonial e das Geografias Negras. Considerando a complexidade do tema, foram adotadas múltiplas escalas de análise, entendendo a escala como uma forma de representação dos diferentes modos de concepção e percepção da realidade. Segundo Castro (2000), a escala é o campo de referência que confere visibilidade a um fenômeno numa perspectiva espacial. Compreendendo que não há escala mais ou menos válida, pois a realidade se manifesta em todas elas. A escala não fragmenta o real, mas possibilita sua apreensão (Castro, 2000).

O primeiro passo da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico de conceitos essenciais para compreender a atuação do Estado na gestão dos riscos de deslizamentos. Investigamos, assim, os conceitos de acidentes e áreas de risco em documentos institucionais, além da relação entre o Estado e o modo de produção capitalista, a produção do espaço, raça e racismo. Também se buscaram referências sobre conceitos-chave que conduz o trabalho, como a Necropolítica, de Achille Mbembe (2014, 2016, 2018), e a Política do Ciclone Intertropical, de Ferdinand (2022).

Outro conceito fundamental para esta pesquisa é o de risco, que decorre das condições de suscetibilidade e vulnerabilidade. A suscetibilidade está relacionada aos fatores ambientais que propiciam os deslizamentos, enquanto a vulnerabilidade refere-se às condições socioeconômicas que tornam determinados grupos mais expostos aos riscos. Para compreender o risco de desastres em Salvador, coletamos dados cartográficos sobre hipsometria e geologia junto à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), informações sobre hidrografia no Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (INEMA) e limites municipais em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também utilizamos referências de trabalhos anteriores, com destaque para a pesquisa de Silva (2005) sobre pedreiras abandonadas em Salvador, que contribuiu significativamente para o entendimento dos riscos de deslizamentos na cidade. A partir desses dados, elaboramos mapas temáticos em ambiente SIG *QuantumGIS*, utilizando arquivos do tipo *shapefile*.

Para a análise das condições socioeconômicas, foi realizado o levantamento de bases cartográficas e de dados demográficos, considerando variáveis como cor, renda e chefia de domicílios em Salvador. Esses dados foram obtidos por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e do projeto QualiSalvador (Santos *et al.*, 2021).

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os eventos de deslizamentos em Salvador, foram analisadas a relação entre a precipitação pluviométrica e as causas desses desastres. Trabalhos anteriores e o procedimento administrativo da Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo de Salvador (PJ MAHU) indicam registros de desastres ocorridos no município entre 1551 e 1989. Buscamos atualizar esse histórico, incorporando dados de períodos posteriores, a fim de mapear a quantidade de desastres registrados, sua distribuição espacial e suas principais causas. Para isso, foram extraídas informações do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres.

Entretanto, enfrentamos dificuldades na obtenção de dados detalhados sobre Salvador, uma vez que esses registros não estavam disponíveis no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Para contornar essa limitação, solicitamos acesso às informações por meio da Lei de Acesso à Informação, utilizando a Plataforma Integrada de Ouvidoria do Governo Federal¹. No entanto, os resultados foram insatisfatórios, com a obtenção de informações apenas sobre um evento, ocorrido em 04/05/2003.

Diante dessa lacuna, buscou-se registros no site da Defesa Civil de Salvador², onde foram encontradas informações sobre desastres ocorridos entre 2000 e 2015, incluindo data, tipo de evento, endereço, causa provável e número de vítimas. Em razão da disponibilidade desses dados, foram registradas na presente análise as causas de deslizamentos até o ano de 2015. Posteriormente, a Defesa Civil disponibilizou eventos ocorridos entre 1971 e 1999, além dos de 2016, mas não incluiu registros a partir de 2017.

Para compreender a relação entre precipitação pluviométrica e os deslizamentos em Salvador, foi levantada a série histórica de precipitação do município a partir do site do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Destacamos que a disponibilização do "histórico de acidentes" no site da Defesa Civil ocorreu em decorrência das recomendações da Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo de Salvador (PJ MAHU, 2021). Os dados pluviométricos utilizados na análise baseiam-se na estação metereológica do INMET instalada no bairro de Ondina, Orla Marítima, a única em funcionamento no período

¹ <<https://falabr.cgu.gov.br/web/manifestacao/detalhar/6076308>>

² <<http://CODESAL.salvador.ba.gov.br/index.php/historico-de-acidentes>>

investigado. A instalação de novas estações no município teve início em 2014, seguindo recomendações da Promotoria (PJ MAHU, 2021).

Uma limitação importante encontrada neste estudo refere-se à forma de registro dos dados pluviométricos. Até 2015, os registros eram feitos por dias, sem detalhamento de horas, o que dificulta a análise da relação entre chuvas intensas e deslizamentos. Apenas a partir de 2016 a Defesa Civil passou a registrar os dados em escala horária, tornando a análise mais precisa.

Com base nessa metodologia, buscou-se compreender a dinâmica dos deslizamentos em Salvador, suas causas estruturais e a relação entre a gestão pública e os impactos desses eventos sobre a população. Para organizar e interpretar os registros dos eventos, as informações foram agrupadas em planilhas, possibilitando a construção de quadros e gráficos que facilitam a análise da situação.

Dessa forma, foram criados dois grupos de informações sistematizadas em planilhas do *Google*. O primeiro grupo reúne registros de pesquisas acadêmicas e da Promotoria Ambiental sobre deslizamentos ocorridos entre 1551 e 1989. No entanto, essas informações são esparsas, e alguns registros não contêm a data exata do desastre, o que dificulta a correlação com dados de precipitação pluviométrica. Já o segundo grupo de planilhas foi estruturado com os dados de eventos disponibilizados pela Defesa Civil e os registros pluviométricos do INMET, organizados em colunas contendo as seguintes informações: data do evento, precipitação acumulada no dia, precipitação acumulada nos três e cinco dias anteriores ao evento, endereço, tipo de ocorrência (deslizamento, desabamento ou ambos), tipo de dano, número de vítimas, causa provável e descrição das causas. Para facilitar a análise das causas dos deslizamentos, as informações foram agrupadas de acordo com as descrições fornecidas pela Defesa Civil, resultando nas seguintes categorias:

- Contenção: Inclui ausência de contenção, obras de contenção feitas por terceiros, instabilidade da encosta, irregularidades no talude, além de cortes e escavações irregulares.
- Edificações: Refere-se à falta de manutenção e ao arruinamento de estruturas, infiltração no imóvel, precariedade estrutural (especialmente em casarões抗igos), obras irregulares sem acompanhamento técnico, construções fora das normas técnicas e estruturas precárias associadas a chuvas intensas, além de vícios construtivos.
- Saneamento Básico: Engloba problemas como acúmulo indevido de entulho e lixo, que levam à saturação do solo, rompimentos da rede da Embasa devido à saturação, entupimento de bocas de lobo, obras inacabadas do programa Bahia Azul, sobrecarga

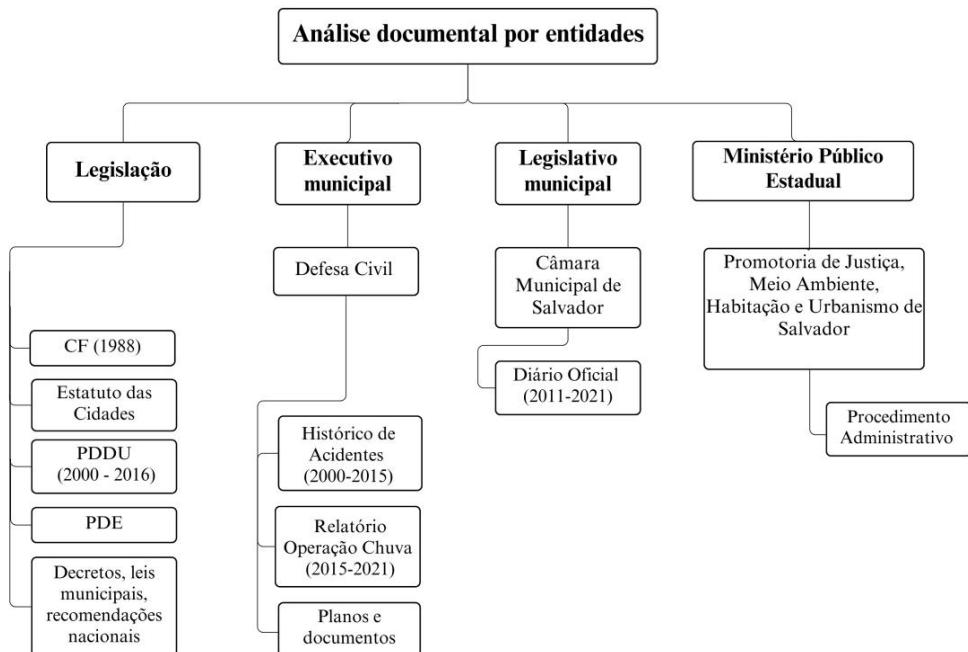
da rede de drenagem, acúmulo de água, rompimentos de redes de abastecimento e tubulações danificadas.

- Conjunto de fatores: Agrupa causas que envolvem múltiplos elementos, como construções fora dos padrões técnicos, infiltrações generalizadas, ausência de manutenção, ocupação irregular, inexistência de sistemas de drenagem, chuvas intensas, saturação do solo, drenagem insuficiente, além de escavações associadas à ocupação irregular.
- Outros: Categoria reservada para casos em que as causas dos eventos são desconhecidas ou não puderam ser classificadas dentro dos demais grupos.

A partir dessa categorização, foi possível estruturar a análise dos eventos e identificar padrões que contribuem para a compreensão dos fatores que influenciam a recorrência dos deslizamentos em Salvador.

Do mesmo modo, considerando a recorrência desses desastres no município e o fato de que a gestão do risco reflete escolhas políticas, buscou-se analisar a relação entre o Estado e o racismo no processo de vulnerabilização da população. Além disso, procurou-se identificar quais políticas públicas têm sido desenvolvidas para enfrentar essa questão (Figura 1). Para isso, foi realizada uma análise documental dos principais programas, planos, ações e documentos institucionais que abordam moradia, áreas de risco e gestão de encostas em Salvador. Iniciou-se com o exame das legislações pertinentes, incluindo a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), abrangendo os períodos de 2001 a 2016, o Plano Diretor de Encostas (PDE) de 2004, além de decretos e leis municipais relacionadas ao tema.

Figura 1 -Análise documental por entidades



Elaboração: Souza (2025).

Dessa forma, objetiva-se investigar a atuação do Poder Legislativo municipal. Para isso, analisamos a atividade dos vereadores em relação à temática por meio da busca pelo termo “encosta” no site³, que disponibiliza as edições do Diário Oficial da Câmara de Vereadores de Salvador, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Exemplo de busca por “encosta” no Diário Oficial da Câmara Municipal



Fonte: CMS (2023).

³ <<https://www.cms.ba.gov.br/diario-oficial>>

A pesquisa resultou em 347 registros entre os anos de 2011 e 2021, disponíveis no site mencionado. Esses registros foram organizados considerando os seguintes dados: ano, data, número do Diário Oficial, tipo de ato, tipo de medida, vereador, partido, local, assunto e descrição do assunto. No campo "assunto", foram classificadas as seguintes categorias: solicitações e cobranças para a realização de obras de intervenção e instalação de lonas; morosidade e precariedade nas obras de intervenção em encostas; destinação de verbas públicas; tragédias com vítimas fatais; visitas e auxílios às áreas de risco; leis e programas de indicação solicitados pelos vereadores; e orçamento municipal.

Posteriormente, analisou-se a atuação dos órgãos autônomos responsáveis pela prestação de serviços essenciais à justiça no contexto da temática abordada. Assim, investigaram-se as ações do Ministério Público, instituição responsável pela defesa dos direitos coletivos, manutenção da ordem jurídica e fiscalização do poder público em diversas esferas. Em conjunto com a Promotoria Estadual, obteve-se, no dia 28 de março de 2023, acesso ao arquivo em formato PDF do Procedimento Administrativo (Figura 3), referente à atuação municipal em relação às áreas de risco de deslizamento em Salvador, elaborado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo de Salvador (PJ MAHU). O documento, composto por 409 páginas, apresenta a tramitação do procedimento administrativo instaurado em 2012, contendo os registros das movimentações processuais até a data de 10 de novembro de 2022.

Figura 3 - Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas



28/03/2023

Nº IDEA: 003.9.23974/2021
Classe: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas (910031)
Assuntos: Posturas Municipais (11839)

Documentos		
Id	Data	Documento
2261391	03/02/2021 17:05	PORTARIA PA ÁREAS DE RISCO NOVO
2733924	20/04/2021 17:42	TERMO DE DISTRIBUIÇÃO
2733494	20/04/2021 17:44	IDEA 003.9.23974.2021 PARTE 1
2733495	20/04/2021 17:44	IDEA 003.9.23974.2021 PARTE 2 FINAL
2733496	20/04/2021 17:44	DESPACHO - REDISTRIBUIÇÃO
2733497	20/04/2021 17:44	E-MAIL PROMOTORIA IDEA 003.9.23974.2021
2738431	20/04/2021 21:31	CERTÍDADO
3118257	07/06/2021 14:21	DESPACHO SANEADOR NEOINVENTARIO PDE
3191873	15/06/2021 13:19	CERTÍDADO
3191874	15/06/2021 13:19	EXTRATO IC 184219 12 ENCASTAS
3191875	15/06/2021 13:19	AÇÕES CIVIS PÚBLICAS - PJURB (ENCOSTAS)
3191876	15/06/2021 13:19	DECISÃO JUDICIAL
3199493	16/06/2021 08:41	DESPACHO COMPLEMENTAR SANEADOR
3216771	16/06/2021 10:59	CERTÍDADO - JUNTADA (23974.21)
3216772	16/06/2021 10:59	AÇÕES CIVIS PÚBLICAS - PJURB (ENCOSTAS)
3379088	07/07/2021 13:44	PA 23974.21 SUSPENSAO CORREGEDORIA
4749809	20/07/2021 18:21	JUNTADA CORRESPONDÊNCIA (23974.21)
4749810	20/07/2021 18:21	E-MAIL - CORREGEDORIA - OUTLOOK
4752514	11/11/2021 08:00	DESPACHO PA 23974.21 REITERA OFÍCIO CORREGEDORIA
4752786	11/11/2021 08:32	OF 424 PROC PJURB
4753023	11/11/2021 08:51	JUNTADA CORRESPONDÊNCIA 23974.21
4753024	11/11/2021 08:51	E-MAIL - CORREGEDORIA - OUTLOOK
5318761	13/01/2022 17:13	DESPACHO RETORNAR TRAMITAÇÃO
5333063	14/01/2022 15:59	CERTÍDADO ICs JUNTADA DOCS EXTRATOS (23974.20)
5333064	14/01/2022 15:59	3780569 - RELATÓRIO CODESAL ENCASTAS
5333065	14/01/2022 15:59	4179246 - OF 265 - SEINFRA
5333066	14/01/2022 15:59	RELEXTRATO DOCUMENTO IC 71121.20
5333067	14/01/2022 15:59	RELEXTRATO DOCUMENTO IC 223580.20
5535923	01/02/2022 12:09	DESPACHO EXPEDIR OFÍCIO SEINFRA
5547892	02/02/2022 09:13	OFÍCIO_36/022 - CODESAL
5547893	02/02/2022 09:13	ANEXOS - OFÍCIO 36.2022 - CODESAL
5547956	02/02/2022 09:16	OFÍCIO_37/022 - SEINFRA
5547957	02/02/2022 09:16	ANEXOS - OFÍCIO 37.2022 - SEINFRA
5552621	02/02/2022 12:13	CERTÍDADO - CUMPRIMENTO
5552622	02/02/2022 12:13	E-MAIL - EXPEDIÇÃO OF 36.2022 - CODESAL

Fonte: PJ MAHU (2023).

Por fim, foram elaborados gráficos e mapas que relacionam as intervenções em encostas propostas pela Câmara de Vereadores (dados extraídos do Diário Oficial), as intervenções executadas pela Prefeitura (PJ MAHU, 2021), as ocorrências de deslizamentos (CODESAL, 2019) e a distribuição da população conforme cor/etnia. As ocorrências de deslizamentos correspondem ao período de 2014 a 2019, enquanto as intervenções propostas pela Câmara de Vereadores abrangem o período de 2011 a 2021 e foram extraídas das edições do Diário Oficial da Câmara. Contudo, essas propostas não especificam o tipo de intervenção, ou seja, se se referem à instalação de lonas ou à realização de obras de contenção. Já as obras de intervenção realizadas pela Prefeitura foram obtidas a partir do procedimento administrativo da Promotoria e correspondem ao período de 2014 a 2022.

Para a elaboração dos mapas, as informações foram organizadas em planilhas, e as coordenadas UTM foram extraídas a partir dos endereços disponíveis. A produção dos mapas foi realizada em ambiente SIG, utilizando o software *Quantum GIS*, por meio do georreferenciamento das informações e da localização dos pontos. A partir desses mapas, foi possível espacializar, descrever e correlacionar as áreas com maior incidência de deslizamentos, os setores onde a Prefeitura tem executado obras de contenção e os locais onde os vereadores têm concentrado suas solicitações.

3 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Este estudo dedica-se à análise da realidade urbana de deslizamentos e desabamentos no município de Salvador, tendo como referência a Geografia Física Crítica (GFC). Essa abordagem busca integrar os estudos da sociedade e da natureza sob um olhar crítico, amplo e multiescalar. A partir dessa perspectiva, as áreas de risco de deslizamentos são compreendidas não apenas como resultado de fatores e processos físicos, mas também como fruto de dinâmicas sociais, incluindo desigualdades raciais, relações de poder e a atuação do Estado Neoliberal Colonial, que perpetua a Necropolítica.

Além da GFC, a perspectiva Decolonial é adotada como ferramenta analítica, possibilitando a discussão sobre o papel do capitalismo, do colonialismo e da colonialidade na produção do espaço urbano. De igual modo, as Geografias Negras são empregadas para evidenciar a centralidade das relações étnico-raciais e de outros sistemas de exploração, como classe, gênero e sexualidade, na conformação do espaço urbano. Essa abordagem também destaca a influência da raça e do racismo nas escolhas do Estado no atendimento aos direitos e demandas da população.

Com base nessas premissas, a maneira como o Estado Neoliberal concebe a noção de risco em seus documentos oficiais é analisada. Para isso, são discutidos os conceitos de Acidentes e Áreas de Risco, mobilizando outros termos, como Movimentos de Massa, Eventos Extremos, Riscos e Vulnerabilidade. Por fim, busca-se evidenciar como a organização do espaço urbano acentua a vulnerabilidade de determinados grupos, compreendendo esse fenômeno à luz dos conceitos de Raça e Racismo, que, em última instância, convergem para a Necropolítica.

3.1 Acidentes em áreas de risco

A produção do espaço urbano segue a lógica do modo de produção capitalista, gerando espaços segregados e fragmentados, cujos impactos são distribuídos de forma desigual entre os diferentes grupos sociais que habitam as cidades (Sant'Anna Neto, 2011). Essas desigualdades espaciais, como as chamadas áreas de risco de deslizamentos, intensificam os efeitos dos eventos climáticos, uma vez que o espaço geográfico é socialmente produzido, não sendo um mero receptáculo inerte e dissociado das dinâmicas do tempo, do clima e de seus impactos (Armond, 2017).

Os deslizamentos materializam-se no espaço e representam fenômenos naturais que ocorrem em vertentes, sendo parte do processo de evolução do relevo (Guimarães *et al.*, 2008).

Esses movimentos de massa, caracterizados pelo transporte de sedimentos, possuem velocidade e intensidade influenciadas pela gravidade (Suguiio, 2003), podendo também ser induzidos pela ação humana. Popularmente conhecidos como deslizamentos de terra ou escorregamentos (Highland e Bobrowsky, 2008), são classificados por alguns autores como um único tipo de movimento de massa (Guerra *et al.*, 2011). No entanto, devido ao uso mais frequente do termo "deslizamentos" pela população, essa nomenclatura será adotada para abranger ambos os conceitos. Esses eventos ocorrem em diferentes condições climáticas e pedológicas, resultando em perdas humanas e materiais (Highland e Bobrowsky, 2008). No Brasil, a combinação entre fatores naturais e intervenção humana nas encostas aumenta significativamente a suscetibilidade a esses processos (Guimarães *et al.*, 2008).

A precipitação atua como elemento deflagrador dos movimentos de massa e pode ser analisada a partir da escala do clima urbano. De acordo com Armond e Sant'Anna Neto (2017), os eventos extremos de precipitação são estudados estatisticamente para identificar padrões climáticos em termos de intensidade e frequência. Para os autores, os eventos são caracterizados por elevados totais de chuvas que ultrapassam os padrões habituais em um curto intervalo de tempo, sendo sua relação com os impactos urbanos determinada pela diferenciação espacial resultante da lógica do capital. Entretanto, nem todo evento extremo se configura como episódio, pois, para tal, é necessário que o espaço socialmente produzido transforme o evento em um agente deflagrador de transtornos para o meio urbano e para os grupos sociais ali inseridos. Assim, eventos climáticos considerados normais podem gerar impactos diferenciados no espaço urbano, afetando grupos sociais de maneira desigual, conforme a área que ocupam, ainda que estatisticamente não sejam classificados como extremos.

Os eventos que resultam em danos materiais e/ou humanos são frequentemente tratados como acidentes. No entanto, de acordo com o material de treinamento para Mapeamento e Gerenciamento de Riscos, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) com recursos do Banco Mundial, acidentes podem ocorrer mesmo diante da implementação de ações estruturais e não estruturais de prevenção (BRASIL, 2007). Segundo a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, acidentes são definidos como eventos fortuitos e não planejados que resultam em danos humanos, materiais ou ambientais, não podendo a incerteza ser utilizada como justificativa para a ausência de medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco (BRASIL, 2012). Dessa forma, a noção de acidente pressupõe surpresa e eventualidade, o que não condiz com a

realidade brasileira, onde eventos hidrogeológicos são recorrentes e seus impactos, embora previsíveis, não são devidamente prevenidos, podendo ser evitados ou minimizados.

Tais eventos configuram-se como desastres quando, sejam de origem natural ou induzidos pela ação humana, impactam ecossistemas e populações vulneráveis, gerando prejuízos humanos, materiais, ambientais, econômicos e sociais (BRASIL, 2012). Ainda assim, a classificação de "desastre natural" não se aplica, pois, embora os fenômenos ocorram, suas ameaças são previamente identificadas, tornando-os previsíveis e resultantes de escolhas políticas. Quando essas ocorrências afetam de forma recorrente populações específicas, tornam-se expressão da Necropolítica.

Antes de se materializarem como desastres, tais eventos são denominados riscos quando há uma probabilidade de afetar a sociedade. Para Acselrad (2006), risco refere-se à possibilidade de ocorrência de um agravo em determinado grupo social. Essa condição é sociobiofísica, pois decorre da interação entre vulnerabilidade e suscetibilidade, refletindo a desigualdade social na exposição aos riscos. A suscetibilidade permite compreender os fatores pedológicos, geomorfológicos, geológicos e climatológicos que levam à ocorrência dos movimentos de massa. Já a vulnerabilidade evidencia as diferentes condições de exposição e os processos de vulnerabilização que atingem grupos sociais expostos a esses riscos.

A vulnerabilidade, por sua vez, é um conceito relativo, comumente associado à exposição a riscos ambientais, indicando a maior ou menor possibilidade de sofrer danos (Acselrad, 2006). Não se trata de uma característica inerente aos indivíduos, mas de um processo que os torna vulneráveis em função de diversos fatores objetivos, como a exclusão dos processos decisórios. Além disso, fatores subjetivos, como a tolerância a determinadas condições devido a outras urgências da vida, também contribuem para a vulnerabilidade, tornando-a uma construção social e política.

A desigualdade manifesta-se como uma das expressões sociais do modo de produção capitalista, enquanto a vulnerabilidade constitui uma de suas expressões espaciais (Armond, 2018). Nesse sentido, a vulnerabilidade revela as condições sociais das populações em situação de risco e problematiza a realidade social (Nascimento Júnior, 2018). O conceito de vulnerabilização, portanto, comprehende um processo dinâmico, caracterizado pelo conjunto de mecanismos que perpetuam e reproduzem condições de risco para grupos específicos, configurando diferentes relações entre os indivíduos e entre estes e o meio natural (Armond, 2018; Nascimento Júnior, 2018).

Nesse contexto, a interseccionalidade constitui um instrumento analítico essencial para a compreensão das relações de poder e suas influências sobre as dinâmicas sociais, permitindo

uma abordagem mais aprofundada dos processos de vulnerabilização (Collins e Sirma, 2020). As estruturas interseccionais extrapolam a questão de classe e evidenciam como fatores como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania, entre outros, interagem de forma complexa e interligada, resultando na produção de desigualdades (Crenshaw, 2004; Akotirene, 2019). Dessa forma, a formulação de políticas públicas eficazes requer o reconhecimento dessas especificidades e sua incorporação nas estratégias de intervenção.

A situação das mulheres negras exemplifica essa interseccionalidade, uma vez que essas são afetadas tanto pela discriminação no mercado de trabalho quanto pelos papéis de gênero que lhes são atribuídos desde cedo. As responsabilidades domésticas e de cuidado com familiares limitam o acesso à educação formal e restringem as oportunidades de inserção em empregos seguros, bem remunerados e com garantias trabalhistas (Silva, 2020). Essa conjuntura reduz as possibilidades de acesso a moradias seguras e contribui para a dependência financeira, além de potencializar situações de violência de gênero, intensificando os processos de vulnerabilização.

Os desastres, portanto, afetam diferentemente grupos sociais distintos, incluindo populações negras, crianças, pessoas com deficiência, pessoas trans, populações indígenas e indivíduos sem documentação legal. Nesse sentido, a sociedade não pode ser considerada homogênea, pois as injustiças ambientais resultam da interação inseparável entre condições de classe, raça e gênero, impactando os indivíduos de forma desigual (Pereira e Araújo, 2023). Assim, a concepção dos riscos não pode ser reduzida a uma explicação puramente naturalista ou antrópica, uma vez que a atribuição dos riscos exclusivamente às condições naturais fortalece a naturalização de processos que também são sociais, econômicos e políticos (Nascimento e Araújo, 2021).

A definição de áreas de risco nos documentos institucionais brasileiros reforça essa perspectiva. As áreas de risco são definidas como setores suscetíveis a processos naturais e/ou induzidos que podem causar efeitos adversos (BRASIL, 2007). Dessa forma, a existência dessas áreas não decorre exclusivamente de fatores naturais, mas também das condições precárias e inadequadas de infraestrutura. Dessa forma, áreas com suscetibilidade a deslizamentos, mas dotadas de intervenções de segurança, não são necessariamente enquadradas como áreas de riscos.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil estabelece diretrizes específicas para a gestão dessas áreas, proibindo a permanência de escolas e hospitais em regiões de risco (BRASIL, 2012, art. 12F), além de vedar a concessão de licenças ou alvarás de construção, que devem ser classificadas como não edificáveis nos planos diretores municipais (BRASIL,

2012, art. 23). Além disso, a legislação exige a criação de mecanismos de controle e fiscalização para evitar novas edificações em áreas suscetíveis a deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos e hidrológicos correlatos. Nos casos em que ocupações já estejam estabelecidas, o município deve adotar medidas para redução do risco, incluindo a elaboração de planos de contingência, obras de segurança e, quando necessário, remoção e reassentamento dos ocupantes em locais seguros (BRASIL, 2012, art. 3-B). Em Salvador, os instrumentos urbanos, como o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (PLANDURB — Salvador, 1977) e o Plano Diretor de Desenvolvimento (PDDU — Salvador, 2016), possuem como diretrizes a restrição, a inadequação de ocupação e/ou a remoção da população nas áreas de encostas.

Diante desse panorama, a expressão “áreas de risco” remete ao perigo como condição estritamente natural, desconsiderando que fatores sociais, raciais e históricos desempenham um papel fundamental na constituição desses territórios. Sendo o Estado aquele que tem papel central no ordenamento do território e no condicionamento de determinados grupos sociais a habitarem determinados locais na cidade (Pereira e Araújo, 2023). Dessa forma, ainda para os autores, é responsabilidade dos Estados democráticos interromper processos decisórios que perpetuam desastres.

Embora desempenhe um papel crucial na gestão dos riscos, a atuação estatal frequentemente se alinha aos interesses do mercado, intensificando as tensões entre as demandas da população vulnerável e a lógica capitalista de ocupação territorial, especialmente nas cidades do sul global (Nascimento e Araújo, 2021). Assim, a distribuição desigual dos riscos traduz escolhas políticas e as decisões finais de organização dos territórios (Veyret, 2007), e, sendo assim, enquanto houver racismo e esse modo de produção capitalista, que é desigual e gerador de segregação, ocorrerão assimetrias na distribuição dos desastres (Armond, 2018), consolidando a Necropolítica como elemento estruturante da gestão territorial.

Destacamos, portanto, que o espaço urbano é socialmente produzido e estruturado de acordo com a lógica capitalista, que promove a segregação. Como consequência, os impactos socioambientais se distribuem de maneira desigual entre os habitantes da cidade. Dessa forma, eventos climáticos que, em condições normais, não seriam considerados extremos podem assumir essa característica dependendo da localidade em que ocorrem.

As chuvas, por exemplo, representam a principal ameaça para os deslizamentos de terra. Esses processos naturais, comuns em encostas, tornam-se riscos quando impactam populações humanas, sendo que a magnitude dos danos varia conforme o nível de

vulnerabilidade da população afetada. Além disso, tais eventos não podem ser classificados como "acidentes", uma vez que sua recorrência e os prejuízos materiais e humanos são previsíveis e distribuídos de forma desigual no espaço. Com base nessa perspectiva, o próximo capítulo abordará o papel do Estado na organização do espaço urbano.

3.2 Estado no modo de produção capitalista

O Estado configura-se como um espaço de disputa, estruturado de maneira a permitir que diferentes forças sociais e políticas busquem a promoção de seus interesses (Brand, 2016). Essa entidade, concebida historicamente pelos seres humanos, origina-se da contradição entre interesses particulares e coletivos, apresentando-se como um aparato essencial para a manutenção do modo de produção capitalista (Harvey, 2005). A construção do Estado ao longo do tempo revela um caráter colonial e patriarcal, manifestado por meio de estruturas burocrático-administrativas, militares e jurídicas, voltadas para a reprodução e acumulação do capital. Entretanto, sua configuração atual também reflete lutas sociais em prol da democratização e da conquista de direitos (Martínez *et al.*, 2016). Ainda que as disputas dentro do Estado se manifestem de forma assimétrica, favorecendo o grande capital e as corporações financeiras, a lógica estatal orienta-se por critérios empresariais de rentabilidade, promovendo a indiferença e consolidando normas que perpetuam essa racionalidade (Mbembe, 2014).

A perpetuação do domínio estatal viabiliza-se por meio de estratégias que garantem a aparência de independência e autonomia institucional. Essa estrutura permite que os funcionários do Estado sejam apresentados como representantes da sociedade, operando sob um poder aparentemente desvinculado de interesses particulares, legitimado por meio de leis e decretos específicos (Harvey, 2005). Segundo o autor, para reafirmar essa suposta neutralidade e manter a hegemonia, concessões são eventualmente ofertadas à população, sem, contudo, alterarem os fundamentos da estrutura vigente. Esses mecanismos, materializados em programas e ações, reforçam a colonialidade ao assumirem a forma de favores e auxílios, frequentemente associados a práticas clientelistas (Martínez *et al.*, 2016).

No contexto do Estado neoliberal, fundamentado na crença da autorregulação do mercado, as políticas públicas assumem caráter ainda mais excludente, aprofundando processos de vulnerabilização em sociedades marcadas pela desigualdade, como a brasileira. A precarização e o enfraquecimento de serviços essenciais tornam-se elementos centrais dessa lógica, sendo tais serviços frequentemente classificados como ônus financeiro excessivo para

a administração pública. Paralelamente, a responsabilidade por problemas sociais passa a ser transferida aos indivíduos, desonerando o Estado de sua função reguladora e protetora (Collins e Sirma, 2020).

A atuação estatal deveria visar a interrupção de processos decisórios que impõem riscos às populações mais desprotegidas, garantindo mecanismos de proteção eficazes. Entretanto, ao operar como aliado do capitalismo, a administração pública favorece os interesses do mercado em detrimento das necessidades das populações vulneráveis, resultando na intensificação das desigualdades territoriais (Nascimento e Araújo, 2021).

A valorização econômica dos espaços urbanos ocorre de acordo com sua capacidade de gerar rentabilidade para os investimentos. Esse processo, descrito por Milton Santos (2014) como "guerra de lugares", revela a intensa competição para atrair capitais, seja como local de produção ou como centro de consumo. Para tanto, determinados territórios são beneficiados por investimentos em infraestrutura, legislação favorável e incentivos fiscais, enquanto outros permanecem marginalizados (Santos, 2014). Assim, a atuação estatal reafirma-se na criação e modificação de leis, concessão de incentivos tributários e disponibilização de bens públicos e infraestrutura essencial à reprodução do capital (Harvey, 2005). No entanto, a prioridade conferida ao desenvolvimento econômico não implica, necessariamente, a redução das desigualdades e resolução de problemas estruturais.

A especialização dos lugares ocorre através da criação de centros culturais e requalificação de paisagens, resultando em espaços singulares que, paradoxalmente, obedecem a uma lógica totalizante (Santos, 2014). A cidade passa a ser concebida como mercadoria, impulsionando estratégias de marketing urbano que influenciam seu planejamento e gestão (Vainer, 2000). Esse processo opera sob um ideário colonial burguês, no qual a modernização configura-se como instrumento de reafirmação da colonialidade (Ibáñez, 2016). Assim, as cidades concentram todo aparato metropolitano às aparências, pela necessidade de parecer “colonizado”, racializado como “branco”, com uma gestão que se apresenta mais pelo que se quer ser (Sodré, 2002).

A disputa pela legislação urbana emerge como um reflexo dessa dinâmica, sendo constantemente reorientada para atender aos interesses dos agentes econômicos dominantes. Os processos de elaboração e aprovação de normas urbanísticas, ainda que apresentem uma aparência participativa, desconsideram as demandas populares e não possuem legitimidade social (Figueiredo, Amorim e Moreira, 2019). Dessa forma, surgem instrumentos como as Parcerias Público-Privadas, no intuito de regular os espaços da cidade que são selecionados e

se tornam elitizados, viabilizando a reconfiguração espacial da cidade conforme os interesses de setores hegemônicos da economia, cultura e política (Santos, 2014).

A remoção de populações residentes em áreas consideradas de risco constitui uma das estratégias utilizadas para atender a essas dinâmicas. Em determinados contextos, a impossibilidade de mitigação dos riscos torna a remoção a alternativa mais viável, especialmente quando acompanhada de políticas de reassentamento que garantam melhores condições de moradia para os/as removidos/as. No entanto, a remoção não pode ser tratada como única solução, uma vez que alternativas tecnológicas e estratégias urbanísticas menos onerosas e mais socialmente justas estão disponíveis. As remoções caracterizam-se como eventos violentos, traumáticos e demorados, cujos impactos vão além da perda da moradia, repercutindo negativamente em aspectos como trabalho, educação, estrutura familiar e redes de apoio (Lacerda *et al.*, 2022). Mulheres, sobretudo aquelas responsáveis pelo sustento familiar, encontram-se entre os grupos mais afetados, enfrentando aumento do medo e da insegurança diante da incerteza do futuro. Essas vivências são expressas na literatura, como exemplificado na obra "Becos da Memória", de Conceição Evaristo, na qual são retratadas as múltiplas dimensões da perda da moradia e do deslocamento compulsório:

O medo do invisível se apoderou de nós. Não tínhamos certeza de mais nada. [...] Era um medo que talvez viesse de situações mais concretas, como a mudança de um local que de certa forma amávamos e criámos como nosso. Medo por começar outra nova-mesma vida. Medo de que o amanhã fosse pior, muito pior do que hoje. Medo, consciência da nossa fraqueza, de nosso desamparo, de nossa desvalia (Evaristo, 2017, p. 166).

Maria-Velha e Mãe Joana demonstravam uma confiança que não tinham naquele momento. Era preciso não amargurar os filhos. Elas sabiam, porém, que as dificuldades seriam redobradas. Como viriam trazer e buscar as roupas? Como manteriam a freguesia? Mudar a forma de trabalho? Voltar a trabalhar nas casas de famílias? Quem cuidaria de Tio Totó e das crianças? Havia o medo, o desconhecido, os bichos. Havia um enorme desamparo. (Evaristo, 2017, p. 174).

As remoções resultam em reorganização de relações sociais necessárias para a continuidade da vida das mães:

A relação dentro da necessidade é muito o que define a questão da favela porque as soluções que surgem dentro da favela, da comunidade, elas são muito geradas pela necessidade, é o problema gerando solução, né? E na vida da mulher que vive em comunidade acontece isso também, é muito diferente, por exemplo, de uma madame que tem dinheiro, né? Ela não tem esse vínculo social porque ela tem dinheiro, então ela paga uma babá, ela paga uma faxineira. O vínculo dela é com o capital. Mas a mulher da comunidade não, ela tem um vínculo com a coletividade, porque ela tem um vínculo com aquelas pessoas; sem aquelas pessoas, como que eu vou fazer agora? Sozinha no mundo? O maior problema da remoção pra mim é a solidão [...] (Monteiro; Medeiros; Nasciutti, 2017, p. 15).

Os impactos das remoções são inúmeros e afetam profundamente a vida das famílias atingidas. Entre eles, destacam-se a necessidade de reorganizar a rotina das crianças, que não podem permanecer sozinhas em abrigos enquanto suas mães trabalham; a busca por vagas em escolas e creches no meio do período letivo; e a perda de emprego devido à necessidade de tempo para reestruturar a vida cotidiana. Além disso, há alterações no deslocamento até o trabalho, dificuldades para conseguir um novo emprego pela falta de comprovação de residência fixa e obstáculos para alugar outra moradia, seja pelos altos custos, seja pelas restrições impostas por locatários quanto à presença de crianças e animais domésticos.

As remoções também podem expor as famílias a novos riscos, tão graves quanto os deslizamentos e desabamentos, como a vulnerabilidade a violências sexuais, facções criminosas e conflitos entre vizinhos. Para ilustrar, as remoções motivadas por risco ou decorrentes de desastres ocorrem de forma emergencial, resultando na realocação de pessoas em abrigos improvisados, muitas vezes em condições precárias, insalubres e perigosas.

O discurso do risco, nesse contexto, funciona como uma ideologia que o Estado mobiliza para atender a seus próprios interesses. Milton Santos (2014) destaca que a ideologia é um mecanismo de controle que influencia a educação e o fluxo de informações e ideias. Dessa forma, a ideologia se torna uma estratégia fundamental para a manutenção do Estado, apresentando os interesses de uma classe dominante como se fossem de interesse universal (Harvey, 2005). No entanto, sabemos que os direitos humanos, frequentemente propagados como valores universais, não se aplicam a todos os indivíduos da mesma forma, mas apenas a determinados grupos privilegiados (Mbembe, 2014).

Isso ocorre porque o Estado opera, prioritariamente, na defesa da propriedade privada e na manutenção da relação básica entre capital e trabalho (Harvey, 2005). Assim, governos locais promovem discursos sobre civilidade e pertencimento para justificar intervenções urbanas que, muitas vezes, priorizam obras e serviços visíveis — seja para fins monumentais e simbólicos, seja sob o pretexto de melhorar a qualidade dos espaços públicos (Castells e Borja, 1996). Ao mesmo tempo, são criados imaginários e narrativas que legitimam a segregação, a injustiça, a indiferença e o abandono de uma massa de gente que se vê obrigada a viver em situação de flagelo (Mbembe, 2014) que acabam responsabilizados individualmente por questões estruturais, como desigualdades raciais e ambientais. Dessa forma, o Estado se exime de sua responsabilidade, enquanto favorece os interesses do capital (Mbembe, 2014).

Por isso, pensar as cidades capitalistas e o papel do Estado no contexto brasileiro exige reconhecer o racismo e a segregação como elementos estruturantes dessa realidade. Afinal, as

cidades não seriam como são sem os processos de exclusão sistemática dos grupos não dominantes (Campos, 2012).

Assim, compreendemos o Estado não como um ente neutro, mas como um conjunto de aparatos que garantem as condições de reprodução e acumulação do capital, mascarando essa função sob uma aparência de imparcialidade. As decisões estatais, ao criarem e perpetuarem processos de vulnerabilização, acabam definindo, na prática, quem tem direito à vida e quem é relegado à morte. No Brasil, esse cenário se agrava com a atuação de um Estado neoliberal, que flexibiliza cada vez mais o mercado, precariza serviços públicos e reduz o atendimento às necessidades da população. Para manter a "ordem" e preservar sua aparente neutralidade, o Estado recorre a um conjunto de discursos e crenças que justificam o abandono de determinados grupos sociais.

No caso dos deslizamentos, essa lógica se manifesta explicitamente: o Estado não atua preventivamente para solucionar os problemas estruturais, mas, quando lhe convém, utiliza o argumento do risco para remover populações das chamadas "áreas de risco" — muitas vezes, apenas para realocá-las em locais igualmente perigosos e precários. No Brasil, essa dinâmica afeta desproporcionalmente a população negra, em um reflexo direto da estrutura racista sobre a qual o país foi construído. A seguir, será discutido como a raça se constitui como um dos alicerces do capitalismo, sustentando e legitimando a indiferença do Estado, além de criar mundos de morte para determinados grupos sociais.

3.3 Sustentando a ideia de raça

A construção da ideia de raça constitui um dos alicerces do capitalismo. A raça, longe de ser uma categoria biológica, é uma construção social, histórica e política, fruto de teorias, interesses e discursos sociais (Cirqueira, 2010; Guimarães, 2015). Sendo inventada para representar as humanidades não europeias como inferiores, os "Outros" (Mbembe, 2014).

Esse conjunto de ideias baseadas na hierarquização racial origina o racismo, que opera como uma tecnologia de poder, determinando quem tem direito à vida e à morte (Mbembe, 2018). Uma de suas expressões mais visíveis é a comoção social seletiva, na qual algumas vidas são consideradas dignas de serem vividas e lamentadas, enquanto outras são ignoradas ou descartadas (Butler, 2015).

Os processos de racialização visam demarcar grupos populacionais, definindo seus espaços de ocupação e circulação (Mbembe, 2014). Nesse contexto, a raça funciona como um dispositivo de segurança, sendo, ao mesmo tempo, "ideologia e tecnologia de governo" (Mbembe, 2014, p. 71).

Sabemos que o racismo antecede a constituição do Estado moderno, estando historicamente ligado a conflitos e mitos sobre povos não europeus, perpetuados ao longo do tempo por meio da ciência, da religião, da política e da filosofia (Moore, 2007). Assim, o racismo contra os "Outros" surge como uma justificativa para a produção de privilégios simbólicos e materiais que sustentam a supremacia branca que o gerou. Dessa maneira, ele se mantém e se reproduz como um instrumento de dominação, exploração e exclusão social (Carneiro, 2005). Mbembe (2014) denomina "razão negra" o conjunto de símbolos e dispositivos utilizados para consolidar a ideia de raça como exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática.

Sendo que o negro foi inventado enquanto categoria racial e, desde então, tem sido continuamente produzido como objeto de exploração, reduzido a um corpo, uma questão de aparência, de pele ou de cor (Mbembe, 2014). Para o autor, o mundo euro-americano fez do negro e da raça duas versões de uma única figura, a da "loucura codificada". Fanon (2008) complementa essa análise, argumentando que a criação da categoria "Negro" e o processo de racialização são frutos do contato entre os povos africanos e a civilização europeia. Nesse contexto, o Negro passou a ser percebido como um ser sem civilização, sem passado histórico e reduzido à sua biologia.

É transformando-se em imagem e, sobretudo, em imaginário que a raça passa a operar de forma mais efetiva, produzindo e institucionalizando a diferença, a indiferença, o abandono, justificando a parte humana do Outro, violada, velada ou ocultada, e certas formas de enclausuramento, ou mesmo de condenação à morte, tornadas aceitáveis (Mbembe, 2014).

Essa construção racial tem sido utilizada para naturalizar desigualdades e justificar, ao longo da história, o uso da violência e o afastamento de noções de legalidade e civilidade (Costa, 2021). É assim que a raça se torna a sombra presente na prática e no pensamento político ocidental, como observa Mbembe (2017), as maiores atrocidades cometidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de importantes líderes.

A invenção da raça permitiu racionalizar as relações entre colonizadores e colonizados, naturalizando a dominação e estabelecendo hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes (Marcelino, 2020). Como argumenta Foucault (2002), não há funcionamento moderno do Estado que, em algum momento e sob determinadas condições, não passe pelo racismo. Na verdade, não há funcionamento do Estado moderno sem racismo (Mbembe, 2018).

Certamente, a escravidão não surgiu com o tráfico transatlântico de pessoas africanas para as Américas. Há registros históricos de escravidão em diferentes civilizações ao longo dos séculos:

De fato, o mundo conheceu desde o Império Romano a escravidão e o tráfico humano em larga escala. Os documentos históricos permitem facilmente constatar que todos os povos do mundo venderam como escravos, em regiões longínquas e no curso de uma ou outra época, alguns de seus conterrâneos (Inikori, 2010, p.91-92).

No entanto, o tráfico transatlântico negreiro constituiu um fenômeno único na história, tanto pelo expressivo número de pessoas comercializadas quanto pelo curto período em que ocorreu, entre os séculos XVI e XIX (Inikori, 2010). Foi nesse contexto que indivíduos com identidades próprias, provenientes de diferentes aldeias e regiões, cada um com sua língua, práticas, costumes e culturas, foram reduzidos ao título genérico de "negros" (Ferdinand, 2022).

Dessa forma, o racismo se consolidou como alicerce do capitalismo (Botelho, 2023), uma vez que esse modo de produção se baseia na expropriação e exploração. Nele, os negros tiveram sua carne transformada em mercadoria, coisa, submetida ao trabalho e reduzidos à condição de escravizados (Mbembe, 2014). Além disso, foram sistematicamente excluídos de um conjunto de instituições e espaços públicos e políticos que estruturam e organizam a sociedade (Ferdinand, 2022).

O surgimento e a expansão do capitalismo industrial, como uma formação social e de relações de produção específicas, só foram possíveis porque o desenvolvimento orgânico do continente africano foi brutalmente interrompido e descaracterizado por ações exógenas cada vez mais poderosas (Williams, 1975). Em outras palavras, a escravização dos povos africanos foi um elemento crucial para a consolidação do capitalismo (Moore, 2007).

No Brasil, a colonização foi construída sobre a escravização de indígenas e africanos, e a colonialidade – um padrão de poder que emerge do colonialismo – segue diluída no modus operandi do capitalismo nas cidades do país (Maldonado-Torres, 2007). A colonialidade se expressa como um conjunto de relações de dominação e exploração, estruturadas por hierarquias que ordenam a sociedade em diferentes níveis: classe, divisão regional do trabalho, hierarquia étnico-racial, gênero, religião e cosmovisão (Santos, 2012).

Desde os últimos anos da escravidão até as primeiras décadas da República, o Brasil foi palco de inúmeras revoltas protagonizadas por pessoas escravizadas (Graham, 2002). Havia um intenso temor de que a população negra tomasse o poder, especialmente após a Revolução Haitiana, liderada por escravizados, que expulsou os colonizadores e resultou na independência do país (Azevedo, 1987). Diante desse cenário, as lideranças políticas,

influenciadas pelas teorias racistas do evolucionismo e do darwinismo social, debatiam possíveis soluções para o que viam como um "problema racial" no Brasil (Corrêa, 2017). Uma das teses defendidas por Frederico Bulamarque sugeria a "devolução" dos negros à África (Azevedo, 1978, p. 43). Outra estratégia adotada foi o envio de negros à linha de frente na Guerra do Paraguai (Farias, 2008). Como consequência, entre 1860 e 1872, a população negra no Brasil sofreu uma redução de um milhão de pessoas em termos absolutos (Flauzina, 2006).

Outra medida para conter o crescimento da população negra foi a restrição do comércio interprovincial de escravizados, com a imposição de impostos para dificultar essa prática. Documentos da época revelam que a intenção era conter "essa lepra que de todas as províncias [...] vem para a nossa" (Azevedo, 1987, p. 112). No final da década de 1880, províncias como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro implementaram taxas que inviabilizaram o tráfico interno de escravizados (Graham, 2002).

Além dessas iniciativas, as elites brasileiras decidiram implementar o projeto político do branqueamento da população, visando extinguir a presença negra no país e "fazer a nação prosperar" (Corrêa, 2017). Para elas, o ideal de trabalhador moderno estava associado à figura do branco letrado (Sodré, 2002; Souza, 2022). Isso porque se difundia a crença de que os negros "não serviam para o trabalho industrial e os serviços mais delicados e complexos das manufaturas" (Prado Jr., 2004, p. 175), apesar de terem sido responsáveis, durante o período escravista, pela produção manufatureira, pelas artes mecânicas e pelos estaleiros (Sodré, 2010).

Para viabilizar esse projeto, o governo incentivou a imigração europeia para o Brasil. A proposta era explícita: "preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional" (BRASIL, 1945, art. 2). Foram criadas diversas políticas para garantir a permanência dos imigrantes e facilitar sua inserção econômica. O Decreto de 1890, por exemplo, regulamentou a introdução e localização de imigrantes, prevendo benefícios como doação ou subsídio de passagens, acesso à terra, financiamento para atividades agrícolas e construção de infraestrutura nas fazendas (BRASIL, 1890).

Em contraste, a população negra foi completamente excluída dessas políticas. Com a abolição e o declínio das atividades escravistas, os negros saíram da escravidão sem qualquer dispositivo que lhes garantisse direitos de cidadania. Enquanto isso, os antigos senhores de escravizados pressionavam o governo por indenizações pela liberação da população escravizada. Como resposta, Ruy Barbosa, então Ministro das Finanças, ordenou a destruição

de todos os documentos relacionados ao comércio de escravizados e à escravidão em geral (Nascimento, 2016). Assim, houve o apagamento oficial dos registros da escravidão, mas nenhuma reforma agrária, indenização ou política de inserção da mão de obra negra no mercado de trabalho foi implementada.

A política de morte contra a população indígena e negra teve início com a invasão portuguesa e persistiu após a abolição. A libertação dos escravizados exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a Igreja, transferindo a culpa e a sobrevivência exclusivamente para os indivíduos (Nascimento, 1978). Dessa forma, o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu de forma excludente, tanto do ponto de vista étnico-racial quanto regional:

As circunstâncias históricas particulares que engendraram o desenvolvimento capitalista tardio, dependente, diferenciado e desigual no Brasil, resulta em grandes desigualdades sociorraciais e regionais, ou seja, a população negra e indígena foi excluída do processo de desenvolvimento, assim como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que ficaram subdesenvolvidas e com alta concentração negro-indígena. Desta forma, o nosso desenvolvimento capitalista reproduziu, de forma piorada e em grande parte com a participação do Estado brasileiro, uma industrialização seletiva com suas consequências para a urbanização. Escolhendo grupos econômicos, áreas para incentivar e investir, apostando, sobretudo, no trabalhador(a) branco(a) europeu, o Brasil optou pelo aprofundamento da divisão racial do território, num momento crucial para se construir um projeto de Nação (Hasenbalg; Silva, 1992, p. 55).

Lançados às margens para seguirem por conta própria, os negros saíram da escravidão enclausurados em leis nacionais que os marginalizavam, garantindo, assim, a vulnerabilização da população. Um exemplo disso é a Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em propriedade privada e restringiu o acesso à moradia. Como consequência, a massa de alforriados, indígenas expropriados e os pobres racializados como brancos deslocou-se para as cidades ou para quilombos periurbanos e rurais (Campos, 2010).

Nascimento (2016, p. 74), citando dados publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 13 de abril de 1960, aponta que a população do Rio de Janeiro era composta por 1.660.834 brancos e 708.459 negros e mulatos⁴. Embora a população negra fosse menor em termos absolutos, sua concentração nas favelas era significativamente maior: “cerca de 113.218 negros em contraste com 55.436 brancos” viviam nesses territórios (Nascimento, 2016, p. 74).

Nas cidades, os negros eram criminalizados por sua própria condição social criada pela estrutura racista. O Decreto dos Vadios e Capoeiras, de 1890, determinava a prisão de 15 a 30 dias para quem não tivesse emprego e moradia fixa (BRASIL, 1890), num contexto em

⁴ Termo racista utilizado para designar pessoas mestiças de ascendência africana (negra) e europeia (branca)(Silva, 2018).

que os anúncios de trabalho explicitavam a recusa em contratar “pessoas de cor”. Posteriormente, esse critério foi substituído pelo termo “boa aparência” (Nascimento, 2016). Ainda que fossem qualificados, os negros eram sistematicamente excluídos de funções no comércio, em escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigiam essa “boa aparência” (Nascimento, 2016, p. 75).

A racialização da pobreza no Brasil fez com que os negros ocupassem os postos de trabalho mais precários. Já os pobres racializados como brancos conseguiram acessar oportunidades nas fábricas e no comércio (Sodré, 2002). Nas fábricas, os negros só eram contratados para os trabalhos mais pesados e insalubres, os chamados “serviços de negros”, que eram mal remunerados e não exigiam qualificação (Fernandes, 1978). Para as mulheres negras, o principal destino era o serviço doméstico, onde trabalhavam em condições precárias e estavam frequentemente expostas a abusos sexuais por parte dos patrões (Souza, 2022).

Sem acesso ao emprego e à educação, sem dinheiro nem opções de moradia, a pobreza negra foi estrategicamente construída no Brasil (Flauzina, 2006). Ela se tornou um instrumento de exclusão, funcionando como uma forma de redução das condições de vida dessa população (Souza, 2022). A divisão racial do trabalho, consequência direta da escravização, gerou uma série de outras hierarquizações, influenciando a organização socioracial das cidades, as instituições, a saúde e até a estrutura das residências (Bueno, 2021). Por isso, alegações de que essa estratificação é apenas social e econômica, sem considerar a dimensão racial, apenas camuflam o ciclo discriminatório (Nascimento, 2016).

Dessa forma, os pobres, os povos originários e os negros nunca tiveram direitos plenos. No caso da população negra, a condição jurídica de “cidadão livre” representou um avanço simbólico e abstrato (Ramos, 1950). Segundo o autor, essa cidadania jamais se consolidou socioculturalmente porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira permaneceu inalterada.

Com a industrialização e a explosão do consumo no país, a expansão das classes médias substituiu a ideia de cidadania pela de consumidor. Nesse contexto, as classes médias nunca promoveram a inclusão cidadã, pois desejavam preservar privilégios, que são, por definição, inimigos da cidadania (Santos, 1998). Como resultado, os negros continuaram excluídos do mercado de trabalho formal e dos direitos básicos, desenvolvendo uma cidadania mutilada (Santos, 1998). Isso se traduziu em desemprego, menores salários, menor possibilidade de ascensão social e profissional e dificuldades de mobilidade urbana. Foram deslocalizados, ou seja, empurrados para posições inferiores dentro da hierarquia dos espaços

urbanos e da circulação nas cidades e no país – não apenas por barreiras financeiras, mas também nas oportunidades de cada localização (Santos, 1998).

Conceição Evaristo ressalta a permanência dessas desigualdades estruturais do passado até o presente pós-abolição, evidenciando o peso da exclusão e as dificuldades daqueles que, segundo ela, se libertam individualmente:

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua (Evaristo, 2017, p. 84).

No entanto, transformações individuais não são suficientes para modificar a estrutura social, tampouco garantem a emancipação daqueles que conseguem melhores condições de vida em contraste com a realidade predominante da população negra. Parafraseando Santos (1998), a questão racial não se restringe a uma condição de classe social, pois o olhar racista e o medo de ser morto apenas por ser negro persistem, independentemente da ascensão socioeconômica do indivíduo:

A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver "subido na vida". Pode-se dizer, como fazem os que se deliciam com jogos de palavras, que aqui não há racismo (à moda sul-africana ou americana) ou preconceito, ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas é raramente adjetivada dessa maneira. Trata-se, na realidade, de uma forma do apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil (SANTOS, 1998, p.1).

Dessa forma, a redefinição da cidadania da população negra exige necessariamente investimentos em políticas de ações afirmativas e a disputa por recursos no orçamento público. Não basta simplesmente “pedir a uma sociedade insensibilizada há séculos – e que se torna cada vez mais insensível com a expansão da ideia de consumo – que seja sensível a uma camada da população considerada naturalmente inferior” (Santos, 1998, p. 154). O autor conclui que a questão central do negro no Brasil é essencialmente política, e qualquer mudança deve ser conduzida nesse campo, pois é nele que se encontram as soluções.

Nesse contexto, a construção da ideia de raça, embora não tenha se originado no capitalismo, tornou-se um de seus alicerces fundamentais, servindo como base para a expropriação e exploração da mão de obra. O tráfico transatlântico de africanos escravizados para as Américas não foi o único na história, mas destacou-se pela magnitude do número de

pessoas comercializadas em um curto período. No Brasil, a população africana escravizada foi majoritariamente trazida para a região Nordeste, com a existência também de um comércio interno de escravizados, ainda que ilegal. Com o fim da escravidão, os antigos senhores, o Estado e a Igreja Católica foram eximidos de qualquer responsabilidade sobre os negros, que foram libertos sem qualquer amparo ou suporte para sua inclusão na sociedade.

Paralelamente, uma série de mecanismos foi instituída para manter essa população recém-liberta em situação de vulnerabilização, caracterizando um cenário de “mundos de mortes”, uma vez que os negros representavam uma ameaça à estrutura racista brasileira. Como consequência, essa população foi progressivamente destinada a condições precárias de vida, especialmente no que diz respeito ao acesso a moradia e emprego. As mulheres negras, por sua vez, foram ainda mais afetadas, uma vez que os papéis de gênero impostos pela sociedade agravaram sua situação de vulnerabilização, limitando suas possibilidades de alteração desse quadro.

Diante desse cenário, torna-se essencial superar a noção catastrófica do risco, que naturaliza os impactos dos eventos climáticos e transfere para as populações vulnerabilizadas a responsabilidade por sua própria exposição a essas ameaças. Nesse sentido, a criação e implementação de leis e políticas de ações afirmativas são fundamentais para a redução das desigualdades historicamente impostas. Contudo, tal iniciativa envolve conflitos e disputas, especialmente em um contexto em que o Estado, orientado por uma lógica neoliberal, encontra-se aparelhado pelas elites que historicamente se beneficiaram da escravidão. Nessa linha, avançaremos para a discussão sobre a Necropolítica e sua relação com a realidade brasileira, especialmente no contexto dos eventos climáticos.

3.4 Necropolítica

E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida) (Melo Neto, 1974, p.3).

A epígrafe da obra *Morte e Vida Severina* evidencia os efeitos da política instaurada no sertão semiárido, caracterizada pela chamada indústria da morte, impulsionada pela seca, concentração fundiária e êxodo rural. O poema, de caráter atemporal, retrata a realidade rural, mas também pode ser transposto para o contexto urbano, onde determinados grupos convivem constantemente com a morte. Observamos, nas atuais condições de crise ambiental, que a ausência ou a presença das chuvas tornaram-se oportunidades para se livrar daqueles a quem

o mundo rejeita (Ferdinand, 2022). Dessa forma, a naturalização de processos que são, em parte, naturais, mas também históricos e sociais, gera lucros para alguns, causa a morte de dezenas de outros e agrava as condições de vida dos sobreviventes, tornando esses impactos confortavelmente naturalizados pela sociedade.

Para compreender esses processos de vulnerabilização, é necessário analisar como essas questões estão profundamente enraizadas na estrutura social e como a morte é gerida pelo Estado. Embora a morte possua diferentes significados a depender da cosmovisão adotada, neste contexto, discutiremos sua perspectiva biológica, entendida como a interrupção da vida do outro. Segundo Foucault (2002), o Estado, enquanto soberano, emprega diversos mecanismos para exercer o controle sobre a vida, primeiramente no nível individual, por meio do Biopoder, que insere características biológicas na esfera política como estratégia de regulação (Foucault, 2008b). O Biopoder atua sobre o corpo do indivíduo, enquanto a Biopolítica opera no nível coletivo, estabelecendo estratégias de normalização e intervenção sobre as populações, utilizando-se de saberes e tecnologias como registros, estatísticas e levantamentos de dados (Foucault, 1988). Por meio dessas ferramentas, o Estado regula e conduz políticas que determinam como os grupos vivem, o que consomem, quais direitos lhes são garantidos e como se relacionam com o espaço (Caponi, 2014).

A partir de uma crítica aos conceitos de Biopolítica de Foucault, à *Origem do Totalitarismo* de Hannah Arendt, ao conceito de Pessoas Matáveis e ao *Estado de Exceção* de Agamben, Mbembe desenvolve o conceito de Necropolítica, definido como “a criação de mundos de morte, formas novas e únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (Mbembe, 2016, p. 128). Para o autor, a política é uma forma de guerra, na qual se estabelece um jogo de poder sobre a vida e a morte. Ele questiona qual o lugar atribuído à vida, à morte e ao corpo humano, além de analisar como esses corpos são inscritos dentro da ordem de poder. O critério racial, segundo Mbembe (2016), desempenha papel central na estrutura de exceção e emergência, operando na divisão entre aqueles que devem viver e morrer.

Nessa perspectiva, Fanon (2008) apresenta a divisão do mundo entre a *Zona do Ser*—onde estão os indivíduos reconhecidos como humanos, pertencentes à humanidade europeia—e a *Zona do Não Ser*, onde se encontram os demais povos, reduzidos à condição de meros organismos biológicos, destituídos de direitos políticos e garantias. Essa última zona corresponde à cidade agachada, do colonizado, vista como um espaço de marginalidade e má reputação, habitado por um povo igualmente estigmatizado (Fanon, 2008).

O conceito de *Zona do Não Ser* se alinha à *Zona de Indiferença* de Agamben (2007), onde são permitidas que sejam exercidas, sob determinados grupos, práticas incoerentes com os fundamentos do próprio estado de direito ou que sejam suspensas a aplicação das normas. Para Agamben (2007), esses grupos são abandonados pela lei, expostos a situações de risco e posicionados no limiar entre a vida e o direito, enquanto outros são plenamente reconhecidos pelo Estado. Nesse contexto, surge a figura do *Homo Sacer*, indivíduos considerados descartáveis, matáveis, sujeitos a vigilância, tortura e privação de direitos.

No contexto brasileiro, o racismo é institucionalizado de maneira eficaz nos níveis governamentais e tem um impacto amplo no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade (Nascimento, 2016). Esse processo é sustentado por um *Dispositivo de Racialidade*, que organiza e hierarquiza as relações raciais por meio de leis, práticas institucionais, discursos e enunciados científicos (Carneiro, 2005). Dessa forma, órgãos de poder, como governos, forças armadas e a própria legislação, assim como instituições de educação e meios de comunicação, são instrumentalizados para reforçar os interesses das elites e destruir o negro como pessoa (Nascimento, 2016). Esse aparato promove a morte da população negra, seja por ação direta, seja por inação do Estado (Carneiro, 2005), demonstrando como o racismo se configura como elemento central para viabilizar as funções assassinas do Estado (Mbembe, 2016).

Mbembe (2014) argumenta, portanto, que as inúmeras mortes de pessoas racializadas como negras ocorrem devido à sua transformação em Outros, ou seja, em corpos marginalizados e descartáveis dentro da estrutura de poder. Além disso, a Necropolítica mantém uma relação intrínseca com o capitalismo, sistema fundamentado na lógica da segregação e exclusão. Nesse contexto, os Estados e demais agentes de poder relegam determinadas populações a condições de extrema vulnerabilidade, exercendo a Necropolítica tanto por meio de ações diretas quanto pela omissão na garantia de direitos e políticas sociais, em benefício dos interesses do mercado.

No Brasil, compreendemos que a Necropolítica se volta contra grupos marginalizados, afetando diretamente a população negra, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, comunidades rurais de fundo e fecho de pasto, além de populações atingidas por barragens, mineração, torres eólicas e população pobre, em geral.

Observamos, ainda, a estreita relação entre a Necropolítica e o Racismo Ambiental, que se manifesta por meio de práticas políticas, intencionais ou não, que desfavorecem determinados grupos com base na raça ou cor, resultando em perdas materiais, simbólicas e

humanas (Mir, 2012). No atual cenário de crise ambiental, surgem, portanto, questões fundamentais:

Quem são as pessoas que moram nas favelas, nos morros, nas beiras dos rios e trilhos, à beira de represas das pequenas e das grandes cidades. Qual a cor dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos e são afetados pela escassez de alimentos nas cidades? (Belmont, 2023, p.17).

Essas simples indagações levam à compreensão de que os problemas ambientais afetam de forma desproporcional uma parcela específica da população, configurando-se, assim, como Racismo Ambiental. O debate sobre Racismo Ambiental teve início nos Estados Unidos, na década de 1980, quando a população negra se mobilizou contra a instalação de um aterro de resíduos tóxicos em sua vizinhança (Herculano e Pacheco, 2008). A partir dessas mobilizações, estudos foram conduzidos para analisar a relação entre a localização de depósitos de resíduos tóxicos ou perigosos e a composição sociorracial das comunidades, concluindo que o fator racial se sobrepõe ao socioeconômico na escolha desses locais (Bueno, 2021).

Diversos exemplos evidenciam essa distribuição desigual dos riscos ambientais em comunidades negras, demonstrando a intencionalidade da ação sobre esse grupo. Um caso emblemático ocorreu na cidade de Niagara Falls, em Nova Iorque, onde um depósito de dejetos químicos e industriais foi aterrado e, posteriormente, a área foi urbanizada com moradias e até mesmo uma escola primária construída sobre os rejeitos químicos (Bueno, 2021). Segundo a autora, a população negra descobriu que residia sobre um aterro tóxico após o surgimento de diversos problemas de saúde, queimaduras em animais domésticos e a morte de árvores.

A exposição seletiva e a instalação de equipamentos nocivos em territórios ocupados por determinados grupos evidenciam a dimensão racial dessas práticas. De acordo com Santana Filho (2021), o Racismo Ambiental também se manifesta no ambiente de trabalho, quando determinadas categorias de trabalhadores são expostas de maneira desproporcional a condições insalubres ou perigosas, com base em marcadores raciais. No entanto, o Racismo Ambiental não se limita a ações racistas intencionais; ele também se expressa por meio de ações e omissões institucionais e estruturais que resultam em impactos desiguais sobre grupos racializados. Além disso, está diretamente relacionado à negação de direitos fundamentais à sobrevivência humana, conforme destaca Maura Cristina em entrevista:

Somos mulheres e homens, em sua maioria negras e negros, trabalhadores informais e domésticas, que vivemos em bairros com ruas sem asfalto, iluminação e saneamento básico e com esgoto a céu aberto, enquanto os bairros de elite, mesmo já tendo tudo, continuam sendo o foco de melhorias (Veríssimo e Pena, 2021, p.43).

O Racismo Ambiental no Brasil se manifesta em inúmeros exemplos, uma vez que o Estado permite, autoriza e legitima a exposição de determinados grupos a riscos socioambientais. Isso se traduz na ausência de oferta de serviços básicos, em condições precárias de saneamento, na instalação de depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias, mineradoras e torres eólicas próximas a comunidades vulnerabilizadas. Em outras palavras, qualquer tipo de equipamento perigoso ou fonte de contaminação ambiental, bem como ações e omissões institucionais que impactam racial e espacialmente a população racializada como não branca, são “naturalizadas” e legitimadas como parte de um sistema que perpetua desigualdades.

Na Bahia, um caso emblemático é o da Ilha de Maré. Conforme relata Eliete Paraguassu⁵, a Ilha de Maré, localizada na Baía de Todos os Santos e habitada por aproximadamente 11 mil pessoas, abriga comunidades quilombolas e pesqueiras (Pena, 2021). Esse território sofre intensos impactos ambientais resultantes da atividade industrial em seu entorno, incluindo o Porto de Aratu-um dos principais escoadouros da produção química e petroquímica da Bahia e a presença da Petrobrás, que opera 21 poços de exploração de petróleo na Ilha (Pena, 2021).

Estudos conduzidos pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA) investigaram os efeitos da contaminação química na saúde das crianças da Ilha, considerando o alto índice de óbitos por câncer. A pesquisa revelou que 90% das 116 crianças examinadas apresentavam contaminação por chumbo, cádmio e mercúrio, metais pesados altamente tóxicos para a saúde humana (Pena, 2021). Apesar de a exploração econômica do território remontar à década de 1960, com a implantação da Petrobrás, e à década de 1970, com a construção do Porto de Aratu, a população local ainda enfrenta graves déficits de infraestrutura e serviços básicos.

Os poucos serviços existentes na Ilha de Maré foram conquistados após décadas de mobilização comunitária. Conforme Eliete Paraguassu destaca em entrevista, foram necessários vinte anos de luta para a instalação de um posto de saúde, e a unidade de pronto atendimento 24 horas só foi implementada após a pandemia de Covid-19. Mesmo assim, há denúncias no Ministério Público apontando que o posto opera sem a presença de médicos. Além disso, a Ilha não conta com escolas de ensino médio, praças ou outros espaços de lazer para a população (Pena, 2021).

⁵ Moradora da Ilha, militante do movimento de pescadores/as, primeira vereadora quilombola e marisqueira de Salvador, eleita em 2024.

O caso da Ilha de Maré exemplifica de maneira contundente o Racismo Ambiental em Salvador, manifestando-se por meio das injustiças sociais e ambientais que afetam diretamente a população quilombola e pesqueira. Essas injustiças têm resultado em perdas humanas significativas, uma vez que o Estado se mantém omissos, em não responsabilizar as empresas pelos impactos ambientais e pela exposição sistemática da população a substâncias tóxicas. Esse contexto tem levado a um aumento dos casos de câncer e mortes prematuras. Assim, além do Racismo Ambiental, observa-se a atuação da Necropolítica, exercida pelo Estado, que, ao se omitir diante dessa realidade, contribui ativamente para a perpetuação desses riscos e para a manutenção de um sistema de morte direcionado a população:

O racismo é uma tecnologia de poder que vai operar o controle social, a dominação e a atuação do Estado. E é por meio desse tipo de dominação que se constitui a Necropolítica — política de morte — em que o Estado determina o corpo que deve viver e qual corpo deve morrer. Esse mecanismo é quem vai organizar o racismo ambiental que passa a operar no sentido de definir para quais corpos estão destinados os impactos ambientais negativos (Dutra, 2023, p.92).

A Constituição Brasileira, no artigo 6º, estabelece o direito à segurança como função essencial para a proteção do direito à vida e garantia de sua inviolabilidade, expressando-se não apenas no sentido de prevenção do crime, mas também como a expectativa de incolumidade física necessária ao exercício pleno de funções urbanas essenciais, como habitar, trabalhar, entre outras (BRASIL, 1988). No entanto, no Brasil, o racismo produz uma condição de “indignidade territorial”, à medida que os espaços de maioria negra são vistos como espaços que causam medo e temor, e seus moradores seriam a expressão do caos (Oliveira, 2021) e do risco. Trata-se de uma expressão simbólica, que reforça sua condição de Outro, e também material, pois essas populações são submetidas à incompletude do direito à vida, à segurança, à moradia digna, à educação de qualidade e à segurança alimentar.

Os direitos das crianças e dos idosos pobres e negros não são respeitados, no que se refere ao acesso à proteção integral para assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e pelo Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Menos ainda é observado o dever do poder público em assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, garantindo-lhes primazia na proteção e no socorro em quaisquer circunstâncias, bem como prioridade na formulação e execução das políticas sociais públicas, conforme determina o ECA (BRASIL, 1990). Além disso, a obrigação do Estado de garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde,

mediante a efetivação de políticas sociais que permitam um envelhecimento saudável e em condições dignas, está prevista no artigo 9º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Milton Santos (1998) destaca que, no Brasil, exige-se que os idosos cuidem de si próprios, e a sociedade aceita essa demanda hedionda, facilitando a implementação de um verdadeiro projeto de morte. Assim, os brasileiros assistem passivamente ao abandono programado dos idosos, dos pobres, dos negros e dos povos tradicionais, sendo esses os principais alvos do genocídio em curso no contexto político atual (Santos, 1998).

No que tange à população negra, é possível afirmar que essas pessoas são mortas precocemente em todas as faixas etárias, por causas preveníveis e evitáveis (Oliveira⁶, 1998 *apud* Carneiro, 2005). A combinação entre violência, opressão e pobreza recai sobre a população com base na raça, funcionando como uma espécie de pena de morte (Mbembe, 2018). No Brasil, os negros são mortos não apenas pela exposição às mais severas mazelas sociais, mas também porque seus corpos não sensibilizam a sociedade e suas mortes não geram comoção (Oliveira, 2021).

Essa é uma das diferenças fundamentais em um mesmo grupo social que sofre as mesmas dificuldades: a comoção e o atendimento são seletivos, dependendo da cor da pele. Afinal, “ver um negro é não ver que ele não está lá”, pois ele é considerado inexistente (Mbembe, 2014, p. 35). Isso ocorre porque a racialização permite que o país naturalize, sem questionamentos, a Necropolítica exercida sobre a população negra, considerada inferior e, portanto, não apta a acessar condições dignas de vida. Por esse motivo, suas mortes não são vistas como relevantes: são recorrentes e prontamente justificadas e naturalizadas, sem que haja investigação das causas ou implementação de políticas públicas eficazes de proteção, pois o imaginário coletivo já possui um veredito pronto (Reis, 2005). Como indica o Atlas da Violência:

Além dos canais indiretos, por meio dos quais o racismo estrutural opera para legar uma maior taxa de letalidade para a população negra, há o racismo que mata, operando diretamente na letalidade contra negros, por meio de um processo atávico de desumanização, que imprime uma imagem estereotipada do negro como perigoso, como pobre e bandido. É assim que, no Rio de Janeiro, jovens negros morreram por cometerem o crime de portar furadeira, guarda-chuva e até saco de pipoca. A pena capital foi aplicada por policiais que dizem ter pensado que estas pessoas seguravam armas, sem que ninguém tenha sido condenado por essas mortes (BRASIL, 2023d, p.56).

A população negra é o grupo mais sistematicamente vitimado no Brasil (BRASIL, 2023d). Em 2021, 77,1% das mortes violentas no país foram de pessoas negras (soma de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE), totalizando 36.922 vítimas (BRASIL,

⁶ OLIVEIRA, Fátima. **Oficinas Mulher Negra e Saúde.** Belo Horizonte, Mazza Edições, 1998.

2023d). No estado da Bahia, essa população correspondeu a 94% das vítimas de homicídios por agressão somados às mortes decorrentes de intervenção legal (BRASIL, 2023d). Ainda em 2021, as mulheres negras assassinadas representaram 67,4% (2.601) do total de mulheres assassinadas, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2023d). Além disso, pessoas negras foram 55,3% das vítimas homossexuais, 52,2% das vítimas bissexuais, 58% das mulheres trans e 40% dos homens trans assassinados (BRASIL, 2023d).

As mortes por homicídios são frequentemente atribuídas ao envolvimento com o tráfico ou ao consumo de drogas, enquanto os feminicídios são justificadas por relações amorosas com criminosos. Como resultado, esses assassinatos são frequentemente desvalorizados e tratados como eventos que não demandam investigação aprofundada, com discursos como: “morreu porque devia”, “bandido tem mesmo que morrer” e “é coisa deles lá, vagabunda só se mistura com vagabundo”. Situação semelhante ocorre em relação às mortes associadas a problemas ambientais, sobretudo urbanos, como inundações e deslizamentos, cujas vítimas são culpabilizadas sob o argumento de que “vai morar em área de risco porque quer”.

Além do que já foi apontado, a Necropolítica não se refere apenas à interrupção da vida, mas também à transformação de pessoas em mortos-vivos, devido à exposição lenta e recorrente a violências específicas (Mbembe, 2017). Trata-se da vivência de traumas crônicos coletivos, caracterizados pela exposição repetida à violência e pela limitação das possibilidades de fuga (Pain, 2019). Essas violências psicológicas são impunemente promovidas pelo Estado (Nixon, 2011), assumindo uma aparência de normalidade para aqueles que não as vivenciam, instaurando uma espécie de habituação ao sadismo (Mbembe, 2017). Esses traumas atingem grupos considerados descartáveis (McKenzie, 2015), historicamente desumanizados, como os povos indígenas e a população negra, rotulados como “selvagens” ou como seres “fortes” que “aguentam dor”.

Dada a distribuição dos papéis de gênero, a negação de direitos e a exposição à violência afetam a autoestima e a dignidade do homem negro, tradicionalmente visto como provedor da família e que, diante dessas condições, pode se sentir impotente frente às violências contra si e sua família. Do mesmo modo, as mulheres negras, frequentemente responsáveis pelo cuidado da família e da comunidade, não são compreendidas como dignas de proteção.

Nesse processo de vulnerabilização, observa-se também uma histórica culpabilização e marginalização das vítimas. Elas são frequentemente retratadas como passivas e, quando não

são responsabilizadas diretamente pelas situações que enfrentam, são vistas como culpadas por não conseguirem escapar delas (Strangleman et al., 1999). Esse mecanismo contribui para a manutenção e legitimação da violência praticada pelo Estado e para a retraumatização das vítimas, que passam a se sentir responsáveis pelo que sofreram (Pain, 2019).

Essa negação de direitos e exposição a violências e opressões gera danos psicológicos profundos, manifestando-se em sentimentos de desumanização, alteração de identidade, raiva, depressão, ódio de si e até suicídio (Pain, 2019). O desalento diante da vida pode levar ao abandono de si mesmo e da família, ao afastamento do lar e à vulnerabilidade nas ruas, além do desenvolvimento de problemas como alcoolismo. De acordo com o Centro de Informações de Saúde e Álcool (CISA, 2023e), o consumo abusivo de bebidas alcoólicas é mais frequente na população autodeclarada preta e parda (59%), enquanto atinge 39% da população branca e apenas 2% dos demais grupos. A cidade de Salvador lidera como a capital com maior frequência de consumo abusivo⁷ de bebidas alcoólicas (CISA, 2023e). Esse comportamento resulta em diversas consequências, incluindo mortes por doenças hepáticas e acidentes de trânsito. Dados do DATASUS apontam uma forte relação entre o consumo abusivo de álcool e óbitos decorrentes de acidentes de trânsito, especialmente envolvendo motocicletas (CISA, 2023e).

O trauma crônico é um processo de longa duração, e seus efeitos podem se manifestar tarde (Pain, 2019). Ele pode permanecer latente por períodos prolongados, sendo reativado com intensidade diante da rememoração do trauma ou da exposição contínua a novas formas de violência. Além disso, quando não tratado, esse tipo de trauma se torna intergeracional, perpetuando-se nas gerações futuras (Pain, 2019).

Por isso, definimos a Necropolítica como uma ação instrumentalizada e seletiva que tem como consequência a interrupção da vida de grupos específicos, restringindo suas possibilidades de viver plenamente, sonhar e projetar um futuro melhor. É a forma de governar pelo terror, que significa matar, seja em massa, seja em doses mais contidas, construindo mundos de desalento, reduzindo o valor da vida e criando o hábito da perda (Mbembe, 2017).

Em outras palavras, a Necropolítica se manifesta quando o Estado se faz ausente no atendimento das demandas da população em favor dos interesses do capital, ao mesmo tempo em que produz e reproduz um imaginário que desumaniza certos grupos, tornando-os sujeitos

⁷ Consumo, em uma única ocasião ou em menos de 30 dias, de 60 g ou mais de álcool puro. Sendo que o consumo considerado padrão, ou aceitável, corresponde a 14 g de álcool: 350 mL de cerveja (5% de álcool), 150 mL de vinho (12% de álcool) ou 45 mL de destilado (vodka, uísque, cachaça, gin, tequila, com 40% de álcool) (CISA, 2021e).

ao esquecimento e à morte. Esse fenômeno está alinhado à naturalização de processos historicamente construídos, como as mudanças climáticas e seus impactos desiguais.

Ferdinand (2022) chama a atenção para o conceito de Negroceno, um período marcado por profundas mudanças ecológicas e paisagísticas no planeta, no qual não apenas a população negra, enquanto fenótipo, origem étnica ou uma geografia particular, mas também outros grupos marginalizados – como os pobres, as mulheres e os trabalhadores – são sistematicamente negligenciados em nome do capitalismo, tornando-se os primeiros e principais impactados por eventos climáticos extremos. Os exemplos são inúmeros. Em 2005, o furacão Katrina, nos Estados Unidos, atingiu desproporcionalmente a população negra, expondo o descaso e o desinteresse do Estado na resposta à crise (Bueno, 2021). No Brasil, em 2024, as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, estado de maioria branca, também afetaram de forma mais significativa a população negra (Observatório da Metrópole, 2024).

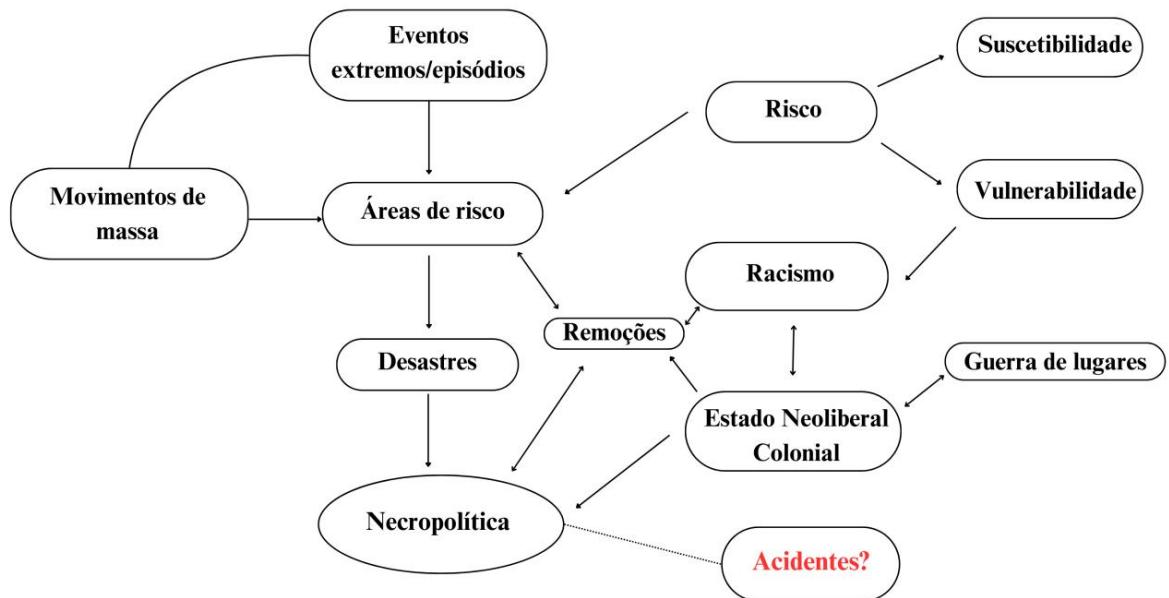
“Não existe um ‘nós’ homogêneo e igual diante das catástrofes” (Ferdinand, 2022, p. 150). Por isso, entendemos que, sob as mesmas condições de mazelas, sob o mesmo porão há interseccionalidades que acentuam ainda mais as desigualdades, nesse contexto, torna-se fundamental questionar: diante de um desastre, quem é considerado mais digno? Quem recebe socorro? Quem é deixado por último? Qual a posição dos negros, indígenas, homossexuais, candomblecistas, pessoas gordas, mães chefes de famílias, pessoas com mobilidade reduzida e idosos? Ferdinand (2022) denomina esse fenômeno como Política do Ciclone Colonial, na qual as catástrofes contemporâneas, em partes naturais, são resultado de certas formas de habitar a Terra, construções sociais, modelos econômicos e escolhas políticas.

Vivemos, assim, uma era de crise ecológica em que as catástrofes não são apenas naturais nem politicamente neutras; ao contrário, elas intensificam injustiças e desigualdades preexistentes (Ferdinand, 2022). Portanto, é essencial desnaturalizar os desastres ambientais, pois seus efeitos mais drásticos recaem sobre a população negra, como resultado de uma história de ocupação territorial excludente e de um tratamento desfavorável por parte do Estado (Bueno, 2021). Além de atuar como um mecanismo da Necropolítica, tais eventos se tornam lucrativos para determinados setores, reforçando os fundamentos coloniais do mundo e ampliando as desigualdades (Ferdinand, 2022). Contudo, ainda que a Necropolítica seja uma realidade, não a consideramos imutável. Reconhecer sua existência e seus impactos é um passo essencial para pensar alternativas e construir possibilidades de vida.

Conforme a Figura 4, no contexto dos riscos ambientais, uma série de elementos contribui para a manutenção dessa Necropolítica. Os eventos extremos ou episódios pluviométricos desencadeiam movimentos de massa, afetando “áreas de risco”, onde reside

uma população em condições ambientais precárias, com infraestrutura deficiente e serviços inadequados, fatores que favorecem a ocorrência de desastres.

Figura 4 - Principais conceitos



Elaboração: Souza (2025).

Dessa forma, a Necropolítica pode ser exercida tanto pela ação quanto pela omissão do Estado na criação e manutenção desses ambientes de morte, estabelecendo mecanismos de vulnerabilização da população. Isso ocorre a partir do entendimento de que a população afetada é racializada como inferior e percebida como uma ameaça à estrutura social pautada no racismo, o que a torna "legitimada" a morrer ou a viver em contextos de morte.

Para sustentar essa lógica, o Estado utiliza um conjunto de discursos que naturalizam tais mortes recorrentes, atribuindo-as a "acidentes", à culpa dos próprios indivíduos por residirem em "áreas de risco" e às chuvas, consideradas inevitáveis. Enquanto isso, o Estado concentra seus esforços na garantia do funcionamento do capitalismo, investindo em espaços selecionados das cidades para atrair investimentos, que não se refletem em melhoria das condições de vida da população. Sendo assim, quando conveniente, sob argumento do risco, o Estado remove a população de áreas de riscos lançando a população em novos ambientes de mortes e entregando as "áreas de riscos" para o setor imobiliário.

Nesse sentido, na seção a seguir, serão discutidos os resultados sobre a realidade de Salvador, analisando a Necropolítica a partir da criação e manutenção de um processo contínuo de vulnerabilização.

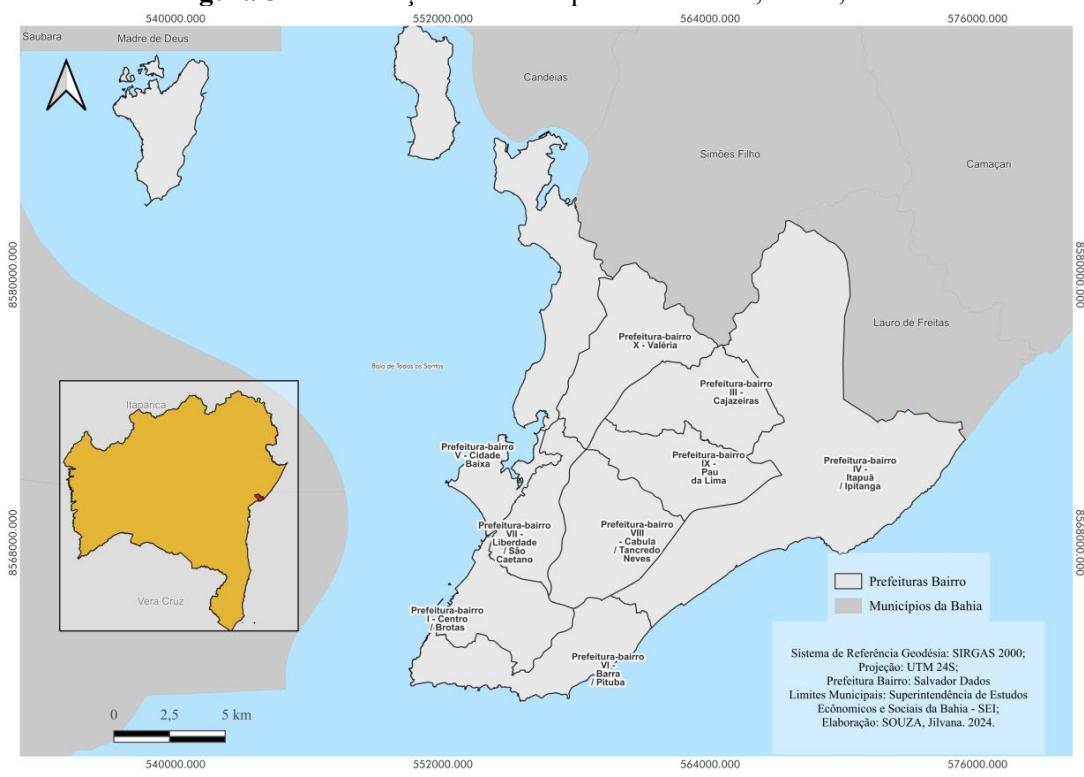
4 SALVADOR, CAPITAL DA ALEGRIA

Esta seção apresenta a análise sobre Salvador, destacando, inicialmente, as características gerais do município e detalhando as principais causas de deslizamentos e desabamentos com vítimas humanas ocorridos entre os anos 2000 e 2015. Em seguida, abordamos a relação entre racismo, o processo de ocupação de Salvador e os eventos registrados ao longo dos anos. Por fim, discutimos as condições socioeconômicas e o processo de vulnerabilização da população no período atual.

4.1 Chuvas na cidade de papel

Salvador (Figura 5), como entidade político-administrativa, está situada na região Nordeste do país, no estado da Bahia, sendo margeada pelo Oceano Atlântico e pela Baía de Todos os Santos. O município possui uma extensão territorial de 693,442 km², abrangendo tanto a península (cidade) quanto as ilhas da Baía de Todos os Santos (BRASIL, 2023).

Figura 5 - Localização do município de Salvador, Bahia, Brasil



Elaboração: Souza (2025).

Sua população, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, é de 2.417.678 habitantes (BRASIL, 2023). Sabe-se que 45,5% da

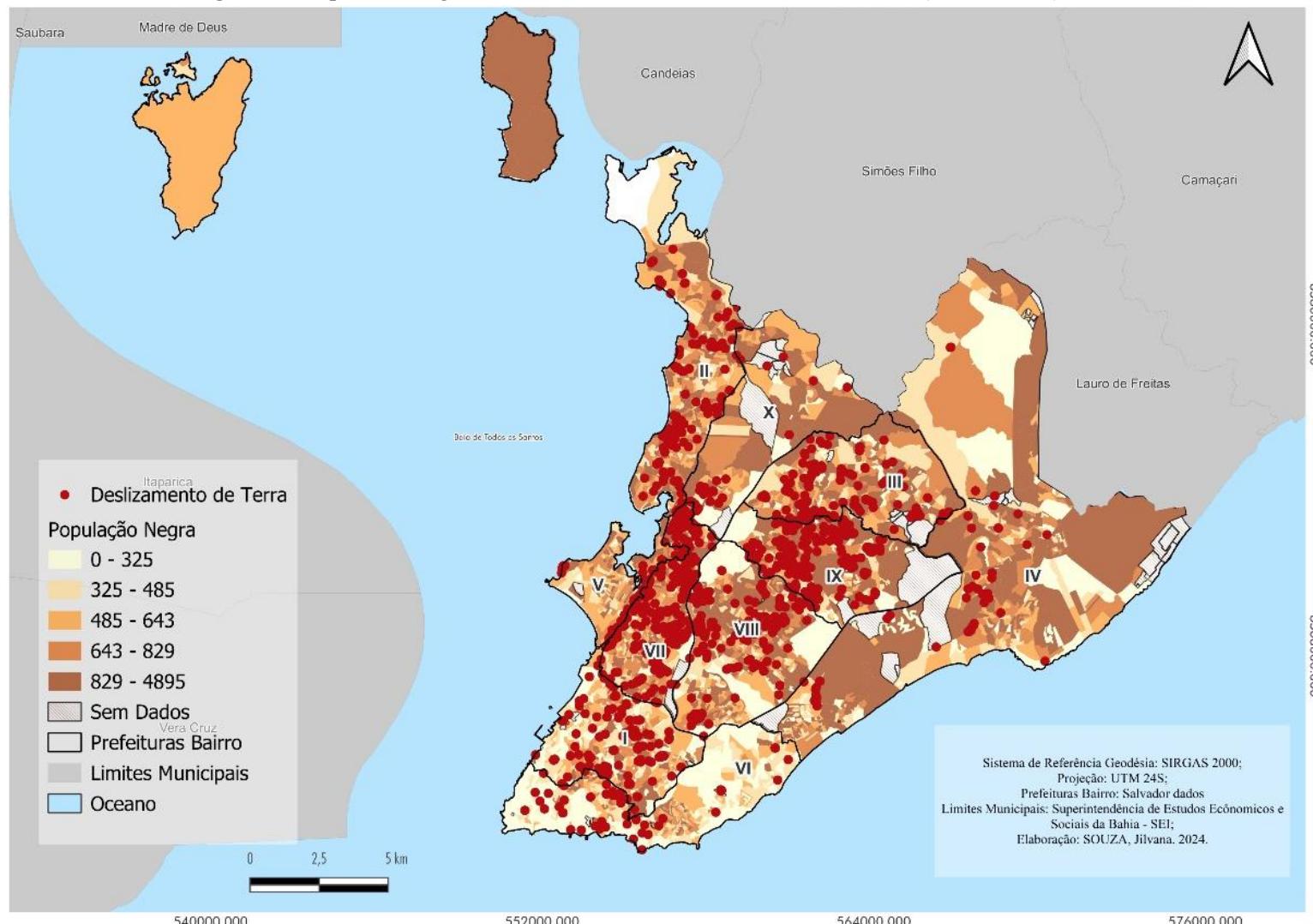
população soteropolitana reside em áreas de risco de deslizamentos e alagamentos (IBGE, 2018). Esse cenário ocorre em um município cuja população é composta por 83,1% de pessoas negras, incluindo os autodeclarados pretos e pardos (Gomes *et al.*, 2021).

A atual subdivisão administrativa territorial do município é baseada nas Prefeituras-Bairro, com dez unidades representativas da Prefeitura de Salvador, cuja finalidade é promover, nas respectivas áreas de competência, em articulação com as secretarias e entidades da administração municipal, a execução dos serviços públicos, incluindo fiscalização, manutenção urbana e atendimento ao cidadão, além de assegurar a participação da comunidade na gestão pública (SALVADOR, 2012).

A partir das Prefeituras-Bairro, é possível identificar a concentração de deslizamentos principalmente na porção oeste da cidade, às margens da Baía de Todos os Santos, abrangendo as Prefeituras-Bairro II – Subúrbio-Ilhas e VII – Liberdade-São Caetano, bem como no centro geográfico da cidade, onde se encontram as Prefeituras-Bairro VII – Cabula-Tancredo Neves, IX – Pau da Lima e III – Cajazeiras (Figura 5). Observa-se que os deslizamentos ocorrem majoritariamente nas áreas onde reside a população negra e de menor renda, enquanto as menores ocorrências ocorrem onde reside a população branca e de maior renda salarial.

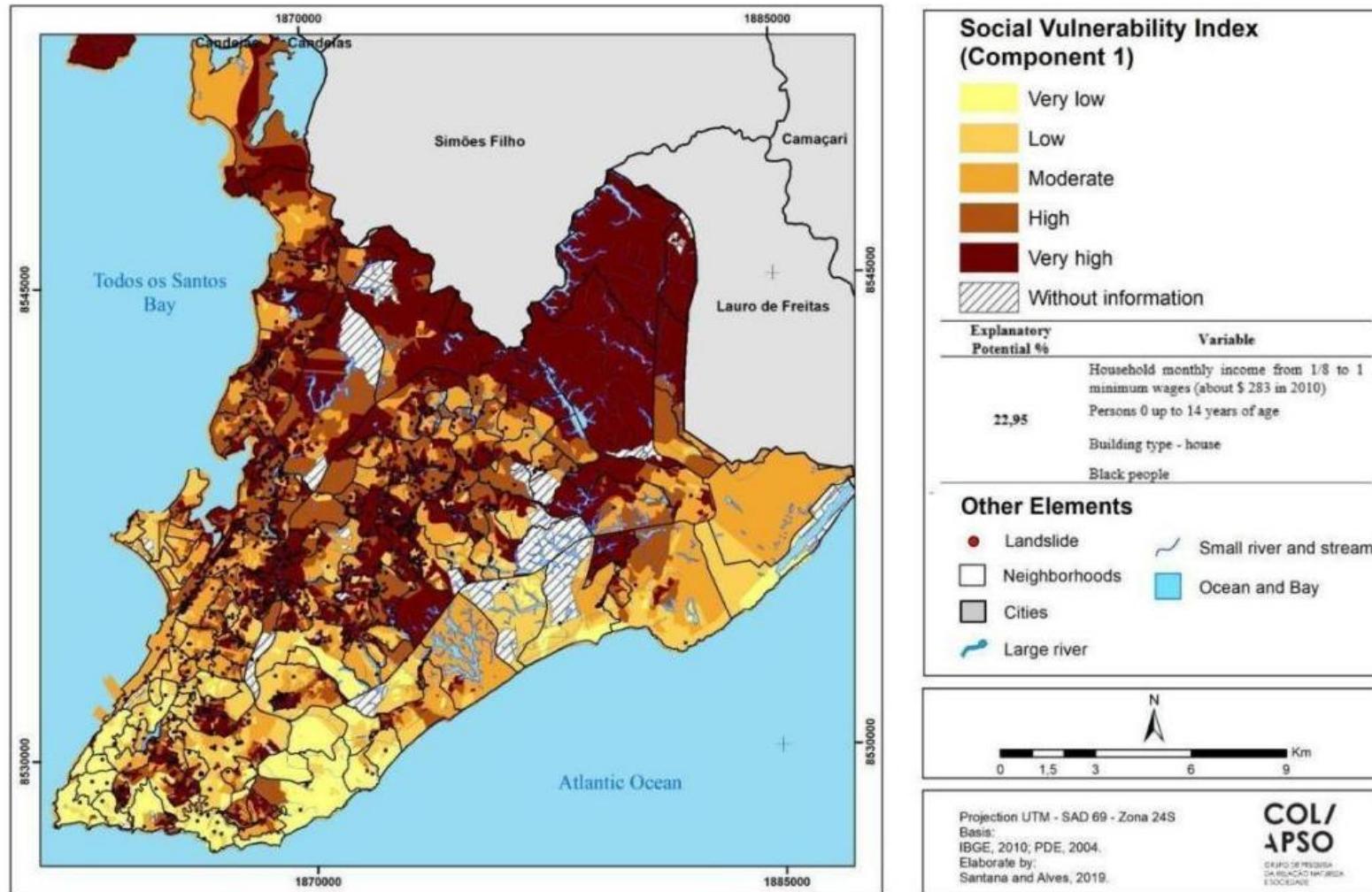
No que se refere ao grupo populacional de maior vulnerabilidade social em Salvador (Santana, 2019), que também está mais exposto a situações de deslizamento, destaca-se a população preta (excluindo os autodeclarados pardos). Esse grupo, em sua maioria, reside em domicílios do tipo casa, com presença de crianças de 0 a 14 anos, e possui renda mensal domiciliar entre 1/8 de salário e um salário mínimo (Figura 6).

Figura 6 - População negra de Salvador e ocorrências de deslizamentos (2014 a 2019)



Elaboração: Souza (2025).

Figura 7 - Índice de Vulnerabilidade Social



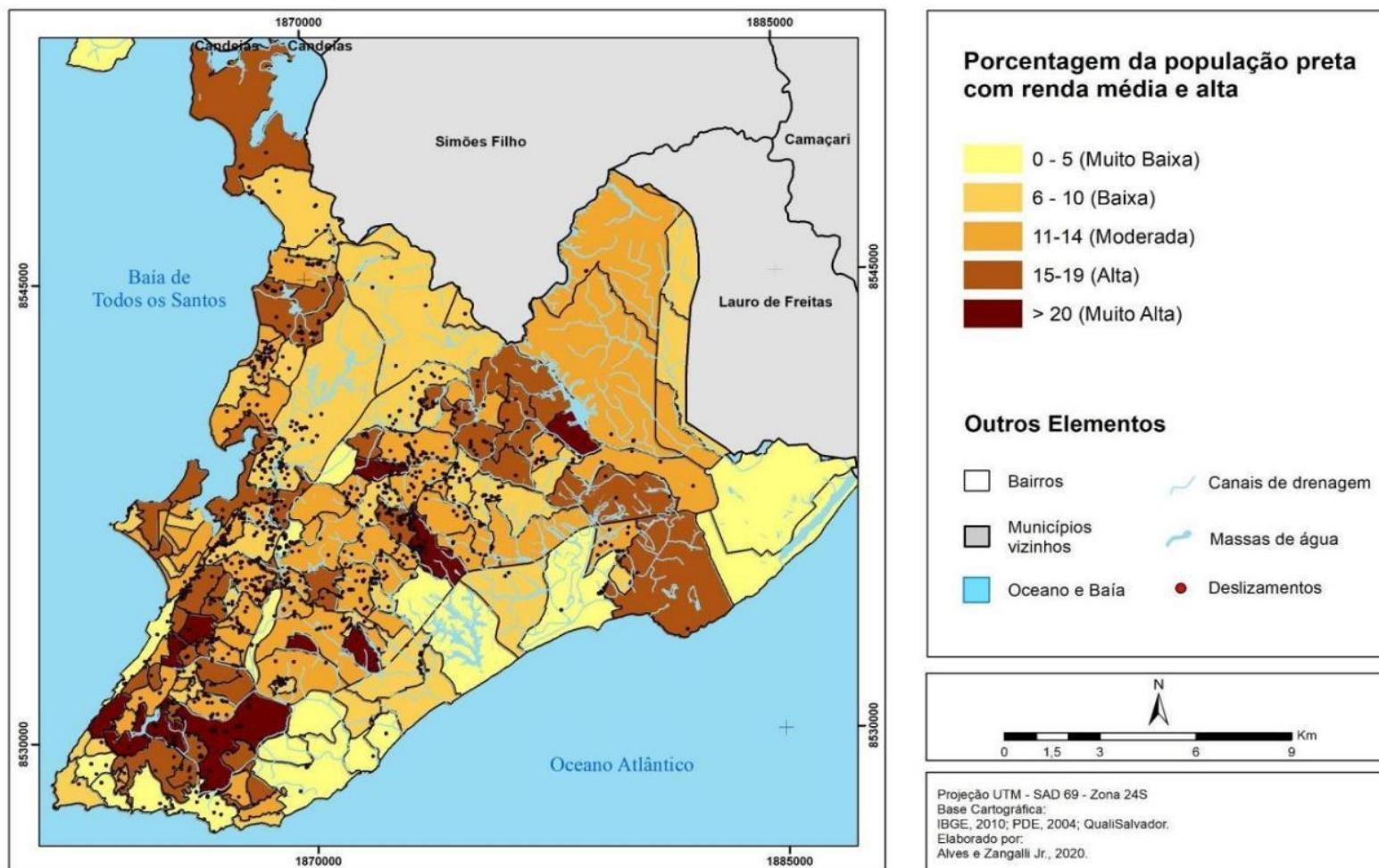
Fonte: Santana (2019).

No entanto, a população preta (excluindo os autodeclarados pardos) que possui maior renda também reside em áreas de risco em Salvador (Figura 8) (Zangalli Jr. e Alves, 2021). Isso indica que, mesmo dentro da população negra, os autodeclarados pretos estão em condições ainda mais precárias. Além disso, revela que a questão dos deslizamentos não está relacionada exclusivamente a fatores econômicos, mas é atravessada pela ordem espacial do racismo, que expõe a população negra a uma condição de cidadania mutilada (Santos, 1998) e impede que usufrua do espaço urbano da mesma forma que a população branca.

O fato de a população preta residir em áreas de risco, mesmo tendo condições financeiras para viver em locais mais seguros, pode estar relacionado às escolhas desse grupo em permanecer nos locais onde foram criados, em razão dos vínculos sociais e das relações estabelecidas com o território, construídos sobretudo pela solidariedade diante da necessidade (Monteiro; Medeiros; Nasciutti, 2017).

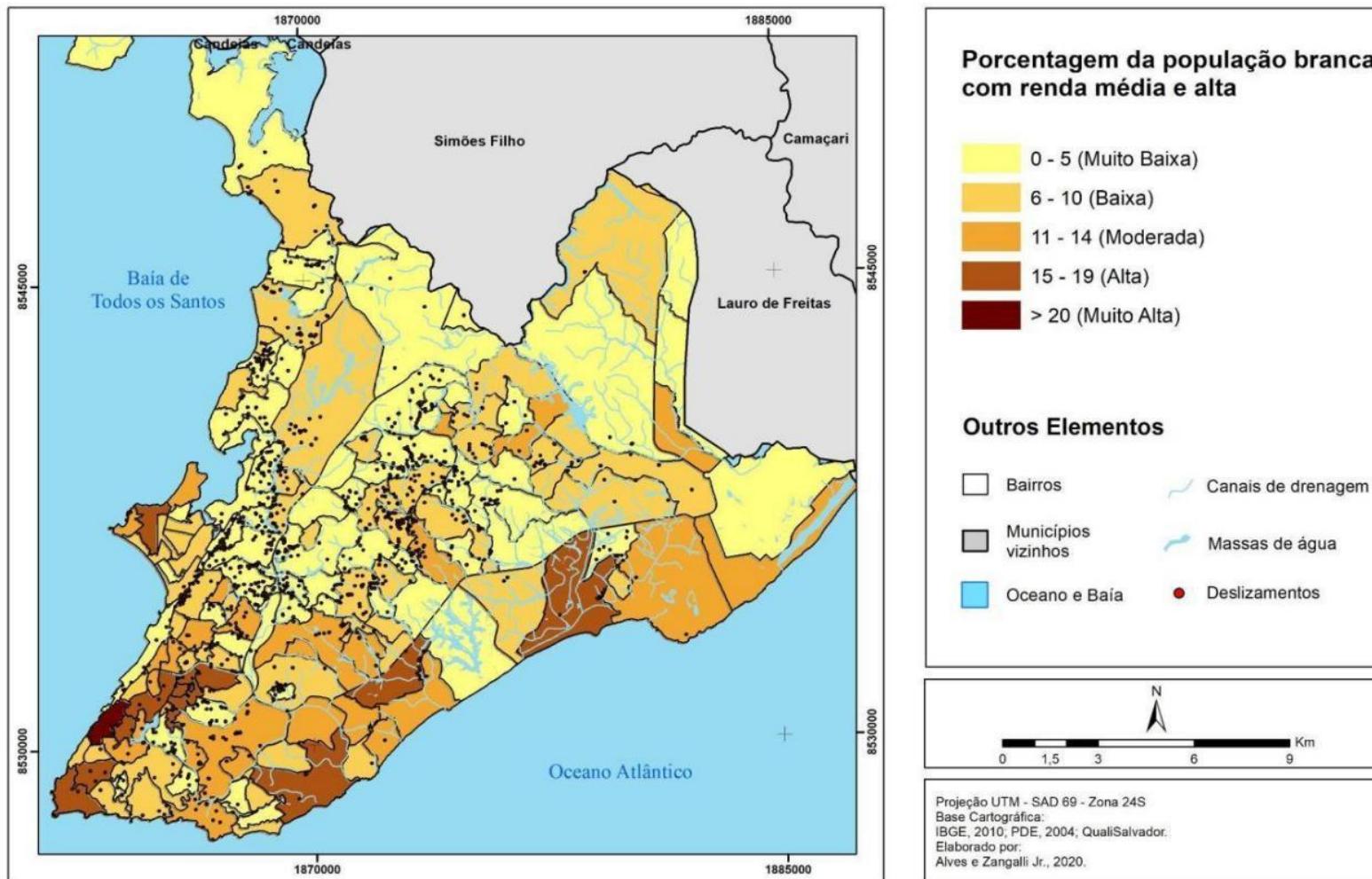
Contudo, os bairros com melhores terrenos, maior oferta de infraestrutura e serviços, e menor incidência de deslizamentos são aqueles que concentram a população branca de maior renda salarial (Figura 9). Nessas localidades, ocorrem maiores tensões, ataques racistas, fomento ao isolamento racial e abordagens policiais, tornando-se, portanto, ambientes hostis e de ameaça de morte para a população negra.

Figura 8 - População Preta com renda média e alta em Salvador



Elaboração: Souza (2025).

Figura 9 - População Branca com renda média e alta



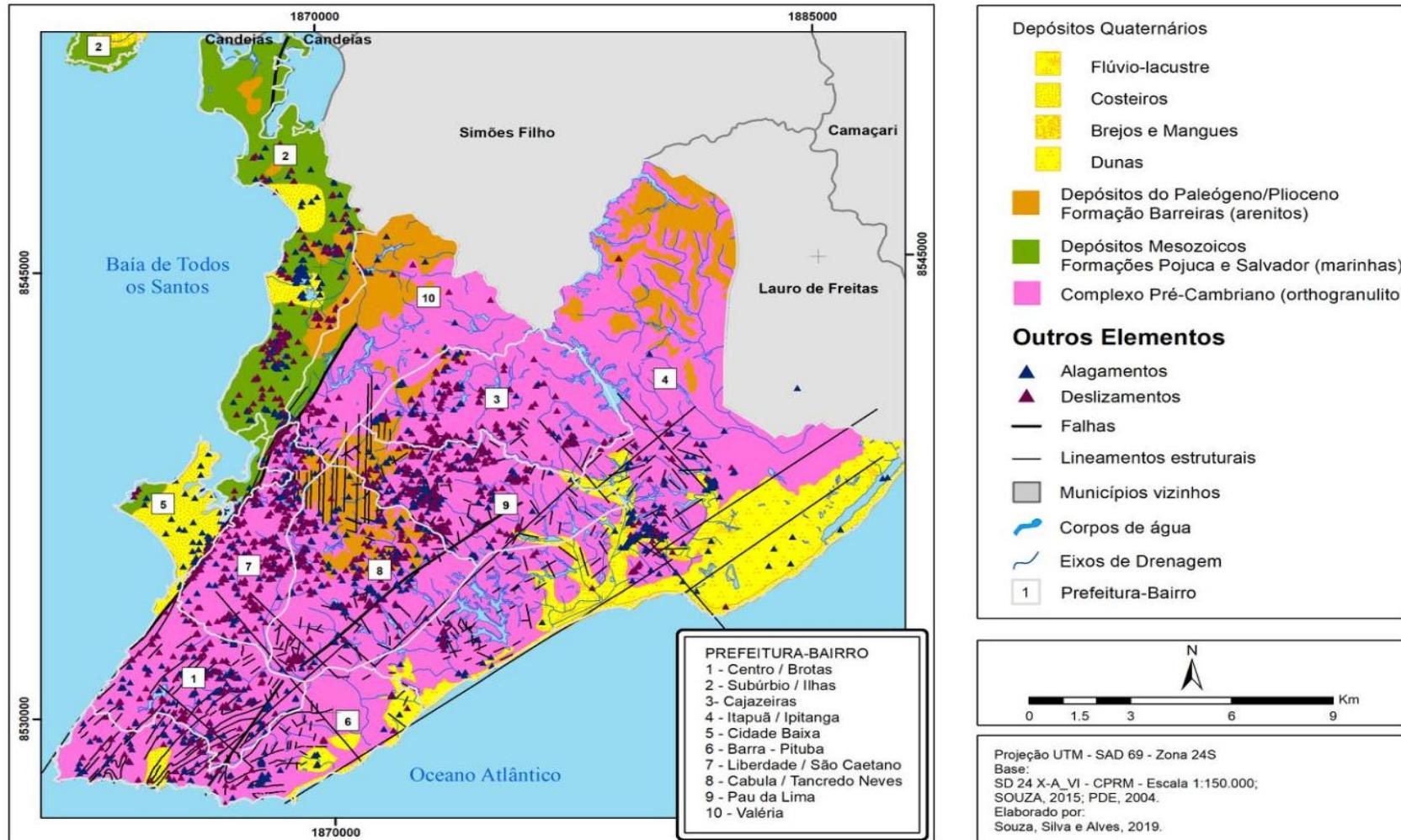
Elaboração: Souza (2025).

A alta concentração populacional em áreas de risco em Salvador não está diretamente relacionada às condições naturais de suscetibilidade. O CEMADEN aponta que tanto Salvador quanto Recife, duas capitais nordestinas com grande presença de população negra, não estão classificadas entre as áreas de alta suscetibilidade a deslizamentos no Brasil (Brasil, 2022a). No entanto, essas cidades apresentam uma elevada incidência desses eventos, em razão da ocupação de encostas em condições precárias de infraestrutura e serviços básicos.

No que se refere às características que contribuem para os deslizamentos, destacam-se as falhas geológicas, especialmente a Falha de Salvador e a Falha Iguatemi, os contatos litológicos, a declividade e os eixos de drenagem (Souza, Silva e Alves, 2019). Salvador (Figura 9) é composta por rochas do Cráton São Francisco, bloco Salvador-Esplana, originadas durante a subdivisão do Orógeno no Paleoproterozoico. Segundo Souza (2013), essas rochas são formadas por granulitos e anfibolitos, que possuem uma grande quantidade de fraturas e falhas, facilitando o fluxo de água (Schaefer, 2013). Essas fraturas aumentam a infiltração e retenção de água no material, favorecendo sua concentração nos espaços mais porosos. Esse processo intensifica o intemperismo, gerando descontinuidades mecânicas (Fernandes e Amaral, 2000) e criando um ambiente propício para deslizamentos, como pode ser observado nas áreas próximas às falhas.

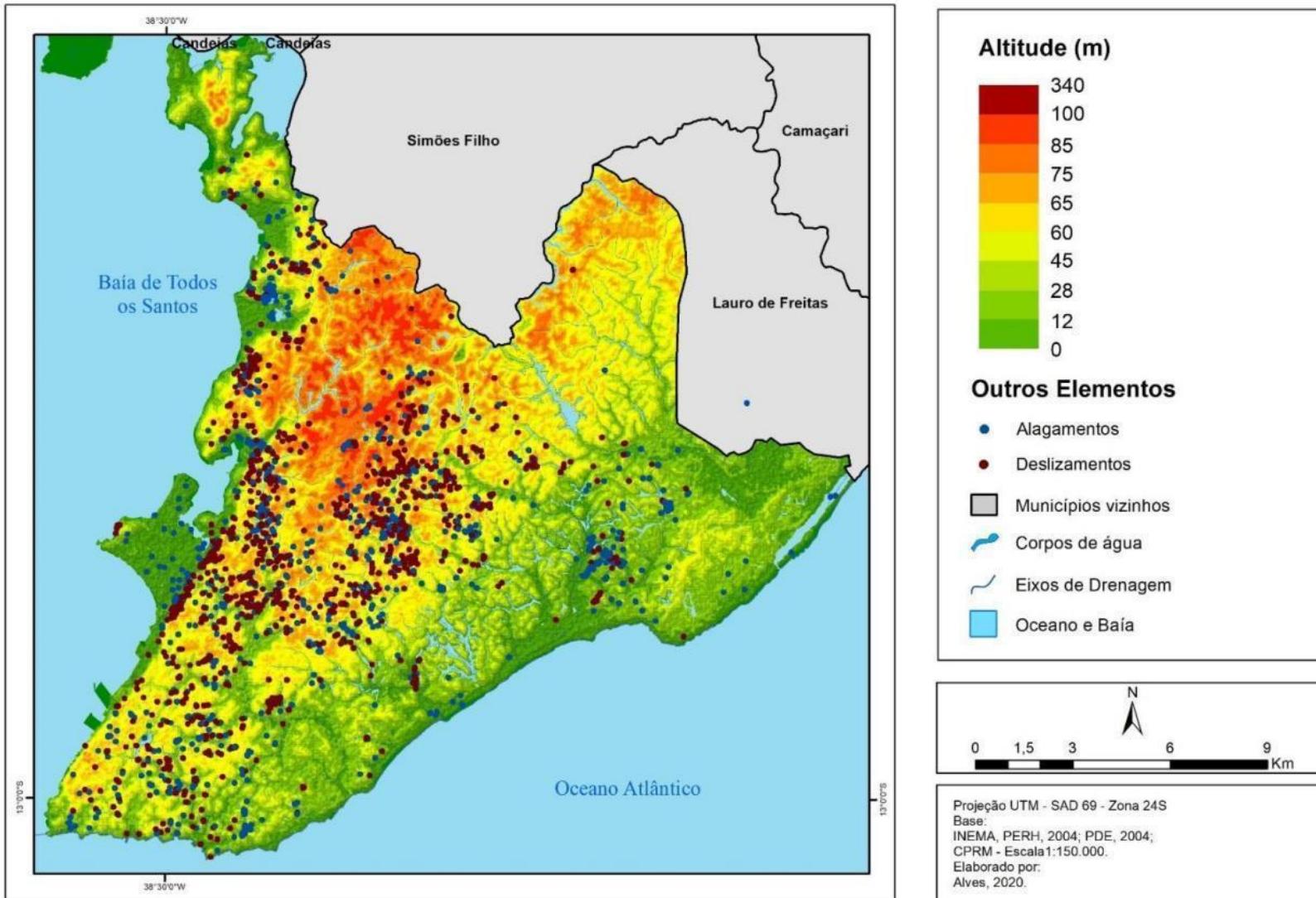
Ademais, o contato entre as rochas do embasamento e as da Bacia do Recôncavo resulta em uma descontinuidade no processo de infiltração, o que pode favorecer o deslizamento de blocos e escorregamentos (Schaefer, 2013). Esse fenômeno é observado ao longo da Falha de Salvador, em áreas com altitudes em torno de 75 metros (Figura 10), onde está localizada a Prefeitura-Bairro VII Liberdade-São Caetano.

Figura 10 - Geologia de Salvador



Fonte: Souza, Silva e Alves (2019).

Figura 11 - Hipsometria de Salvador

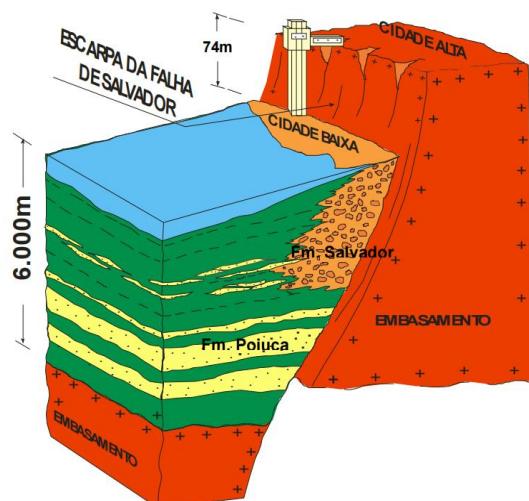


Fonte: Souza, Silva e Alves (2019).

Com a separação dos continentes e a abertura do Oceano Atlântico durante o Mesozoico, período em que se formou a Baía de Todos os Santos, as rochas do Cráton foram gradualmente cobertas pelas rochas sedimentares da Bacia do Recôncavo. Esta faz parte do sistema Recôncavo-Tucano-Jatobá, um *rift* abortado durante a abertura do oceano (Souza, 2015). Na região oeste da cidade, ao longo das margens da Baía de Todos os Santos, nas áreas das Prefeituras-Bairro Subúrbio-Ilhas e Cidade Baixa, os depósitos da Bacia do Recôncavo são representados pelas formações Salvador e Pojuca (Figura 12), compostas principalmente por arenitos, folhelhos e siltitos (Salvador, 2004), o que torna a área propensa à erosão e a movimentos de massa.

Os arenitos, caracterizados pela predominância da fração areia, são porosos, possuem boa permeabilidade e podem sofrer erosão em sulcos ou erosão diferencial quando em contato com materiais de texturas distintas (Schaefer, 2013). Os siltitos, dominados pela fração silte, são mais suscetíveis à erosão diferencial devido à sua disposição em camadas e à presença de variações texturais (Souza, 2021). Já os folhelhos, de granulação fina e composição argilosa a silto-argilosa, apresentam estratificações finas que influenciam a infiltração da água e orientam seu fluxo. Devido à sua maior superfície de contato, favorecem a retenção de água, prolongando o processo de lixiviação dos elementos por mais tempo (Suguiio, 2003). Além disso, a presença de argilas expansivas pode gerar fissuras e contribuir para a ocorrência de processos erosivos (Suguiio, 2003).

Figura 12 - Bloco diagrama mostrando a zona da escarpa da Falha de Salvador e sedimentos da Bacia do Recôncavo



Fonte: Sanches e Pedreira, 2003. Extraído de Silva (2005).

No centro e no norte geográfico da cidade, onde estão localizadas as Prefeituras-Bairro Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima, Cajazeiras, Valéria e Itapuã-Ipitanga, em altitudes que variam em torno de 100 metros, os materiais do embasamento cristalino encontram-se recobertos pelos sedimentos do Grupo Barreiras. Apresentando-se como um extenso tabuleiro com relativa inclinação em direção à costa (Silva, 2005), esse grupo foi formado durante o Cenozoico, entre o Mioceno e o Plioceno, possuindo origem marinha e continental em decorrência das variações do nível do mar (Arai, 2006).

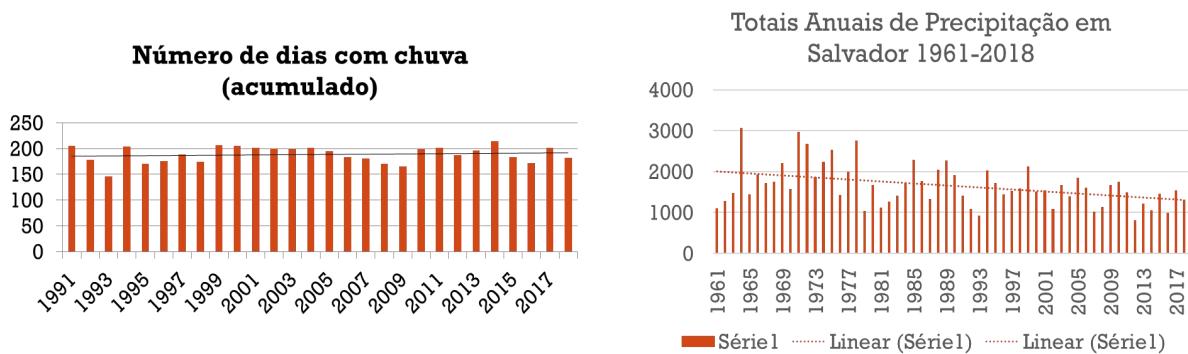
O Grupo Barreiras é composto por sedimentos arenosos, detriticos e siliciclásticos pouco ou mal consolidados, caracterizados por baixa coesão e alta permeabilidade (Salvador, 2004). Sendo as diferenças texturais entre os estratos facilitadoras para eventos erosivos, devido às descontinuidades na infiltração de água (Souza, 2021). No entanto, os deslizamentos concentram-se nas Prefeituras-Bairro Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras, especialmente nos contatos entre o Grupo Barreiras e o embasamento cristalino, bem como nos eixos de drenagem (Figura 9).

Às margens do Oceano Atlântico, na porção leste da cidade, com altitudes que variam de 0 a 12 metros, estão localizadas as Prefeituras-Bairro Barra-Pituba e Itapuã-Ipitanga, onde se situa a planície costeira, modelada pelos processos exógenos do Neógeno (Souza, 2021). São depósitos de origem marinha, fluvial e eólica, e, no geral, arenosos, areno-argilosos, argilosos não consolidados (Souza, 2015) e com menor número de ocorrências de deslizamentos.

Salvador possui um clima quente e úmido, com chuvas concentradas entre os meses de março e julho e uma pluviometria anual que não ultrapassa 2.000 mm. Gonçalves (2009) aponta um acumulado médio anual de 1.921,6 mm para a série histórica de 1904 a 1989. No entanto, Zangalli Júnior e Alves (2021) identificaram um acumulado médio de 1.816,2 mm entre os anos de 1991 e 2019. Esses dados indicam que tanto a quantidade de precipitação quanto o número médio de dias chuvosos têm diminuído (Figuras 12 e 13). Os autores identificaram que, até 1989, eram registrados 217 dias de chuva por ano, enquanto, a partir da década de 1990, esse número reduziu para 188 dias.

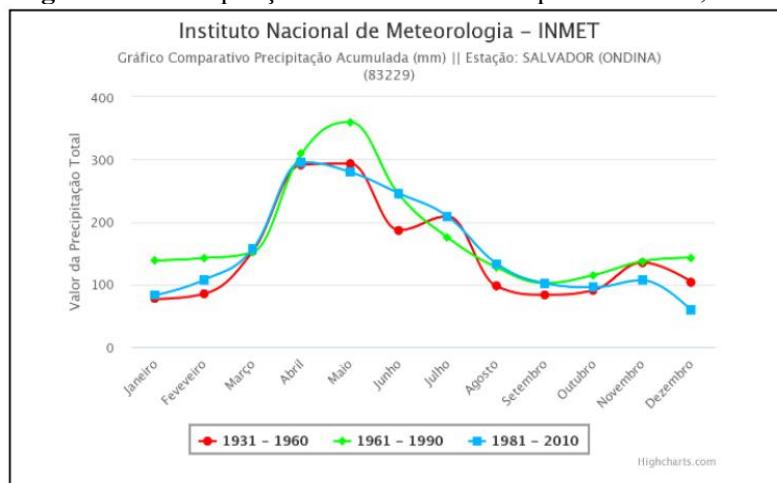
Observando a Figura 13, nota-se uma redução no número de dias com chuva nos últimos anos. No entanto, a reta de tendência não fornece elementos suficientes para conclusões definitivas. Por essa razão, estudos futuros investigarão a possível diminuição do número de dias chuvosos, a intensificação do volume de precipitação em um período de 24 horas e se essa concentração pluviométrica tem contribuído para a ocorrência de deslizamentos no município.

Figura 13 - Evolução do acumulado de chuvas por ano em Salvador, Bahia



Fonte: Zangalli Júnior e Alves (2021).

Figura 14 - Precipitação acumulada mensal para Salvador, Bahia



Fonte: Brasil (2022b).

Gonçalves (2009) destaca a incidência de alagamentos a partir de chuvas com intensidade de 60 mm em 24 horas, enquanto os deslizamentos ocorrem a partir de 70 mm no mesmo período. Zangalli Júnior e Alves (2021) identificaram um limiar, ou seja, o nível limite de precipitação capaz de desencadear episódios de deslizamento, de 61,8 mm e 25,5 mm em 24 horas, considerando a realidade do espaço urbano de Salvador e os impactos desiguais sentidos pela população.

No período da série histórica de 1991 a 2019, foram registrados 524 eventos extremos de chuva. No entanto, a maioria dos deslizamentos não ocorre em níveis de precipitação extrema, justamente por esses eventos serem mais raros (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação dos extremos (1991 a 2019) em Salvador, Bahia

Nível Limiar (mm)	Nº de eventos de deslizamentos
IV: Acima de 124,2	7
III: $98,9 \leq P < 124,1$	17
II: $73,6 \leq P < 98,8$	53
I: $48,3 \leq P < 73,5$	108
Normal: $P < 48,2$	339

Fonte: Adaptado de Zangalli Júnior e Alves (2021).

É por essa razão que a chuva, sendo uma ameaça para a ocorrência de deslizamentos, torna-se um gatilho de preocupação dentro das favelas, em virtude de suas consequências danosas, conforme evidenciado no relato de Evaristo (2017, p. 103):

Tempo triste era o tempo de chuva na favela. (...) A chuva persistente acabava por amolecer as paredes do barraco que, entretanto, iam resistindo por teimosia até o momento em que não aguentavam mais. Às vezes, rachavam primeiro, denunciando fraqueza, outras vezes não, caíam rápido e de repente. E quando ouvíamos um barulho, surdo, seco, apurávamos os ouvidos esperando gritos de dores humanas (Evaristo, 2017, p.103).

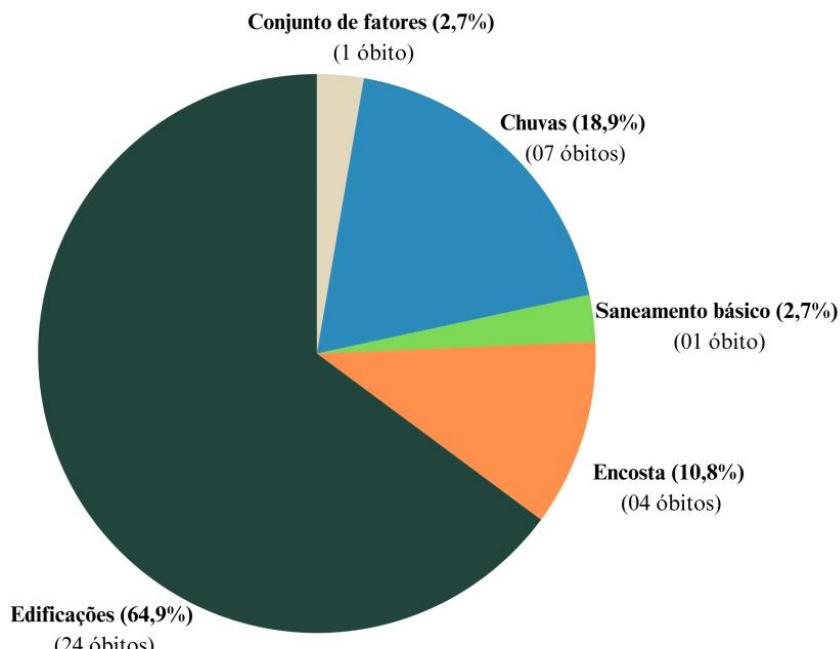
Como as chuvas são o principal gatilho para os deslizamentos e a principal justificativa para a atuação da gestão municipal de Salvador, apresentamos a análise do histórico de eventos de deslizamentos e desabamentos e sua relação com os índices pluviométricos. Entre os anos de 2000 e 2015, identificamos 325 registros relacionados a esses eventos, resultando em um total de 247 feridos e 78 óbitos.

Os deslizamentos ocorreram, predominantemente, em bairros com maior precariedade de infraestrutura e condições de pobreza, resultando na morte de 38 pessoas. Já os desabamentos concentraram-se no Centro Histórico, levando a 37 falecimentos. Cabe ressaltar que nossa análise tem como base os dados da estação meteorológica de Ondina, a única estação pluviométrica em funcionamento no período analisado, localizada na Orla Marítima.

Com relação às causas dos desabamentos com óbitos, conforme ilustrado na Figura 15, observa-se que a principal delas está relacionada às condições das edificações, incluindo a precariedade dos imóveis, a falta de manutenção e as construções irregulares, fatores que

corresponderam a 24 óbitos (64,9%). Além disso, quatro mortes (10,8%) foram causadas pela ausência de contenção nas encostas e por cortes irregulares. Por fim, as chuvas foram responsáveis por sete óbitos (18,9%), com acumulados de 50 mm em um período de cinco dias.

Figura 15 - Distribuição de causas de Desabamentos com Óbitos (2000 a 2015)



Fonte: CODESAL (2023) e INMET (2023). Elaboração: Souza (2025).

Os desabamentos decorrentes de problemas estruturais em edificações ocorreram, principalmente, nos bairros do Centro Histórico, estando diretamente relacionados à falta de conservação e manutenção dos imóveis. No total, foram registradas doze ocorrências, sendo três delas fora do período de atuação do Programa Operação Chuva: em novembro de 2007, na Prefeitura-Bairro Centro-Brotas, com sete óbitos; em setembro de 2009, na Prefeitura-Bairro Liberdade-São Caetano, com um óbito; e em agosto de 2010, novamente na Prefeitura-Bairro Centro-Brotas, com uma vítima fatal (Quadro 2).

Observa-se, ainda, que cinco desabamentos ocorreram em dias sem registros de chuvas na estação meteorológica (Quadro 2). No ano de 2006, foram registrados desabamentos em dias com 0,0 mm de precipitação, como na Travessa dos Barris, no Centro Histórico, e no bairro do Lobato (Prefeitura-Bairro Cidade Baixa), ambos resultando em uma fatalidade cada. Em 2007, com registro de apenas 0,3 mm de chuva, sete pessoas faleceram no desabamento parcial de um imóvel no bairro de Nazaré (Prefeitura-Bairro Centro-Brotas). Já em 2009, com registro de 0,0 mm de precipitação, um desabamento no bairro Fazenda Grande do Retiro (Prefeitura-Bairro Liberdade-São Caetano) levou a óbito uma pessoa, assim como

em 2011, quando outra vítima fatal foi registrada na Ladeira da Soledade, no Centro Histórico (Prefeitura-Bairro Centro-Brotas).

Além disso, outros cinco desabamentos ocorreram em dias com acumulados de até 20,1 mm de chuva, resultando na morte de oito pessoas. Destaca-se que três desses desabamentos ocorreram em casarões antigos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), situados no Centro Histórico (Quadro 2).

Quadro 2 - Desabamentos com óbitos causados por problemas em edificações com totais de chuvas de até 20,1mm em Salvador, Bahia (2000 a 2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Óbitos
Centro-Brotas	Travessa dos Barris	13/04/2006	0,0	60,9	1
Liberdade- São Caetano	Rua Lourival Alves, S/N - Fazenda Grande do Retiro	01/05/2006	20,1	104,5	1
Cidade Baixa	2ª Travessa 31 de dezembro, nº 272 - Lobato	25/07/2006	0,0	11,0	1
Centro-Brotas	Ladeira da Fonte das Pedras (Fonte Nova) - Nazaré	25/11/2007	0,3	9,7	7
Cidade Baixa	Rua Silvino Pereira, nº 02 - Uruguai	08/07/2009	16,0	12,7	1
Liberdade- São Caetano	Rua Almirante Tamandaré, nº16 - Fazenda Grande do Retiro	19/09/2009	0,0	4,0	1
Centro-Brotas	Rua Conselheiro Lafaiete, s/n - Comércio	17/08/2010	14,9	27,4	4
Centro-Brotas	Ladeira da Soledade, n.133 - Barbalho	25/05/2011	0,0	32,7	1
Centro-Brotas	Ladeira da Preguiça, n.62, casa 01- Comércio	19/05/2015	14,6	180,6	1
Centro-Brotas	Ladeira da Conceição da Praia, n.06 - Comércio	23/05/2015	5,0	171,5	1

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

As ocorrências com volumes mais elevados de chuva foram registradas em 17 de agosto de 2010, quando houve um acumulado de 50,8 mm em um único dia e 49,5 mm nos cinco dias anteriores (Quadro 3).

Nesse contexto, dois desabamentos ocorreram: o primeiro na Prefeitura-Bairro Cabula-Tancredo Neves, resultando no falecimento de três pessoas, cujas causas foram atribuídas à precariedade das estruturas do imóvel associada às fortes chuvas. O segundo desabamento aconteceu no mesmo dia, em um dos casarões históricos localizados na Prefeitura-Bairro Centro-Brotas, no setor turístico da cidade. Esse desastre foi causado pelas más condições de conservação e manutenção do imóvel, levando à morte de uma pessoa.

Quadro 3 - Desabamentos com óbitos causados por problemas em edificações em Salvador, Bahia (2000 a 2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Óbitos
Cabula-Tancredo Neves	Rua Professor Souza Carneiro, Lote 19-Pernambués	17/07/2010	50,8	49,5	3
Centro-Brotas	Ladeira da Conceição da Praia, s/n - Centro				1

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

No que se refere aos desabamentos com óbitos relacionados a problemas de contenção, foram identificadas três ocorrências (Quadro 4). Em fevereiro de 2004, no bairro do Imbuí (PB Itapuã-Ipitanga), dois óbitos ocorreram devido a um corte irregular na encosta e à saturação do solo provocada pelas chuvas (83 mm no dia). Em janeiro de 2013, no bairro do Itaigara (PB Barra-Pituba), uma vítima foi registrada em decorrência da sobrecarga na parede de contenção, sem ocorrência de precipitação no dia (0,0 mm). Já em junho de 2015, no bairro do Trobogy (PB Pau da Lima), uma pessoa faleceu em um desabamento causado por contenção inadequada e chuvas (38,8 mm no dia e 41,0 mm acumulados).

Quadro 4 - Desabamentos com óbitos por problemas de contenção em Salvador, Bahia (2000 a 2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Óbitos
Itapuã-Ipitanga	Travessa do Bate Facho - Imbuí	29/02/2004	83,0	0,0	2
Barra- Pituba	Rua Almeida Garret, n.105 - Itaigara	16/01/2013	0,0	1,4	1
Pau da Lima	Avenida Luís Viana, n.6631 - Trobogy	22/04/2009	38,8	41	1

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Foram identificados quatro desabamentos induzidos pelas chuvas, todos com acumulados superiores a 50 mm nos cinco dias anteriores (Quadro 5). O evento ocorrido em Sussuarana foi registrado no dia em que choveu 25,9 mm (percentil 95), enquanto o desabamento no Garcia ocorreu em um dia com precipitação de apenas 4,4 mm, porém com um acumulado de 112,2 mm nos dias anteriores.

Quadro 5 - Desabamentos com óbitos causados pelas chuvas (2000 a 2015)

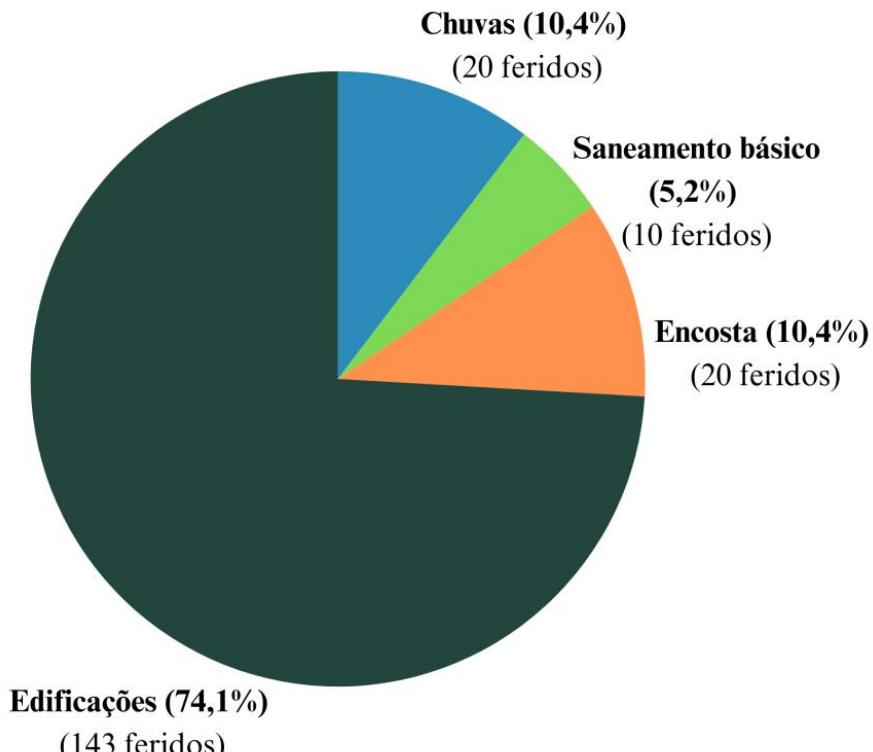
Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Feridos
Cabula-Tancredo Neves	Beco Albino Fernandes, nº 63 A - Sussuarana	04/06/2005	25,9	53,1	1
Centro - Brotas	Ladeira do Carvão, nº 95 - Garcia	06/06/2005	4,4	112,2	2
Centro-Brotas	Rua Hamilton Sapucaia, S/N - Unhão	22/04/2009	67,4	238,2	1
Itapuã	4ª Travessa Manoel Devoto, nº 08 - Bairro da Paz	05/05/2009	60,3	83,0	3

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Os desabamentos com maior número de feridos tiveram como causa principal questões relacionadas às edificações, como problemas construtivos e a ausência de manutenção e

conservação dos imóveis. Do total, 143 pessoas (74,1%) ficaram feridas devido a problemas nas edificações. Os eventos com menor número de feridos estiveram relacionados a problemas de saneamento básico, especialmente a precariedade da drenagem urbana e o rompimento de tubulações, que resultaram em 10 feridos (5,2%). As chuvas foram responsáveis por 20 feridos (10,4%), assim como intervenções inadequadas nas encostas, que também representaram 10,4% dos casos (Figura 16).

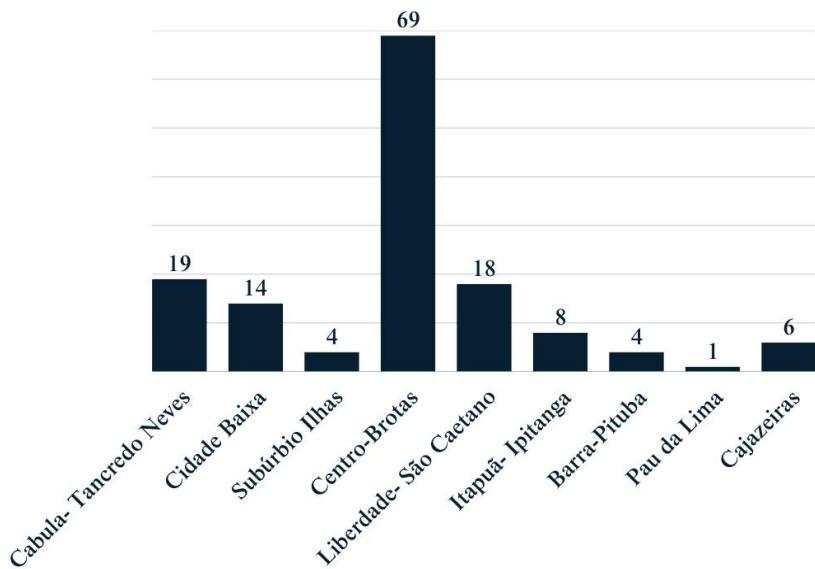
Figura 16 - Distribuição de causas de Desabamentos com feridos (2000 a 2015)



Fonte: CODESAL (2023) e INMET (2023). Elaboração: Souza (2025).

Houve 52 desabamentos causados por problemas em edificações, resultando em 143 feridos. Esses eventos ocorreram principalmente nos bairros localizados na Prefeitura-Bairro Centro-Brotas (Figura 17) e estavam relacionados à ausência de manutenção e conservação dos imóveis (CODESAL, 2023; INMET, 2023).

Figura 17 - Feridos em Desabamentos por problemas em edificações por Prefeituras-Bairro

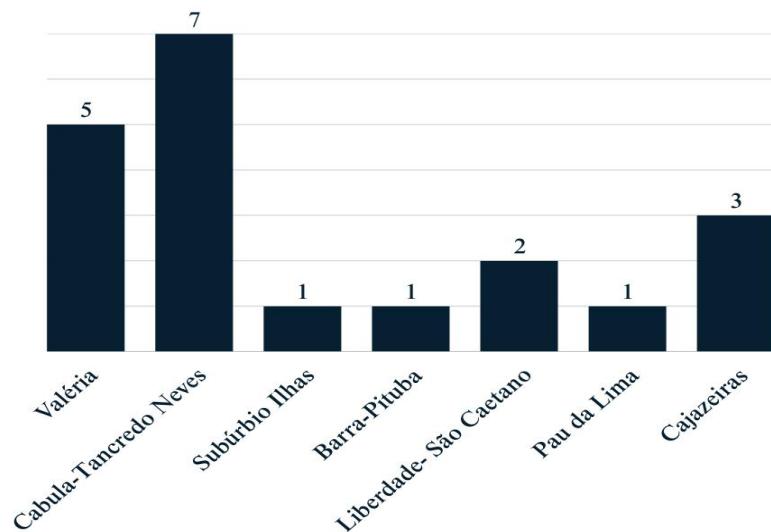


Fonte: CODESAL (2023) e INMET (2023). Elaboração: Souza (2024).

Como exemplo de desabamento parcial, destaca-se o ocorrido na Ladeira da Fonte das Pedras, no bairro de Nazaré, em novembro de 2007, onde 40 pessoas ficaram feridas no dia em que choveu 0,3 mm, com uma precipitação acumulada de 9,7 mm nos cinco dias anteriores. O desabamento foi causado pela falta de manutenção do imóvel (CODESAL, 2023; INMET, 2023). Diferentemente dos desabamentos no Centro, que estão associados à falta de manutenção e conservação de imóveis, sobretudo casarões históricos em estado de abandono, os desabamentos nos bairros das Prefeituras-Bairro do Cabula/Tancredo Neves e Liberdade/São Caetano decorrem de problemas construtivos e precariedade dos imóveis, resultantes da fragilidade das autoconstruções (CODESAL, 2023; INMET, 2023).

Já os desabamentos relacionados a problemas em encostas ocorreram nos bairros de Mata Escura, São Gonçalo do Retiro e Pernambués, todos localizados na Prefeitura-Bairro Cabula-Tancredo Neves (Figura 18). Um exemplo é o desabamento de parte do muro do viaduto na Avenida Tancredo Neves, em Pernambués, cujo material da encosta atingiu um ônibus, deixando cinco pessoas feridas. O evento ocorreu em 9 de abril de 2010, no dia em que choveu 118 mm, sendo atribuído a erro de cálculo de contenção (CODESAL, 2023; INMET, 2023).

Figura 18 - Desabamentos com feridos por problemas em encosta por Prefeituras- Bairro



Fonte: CODESAL (2023) e INMET (2023). Elaboração: Souza (2024).

Os desabamentos com feridos associados às chuvas ocorreram em bairros como Águas Claras (Prefeitura-Bairro de Cajazeiras), Sussuarana (Prefeitura-Bairro Cabula-Tancredo Neves) e Lobato (Prefeitura-Bairro Cidade Baixa) (Quadro 6), todos registrados com precipitações a partir de 22 mm, valor próximo ao padrão observado por Zangalli Júnior e Alves (2021).

Quadro 6 - Desabamentos com feridos causados pelas chuvas

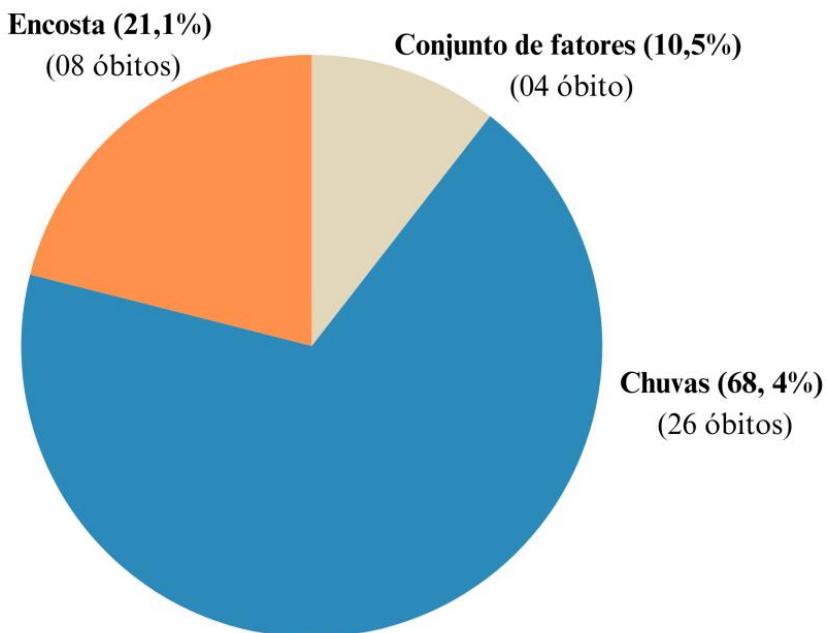
Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Feridos
Cidade Baixa	Rua Voluntários da Pátria, S/N - Lobato	02/04/2005	53,0	310,7	6
Cajazeiras	Caminho 8, Qd. D, nº 16 E - Fazenda Grande II	02/05/2005	48,2	90,8	2
Centro-Brotas	Ladeira do Carvão, nº 95 - Garcia	06/06/2005	4,4	112,2	1
Centro-Brotas	Rua Hamilton Sapucaia, S/N - Unhão	22/04/2009	67,4	238,2	1
Cabula-Tancredo Neves	Rua Getúlio Vargas, nº 18 - Sussuarana	04/05/2009	29,4	67,1	1
Cabula-	Av. Ulysses	09/04/2010	118,0	42,9	1

Tancredo Neves	Guimarães, S/N - Sussuarana					
Cajazeiras	Caminho 12, Loteamento Condor 1, S/N - Águas Claras	14/04/2010	22,0	173,6	5	
Barra- Pituba	1ª Travessa Três Irmãos, nº 25, casa 03 (Beco da Cultura) - Nordeste de Amaralina	22/04/2011	7,9	62,3	1	
Pau da Lima	Rua Local II, n. 03 - Pau da Lima	21/05/2012	186,4	79,4	2	

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Conforme o histórico da CODESAL, ocorreram 38 óbitos por deslizamentos. A chuva foi identificada como a causa de 26 óbitos (68,4%), enquanto a ausência de contenção na encosta e os cortes irregulares representaram 21,1% (8 óbitos). Por fim, a combinação de fatores, incluindo chuvas, saturação do solo, drenagem insuficiente, escavação e ocupação irregular, resultou em 10,5% das mortes (4 óbitos) (Figura 19).

Figura 19 - Distribuição de causas de Deslizamentos - Histórico de acidentes da CODESAL



Fonte: CODESAL (2023) e INMET (2023). Elaboração: Souza (2025).

Os deslizamentos com óbitos cuja causa principal registrada foi a chuva ocorreram em um limiar próximo de 61,8 mm e 25,5 mm para um período de 24 horas (Zangalli Júnior e Alves, 2021). Conforme o Quadro 7, os desastres ocorridos em 2005 e 2006 tiveram

precipitação acumulada acima de 80 mm e precipitação diária em torno de 65 mm. O deslizamento ocorrido em 2009, no bairro de Pirajá, registrou 60,3 mm de chuva no dia e 83 mm nos cinco dias anteriores. Em 2010, o deslizamento na Vila Canária resultou na morte de duas pessoas e apresentou precipitação de 22 mm no dia, porém com saturação do solo devido ao acumulado de 173,6 mm nos últimos cinco dias.

Quadro 7 - Deslizamentos com vítimas fatais cuja causa foram as chuvas (2000 - 2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Óbitos
Centro-Brotas	Rua do Forno da Mangueira, nº 52 - Engenho Velho da Federação	29/03/2005	70,6	105,6	2
Cabula-Tancredo Neves	Rua Moises Mendes - Sussuarana	25/04/2006	73,9	235,6	1
Cajazeiras	Rua Sete, nº 13, 3 ^a Etapa - Barro Branco	13/11/2006	77,2	81,7	3
Valéria	Travessa 1º de Janeiro, nº 15E - Pirajá	05/05/2009	60,3	83	3
Pau da Lima	Trav. São Benedito, nº 51 - Vila Canária	14/04/2010	22	173,6	2

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2024).

Destacamos o ano de 2015, quando ocorreram deslizamentos com o maior número de óbitos. No dia 27 de abril, data em que choveu 80 mm, pelo menos 15 pessoas perderam a vida. Esse foi o número de óbitos registrados que levaram à decretação de Situação de Emergência (CODESAL, 2015). Nos cinco dias anteriores aos desastres, praticamente não houve precipitação significativa, com um acumulado de apenas 10 mm. O histórico da Defesa Civil indicou as fortes chuvas como a causa provável dos deslizamentos ocorridos em Alto do Peru (Figura 20) e no Bom Juá (Figura 21).

Figura 20 - Deslizamento no Alto do Peru/Barro Branco (27/04/2015)

Acidente: Deslizamento de Terra
Local: Rua do Oriente - Alto do Peru/Barro Branco
Causa Provável: Fortes Chuvas / Saturação do solo
Vítimas: 11 fatais e 02 feridos
Fonte: Defesa Civil

Fonte: CODESAL (2015).

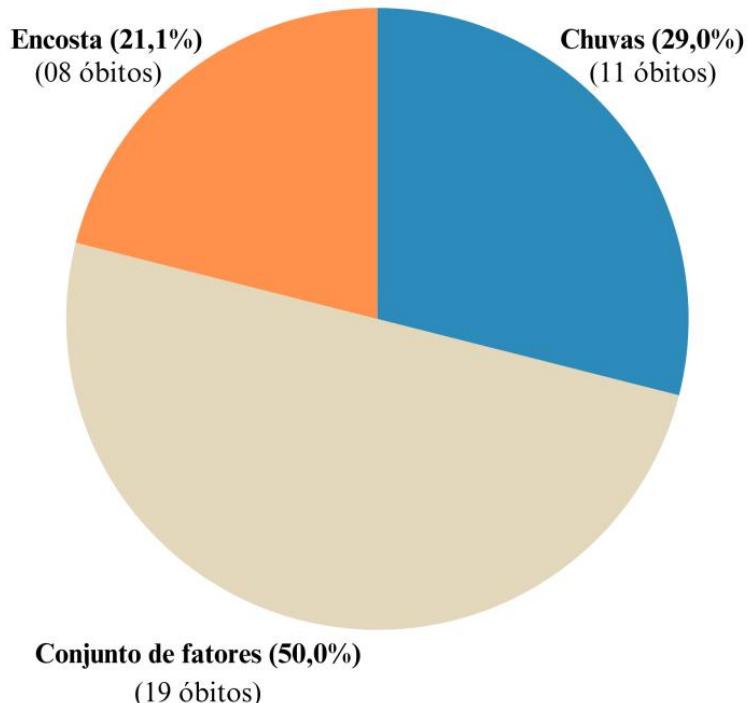
Figura 21 - Deslizamento no Bom Juá (27/04/2015)

Acidente: Deslizamento de Terra
Local: Rua Henrique Marques, nº 45 E - Bom Juá
Causa Provável: Fortes Chuvas / Saturação do solo
Vítimas: 04 fatais e 03 feridos
Fonte: Defesa Civil

Fonte: CODESAL (2015).

Entretanto, outro documento da CODESAL, o relatório da Operação Chuva, indicou como causa dos deslizamentos as fortes chuvas anteriores, no caso, 10 mm em cinco dias, associadas a um conjunto de peculiaridades: “Além das fortes chuvas que antecederam o acidente, a ocupação indevida, a construção precária das edificações e a instabilidade da encosta, devido à rede de abastecimento, esgotamento sanitário e/ou drenagem pluvial, contribuíram para o acidente” (CODESAL, 2015, p. 17-18). Desse modo, se retirarmos os dois deslizamentos de 2015 do somatório de desastres causados exclusivamente pelas chuvas e incluí-los no grupo “conjunto de fatores”, observamos que este grupo se torna a causa de 50% das mortes (19 vítimas) (Figura 22). As chuvas passam a ser responsáveis por 11 óbitos (29%) e a ausência de contenção ou intervenções irregulares em encostas, por 8 óbitos (21,1%).

Figura 22 - Distribuição de causas de Deslizamentos com Óbitos (2000 a 2015)



Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Os eventos com óbitos, cujas causas foram relacionadas a problemas de contenção, ocorreram nos bairros de Sussuarana (PB Cabula-Tancredo Neves), São Marcos (PB Itapuã-Ipitanga), Colinas de Periperi, Coutos (PB Subúrbio-IIhas) e Águas Claras (PB Cajazeiras) (Quadro 8). Tais deslizamentos vitimaram 8 pessoas, sem relação significativa com as chuvas. O deslizamento em São Marcos ocorreu no dia em que choveu 45,3 mm, e os acumulados em cinco dias foram inferiores a 4 mm. O deslizamento de Colinas de Periperi e Coutos ocorreu em dias sem chuvas, com acumulados em cinco dias de 51,8 mm e 60,7 mm, respectivamente. Já os outros eventos foram registrados em dias praticamente sem chuvas. Porém, é relevante lembrar que nossa análise é feita a partir da estação Ondina, única estação em funcionamento no período avaliado, situada na Orla Marítima.

Quadro 8 - Deslizamentos com vítimas fatais causados por problemas de contenção (2000- 2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Óbitos
Itapuã-Ipitanga	Rua São Marcos, S/N - São Marcos	28/04/2005	45,3	3,4	2

Subúrbio Ilhas	Travessa Manoelito Teixeira, S/N - Colinas de Periperi	15/08/2005	0,8	51,8	1
Subúrbio Ilhas	Av. Silveira Araújo, n° 54 - Periperi	23/08/2007	0	17,8	1
Cabula-Tancredo Neves	Rua Vida Nova, S/N - Sussuarana	03/04/2012	3,2	10,4	1
Cajazeiras	Rua do Matadouro, n° 163 - Águas Claras	21/03/2013	8,5	10,3	1
Subúrbio Ilhas	Rua Muniz Travasso, n° 728E - Coutos	04/09/2013	0	60,7	2

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Os desastres que corresponderam a 50% dos óbitos no período avaliado foram registrados em 2015, na PB Liberdade-São Caetano, em bairros predominantemente negros, originados de autoconstruções, com precariedade de infraestrutura (Quadro 9), destacando-se a Baixa do Fiscal, onde ocorreram 70 óbitos em 1966 (conforme veremos nos capítulos subsequentes). Em relação aos índices pluviométricos, podemos afirmar que o ano de 2015 apresentou acumulados considerados habituais. O valor registrado pelo INMET para os meses de abril, maio, junho e julho foi de 1.569,6 mm, não tendo excedido o acumulado anual normal de 1.833,3 mm (CODESAL, 2015).

Quadro 9 - Deslizamentos com vítimas fatais devido a um conjunto de fatores (2000 -2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Óbitos
Liberdade - São Caetano	Rua Henrique Marques, nº 45 E - Bom Juá	27/04/2015	86,0	10,7	4
	Rua do Oriente - Alto do Peru/Barro Branco				11
	Rua Coronel Pedro Ferrão - Baixa do Fiscal	10/05/2015	68,7	106,8	4

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

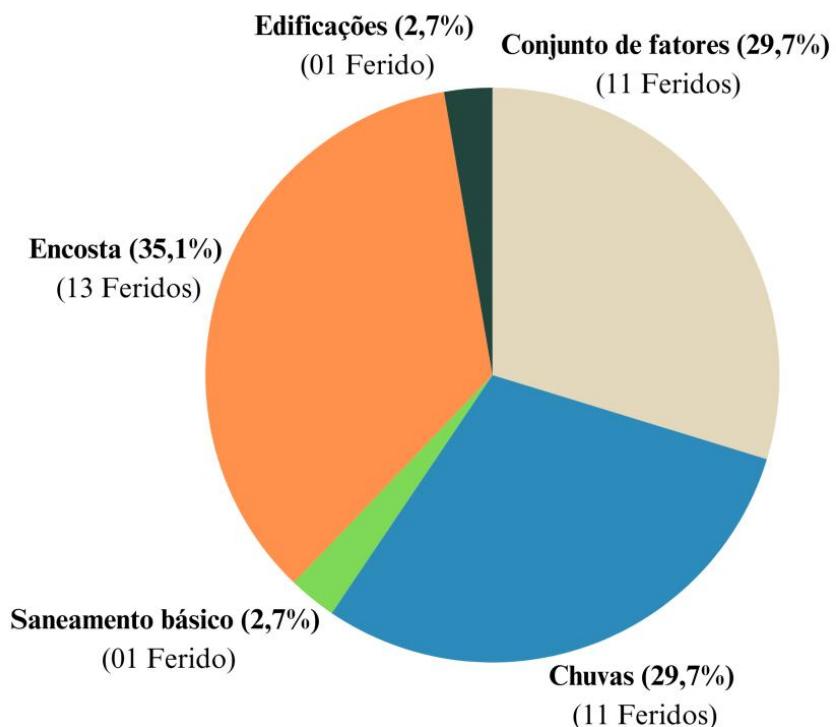
Segundo a CODESAL, em abril de 2015, entre os dias 08 e 11, a chegada de uma massa de ar polar provocou a diminuição da temperatura e trouxe umidade do oceano para o

continente, aumentando a formação de nuvens na cidade. Nos dias 26 e 29, uma Zona de Convergência de Umidade contribuiu para a ocorrência de chuvas fortes. Embora tenha sido registrado um acumulado de 10,7 mm nos cinco dias anteriores, as chuvas de 86 mm no dia 27 de abril, juntamente com as condições precárias de infraestrutura, provocaram a morte de pelo menos 15 pessoas (CODESAL, 2015).

Em maio de 2015, entre os dias 05 e 08, houve baixa precipitação, totalizando 12,2 mm. No entanto, a partir do dia 08, a chegada de outra frente fria provocou chuvas com rajadas de vento de até 47 km/h (CODESAL, 2015). No dia 09, choveu 94,6 mm, e no dia seguinte, 68,7 mm, ocasionando a morte de quatro pessoas.

Os deslizamentos com maior número de feridos tiveram como causa principal problemas de contenção: corte e escavação irregular na encosta ou ausência de contenção, totalizando 35,14% (13 feridos) (Figura 23). Os problemas em edificações e saneamento básico resultaram em 2 feridos, ou 5,4%. As chuvas causaram 11 feridos, correspondendo a 29,73%. Da mesma forma, o somatório de chuvas, precariedade e irregularidade nas edificações, ausência de saneamento básico e intervenções inadequadas nas encostas provocaram 11 feridos, representando 29,73%.

Figura 23 - Distribuição de causas de Deslizamentos com Feridos (2000 a 2015)



Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Os desastres com óbitos ocorreram em bairros predominantemente negros, em condições precárias, nas unidades Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima, Cajazeiras e Subúrbio, diferentemente dos deslizamentos com feridos, que ocorreram em diversos bairros da cidade. Os deslizamentos provocados por problemas nas encostas deixaram feridos, por exemplo, em bairros da Orla Atlântica, Boca do Rio (PB Itapuã-Ipitanga) e Rio Vermelho (PB Barra-Pituba). Ainda assim, o maior número de feridos foi registrado nas PB Liberdade-São Caetano, PB Cajazeiras e PB Cabula-Tancredo Neves (Quadro 10).

Quadro 10 - Deslizamentos com feridos por problemas de contenção (2000 -2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Feridos
Itapuã-Ipitanga	2ª Travessa Novo Paraíso, nº 48 - Boca do Rio	27/03/2005	16,6	11,5	1
Cajazeiras	Rua 12 de Outubro - Cajazeiras VIII	12/06/2006	95,2	33,6	1
Barra-Pituba	Rua Euriclyes de Mattos, nº 2B - Rio Vermelho	18/04/2009	21,6	27,8	1
Liberdade-São Caetano	Trav. Fraternidade - Fazenda Grande do Retiro	12/11/2011	26,7	214,1	2
Cajazeiras	2ª Travessa Raposo Tavares, n.62A - Dom Avelar				3
Cabula-Tancredo Neves	Rua Princesa Isabel, n. 10A - Sussuarana				3
Centro - Brotas	Rua Professor Rômulo Almeida, n. 526 - Acupe de Brotas	21/05/2012	186,3	79,4	2

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

É válido discutir a espacialidade e o impacto desigual dos eventos. Os deslizamentos associados às chuvas, ocorridos nos bairros das Prefeituras Bairro Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima, Cajazeiras e do Subúrbio-Ilhas, deixaram mortos e feridos. Aqueles que geraram óbitos ocorreram a partir de 22 mm de precipitação no dia do evento (como em Vila Canária, PB Cabula-Tancredo Neves, em 2010) ou 86 mm no dia, como a tragédia em 2015 que vitimou 15 pessoas na Liberdade-São Caetano. O deslizamento que deixou ferido no

bairro de Fazenda Grande do Retiro ocorreu em dia sem registro de chuvas, mas com um acumulado de 60 mm nos cinco dias anteriores, em 2006 (Quadro 11). Por outro lado, os eventos ocorridos nos bairros da Orla Atlântica deixaram feridos quando ocorreram chuvas a partir de 70 mm, com acumulados em cinco dias superiores a 60 mm, como na Avenida Juracy Magalhães, no Rio Vermelho. Esse cenário revela que não podemos chamar de acidentes os desastres resultantes da precariedade seletiva dos espaços urbanos, onde as populações estão sujeitas a riscos elevados, sendo mais expostas aos eventos climáticos devido às condições estruturais e sociais desfavoráveis.

O impacto desigual dos deslizamentos na cidade explicita que "não existe um 'nós' homogêneo e igual diante das catástrofes" (Ferdinand, 2022, p. 150). Isso significa que, embora todos estejam expostos a condições de movimentos de massa e chuvas, são nas zonas marginalizadas, como a Zona do Não Ser (Fanon, 2008), predominantemente compostas por bairros de maioria negra, que ocorrem os maiores danos humanos. Na Zona do Não Ser, o Estado, pautado pela lógica capitalista e colonial de segregação e morte, abandona a população em condições de precariedade, deixando-a vulnerável aos eventos climáticos. Estes se manifestam nesses espaços desiguais, causando impactos mais severos, tanto em sua frequência quanto em sua recorrência.

Quadro 11 - Deslizamentos com feridos causados pelas chuvas (2000 - 2015)

Prefeitura-Bairro	Logradouro	Data do Evento	Precipitação no dia do evento	Precipitação acumulada em cinco dias anteriores	Nº Feridos
Barra-Pituba	Rua Mundo Novo, nº 188 - Chapada do Rio Vermelho	29/03/2005	70,6	105,6	1
Barra-Pituba	Rua Ipirá, nº 132 - Rio Vermelho				2
Barra-Pituba	Rua Águas Marinhas, nº 13 E - Vale das Pedrinhas	30/03/2005	144,8	165,7	1
Cabula-Tancredo Neves	Travessa Palmeira Imperial, nº 04 - Mata Escura	02/04/2005	53,0	310,7	1
s.d	Caminho 14, Qd. C, Casa nº 30 - s.d	08/04/2005	0,0	129,3	1
Cajazeiras	Via Regional, s/n	13/11/2006	77,2	81,7	1
Liberdade-	S.d- Fazenda	13/04/2006	0,0	60,9	1

São Caetano	Grande do Retiro					
Subúrbio-Ilhas	Av. Afrânio Peixoto, nº 171A - Alto de Coutos	22/05/2009	68,1	95,5	1	
Barra-Pituba	Av. Juracy Magalhães - Rio Vermelho	09/04/2015	93	63,3	2	

Fonte: INMET (2023) e CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Deste modo, destacamos que os desastres ocorrem onde as condições de vida da população são precárias. Sendo assim, 71% dos deslizamentos com danos humanos são causados, principalmente, por um conjunto de fatores que incluem chuvas, ausência ou intervenções inadequadas no talude, precariedade e irregularidade nas edificações, além da falta de saneamento básico. Os deslizamentos associados às chuvas correspondem a 28,9% dos óbitos e ocorrem no limiar pluviométrico próximo de 61,8 mm e 25,5 mm em 24 horas (Zangalli Júnior e Alves, 2021).

Em relação aos desabamentos com óbitos e feridos, observamos que a maioria não está associada a movimentos de massa, mas sim à precariedade e má conservação dos imóveis. Esses desastres ocorrem nos setores das Prefeituras Bairro Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras, bairros originados por autoconstruções, sem orientação técnica e com materiais precários. Da mesma forma, no Centro Histórico, em casarões tombados que se encontram em estado de abandono e degradação, habita uma população pobre, que não é proprietária desses imóveis e/ou não possui condições financeiras para restaurá-los, o que acelera o processo de expulsão de moradores de áreas cobiçadas pelo mercado imobiliário.

Com essa discussão sobre os eventos que causam danos à população e sua relação com as chuvas, podemos enfatizar a necessidade de políticas públicas amplas e permanentes que busquem superar os problemas estruturais que afetam, sobretudo, a cidade “agachada”, com recorrentes deslizamentos, onde reside a população negra, e cuja atuação estatal está restrita ao período chuvoso, como tem ocorrido com o Programa Operação Chuva, que será abordado posteriormente. Enquanto isso, a histórica gestão urbana racista prioriza apenas os espaços elitizados e brancos da cidade, espaços que funcionam como vitrines de luxo para atrair investimentos, os quais não se refletem na qualidade de vida da população em geral. Entendemos que as condições de pobreza e precariedade às quais a população está submetida são resquícios do processo de escravização e da manutenção da vulnerabilidade atual, que resulta na privação de direitos e no atendimento do Estado a demandas do mercado. Essas

questões se refletem na organização do espaço urbano de Salvador e na forma como os desastres afetam a população negra pela cidade. Essas questões serão discutidas no capítulo a seguir e ajudam a entender o presente.

4.2 O passado no presente

Chega!
Que mundo é esse?
Eu me pergunto
Chega!
Quero sorrir, mudar de assunto
Falar de coisa boa, mas a minha alma ecoa
Agora, um grito, eu acredito que você vai gritar junto
(Gomes et al., 2019)

O trecho da música "Chega", em epígrafe, nos indica a necessidade de revisitar assuntos desagradáveis quando o desejo é de sorrir e mudar de assunto. Isso dialoga com nosso capítulo à medida que tratamos de temas já conhecidos: o passado de escravidão, o controle e concentração fundiária, a desigualdade de renda e trabalho, e o racismo em suas diversas facetas, que permanecem presentes na realidade do município conhecido como a "Capital da Alegria".

Salvador tem seu processo de ocupação diretamente relacionado à fundação do país. Trata-se da cidade com um dos principais portos de desembarque dos escravizados trazidos da África (Santos, 1959), em um país que mais importou mão de obra escravizada, cerca de 40% dos africanos vendidos (Graham, 2002). Esse tráfico humano persistiu após a abolição da escravidão nas demais regiões da América, e mesmo com a proibição do tráfico no país em 1850.

O comércio de escravizados foi a principal atividade rentável dos "homens de negócios" da Bahia até o século XVIII (Ribeiro, 2006; Lima Filho, 2020). O tráfico de escravizados/as pode ter sido um dos principais sustentadores da economia baiana, o que explica a construção de grandes edifícios religiosos e civis em períodos de crise da produção açucareira, atividade de grande relevância para a época (Vasconcelos, 2011). Até os anos de 1700, Salvador possuía um importante comércio atlântico e de exportação de escravizados no país: "De Salvador, o grande entreposto, os escravos africanos eram reembarcados para o norte, para o Maranhão e Pará; de onde os comerciantes os enviavam pelo Rio Amazonas e seus tributários até as longínquas minas de Mato Grosso" (Graham, 2002, p. 124).

No entanto, a abolição da escravatura e o declínio do mercado interno de escravizados afetaram a economia baiana. Diversos fatores contribuíram para a liberação do trabalho escravo, como o desenvolvimento da cafeicultura, a pressão externa para a abolição da

escravatura, a necessidade de mão de obra assalariada e a busca pela criação de um mercado consumidor nacional (Correa, 2017). Além disso, a resistência dos imigrantes europeus em se transferirem para o Brasil para trabalhar com escravizados ajudou a apoiar os proprietários de terras no movimento abolicionista e contribuiu para a proibição do fluxo escravista do nordeste para a região sudeste, como a primeira medida de contenção do tráfico de escravizados no Sudeste (Graham, 2002).

Na Bahia, além do declínio do comércio de escravizados, outras importantes atividades econômicas, como o comércio cacaueiro ao sul e a produção de açúcar no Recôncavo, entraram em colapso. Isso provocou a estagnação da economia e afetou a capital, uma vez que Salvador se constituía como centralidade política e econômica do estado, e essa importância se refletia na organização do espaço urbano (Santos, 1959).

Fundada em 1549, a cidade foi construída sobre a escarpa da Falha de Salvador (Figura 24), em altitudes que variam de 0 a 75 metros, onde o desnível garantia a visualização da Baía de Todos os Santos (reconhecida como "Kirimurê, o grande mar interior" pelos povos originários Tupinambás) e do Oceano Atlântico, além de favorecer a proteção contra invasores estrangeiros.

Figura 24 - Falha de Salvador vista por baixo



Fonte: Bitencourt (2021).

A cidade colonial se expandiu a partir de e ao longo da Falha de Salvador, levando ao início dos registros de deslizamentos e desabamentos a partir de 1551 (Salvador, 2000; Santana, 2004; Cerqueira, 2019). Contudo, a condição econômica da população distingua sua

localização no espaço urbano, o padrão das edificações (Santos, 1959) e os impactos causados pelos deslizamentos.

Assim, o núcleo urbano era dividido entre moradias de indivíduos enriquecidos devido às atividades agrícolas, bancárias e ao trânsito humano, que habitavam o atual Centro Histórico, na extensão oeste da Falha de Salvador (bairros de Vitória, Graça, Barra), e da Orla marítima. A classe média, composta por funcionários públicos, pequenos comerciantes e agricultores médios, residia entre "os palácios dos ricos e os miseráveis casebres dos pobres" (Santos, 1959, p. 50). Enquanto isso, a população livre, até 1940, morava nas proximidades do comércio e das fábricas emergentes, do Centro Histórico à Cidade Baixa (leste da Falha de Salvador) e nas imediações da Barra, sendo responsável por atividades ligadas aos serviços urbanos, como quituteiras, lavadeiras, engraxates, carregadores e condutores de animais de carga (Reis, 2019), além de serviços nas fábricas emergentes (Brito, 2005).

Entre 1551 e 1880, pelo menos 167 pessoas morreram em decorrência dos deslizamentos (Quadro 12). As condições de precariedade técnica e a pobreza da população conferiam maior risco de deslizamento durante os períodos chuvosos. Em 1872, cerca de 68,9% da população era composta por negros e mulatos, e 12% por escravizados (Vasconcelos, 2016).

Quadro 12 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1551 a 1880)

Ano	Dia/Mês provável	Localidade	Tipo de Ocorrência	Danos
1551	s. d.	Porta de Santa Catarina (Uma das portas que cercavam a muralha da Cidadela de Salvador)	Desabamento	s. d.
1631	s. d.	Conceição da Praia	Deslizamento	30 óbitos
1671	abril	Ladeira da Conceição e Ladeira da Misericórdia	Desabamento	30 óbitos
1721	21/março	Ladeira da Preguiça e Ladeira da Conceição	Deslizamento	Danos materiais
1732	27/abril	Castelo de São Bento	Deslizamento	07 óbitos e 13 imóveis destruídos
1748	s. d.	Encosta do Pilar	Desabamento	15 óbitos
1754	s. d.	Catedral da Sé	Desabamento	Danos materiais
1795	s. d.	Julião	Deslizamento e Desabamento	13 imóveis deslizaram e 07 desabaram
1797	02/julho	Ladeira da Misericórdia	Desabamento dos alicerces da antiga igreja de São Pedro dos Clérigos, derrubando casas na Ladeira da Misericórdia	10 óbitos, 15 imóveis destruídos

1813	14/julho	Trapiche Barnabé, Av. Jequitaia, Comércio	Deslizamento na Montanha da Cruz Pascoal sobre o Trapiche	34 óbitos
1831	junho	Pilar	Deslizamento	08 imóveis destruídos
1846	s. d.	Ladeira da Montanha	Deslizamento	s.d
1873	novembro	Fonte Nova	Deslizamento e Desabamento	07 soterrados, danos materiais
1880	s. d.	Ladeira da Conceição da Praia	Desabamento	Não identificados

Fonte: Salvador (2000), Santana (2004), Cerqueira (2019). Nota: s.d = sem dados. Elaboração: Souza (2025).

No período seguinte, entre os anos de 1926 e 1935 (09 anos) (Quadro 13), foram registradas várias mortes por deslizamentos, onde residia a população pobre e livre, em condições precárias. Em 1935, por exemplo, no dia 02 de maio, mais de 100 pessoas morreram no esquecido Beco do Frazão, uma rua transversal à Ladeira do Taboão, no Pelourinho (Centro Histórico).

Quadro 13 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1926 a 1935)

Ano	Dia/Mês provável	Localidade	Tipo de Ocorrência	Danos
1926	junho	Gamboa	Deslizamento	11 óbitos, 17 feridos, 57 desabrigados e 09 imóveis destruídos
	07/junho	Barra e encosta do Pilar	Desabamento	07 óbitos
	13/junho	Gamboa no alto do Unhão	Desabamento	11 óbitos
1935	02/maio	Ladeira do Taboão (Beco do Frazão)	Deslizamento	Mais de 100 óbitos, vários desabrigados
	maio	por toda cidade	Deslizamentos, Desabamentos, Alagamentos	vários óbitos, vários imóveis destruídos, danos na infraestrutura

Fonte: Diário Carioca (1935), Salvador (2000), Cerqueira (2019). Elaboração: Souza (2025).

O site do Corpo de Bombeiros destaca a morte dos bombeiros durante o resgate no Beco do Frazão, e essa data é lembrada pela corporação (BAHIA, 2020). Foram mais de 2.000 vítimas em 1935, mas não encontramos registros em jornais da Bahia ou em trabalhos anteriores sobre esse número alarmante. Com exceção do jornal *Diário Carioca*, que noticiou a tragédia com o título: “Toma proporções de uma catástrofe o temporal que desabou sobre a Bahia!”. O jornal destacou o registro de 2.000 vítimas, no entanto, não conseguimos identificar se esse número se referia às vítimas afetadas ou às fatais. O *Diário Carioca* também noticiou a morte dos soldados do Corpo de Bombeiros que estavam na operação de

resgate, a interrupção de serviços básicos, a perda total de imóveis da população pobre e o aumento do preço de alimentos:

Não respeitou a avalanche nem os lares humildes, soterrando toscos casebres e engolindo, na sua vertigem tragica populações inteiras. Foram exactamente os bairros pobres os que mais sofreram com as torrentes chuvas que inundaram S. Salvador durante quase 72 horas! Os telegramas distribuídos com grande atraço, devido aos estragos múltiplos que interromperam as comunicações entre esta capital e a cidade de S. Salvador, nos dão uma idéa das proporções attingidas pela calamidade que abateu a capital do glorioso Estado. Para se avaliar do vulto da pavorosa catastrophe, basta destacar do nosso serviço especial de informações o número de vítimas que ascende a cerca de duas mil pessoas e a interrupção total do tráfego das estradas de ferro e rodovias, estando já a escassear os gêneros de primeira necessidade, como o leite, que já estava sendo vendido hontem a três mil réis o litro (Diário Carioca, 1935).

Tal condição de risco acentuou no período seguinte devido ao êxodo rural, em função das condições precárias no campo, da concentração fundiária. Sem comida, sem terras e sem emprego, a população pobre do meio rural migra para Salvador em busca de melhores condições de vida. Conforme Santos (1959), citando os dados do IBGE, entre 1940 e 1950, 70% da população de Salvador era composta por imigrantes de proveniência rural que não sabiam ler e escrever. Conforme o romance “Morte e Vida Severina”: “esse povo [...], que vêm buscar *na capital* poder morrer de velhice, encontra só, aqui chegando, cemitério esperando” (Melo Neto, 1974, p.19, grifo nosso). “Não têm onde trabalhar e muito menos onde morar. E da maneira em que está não vão ter onde se enterrar” (Melo Neto, 1974, p.19).

De forma que, a população imigrante dirigiu-se aos cortiços e morros, somando-se a população pobre e livre, em habitações construídas de forma espontânea em terrenos precários e sem infraestrutura. Essa mobilização da população privada de recursos e de moradias para ocupar terras sem a compra do título da posse foram chamadas de invasões. Sendo, na realidade, uma busca por direitos básicos, como moradia e trabalho, em um contexto de exclusão (Souza, 2012). Enquanto a população pobre, sem recursos e suporte estatal, era tratada como invasora, o Estado concentrava todo seu aparato em modernizações da cidade, com a construção de grandes conjuntos habitacionais, instalações industriais, aberturas de avenidas, novas linhas de transportes.

Essas ocupações, que se multiplicaram ao longo do tempo, também foram moldadas pela resistência das populações, especialmente das mulheres negras, que lideraram lutas por moradia, enfrentando a repressão policial e as tentativas de destruição das ocupações. A partir das mobilizações surgem diversos movimentos sociais em Salvador, tais como a Federação das Mulheres da Bahia (Espíñeira González, 1997), o Movimento Popular de Bairros (Correia,

2002), Clubes de Mães e Associações de Moradores na luta por moradia (Macedo Filho, 2012).

Durante as ocupações a repressão policial era violenta, sendo principalmente as mulheres que travavam o embate com a polícia, e por vezes, faziam “barreiras humanas” com suas crianças na tentativa de amenizar a agressividade policial que visavam destruir as ocupações (Mattedi, 1979; Amigos dos desabrigados, 1975; Santos, 1987). A violência contra essas ocupações reflete um ciclo de marginalização, no qual o Estado, longe de oferecer suporte, criminalizava a luta por um direito básico: o direito à cidade.

Com as mobilizações coletivas, as ocupações e autoconstruções se proliferam e se acentuam na cidade em fazendas abandonadas, em áreas de aterros, vales, encostas. Destaque para as ocupações de Alagados, sobre manguezais aterrados com lixo na Península de Itapagipe, bem como Corta-Braço no bairro de Pero Vaz, além de Malvinas na Avenida Paralela que origina o Bairro da Paz (Correio, 2020). Em 1970 a população municipal ultrapassa um milhão de habitantes, sendo 70% migrantes e nos anos de 1990 são contabilizadas mais 300 ocupações, com cerca de 590.000 habitantes (Vasconcelos, 1996). Sendo que o êxodo rural permaneceu pelos anos seguintes devido às importantes instalações industriais na região metropolitana, tais como: o início da exploração de Petróleo em 1953, a implantação da Refinaria Landulfo Alves, a instalação do Centro Industrial de Aratu em 1967 e a implantação do Polo Petroquímico, em Camaçari, nos anos 1970, aumentando o contingente da população pobre em busca de lugar para morar (Brito, 2005; Souza, 2012).

Esse período é paralelo ao fomento da economia do lazer e do simbólico, quando a Bahia passa a se projetar pela via artístico-cultural (Zanlorenzi, 1999; Sá, 2006). Em 1951, o Código Tributário e de Rendas do Município instituiu a taxa de turismo sobre passagens vendidas, diárias em hotéis, concessionárias e arrendatários de veículos marítimos, aéreos e terrestres (Zanlorenzi, 1999). Foi criado o Conselho de Turismo da Cidade e o Diretório Municipal de Turismo que produziu o Plano de Desenvolvimento da Bahia (Guerreiro, 2005). Em 1968 foi criada a Bahiathursa (BAHIA, 2023) para promover o fluxo turístico, a divulgação nacional e internacional por eventos e edições de materiais promocionais, melhorar a qualidade dos serviços turísticos e valorizar o patrimônio natural e cultural (Dantas et., al 2007). Assim, a cidade que comercializava pessoas negras passou a produzir e comercializar a imagem da cultura negra no mercado lúdico e simbólico.

No Centro Histórico, entre 1938 e 1945, vários monumentos foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para garantir a preservação do Largo do Pelourinho e seu entorno imediato (BRASIL, 2023). Na cidade foram instalados

grandes empreendimentos sob a anuência dos governos municipais e estaduais, sendo os principais agentes a Norberto Odebrecht fundada em 1946, a Góes Cohabita Construtora criada em 1959, a Construtora Suarez de 1975 e a Construtora OAS fundada em 1976 (Cerqueira, 2019).

Para organizar a cidade para o mercado imobiliário e da festa foram realizadas violentas remoções que tinham o objetivo de transferir as pessoas de áreas de alto valor especulativo, para áreas já ocupadas por outras famílias pobres, sem condições mínimas de infraestrutura e distante de locais de trabalho e equipamentos públicos. Desse modo, removia-se a população negra da visibilidade, lançando-as para longe das vistas (Azevedo, 1987), tal como ocorreu em outras cidades, como no Rio de Janeiro com a Reforma Pereira Passos (Sodré, 2002). Isso marca um processo de marginalização de raça, gênero e classe no espaço urbano de Salvador (Perry, 2012), pois lançando a população para locais distantes, dificultava o acesso ao centro urbano, mercado de trabalho, serviços etc. e principalmente, marca ainda mais a Necropolítica à medida que a população é direcionada sem condições mínimas para terrenos em áreas suscetíveis a deslizamentos.

Desde 1942, Salvador se preparou para a realização da reforma urbana com a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS, coordenado pelo engenheiro Mário Leite Leal Ferreira (SALVADOR, 2023). Inicialmente os cortiços e mocambos são retirados da visibilidade urbana, sobretudo do Centro Histórico e da Orla Marítima (Planície costeira), para o centro geográfico da cidade, nos caminhos de floresta e zona de baixa valorização fundiária, onde atualmente estão localizadas as Prefeituras Bairro Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras (Brito, 2005), localidades em condições favoráveis aos deslizamentos e onde começaram a ocorrer deslizamentos e desabamentos com óbitos.

A década de 1960 em Salvador marca um período crucial de transformação urbana e de intensificação das desigualdades sociais e espaciais. Em 1968, ano em que setenta pessoas morreram por deslizamentos na Baixa do Fiscal (PB Cidade Baixa), ocorre a sanção da Lei n.º 2.181/1968 pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães⁸, que permitiu a venda de imóveis públicos e a desapropriação das terras ocupadas por "terceiros", foi um marco na especulação

⁸ Neto de portugueses e agraciado com honrarias das Ordens Portuguesas, Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) nasceu em Salvador e foi um importante nome no cenário político nacional. O “Coronel da Bahia” foi Senador, Ministro das Telecomunicações, presidente da Eletrobrás, Deputado Federal e Estadual, Governador da Bahia e Prefeito de Salvador (SENADO FEDERAL, 2024). ACM exerceu controle na Bahia até sua morte em 2007 deixando ACM Neto, como seu sucessor na política baiana. A Construtora OAS foi fundada por seu genro César Mata Pires e seu filho Antônio Carlos Magalhães Júnior, este também um dos diretores da Rede Bahia (conglomerado que engloba as principais empresas de comunicação do estado).

imobiliária e no processo de remoção das populações mais pobres. Essa medida favoreceu principalmente os especuladores imobiliários, que, aproveitando-se da construção de importantes avenidas, como a Avenida Paralela e a Avenida Otávio Mangabeira (Orla Marítima), adquiriram grandes áreas de terra de forma legal (Brito, 2005), resultando na alienação de cerca de 57 km² de terras públicas e no deslocamento forçado de milhares de pessoas (Vasconcelos, 2016).

O impacto dessa política foi sentido principalmente pelas classes mais pobres, que, ao serem deslocadas de áreas valorizadas, foram obrigadas, de forma direta ou não, a se instalar em terrenos mais baratos, geralmente localizados em áreas geográficas mais suscetíveis a deslizamentos, como o centro geográfico da cidade (PB Pau da Lima, PB Cabula-Tancredo Neves). Esses terrenos, além de possuírem pouca ou nenhuma infraestrutura, eram também mais declivosos e inadequados para a construção de moradias, o que agrava ainda mais os riscos de desastres, especialmente durante o período chuvoso.

A música *Triste Bahia* criada nos finais dos anos 1970 registra a realidade daquele período em Salvador: “Triste Bahia (...) A ti tocou-te a máquina mercante, que em tua larga barra tem entrado, A mim foi-me trocando, e tem trocado, tanto negócio e tanto negociante” (Veloso, 1972). A canção aponta como a "máquina mercante" se apoderava do território, deixando para trás as populações mais pobres, marginalizadas e desprovidas de acesso a direitos básicos. Este período é marcado pela organização segregada do espaço urbano, importantes construções como abertura de avenidas de vale, aumento do valor da terra, autoconstruções precárias e falta de infraestrutura. Tais condições de racismo ambiental se agudizam ainda mais no período chuvoso. Isso porque a população pobre é destinada, de forma direta ou não, para o centro geográfico da cidade em terrenos mais baratos, sem condições mínimas de infraestrutura, em ambientes geológicos mais favoráveis aos deslizamentos.

Nesse cenário, a expansão urbana de Salvador ocorreu por meio de racismo ambiental, em um processo de segregação espacial, no qual a população negra e pobre foi destinada a viver em áreas de risco, com condições precárias de habitação e infraestrutura. Dessa forma, os deslizamentos que anteriormente se encontravam ao longo da Falha de Salvador, na porção do Centro Histórico e Subúrbio, passaram a se proliferar, acompanhando a ocupação dessa população. Isso porque, além dos conjuntos habitacionais, que eram destinados principalmente a classe média (Macedo Filho, 2012), a população mais pobre, devido à falta de recursos passou a ocupar os terrenos mais baratos, sem infraestrutura, em áreas mais

declivosas, suscetíveis a deslizamentos e realizando moradias com materiais construtivos precários, sem orientação técnica.

Assim, no curto período de 05 anos, entre 1964 e 1971, a cidade viu um aumento significativo no número de desastres, com 294 mortes registradas e cerca de 7.900 desabrigados (Quadro 14). O episódio de 1966, em que um deslizamento no local da construção do Túnel Américo Simas causou 45 mortes e grandes quantidades de desabrigados, é um exemplo trágico dessa situação. Outro exemplo foi o deslizamento na Avenida Vasco da Gama, que levou a uma quantidade tão grande de desabrigados que pessoas foram forçadas a ocupar o campo de futebol da Fonte Nova. Esses desastres, que nada tem de acidentes, destacam a precariedade das condições de vida da população pobre, a falta de políticas públicas adequadas para evitar esses eventos e a negligência do Estado em proteger a população.

Quadro 14 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1964 a 1971)

Ano	Dia/Mês provável	Localidade	Tipo de Ocorrência	Danos
1964	abril	Alto do Locovi- Lobato	Deslizamento e Desabamento	20 óbitos, 20 feridos, 23 imóveis destruídos, mais de 400 desabrigados
	maio	Alto do Cacau- Lobato	Deslizamento	Dezenas de óbitos e desabrigados
	maio	Túnel Américo Simas - Santo Antônio	Deslizamento e Desabamento	45 óbitos e mais de 500 imóveis destruídos
1966	23/mai	Vasco da Gama	Deslizamento	Número de desabrigados foi tamanho que tiveram de ser abrigados no campo da Fonte Nova
	01/junho	Baixa do Fiscal	Deslizamento	70 óbitos e vários desabrigados
1969	19/maio	Construção da Avenida da Contorno	Deslizamento	45 óbitos, 25 feridos e 41 imóveis destruídos
1971	27/abril	vários pontos da cidade	Deslizamento	Decretado Estado de Calamidade. 104 óbitos, 7000 desabrigados, 1417 imóveis destruídos

Fonte: Salvador (2000), Santana (2004), Jesus (2008), Cerqueira (2019), CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Este período histórico evidencia a intersecção entre Estado, racismo ambiental, especulação imobiliária e a marginalização da população negra e pobre de Salvador, cujas condições de vida eram diretamente afetadas pela transformação do espaço urbano, muitas

vezes em detrimento de sua segurança e bem-estar. Além disso, esse processo de remoção e realocação forçada revela uma face da Necropolítica em que a população mais vulnerável é exposta a riscos de morte e desastre, em função dos interesses do Estado.

Em 1971, o prefeito decretou Estado de Calamidade, sendo registradas 104 mortes, 1.400 imóveis destruídos e 7.000 desabrigados. Diante disso, o Clube de Engenharia e a Sociedade Amigos de Salvador realizaram uma mesa redonda com a participação de técnicos do Instituto Geotécnico do Rio de Janeiro para discutir o problema da “Estabilização das Encostas de Salvador” (Silva e Cerqueira, 1996). Segundo os autores, a discussão gerou um documento com recomendações enviadas ao prefeito Clériston Andrade, dentre elas, a sugestão de criação de um órgão, ao nível de Departamento ou Divisão, para atender às demandas voltadas à problemática. Entretanto, somente em 1975, após o deslizamento no Julião, em 10 de abril (Quadro 15), quando o deslizamento destruiu dois prédios, o novo prefeito Jorge Hage Sobrinho firmou convênio com as universidades para criar uma Assessoria de Geotécnica (Silva e Cerqueira, 1996). Em 1976, foi criada a Comissão Municipal de Defesa Civil - CODESAL, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, mas somente em 1978 a CODESAL foi reestruturada, tornando-se Comissão Permanente, com quadro próprio de servidores e vinculada ao Gabinete do Prefeito (CODESAL, 2023).

No ano de 1978, com o deslizamento nos arcos da Ladeira da Conceição da Praia e a decretação de Estado de Emergência, foi criado o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB (SALVADOR, 2000). Em 1986, após as tragédias dos anos anteriores, foi criado o programa de urbanização do Vale do Camarujipe, por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, atendendo a cerca de 600 mil pessoas (SALVADOR, 2000).

Quadro 15 - Histórico de ocorrências de deslizamentos/desabamentos em Salvador (1975 a 1989)

Ano	Dia/Mês provável	Localidade	Tipo de Ocorrência	Danos
1975	10/abril	Julião (rua Ribeiro dos Santos- Baixa dos Sapateiros)	Deslizamento	17 óbitos por soterramento e imóvel destruído
1977	18/maio	Praticamente toda cidade	Deslizamento e Alagamento	04 óbitos e 1000 desabrigados
1978	03/junho	Arcos da Ladeira da Conceição e Federação	Deslizamento	28 óbitos, 150 desabrigados, imóveis destruídos
1984	abril	vários pontos da cidade	Alagamento, Deslizamento e Desabamento	Decretado Estado de Calamidade, 17 óbitos e 2000 desabrigados

	03/abril	Alto do Bom Viver - São Caetano	Alagamento, Deslizamento e Desabamento	05 óbitos
1985	abril	vários pontos da cidade	Alagamento, Deslizamento e Desabamento	Decretado Estado de Calamidade, 35 óbitos e 1500 desabrigados
	18/maio	Rua Ivete Vargas - Pirajá	Deslizamento	15 óbitos, 5 imóveis soterrados
1989	19/maio abril e maio	Motel Mustang - Lobato Lobato, Campinas de Pirajá, Nova Brasília, Narandiba, Baixa do Camarujipe	Deslizamento Alagamento, Deslizamento e Desabamento	09 óbitos 70 óbitos

Fonte: Salvador (2000), Santana (2004), Jesus (2008), Cerqueira (2019), CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

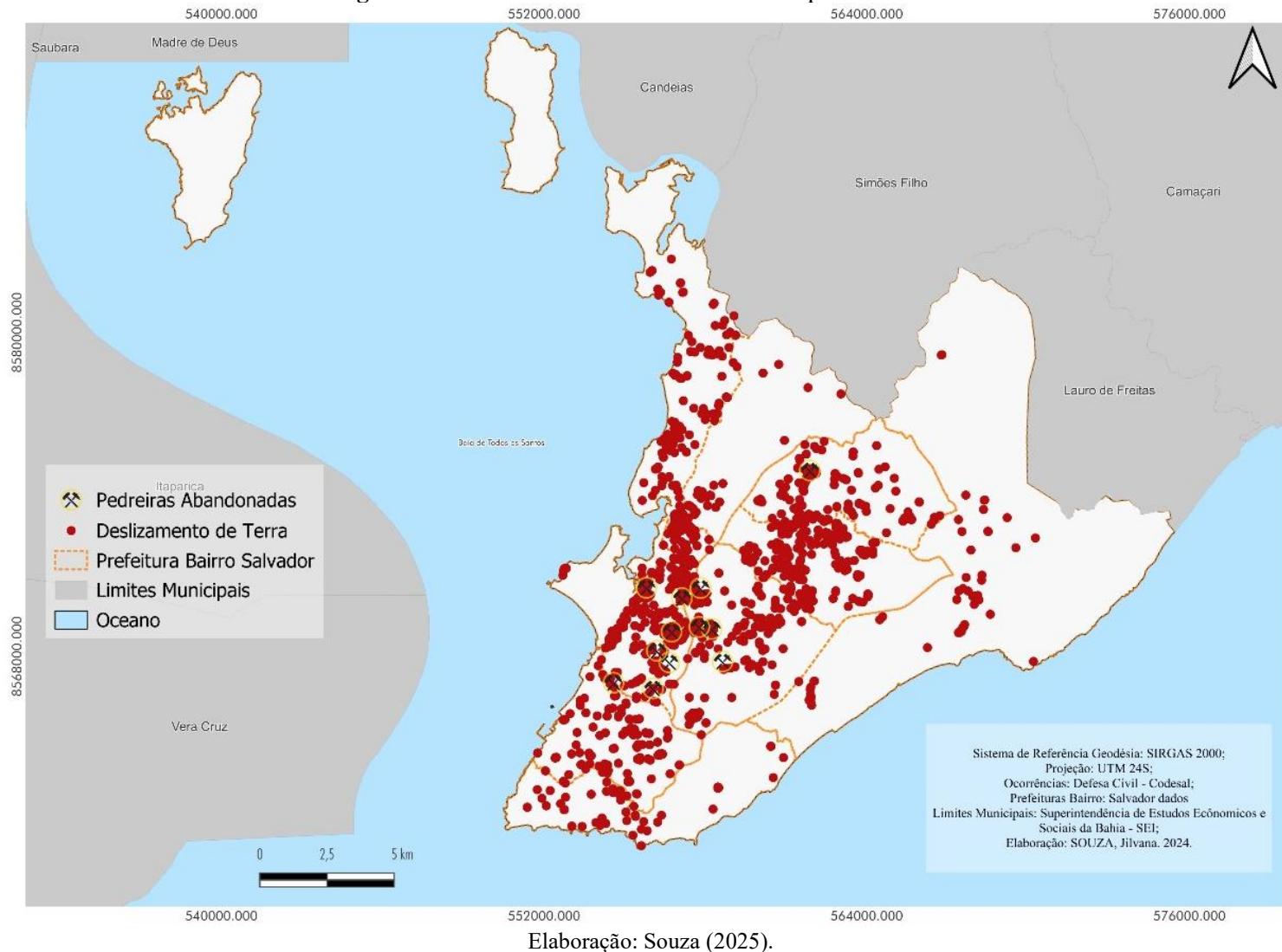
A atuação do Estado estava restrita à decretação de Estado de Calamidade e à criação de programas de habitação com o intuito de realocar os desabrigados e retirá-los de áreas de importante valor imobiliário e turístico, como os Arcos da Ladeira (Falha de Salvador). Assim, o deslocamento forçado e coletivo de moradores se tornou a possibilidade de resolver o problema dos “indesejáveis” urbanos, quando, no jogo de disputas, os interesses e os projetos estratégicos eram sobrepostos à questão do risco.

A Necropolítica continuava sendo exercida pelo Estado, fato que se evidencia com as pedreiras abandonadas. Nos anos de 1980, com a demanda para a construção da BR-324 e por moradias, foram instaladas empresas de mineração na cidade, algumas predatórias e clandestinas, que visavam à extração de material in natura (pedras, cascalhos, paralelepípedos) (Silva, 2005). Contudo, segundo a autora, as atividades foram abandonadas pelas empresas, deixando vazios no espaço urbano e o passivo ambiental de grandes anfiteatros com paredões altos verticalizados, com blocos de rochas instáveis, trincas, fendas e fissuras que alteram o padrão de escoamento da água e aumentam a propensão a movimentos de massa. Conforme o Plano Diretor Municipal (1992), não havia planos de controle ambiental para as áreas de pedreiras, não foram adotadas medidas técnicas adequadas na condução dos trabalhos de lavra, nem medidas preventivas, corretivas e de controle que minimizassem o impacto provocado pela atividade.

Com a demanda por moradias, as áreas de borda e periferia das pedreiras foram ocupadas pela população pobre. Assim, o Estado foi omisso ao permitir a ocupação da população nessas áreas precárias, em terrenos propícios aos movimentos de massa, enquanto, nas áreas de interesse imobiliário, o Estado foi ativo para remover as moradias. Desse modo, sem estabilização, obras de mitigação e sem os serviços básicos de infraestrutura, as pedreiras, como a de São Gonçalo, IAPI, Calafate e Sertanejo, se tornaram ambientes favoráveis aos

movimentos de massa, e os moradores se tornaram clientes da Defesa Civil (Figura 25). Esse caso evidencia a Zona de Indiferença e a Zona do Não Ser promovida pelo Estado, o racismo ambiental, e como resultado a Necropolítica, pois as pedreiras se transformaram em ambientes de alto risco para a população, causando escorregamentos catastróficos com perdas humanas e materiais.

Figura 25 - Pedreiras Abandonadas no município de Salvador



Com isso, nas décadas de 1970 e 1980, houve um aumento significativo de desastres por deslizamentos. No curto período de 8 anos, entre 1975 e 1989, foram registradas mais de 200 mortes. Em abril de 1984, quando 2.000 pessoas ficaram desabrigadas, foi decretado Estado de Calamidade. Em 1985, no mesmo mês, o decreto de Calamidade anterior foi prorrogado, pois mais de 1.500 pessoas ficaram desabrigadas (SALVADOR, 1985).

Naquele período, o discurso predominante era de que todas as encostas possuíam natureza instável e a chuva era a disparadora dos eventos (Silva, 2005). Esse discurso foi contestado por meio do documento produzido pelo Grupo de Estudos Socioeconômicos, formado por um grupo técnico do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN), juntamente com a cooperação de professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e outros especialistas, que apontaram a necessidade de maiores análises para os casos de deslizamentos na cidade (Silva, 2005; SALVADOR, 1981).

Esse momento é marcado pelo Regime Militar (1964 a 1989), quando Salvador foi governada por políticos nomeados ou indicados por votos indiretos, tais como Antônio Carlos Magalhães - ACM (1967-1970), indicado pela Câmara Municipal e pelo Governador Lomanto Júnior. É relevante destacar a atuação dos governos com a realização de obras e modernização da cidade nos anos 1980, com destaque para a retificação⁹ do Rio Camarajipe, intervenção que contribuiu para que, durante o período de chuvas intensas, a vazão do rio se dirigisse com maior velocidade e intensidade em direção às cabeceiras, em áreas declivosas, onde estão situados os bairros com maior incidência de deslizamentos.

Outra intervenção importante para a cidade foi a declaração, por parte do governo brasileiro, do Centro Histórico de Salvador, em 1984, como parte do patrimônio nacional, e, em 1985, a inclusão do Centro na lista de locais patrimônios da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco (BRASIL, 2023). Com esse fato, a cidade passou a investir em projetos de “revitalização”, com a restauração de prédios históricos, fontes e praças, e o Estado promoveu novamente uma faxina social no Centro, afastando os moradores para a periferia da cidade.

Ao passo que as moradias foram transformadas em lojas, museus, hotéis e casas de espetáculos para servir à indústria do turismo (Perry, 2012). Nos anos 2000, com a sétima etapa do Programa de Reabilitação do Pelourinho, ocorreu nova tentativa de expulsão da população que resistiu às remoções anteriores (Paes, 2017). Além dessas intervenções,

⁹ Processo que envolve a retirada das sinuosidades do rio através da construção de um canal artificial com características geométricas distintas daquelas esculpidas pela ação fluvial (Assumpção e Marçal, 2012).

também ocorreu a ampliação do aeroporto de Salvador (1980), a inauguração da Estação da Lapa, o transbordo de ônibus urbanos (1983), a publicação da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (PDDU 1985) e o início do projeto de saneamento básico da cidade via Programa Bahia Azul (1995) (Cerqueira, 2019).

Na década de 1990, na política, observamos o predomínio de partidos específicos determinando o rumo de Salvador e da Bahia. Na prefeitura (Quadro 16), foram eleitos políticos ligados aos partidos PMDB, PSDB e PFL¹⁰, fato que se repetiu no governo estadual (Quadro 17).

Quadro 16 - Prefeitos de Salvador (1986 a 2004)

Mandato	Prefeito (a)	Partido
1986-1988	Mário Kertész	PMDB
1989-1992	Fernando José Guimarães Rocha	
1993-1996	Lídice da Mata	
1997-2000	Antônio Imbassahy	PFL
2001-2004	Antônio Imbassahy	PFL

Fonte: Fundação Gregório de Matos (2024).
Elaboração: Souza (2025).

Quadro 17 - Governadores da Bahia (1987 a 2002)

Mandato	Governador	Partido
1987-1989	Waldir Pires	PMDB
1989-1991	Nilo Coelho	
1991-1994	Lídice da Mata	
1994 - 1995	Antônio Carlos Magalhães	PFL
1995-1998	Paulo Souto	
1998-2002	César Borges	

Fonte: Fundação Gregório de Matos (2024).
Elaboração: Souza (2025).

¹⁰ O PFL se transformou no partido Democratas (DEM) e depois se uniu ao Partido Social Liberal (PSL), partido do ex Presidente Jair Bolsonaro, formando o atual partido UNIÃO.

Enquanto eram promovidas obras de modernização nos setores mais visíveis da cidade, para a população pobre era manifesto o Racismo Ambiental: “Nos barracos da cidade, ninguém mais tem ilusão, no poder da autoridade, de tomar a decisão, e o poder da autoridade. Se pode, não faz questão” (Gil e Lima Filho, 1982). Aqui ocorre a manutenção da sentença de morte de pessoas privadas de condições básicas de vida: moradia e infraestrutura mínima.

Na década de 1990, o desastre com maior número de vítimas foi na ocupação Alto do Bom Viver, no Lobato (Falsa de Salvador), onde 40 pessoas faleceram (Quadro 18). O escorregamento ocorreu em um momento de poucas chuvas, apresentou natureza de corrida de massa fluída, movimentando um volume de 7.000 metros cúbicos de solo e teve como causa determinante o umedecimento dos solos (Jesus, 2008):

Segundo relatório do CEPED (1992), desde as vistorias preliminares se percebeu que a ruptura deveria ser associada a um regime subsuperficial localizado, restrito a área circunscrita pela própria cunha de ruptura. Nessa área restrita a tendência geral de fluxo subsuperficial parece ter sido verticalizada, sobretudo devido às águas subsuperficiais que eram descarregadas sobre o solo residual de granulito (Jesus, 2008, p. 83).

O relatório concluiu que não ocorreu nenhuma alteração na geometria da encosta no período imediatamente anterior à ruptura, e o superávit hídrico acumulado nos quatro dias antecedentes à ruptura não alcançou valores típicos para promover o deslizamento (Jesus, 2008). Assim sendo, foi concluído que os moradores podem ter gerado volume anormal de águas servidas na encosta ou que a tubulação da rede pública tenha vazado (Jesus, 2008). De todo modo, as hipóteses de ligação clandestina na rede pública com tubulação inadequada por parte da população, ou a falta de manutenção na rede de abastecimento público, revelam a precariedade do saneamento básico.

Quadro 18 - Histórico de ocorrências em Salvador (1990 a 1995)

Ano	Localidade	Tipo de Ocorrência	Danos	Causas prováveis
				Infiltração de águas servidas e pluviais, agravada por um vazamento de rede da Embasa
1990	s.d	Liberdade	Deslizamento	05 óbitos

					Infiltração de águas servidas e pluviais, agravada por vazamento de rede da Embasa
	26/março	Alto do Bom Viver, Lobato	Deslizamento	40 óbitos	
1992	s.d	Pau da Lima	Deslizamento	01 óbito	s.d
	29/nov.	Santo Antônio	Desabamento	09 óbitos, 20 feridos	Excesso de peso sobre a laje
	s.d	Jardim de Alah	Desabamento	01 óbito	s.d
1993	21/março	Jardim Real - Nova Brasília	Deslizamento e Desabamento	05 óbitos	Infiltração de terreno devido a um vazamento de tubulação da Embasa
	s.d	Vila Canária	Deslizamento	01 óbito	s.d
	s.d	Parque São Brás	Deslizamento	05 óbitos	s.d
	30/maio	São Gonçalo do Retiro (antiga pedreira do São Gonçalo)	Deslizamento	32 óbitos, 17 feridos e 90 desabrigados	s.d
1995	01/junho	Cajazeiras VI (Loteamento Silvio Leal)	Deslizamento	21 óbitos, 15 imóveis soterrados, 575 desabrigados	s.d
	s.d	Novo Marotinho	Deslizamento	01 óbito	s.d
	09/julho	Pernambués	Desabamento	04 óbitos, 05 feridos	Má qualidade construtiva

Fonte: Peixoto (1968), Silva e Presa (1978), Gonçalves (1992), Silva e Cerqueira (1996), Salvador (2002), Vasconcelos (2016), Jesus (2008), Cerqueira (2019).

Elaboração: Souza (2025).

Em 1993, novamente ocorreram problemas na tubulação da rede pública, resultando na morte de cinco pessoas em Jardim Real, no bairro de Nova Brasília (Quadro 19). O mesmo aconteceu em 1998, no morro da Gavazza, onde cinco pessoas morreram no bairro da Barra, e em 1999, no bairro Lobato, quando sete pessoas perderam a vida.

Quadro 19 - Causas prováveis dos eventos (1990 a 1999)

Local	Data	Causa provável	Nº de vítimas
Liberdade	novembro/1990	Tubulação	5
Alto do Bom Viver, Lobato	março/1992	Tubulação	40
Jardim Real, Nova Brasília	março/1993	Tubulação	31
São Gonçalo do Retiro (antiga pedreira do São Gonçalo)	maio/1995	Chuva	41
Cajazeiras	junho/1995	Chuva	21
Parque São Braz	outubro/1995	Tubulação	5
Barro Branco	abril/1996	Chuva	20
Vila Nova de Pituaçu	março/1997	Chuva	7
Morro do Gavazza, Barra	junho/1998	Tubulação	5
Avenida Suburbana, Subúrbio	maio/1999	Chuva + Tubulação	12

Fonte: Jesus (2008). Elaboração: Souza (2025).

Em 1995, 41 pessoas morreram soterradas na ocupação da pedreira abandonada de São Gonçalo do Retiro (Figura 26). Embora o documento indique as chuvas como causa provável das mortes, é importante destacar que se tratava de uma área com três grandes anfiteatros de mineração, sem nenhuma obra de estabilização, e com a formação de um lago em uma das frentes de lavra (Silva, 2005). Esses fatores promovidos pelo descaso público foram potenciais para o desastre.

Figura 26 - Rompimento do talude de solo da Pedreira São Gonçalo do Retiro (1995)



Fonte: Silva, 2005.

No período de 9 anos, entre 1990 e 1999, 231 pessoas morreram (Quadro 20). Embora não haja relatório das prováveis causas dos outros deslizamentos, é possível afirmar que esses desastres ocorreram em bairros caracterizados pela negação de direitos básicos. Esses locais são exemplos de racismo ambiental, nos quais as funções assassinas do Estado (Mbembe, 2016) são exercidas sobre a população sem qualquer responsabilização. Uma população tratada pelo Estado como descartável, que é responsabilizada individualmente pelas condições de miséria a que está exposta, em nome da suposta “mínima atuação estatal”.

Quadro 20 - Histórico de ocorrências em Salvador (1996 a 1999)

Ano	Localidade	Tipo de Ocorrência	Danos	Causas prováveis
	São Caetano, San Martin, Pau Miúdo, Calafate, Capelinha de São Caetano, Amparo s.d	Deslizamento	33 óbitos	s.d
1996	do Tororó, Castelo Branco, Novo Marotinho			
	Barro Branco - Av. San Martin 21/abril	Deslizamento	14 óbitos, 05 feridos	Má qualidade construtiva
	Vila Nova de Pituaçu 09/março	Deslizamento	05 óbitos	s.d
1997	São Caetano, Sete de Abril, São Marcos, Pirajá, Sete Portas s.d	Deslizamento	10 óbitos	Infiltrações causadas por vazamentos em tubulações de água potável

		Lobato/Capelinha de São Caetano-Baixa do Cacau/Travessa Henrique Martins - Bom Juá	Deslizamento e Desabamento	16 óbitos	s.d
	25/março	Capelinha de São Caetano	Deslizamento	01 óbito	Corte irregular de encosta
	s.d	Avenida Suburbana, Subúrbio	Deslizamento	05 óbitos	Infiltrações causadas por vazamentos + chuva
1999	17/maio	Lobato	Deslizamento	07 óbitos e 04 feridos	Fortes chuvas e rompimento de uma galeria de águas pluviais
	08/maio	Travessa 26 de dezembro - Uruguai	Desabamento	06 feridos	Más condições construtivas
	16/agosto	Travessa Henrique Martins - Bom Juá	Deslizamento	04 óbitos e 01 ferido	Corte irregular de encosta
	18/agosto	Saramandaia	Desabamento	01 óbito e 02 feridos	s.d
	19/novembro	Loteamento Jardim Real - Nova Brasília	Desabamento	01 óbito e 05 feridos	s.d

Fonte: Peixoto (1968), Silva e Presa (1978), Gonçalves (1992), Silva e Cerqueira (1996), Salvador (2002), Vasconcelos (2016), Jesus (2008), Cerqueira (2019).

Elaboração: Souza (2025).

Sobre as políticas e ações voltadas aos deslizamentos, observamos que, em 1990, a Coordenadoria de Defesa Civil (CODESAL) fazia parte da estrutura básica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Defesa Civil (SALVADOR, 2000). Em 1992, foi instituído o Sistema Municipal de Defesa Civil, com o objetivo de realizar o planejamento e a promoção da defesa permanente contra desastres e integrar as ações de órgãos e entidades. Em 1995, o município decretou Estado de Emergência em função dos eventos ocorridos. Após isso, foi desenvolvido o projeto de loteamento popular junto à Companhia Municipal da Habitação (COHAB) para atender aos desabrigados (SALVADOR, 2000). No ano de 1996, com a decretação de Estado de Emergência, foi criado o Conselho Municipal de Defesa Civil.

As competências do conselho eram:

- Avaliar situações para o reconhecimento de estado de Calamidade Pública ou de Situação de Emergência;
- Propor a destinação de recursos orçamentários ou de outras fontes internas ou externas para atender aos programas de defesa civil;

- Acompanhar e avaliar operações da Defesa Civil no município e propor articulações com órgãos da esfera federal e estadual;
- Mobilizar recursos para o atendimento das solicitações;
- Estimular iniciativas de entidades não governamentais integradas ou não ao Sistema Municipal de Defesa Civil;
- Propor a celebração de acordos e convênios com outras instituições, visando apoio técnico e financeiro necessário às ações de Defesa Civil;
- Recomendar aos órgãos integrantes do Sistema de Defesa Civil ações prioritárias que possam reduzir os desastres;
- Propor políticas e diretrizes das ações governamentais de defesa civil.

Os membros que não integravam a estrutura do governo eram indicados pelo Prefeito, conforme as indicações apresentadas pelas entidades representativas, com mandato de duração de 2 anos, não ultrapassando o mandato do Prefeito que os nomeou (SALVADOR, 2000). Havia, desse modo, uma vinculação política e ideológica para o conselho. No entanto, apesar dos arranjos políticos, em termos práticos, o conselho nunca existiu, estando restrito a poucas reuniões logo após a sua criação (SALVADOR, 2000).

Em 1997, a CODESAL passou a integrar a Secretaria Municipal do Saneamento, Habitação e Infraestrutura Urbana (SEMIN). Além de planejar, coordenar e executar a política de saneamento, infraestrutura e urbanização do município, a SEMIN assumia a competência de:

- Coordenação e execução de atividades relacionadas à defesa da cidade e de sua população em Situação de Emergência e Calamidade Pública;
- Intervenção em encostas e áreas de risco;
- Ação preventiva em relação às encostas.

A subordinação da CODESAL à Secretaria de Infraestrutura Urbana fez da CODESAL um órgão sem importância na estrutura da SEMIN. De acordo com Salvador (2000), nos anos 2000, a Defesa Civil apresentava deficiência para atuar de forma preventiva, devido à dependência do órgão com os demais órgãos integrantes e parceiros do Sistema Municipal de Defesa Civil, que “não se colocam à disposição da CODESAL em situação de normalidade” (SALVADOR, 2000, p. 20):

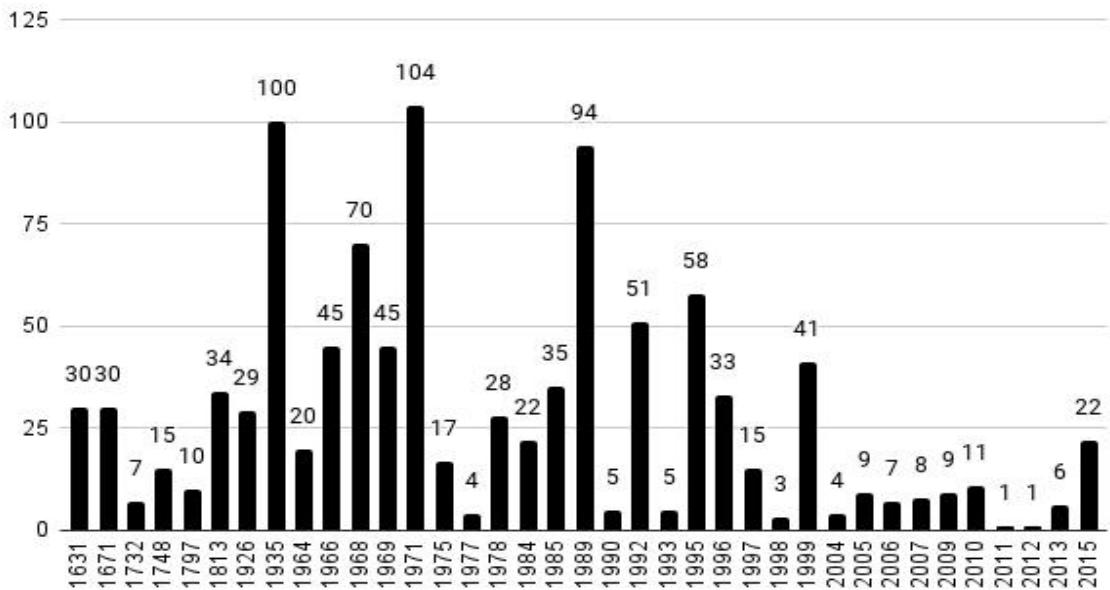
Mesmo com uma base legal ampla e consistente a respeito do papel do Estado na Defesa Civil e especificamente, do Município do Salvador, os problemas locais neste campo nunca foram enfrentados na sua totalidade e a partir de uma estratégia global”. Não se tem notícia, por exemplo, de uma atuação ampla e intersetorial do Município, que combinasse ações de defesa civil stricto sensu, com programas no campo da moradia, da infraestrutura, do meio ambiente e da promoção social,

assentada numa política clara para enfrentar o problema da ocupação das encostas da cidade (SALVADOR, 2000, p. 20).

Os deslizamentos e alagamentos não possuíam soluções definitivas devido ao alto custo ou por não fazerem parte das prioridades dos governos (SALVADOR, 2000). Outro obstáculo destacado pelo órgão era a dificuldade em desenvolver programas e projetos multidisciplinares e intersetoriais. Isso porque, conforme o órgão, as ações eram descontinuadas ou não executadas devido a decisões dos dirigentes do órgão público responsável, com base em critérios específicos ou puramente clientelistas, ainda que tais critérios fossem contrários à legislação ou ao plano estabelecido. Além disso, a divisão dos espaços de poder na estrutura administrativa, entre os grupos políticos da administração pública, não cedia espaço para programas intersetoriais. Dessa forma, os programas voltados aos problemas de deslizamentos acabavam por angariar poucos recursos, pois os recursos eram canalizados para outros programas que traziam maior notoriedade aos dirigentes de órgãos setoriais e ao seu grupo político (SALVADOR, 2000).

Assim, a atuação da Defesa Civil estava restrita às situações extremas de emergência ou calamidade, voltadas a ações assistenciais e corretivas, quando as esferas municipal, estadual e federal articulavam forças para viabilizar os meios de enfrentar as situações (SALVADOR, 2000). Mesmo nessas situações, a CODESAL não possuía profissionais especializados em defesa civil em outros órgãos integrantes do Sistema, o que resultava em sobrecarga de trabalho para os profissionais do quadro da CODESAL. Essas declarações encontradas no documento da Defesa Civil evidenciam as condições criadas pelo Estado para que os negros continuem morrendo. Um Estado aparelhado pela classe beneficiária da escravização humana, regido pela lógica capitalista neoliberal e colonial, que precariza serviços básicos, entendidos como custos elevados com vidas desnecessárias. Assim, como resultado dos interesses políticos e sob a alegação das chuvas, entre os períodos de 1631 a 1999, morreram pelo menos 950 pessoas, número que temos registrado (Figura 27).

Figura 27 - Histórico de ocorrências em Salvador, Bahia (entre 1631 e 2015)

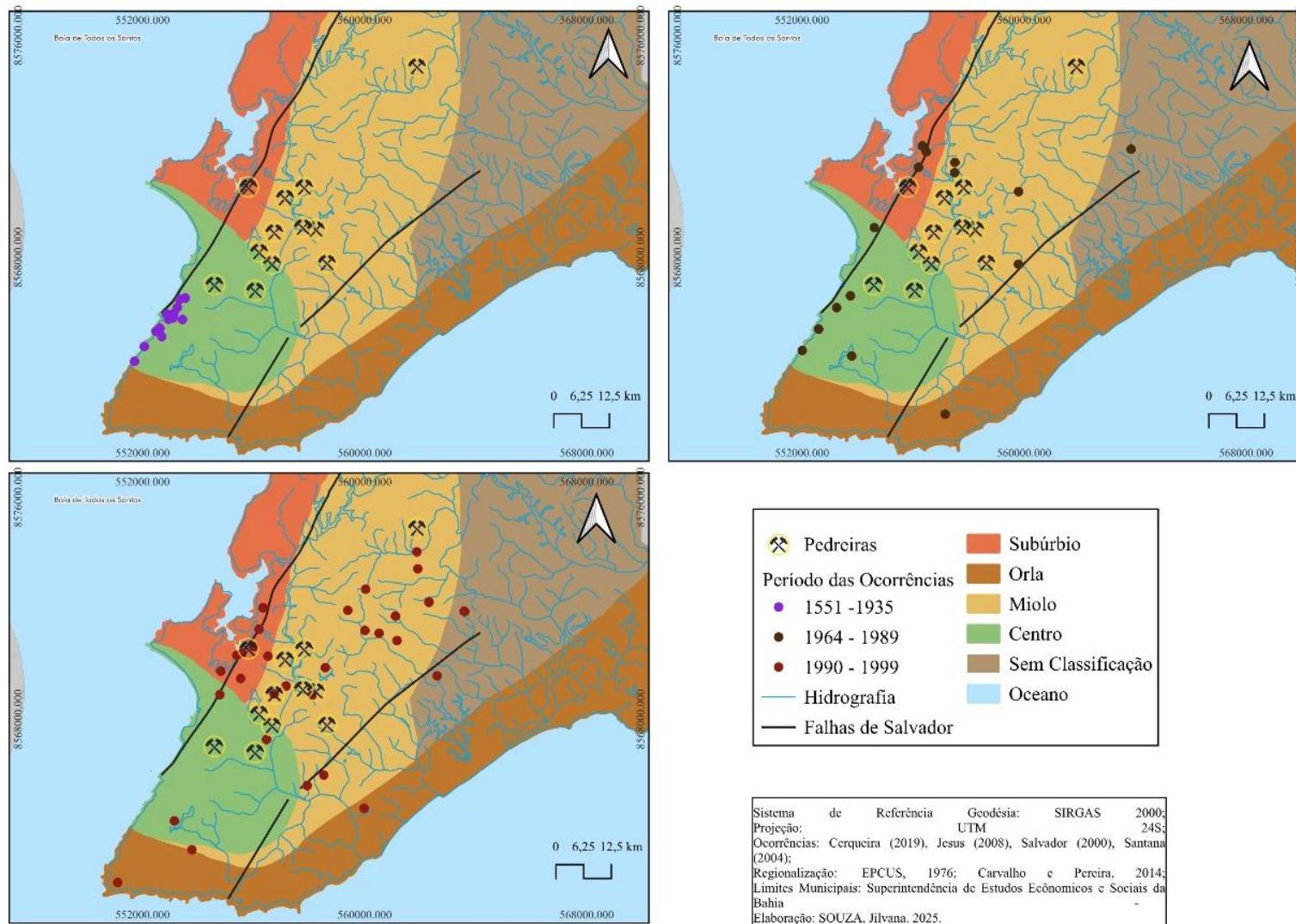


Fonte: Diário Carioca (1935), Salvador (2000), Santana (2004), Jesus (2008), Cerqueira (2019), CODESAL (2023). Elaboração: Souza (2025).

Tais condições do passado, com legislação incipiente, precariedade de vida e ausência de políticas públicas, não são mais toleradas no período presente. Mesmo assim, entre os anos de 2000 a 2015, foram registrados, ao menos, 78 mortos por deslizamentos e desabamentos. Estamos falando de uma cidade conhecida mundialmente por "vender alegria", onde há uma mobilização do Estado para atrair investimentos e atender o mercado da festa. Em 2018, a cidade atraiu 800 mil turistas nacionais e internacionais para o carnaval, festa que gerou 1,7 bilhões de reais e 524,7 mil dólares em movimentação econômica (SALVADOR, 2019). Entretanto, a movimentação econômica não é refletida na melhoria das condições básicas de vida da população, não visa à redução das desigualdades e nem à resolução dos problemas da cidade.

Apresentamos, nesta seção, o contexto de exclusão desde o período pós-abolição até a organização de segregação socioespacial, recorrentemente regulada pelo Estado para atender a outros interesses, como a lógica do turismo e do carnaval. Destacamos também o histórico de deslizamentos e desabamentos com vítimas fatais, acompanhando a expansão da população pobre pela cidade desde o período colonial, sobretudo devido à falta de infraestrutura (conforme apresenta a Figura 28, com os principais registros, excetuando aqueles que ocorreram em toda a cidade). Indicamos a limitada preocupação estatal com as recorrentes mortes, manifestada na irrelevante atenção dada à CODESAL. Na sequência, apontaremos a situação de vulnerabilização à qual a população negra continua sendo exposta.

Figura 28 - Expansão urbana de Salvador e ocorrências de deslizamentos e desabamentos



Elaboração: Souza (2025).

4.3 Salvador: onde a pobreza é negra e feminina

Se você for a festa do Pelô, e se você não for
 Pense no Haiti
 Reze pelo Haiti
 O Haiti é aqui
 O Haiti não é aqui
 (Veloso et al., 2012)

A música "Haiti", escrita por Caetano Veloso, indica aos visitantes do Pelourinho, importante local do Centro Histórico, a situação de pobreza, marginalização e racismo encontrada em Salvador, que se compara à do Haiti. Em Salvador, cidade da maquiagem, o capitalismo tem o racismo como base de sustentação, fundamentando as condições de pobreza, a manutenção de risco e a naturalização das mortes por deslizamentos. Esse fato se alinha ao conceito de necropoder, no qual a culpa das mortes é transferida para os próprios mortos, não existindo, portanto, assassino (Mbembe, 2016). Dessa maneira, gera-se uma comprovação de indignidade, que se manifesta por meio da ausência de políticas para atender às demandas da população e pela forma precarizada de vida das pessoas (Oliveira, 2015).

Sabemos que 50,5% das famílias soteropolitanas possuíam uma renda familiar mensal de até dois salários (dados de 2018-2020) (Rossi et al., 2021). Esse fato compromete a segurança alimentar, entendida como a presença de comida na mesa em quantidade, qualidade, regularidade e sustentabilidade, conforme o artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006). Assim, 40,9% da população soteropolitana¹¹ vive na incerteza de ter o que comer, especialmente mulheres negras que são responsáveis financeiramente pela família, com baixo grau de instrução¹² e que residem nos setores das Prefeituras Bairro Subúrbio-Ilhas, Liberdade/São Caetano, Cidade Baixa, Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras (Rossi et al., 2021), onde estão concentradas as ocorrências de deslizamentos.

A questão da renda e do emprego é crucial para analisar a divisão racial do trabalho e a vulnerabilização da população. Embora exista um complexo industrial na região metropolitana de Salvador, a cidade, conhecida mundialmente pelo carnaval e pelo lúdico, não possui uma estruturação sólida nas políticas econômicas para gerar postos de trabalho adequados (Rossi et al., 2021). A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em

¹¹ Valor superior ao encontrado na escala nacional na área urbana, de 35,1% (IBGE, 2020).

¹² Considerando os dados do QUALISalvador, observa-se que quanto menor a escolaridade, maior a situação de insegurança alimentar: sem instrução, 55,6%; com ensino fundamental, 51,2%; ensino médio, 39,9%; ensino superior, 21,9%.

convênio pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre-Bahia), Dieese e Fundação Seade em maio de 2019, indicou uma taxa de desemprego de 24,9% da População Economicamente Ativa, equivalente a 489 mil pessoas (SEI, 2020). Destes desempregados, 93% são negros, 54% são mulheres, e a maior parte possui idades entre 25 e 39 anos (SEI, 2020).

Em relação ao trabalho informal, cerca de 40,3% da população está nesse tipo de emprego (SEI, 2020), onde se acentuam e se reproduzem relações coloniais e abusivas, como os chamados "serviços de negros" (Gonzales, 2020). Esses são trabalhos precários, sem proteção social, e que limitam o acesso a direitos mínimos, como remuneração pelo salário-mínimo, aposentadoria ou licença maternidade. Nesse processo de vulnerabilização, as mulheres predominam em serviços domésticos, alimentação e alojamento, sendo tratadas com frases paternalistas como “ela é quase da família” — uma maneira de legitimar relações abusivas. Já os homens são alocados em trabalhos braçais, frequentemente associados à ideia de que são "fortes" o suficiente para esses serviços. Percebemos, dessa forma, a manutenção da divisão racial criada no passado pós escravização.

Exemplo de Racismo Ambiental, evidenciado pela precariedade das condições de trabalho, ocorreu em 2024, quando o sindicato dos cordeiros, trabalhadores que seguram as cordas que delimitam os blocos de carnaval, solicitou à prefeitura um ponto de apoio com condições mínimas de trabalho, como troca de roupas e lanche. Além disso, o sindicato também requereu uma diária de R\$ 150 para 5 a 7 horas de trabalho (tempo de percurso dos blocos), mas o valor acordado foi de R\$ 80,00 (G1, 2024). Em contraste, o preço mínimo do ingresso (abadá) para os blocos de carnaval era de cerca de R\$ 1000 (Central do Carnaval, 2024).

Sem emprego estável e enfrentando altos custos com o solo urbano, muitos moradores constroem suas casas em condições insalubres e precárias. As condições de moradia são marcadas pela falta de ventilação, pouco espaço e ambientes escuros. Como relatado por Evaristo (2017), muitas casas são construídas "entre o barraco e o barranco", sem infraestrutura básica. Em uma visita às áreas de risco de Salvador, Azevedo (2015) solicitou que crianças desenhassem suas casas nos dias de chuva. Jorge, menino que reside na borda da pedreira abandonada no bairro de São Caetano, relatou: “A única coisa que eu queria era uma casa com laje para poder ter quartos na parte de cima, calçada para brincar e que esse barranco não fosse aqui perto” (Azevedo, 2015, p.1). Em seu desenho, ele pinta apenas a sala. Ao ser questionado pela falta de pintura em outros cômodos da casa, a criança responde, com voz embargada, que “não precisa” (Figura 29) (Azevedo, 2015, p.1), refletindo a realidade de

muitos moradores que, em sua luta pela sobrevivência, têm suas necessidades mais básicas negligenciadas.

Figura 29 - Desenho de Jorge



Fonte: Azevedo (2015).

Em casas pequenas, com pouca ventilação, as condições de desconforto e insegurança se agravam com as chuvas, goteiras, mofos, a iminência de deslizamentos e desabamentos, a sensação de não ter para onde ir ou de ser refugiar em abrigos, ou nas vizinhanças em moradias precárias iguais: “Uma casa, já pequena, que raramente abrigava menos de cinco pessoas, por longo tempo acolhia duas ou mais famílias.” (Evaristo, 2017, p.104). Essa sobrecarga de moradores em um mesmo espaço contribui para agravar ainda mais as condições de vida, tornando esses locais vulneráveis em momentos de intempéries.

Na chamada "Zona do Não Ser", caracterizada pela precariedade e exclusão, o Racismo Ambiental se manifesta nas condições de acesso a serviços básicos como o saneamento, abastecimento de água, destinação de esgoto, drenagem de águas pluviais e coleta de resíduos sólidos. Entre 2018 e 2020, as PB Subúrbio-Ilhas, Liberdade-São Caetano, Cidade Baixa, Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras que concentram as ocorrências de desastres, apresentaram sérias deficiências no atendimento de coleta de resíduos sólidos porta a porta (Borja *et al.*, 2021). De acordo com os dados apresentados, 53,7% dos domicílios chefiados por mulheres possuem coleta de lixo, enquanto 25,39% não dispõem desse serviço. Já nos domicílios chefiados por homens, 55,66% recebem o serviço de coleta, mas 23,61% não têm acesso a ele (Borja *et al.*, 2021).

Esses dados indicam uma disparidade no acesso aos serviços básicos de limpeza urbana, com uma maior ausência de serviços em áreas predominantemente negras e nas quais

a população vive em condições precárias. A Tabela 1 também revela que 70,61% da população branca tem acesso à coleta de resíduos de forma adequada, enquanto apenas 51,88% da população negra tem o mesmo atendimento. Essa disparidade evidencia a continuidade de um ciclo de exclusão e desigualdade, sustentado por políticas públicas racistas.

Tabela 1 - Tipo e frequência de coleta de RSD sólidos

Tipo e frequência de coleta de RSD sólidos	Adequada		Inadequada		Não tem		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branco	1509	70,61	351	16,45	277	12,94	2137	100
Negro	6586	51,88	2730	21,50	3379	26,62	12695	100

Fonte: Borja et al., (2021).

A ausência de coleta adequada de resíduos sólidos nos bairros mais pobres, chefiados por mulheres negras, clientes da Defesa Civil, expõe a população já vulnerável a enfermidades como dengue, zika, chikungunya e leptospirose. Esta última é uma doença infecciosa que pode se apresentar de forma assintomática ou febril, causada por uma bactéria (espiroquetas patogênicas) do gênero *Leptospira* (BRASIL, 2023c).

A leptospirose surgiu como um problema de saúde urbana devido à transmissão por roedores em comunidades com um sistema de saneamento básico deficiente (Reis, 2014). A doença, muitas vezes, é confundida com outras enfermidades, como dengue e hepatite, e, por essa característica, torna-se subnotificada pelas autoridades de saúde pública. No entanto, sua letalidade pode chegar a 40% nos casos graves (BRASIL, 2023c).

Um estudo feito no bairro de Pau da Lima, mediante vigilância hospitalar ativa, identificou uma incidência média anual de leptospirose grave de 57,8 casos por 100.000 habitantes entre 1996 e 2001 (Reis, 2014). As principais características de risco para a transmissão da doença incluem alagamentos, lama, acúmulo de lixo, precariedade do esgotamento sanitário e contato com corpos d'água (Brito, 2010).

Essa realidade é vivenciada nos bairros de população negra de Salvador e se agrava nos períodos chuvosos. Uma moradora de São Cristóvão relata a situação do bairro:

Aqui em São Cristóvão a gente paga taxa de esgoto para viver dentro dele. Quando alaga, muitas crianças brincam dentro daquela água imunda. Os meninos são fortes. Não têm doença e ninguém morre. É Deus que protege da urina do rato”, reclama a ascensorista Eliana Silva, atualmente desempregada. Mesmo sem relatos de casos, o medo de contrair a leptospirose é grande. O receio tem fundamento, recorte geográfico delimitado e situação social (Azevedo, 2015).

Além de contribuir para a propagação de doenças, o acúmulo de lixo também facilita os deslizamentos, pois os resíduos depositados nas encostas retêm umidade, favorecendo a saturação do solo. Embora o lixo afete diretamente a vida e a saúde da população, os meios de comunicação não destacam a ausência de atendimento e coleta de resíduos nos bairros. Menos ainda cobram do poder público a oferta desse serviço, limitando-se a simplificar a questão como um problema de falta de educação da população:

Salvador tem 600 áreas de riscos, todas em encostas e a maioria com os mesmos problemas: casas construídas irregularmente, corte no terreno feito sem supervisão técnica e lixo acumulado. Esse lixo agrava a situação e mesmo assim, os moradores ignoram o risco de deslizamentos (JORNAL A TARDE, 2021).

Somente quem convive diretamente com a situação sabe os impactos que enfrenta, como Paula, moradora de São Cristóvão, que afirma:

Embora aqui, graças a Deus, não tenha morrido ninguém, como foi o caso de outros lugares, todo ano a gente sofre com a chuva. Olha para aqui como é que eu estou! Fiquei quatro dias internada com meu filho mais novo com problema alérgico por causa da frieza”, desabafa Paula, mostrando as feridas no corpo, resultado do contato com águas contaminadas ao passar por dentro do alagamento para levar e buscar os filhos na escola (Azevedo, 2015).

A criança Ana Maria, filha de Paula, conta que em um dos alagamentos, o vizinho fez um bote com uma geladeira velha e colocou ela e o irmão para atravessarem a rua: “Foi bom porque a gente não pisou na água, né? Mas o bom mesmo é que não tivesse esse problema. A gente não aguenta mais isso!” (Azevedo, 2015) (Figura 30):

Figura 30 - Desenho de Ana sobre seu bairro em dias chuvosos



Fonte: Azevedo (2015).

Além da ausência de coleta de resíduos, quase metade da população não possui rede de drenagem ou a tem de forma precária, e mais de 50% não dispõe de banheiro e água encanada em casa (Borja *et al.*, 2021). Entre as residências que não acessam a rede pública de distribuição de água, cerca de 59,6% têm a mulher como responsável pelo domicílio. Destas, 86% possuem renda familiar mensal inferior a três salários mínimos, 66,3% das famílias vivem em estado de insegurança alimentar, e apenas 9,3% dessa população se declara branca (Borja *et al.*, 2021).

Os bairros de Águas Claras, Valéria, Fazenda Grande do Retiro e Cajazeiras VII registraram mais de 100 amostras coletadas no sistema de distribuição de água em desconformidade com os parâmetros exigidos e recomendados de cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT), entre janeiro de 2013 e dezembro de 2020 (Borja *et al.*, 2021). Nesses bairros também se concentram domicílios que enfrentam descontinuidade no fornecimento de água da rede pública (Borja *et al.*, 2021). Essa interrupção compromete o cotidiano da população, especialmente das mulheres. Primeiro, por agravar a condição de superexploração, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos devido aos papéis tradicionais de gênero. Segundo, porque acarreta a suspensão de aulas nas escolas, prejudicando o processo educativo, expondo crianças às ruas e à violência, além de gerar preocupação para mães que trabalham fora e contam com o turno escolar.

Por um lado, observa-se o tratamento indigno do Estado em relação à população, evidenciado pelo racismo ambiental, pelo descaso com a escola pública e pela ausência de políticas públicas voltadas à viabilização do primeiro emprego. Por outro, há o avanço de

redes criminosas, o estabelecimento de relações complexas baseadas na troca de favores e a implementação de melhorias pontuais nos territórios (Campos, 2010). Trata-se de lugares que vivem em estado de exceção, onde o Estado exerce seu poder de morte por meio da segurança pública e de suas complexas relações com milícias e o tráfico de drogas.

O controle sobre os corpos não se restringe apenas aos chamados “bairros negros”, mas permeia toda a mobilidade espacial urbana. Pessoas negras estão sob ameaça constante de serem abordadas por alguém — ou por uma instituição — que sempre exige justificativas sobre quem são, por que estão ali, de onde vieram, para onde vão e por que não retornam para casa (Mbembe, 2017). Para a polícia, jovens homens negros são vistos como uma ameaça permanente (Reis, 2003). Desde cedo, esses jovens aprendem como são tratados pelo Estado, sendo expostos à abordagem policial: *“De onde cê vem, pronde cê vai?!, mão na cabeça, rapaz. Tô ligado, tô sabendo, você é do movimento, quero ver os documentos”* (Nenel, 2007).

Entre as capitais brasileiras, Salvador e Rio de Janeiro são as cidades que mais matam seus civis. Dados notificados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Anuário 2023, apontam que, em 2022, as mortes decorrentes de intervenção policial foram: 444 no Rio de Janeiro, 438 em Salvador e 182 em São Paulo (FBSP, 2023).

Não é irrelevante o fato de que a Secretaria de Segurança Pública da Bahia não divulga estatísticas de homicídios por cor/raça (BAHIA, 2022). No entanto, Vilma Reis (2005), em seu trabalho, destaca o perfil das vítimas da violência letal em Salvador: homens negros, com idade entre 15 e 24 anos, trabalhadores, moradores de bairros pobres e sem envolvimento com a criminalidade.

Um tiro fatal na testa ou na nuca, depois jogado em um campo de desova, longe do bairro onde mora, de preferência sem os documentos para não ser imediatamente identificado por familiares, que saem à procura de um rapaz que não tem envolvimento com a criminalidade, estuda num curso de ensino fundamental à noite e, durante o dia, trabalha para ajudar nas despesas em casa, com idade entre 15 e 24 anos. É assim que são abatidos os jovens-homens-negros de Salvador, e foi assim que eles apareceram em vários relatos dos estudiosos, das autoridades que deviam impedir as mortes e na dor das suas famílias, que os buscam para ter ao menos o direito de enterrar o ente querido (Reis, 2005, p. 98).

Inúmeros são os casos de assassinatos de pessoas negras em Salvador, cometidos com a certeza da impunidade e da negligência do Estado. Micael Silva Menezes, de 11 anos, foi assassinado pela polícia em 14 de junho de 2020, no bairro Nordeste de Amaralina, enquanto brincava de empinar pipa com um amigo. Segundo relatos, a polícia entrou na comunidade atirando e vitimou a criança. Na Justiça, o crime praticamente não existe:

Em última atualização no final de 2023, O Ministério Públco identificou que nos autos processuais só constava o inquérito militar, não tendo sido realizado o inquérito civil – ou seja, um procedimento fundamental para determinar a autoria e materialidade do fato não foi sequer realizado, o que implica numa maior dificuldade para a produção de provas que sustentem uma possível denúncia dos acusados. Três anos após o fato, os órgãos do sistema de justiça escancaram a negligência na apuração dessas violências, mesmo quando estamos tratando da vida de crianças (Odara, 2023, p.14).

No dia 24 de janeiro de 2018, na comunidade Paz e Vida, no bairro Jardim Santo Inácio, Geovanna Nogueira, violinista de 11 anos, foi morta com um tiro na cabeça disparado por um policial militar enquanto abria a porta de casa para receber o avô, que acabara de chegar (Odara, 2023). O processo, que durou cinco anos, foi permeado por reproduções de violências e retraumatização da família, sobretudo da mãe. Durante o júri popular, a defesa do policial acusado recorreu ao desrespeito aos familiares enlutados, ao reforço de estereótipos de gênero e etários para descredibilizar a mãe e, por fim, à perpetuação de uma sociedade machista. Como resultado, o júri absolveu o réu (Odara, 2023).

Para as mães, o sofrimento materno, os sentimentos de injustiça, frustração, impotência e revolta se mesclam à necessidade de “manterem-se de pé”, trabalhando, cuidando das responsabilidades, protegendo os outros filhos e vivendo à beira de encostas, também “sob ameaça da chuva”. Como destaca Conceição Evaristo (2017, p. 106): “Ela não queria entregar os pontos. Era preciso seguir segurando a vida. Havia as crianças, as das irmãs e as outras.”

Embora o projeto nascido na colonização e expresso na Necropolítica vise transformar corpos racializados como negros em serventes, acorrentados à tristeza, à dor, à inferioridade, à agonia, ao terror, à angústia e à incapacidade de expressar amor (Oliveira, 2024), bem como em relações afetivas de inimizade — como discutido na carta do escravocrata Willie Lynch (Geledés, 2012) —, é necessário reafirmar que as favelas são territórios de humanidade. É preciso nomear essa obviedade: negros são seres humanos. Como aponta Evaristo ao falar da favela (2017, p. 59): “Havia as misérias e as grandezas. Havia o amigo e o inimigo, o leal e o traiçoeiro. Havia muito de amor e de ódio. Havia muito de riqueza na pobreza, na miséria de cada um.”

Nessa perspectiva, longe de romantizar a pobreza ou as opressões nas relações interpessoais, é fundamental destacar a importância dos afetos alegres, que caminham na contramão do projeto de necropolítica e geram confiança, dignidade, carinho, empatia, troca, compaixão, esperança e amor (Oliveira, 2024). As pessoas se unem na dor e na angústia quando a chuva chega, mas também na solidariedade, manifesta no empréstimo de alimentos,

no cuidado com as crianças, no zelo das mais velhas com as mais novas e no comércio baseado na confiança do “pagar depois” (Dias, 2017).

Sobretudo, essa união se expressa nas mobilizações alegres: nas feijoadas para “bater laje”, nas festas de aniversário, nos chás de fraldas, nas festividades, nos terreiros de candomblé, nos jogos de futebol, nos bares, nas rodas de samba, nas rodas de capoeira e nas atividades escolares. Essas mobilizações também são formas de celebrar a vida. Se a raiva é uma arma política voltada para a mudança, como nos lembra Lorde (2019), o amor (Hooks, 2010), a alegria, a solidariedade e o batuque também o são.

Discutimos as condições de pobreza, marginalização e racismo ambiental instaladas em Salvador, que afetam principalmente a população negra, pobre e feminina. Observamos a escassez de acesso aos serviços básicos, a precariedade das moradias e a luta diária pela sobrevivência. Nesse contexto, os recorrentes deslizamentos fazem parte de um processo contínuo de exclusão e da ausência de reparação histórica em um município que enriqueceu à custa da escravização de pessoas e que, hoje, gera riqueza por meio de um patrimônio histórico e cultural construído com o sangue, a resistência, a história e o trabalho desse povo.

Dessa forma, interessa-nos compreender o que o Estado, com seu aparato político-administrativo, tem feito em relação aos direitos dessa população. No capítulo a seguir, discutimos como o poder público encara essa temática.

5 DO CAOS A LONA

Nesta seção, apresentamos a análise dos documentos institucionais para compreender a gestão de risco no município. O título, em alusão ao disco *Da Lama ao Caos*, de Chico Science e da banda Nação Zumbi, remete ao passado de Salvador, marcado pela ausência de políticas voltadas ao enfrentamento dos riscos, pela adoção de medidas paliativas, como o uso de lonas, e pela exploração da miséria, mas também pela mobilização da população.

Para isso, iniciamos com a análise da organização política e da composição dos órgãos administrativos, a fim de identificar os principais atores envolvidos nesses documentos. Em seguida, discutimos o Plano Diretor de Encostas e as diretrizes nacionais para a gestão de risco municipal que impactaram Salvador. Na sequência, apresentamos o trabalho da Promotoria Estadual de Justiça diante da realidade do município e a atuação da Defesa Civil no Programa Operação Chuva. Por fim, analisamos o papel do Legislativo municipal nesse contexto.

5.1 Eles traçam e destraçam seu caminho: os eleitos e a Promotoria de Justiça

O Estado, enquanto organização político-administrativa, é composto por representantes eleitos para elaborar leis, fiscalizar, conduzir a gestão pública e administrar os recursos da população dentro dessa arena de disputas, caracterizando o Estado Democrático de Direito.

Nessa perspectiva, para discutir a gestão Necropolítica em Salvador diante dos riscos de deslizamentos, apresentamos as responsabilidades das instâncias políticas na questão urbana e no enfrentamento a esses riscos, bem como a estrutura política municipal e estadual.

5.1.1 Prefeitura

Iniciamos nossa análise pela prefeitura, que possui a obrigação constitucional de desenvolver a política urbana e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (BRASIL, 1988, art. 182). Ainda conforme a Constituição Federal, e reforçado pelo Estatuto da Cidade, o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (BRASIL, 2001), como Salvador.

Apesar das diretrizes do Estatuto da Cidade para promover uma gestão democrática do espaço urbano, identificam-se ilegalidades e a necessidade de judicialização dos planos diretores municipais de Salvador, como os de 2004, 2008 e 2012 (Pinho, 2017). Entretanto, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2000 já previa a “elaboração e implementação do Plano Diretor de Defesa Civil, para garantir a redução de desastres no território municipal, buscando apoio do Estado e da União quando necessário” (SALVADOR, 2000, p.169).

O PDDU de 2008, por sua vez, estabelecia diretrizes para áreas de risco no município (SALVADOR, 2008, art. 23):

- promoção de assistência técnica para implantação de edificações em áreas de risco potencial, associado à geologia, geomorfologia e geotecnia;
- preservação ou recomposição da cobertura vegetal nas encostas íngremes de vales e matas ciliares ao longo de cursos d’água, consideradas áreas de preservação permanente e de risco potencial para a ocupação humana;
- promoção da requalificação dos espaços nos assentamentos habitacionais ambientalmente degradados, com a implantação da infra-estrutura, criação de áreas públicas de lazer, conservação das áreas permeáveis e dotadas de cobertura vegetal;
- promoção de intervenções nos assentamentos localizados em áreas de risco, incluindo recuperação urbana ou relocação de ocupações indevidas, quando for o caso, educação ambiental e orientação para outras construções, visando a melhoria das condições de vida e segurança da população residente.

A Lei Orgânica de Salvador estabelece a responsabilidade municipal em controlar o uso do solo visando evitar a ocorrência de desastres naturais (SALVADOR, 2020, art. 71). Em 2012, foi elaborada a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, expressando a prioridade às ações de função preventiva na gestão dos desastres (BRASIL, 2012). Sendo elas medidas estruturais, de controle construtivos como as obras de infraestruturas e os serviços ecossistêmicos, e não estruturais, como a introdução de normas, regulamentos, programas e informações para tomadas de decisão, a fim de permitir a antecipação, seja preventiva ou mitigatória de eventos (Carvalho, 2015; BRASIL, 2017). A Política Nacional delineou o protagonismo do Município no enfrentamento dos riscos de desastres, competindo-lhe:

- Incorporar as ações de proteção e Defesa Civil no planejamento municipal;
- Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- Realizar simulados e mapeamento atualizado das áreas de risco;
- Construir planos de mitigação e eliminação do risco.

Com a determinação da Política Nacional, o PDDU elaborado em 2016 definiu como áreas impróprias para ocupação humana aquelas propensas à ocorrência de sinistros, em razão de alguma ameaça, seja natural, tecnológica ou decorrente de condições socioambientais associadas às vulnerabilidades do assentamento humano, sobretudo quando há altas densidades populacionais vinculadas a formas precárias de ocupação do solo (SALVADOR, 2016, art. 21).

Assim, o PDDU estabeleceu como diretrizes para áreas impróprias (SALVADOR, 2016, art. 22): a preservação ou recomposição da cobertura vegetal em encostas íngremes de vales e matas ciliares ao longo de cursos d'água, consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) e de risco potencial para ocupação humana; a urbanização de assentamentos precários, com o reassentamento de famílias em áreas inadequadas para moradia; a eliminação do risco geotécnico; a implantação de infraestrutura; a criação de áreas públicas de lazer; e a conservação de áreas permeáveis e dotadas de cobertura vegetal. O plano também prevê a fiscalização do uso do solo em áreas de encostas (SALVADOR, 2016, art. 97) e a elaboração e implementação dos Planos Preventivos e de Contingência de Proteção e Defesa Civil, tendo como subsídio para atualizações o Plano Diretor de Encostas.

A questão se agrava em contextos de governos de orientação neoliberal, nos quais os serviços básicos prestados à população são tratados como gastos onerosos e a responsabilidade pelos problemas sociais é transferida para os indivíduos. Essa é a realidade histórica da política em Salvador e no estado da Bahia.

Como exemplo grave, podemos afirmar que o PDDU de 2016 não atende à obrigatoriedade de mapeamento das áreas de risco no município — um município onde metade da população reside em áreas sujeitas a deslizamentos e alagamentos. Dessa forma, esse instrumento municipal desrespeita a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, o que precisa ser corrigido em sua próxima atualização, prevista até o ano de 2026.

Conforme o Quadro 21 e Quadro 22, o município tem a tradição de ser governado por partidos de direita, especialmente pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente União, partido que já teve como principal liderança Antônio Carlos Magalhães, grande articulador de intervenções urbanas na cidade.

Observando a gestão municipal a partir dos anos 2000, nota-se o governo de Imbassahy (União) entre 2001 e 2004, período em que foi elaborado o Plano Diretor de Encostas. Em seguida, João Henrique (PMDB) assumiu a prefeitura em 2005, sendo reeleito em 2009. Dentro do período analisado, essa foi a gestão de maior abandono em relação aos deslizamentos. O partido DEM retornou ao comando da cidade com Antônio Carlos Magalhães Neto, que governou de 2013 a 2016, sendo reeleito em 2017. Em 2021, Bruno Reis (DEM) foi eleito prefeito do município.

Quadro 21 - Mandato de prefeitos em Salvador, Bahia (2001 - 2024)

Mandato	Governador	Partido
2005-2008	João Henrique	PDT
2009-2012		PMDB (mudou de partido)
2013-2016	Antônio Carlos Magalhães Neto	DEM
2017-2020		

Elaboração: Souza (2025).

5.1.2 Governo no Estado

Embora a execução da política urbana seja uma atribuição do município (BAHIA, 1988, art. 214), o Estado também possui competência concorrente para legislar sobre direito urbanístico (BRASIL, 1988, art. 24).

Durante o período analisado, o Governo do Estado esteve sob comando do DEM (Quadro 22). Inicialmente, Otto Alencar (PFL) assumiu como vice-governador na chapa de

César Borges (PFL), seguido por Paulo Souto. Em 2007, o governo estadual passou a ser liderado por um partido de orientação neoliberal de esquerda, com Jaques Wagner (PT), que governou por dois mandatos consecutivos. Na sequência, Rui Costa assumiu o governo, sendo sucedido pelo atual governador, Jerônimo Rodrigues, ambos do PT.

Quadro 22 - Mandato de governadores do estado da Bahia (2002-2026)

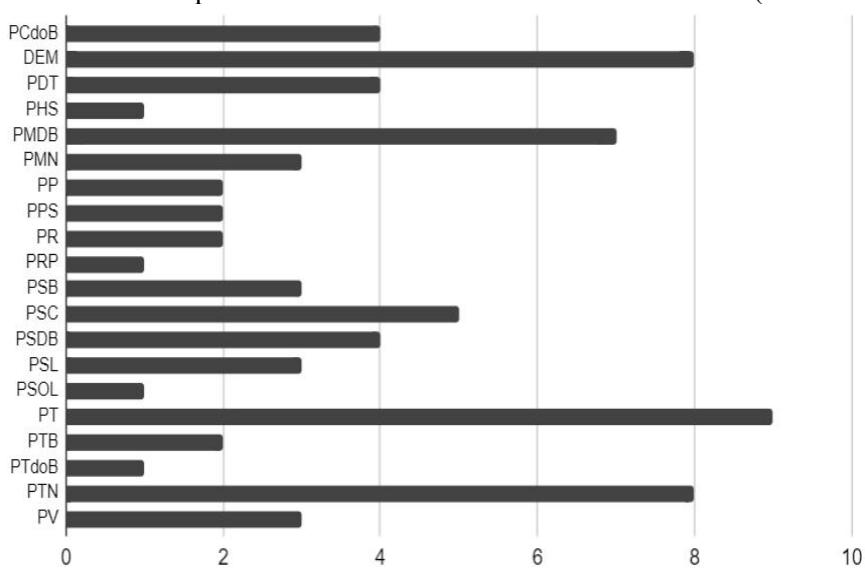
Mandato	Governador	Partido
2002-2003	Otto Alencar	DEM
2004-2006	Paulo Souto	DEM
2007-2010	Jaques Wagner	
2011-2014	Rui Costa	PT
2015-2018		

Elaboração: Souza (2025).

5.1.3 Câmara Municipal de Vereadores

A Câmara de Vereadores tem função legislativa e fiscalizadora (BRASIL, 1988, art.31). No período compreendido no estudo, ocorreram três legislaturas, 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020. Nelas identificamos 79 vereadores que exerceram mandato. Desses, apenas 11 mulheres, quatro mulheres negras, inclusive a primeira mulher trans eleita (Vereadora Léo Kret). Conforme Figura 31, a maioria dos partidos é de centro e direita, com destaque para o DEM, Partido Social Cristão, PMDB, PTN e PSDB. Enquanto os partidos de esquerda com maior número de vereadores são o PT e o PCdoB.

Figura 31 - Partidos políticos na Câmara de vereadores de Salvador (2009 a 2020)



Elaboração: Souza (2025).

5.1.4 Ministério Público Estadual

O Ministério Público Estadual, órgão autônomo e independente, tem como uma de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, incluso proteção da ordem urbanística e dos danos causados ao meio ambiente urbano (BRASIL, 1988, art. 129).

Em 2012, ao nível nacional ocorreu a criação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012). No mesmo ano, por conta dos recorrentes pedidos de socorro da população, a Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo de Salvador iniciou um extenso trabalho sobre encostas do município. O trabalho foi iniciado pela promotora Hortênsia Gomes Pinho, junto aos servidores do órgão. Em 2021, o trabalho foi interrompido com a extinção da Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo e redistribuído entre outras promotorias. Somente em 2022, a promotora retorna ao caso. Essa promotoria foi extinta logo após o julgamento e condenação da prefeitura por responsabilidade civil objetiva pela falta de ação em duas áreas de riscos reconhecidas pela própria prefeitura como de muito alto risco (PJ MAHU, 2021).

Destacamos também a presença e atuação da Promotoria Estadual de Justiça de Habitação e Urbanismo de Salvador no atendimento à questão. Por isso, o enfrentamento à temática dos riscos e políticas públicas para melhorar a condição de vida da população passa necessariamente por mudanças e disputas na gestão política. Na sequência, apresentamos o Plano Diretor de Encostas, desenvolvido através da gestão municipal e que, apesar de vários problemas, representou um avanço na temática dos riscos. No entanto, o PDE não foi implementado.

5.2 O Famoso PDE: Plano Diretor de Encostas

O Plano Diretor de Encostas (PDE) surge em 2004 a partir de determinação do PDDU de 2000 em consonância com Estatuto da Cidade de 2001 (BRASIL, 2001). O PDE se constituiu em um importante instrumento de análise do panorama geral das áreas de riscos em Salvador e previa planejamento de ações para um horizonte temporal de 10 anos, quando deveria ser revisto, se mostrando como uma ferramenta extremamente importante para o enfrentamento do problema.

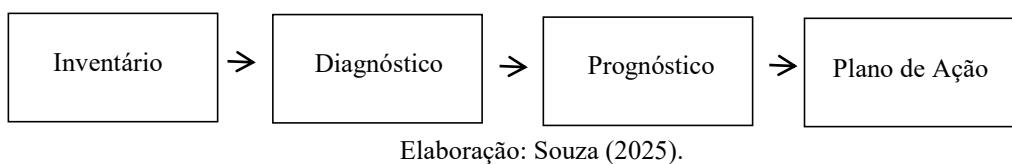
O documento foi elaborado em 2004, durante a gestão municipal de Antônio José Imbassahy da Silva, pela Secretaria do Saneamento e Infraestrutura Urbana (SEMIN) com o secretário Carlos Geraldo Lins Cova na Coordenadoria de Áreas de Riscos Geológicos

(CARG). A empresa contratada para consultoria e apoio técnico foi a Geohidro, empresa de engenharia consultiva que atua no setor de infraestrutura, meio ambiente, saneamento básico, recursos hídricos e gerenciamento de obras. A equipe técnica contou com o apoio do Laboratório de geotecnologia da Universidade Federal da Bahia e foi organizada em setores de geologia e geotecnologia, cartografia e geoprocessamento, contenções de encostas e drenagem, socioeconomia e meio ambiente, uso e ocupação do solo, especificações e orçamentos e apoio. A mensagem do prefeito no início do documento já indica a orientação do Plano em captar recursos e remover a população: “com o plano será possível atuar de maneira planejada, inclusive na captação de recursos, para a Prefeitura poder avançar muito mais, beneficiando novas áreas e retirando milhares de famílias que ainda vivem em condições de risco” (SALVADOR, 2004, p.3).

O PDE identificou 433 áreas de riscos e estabeleceu uma estrutura hierárquica para priorização das intervenções. A matriz hierárquica foi construída através do método de análise de multicritérios (*Analytic Hierarchy Process*), permitindo a classificação em setores de baixo, médio, alto e muito alto risco. Destes, foram identificados como prioritárias para receber intervenções, 90 áreas de alto e muito alto risco (BAHIA, 2015). Com este panorama, o plano propôs o planejamento de ações para um horizonte temporal de 10 anos. No entanto, o plano não teve suas medidas/recomendações colocadas em prática, tampouco a matriz de prioridades foi respeitada (PJ MAHU, 2021).

Conforme a Figura 32, o documento foi organizado em quatro módulos: inventário, diagnóstico, prognóstico e plano de ação. Para o gerenciamento dos dados e informações inventariadas e auxiliar na elaboração dos módulos, foi criado o Sistema de Informações Geográficas do Plano Diretor de Encostas (SIGPDE). Com ele foi possível a elaboração das fichas cadastrais, mapas, monitoramento dos locais em situação de risco e acompanhamento da evolução do problema a partir da atualização dos atributos cadastrados.

Figura 32 - Organização do Plano Diretor de Encostas



O inventário apresenta:

- Caracterização física ambiental com identificação dos aspectos geológicos, geomorfológicos e geotécnicos e do registro de ações responsáveis pela degradação de encostas. O resultado do levantamento foi cartografado em escala 1:25.000.
- Caracterização socioeconômica com levantamento do perfil socioeconômico da população residente. Tais informações “serviram de subsídio para definição de reassentamentos, a realização dos estudos de viabilidade e o ordenamento das intervenções preconizadas” (SALVADOR, 2004, p.29).

Para essa fase, foram realizados 42 registros bibliográficos, abrangendo publicações de diversas naturezas. A base cartográfica foi elaborada por meio da compilação de elementos do SICAR (Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador – CONDER) e sua estruturação no banco de dados geográficos desenvolvido especificamente para o PDE, com:

- Ortofotos no formato digital, na escala de 1: 2.000 (escala para restituição), referentes ao ano de 2002;
- Fotografias aéreas verticais no formato digital e analógico, na escala de 1:8.000, referentes ao ano de 2002;
- Cartas planialtimétricas no formato digital, na escala de 1: 2.000, referentes ao ano de 1992;
- Cartas planialtimétricas no formato analógico, nas escalas de 1: 10.000 e 1: 25.000, referentes, respectivamente, aos anos de 1976 e 1979.

Segundo o documento, também foram realizadas vistorias em campo com equipes técnicas coordenadas por engenheiros e assistentes sociais em 1.070 pontos de risco. As vistorias ocorreram em locais com registros de ocorrências na Defesa Civil, solicitações de intervenção na Superintendência de Urbanização da Capital (SURCAP) ou ainda, onde foram encontradas situações de instabilidade e riscos de perdas humanas e/ou materiais.

Ao todo, foram identificadas 433 áreas de risco, de acordo com as inspeções realizadas ou indicações dos moradores. Durante a varredura, foram avaliados os fatores condicionantes ao risco (Quadro 23), tais como instabilidade comprovada, efeitos e consequências da instabilidade, topografia desfavorável e aspectos geotécnicos desfavoráveis.

Quadro 23 - Fatores Condicionantes para identificação de risco de movimentos de massa

FATORES CONDICIONANTES	ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS
1. Instabilidade comprovada	I. Presença de trincas no solo II. Existência de árvores inclinadas

	III. Escorregamentos ocorridos no local IV. Existência de casas fissuradas
2. Efeitos e consequências de instabilidade	I. Ocorrências de perdas humanas II. Ocorrências de perdas materiais
3. Topografia desfavorável	I. Taludes de cortes > 60º (desprotegido e/ou sem drenagem) II. Talude de aterro lançado 45º (desprotegido e/ou sem drenagem) III. Altura do talude
4. Aspectos geotécnicos desfavoráveis	I. Bloco de rochas instáveis II. Áreas de pedreiras com mergulho de rocha em direção desfavorável III. Presença de solo expansivo IV. Erosão (vegetação inadequada, lançamento concentrado de águas servidas) V. Aterro lançado VI. Lixo no talude

Fonte: Adaptado de Salvador (2004).

Com base nos aspectos observados e na quantidade de fatores condicionantes, as áreas foram agrupadas em grau de riscos, como baixo, médio, alto e muito alto risco (**Quadro 24**).

Quadro 24 - Classificação do grau de risco - Aspecto local

BAIXO	Presença dos fatores condicionantes 03 e/ou 04. Não se observam instabilidades	Mantidas as condições existentes, não se espera eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.
MÉDIO	Presença dos 04 fatores condicionantes. Processo de desestabilização incipiente.	Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.
ALTO	Presença dos 04 fatores condicionantes. Processo de desestabilização em pleno desenvolvimento, podendo-se monitorar sua evolução.	Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.
MUITO ALTO	Presença dos 04 fatores condicionantes. Processo de desestabilização em estágio avançado de desenvolvimento, não sendo mais possível monitorar sua evolução.	Mantidas as condições existentes, é grande a probabilidade de eventos destrutivos durante a época de chuvas intensas e prolongadas.

Fonte: Adaptado de Salvador (2004).

Para a avaliação dos aspectos socioeconômicos, foram selecionados os locais identificados como de alto e muito alto risco para realização de entrevistas com os moradores. As entrevistas ocorreram em duas etapas: uma qualitativa e outra quantitativa. Na primeira etapa, foram realizadas 510 entrevistas com abordagem domiciliar, com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico e os anseios dos moradores.

No entanto, neste levantamento, não houve nenhum questionamento relacionado à raça, pessoa com deficiência ou à orientação sexual, o que demonstra o apagamento/silenciamento dessas questões e reflete a pouca disposição do Estado em promover políticas públicas mais adequadas, de modo a reduzir a exposição da população a processos de vulnerabilização. Isso é especialmente importante, pois as pessoas vivenciam a cidade de formas diferentes. No entanto, as principais perguntas foram:

- Tempo de moradia
- Origem da família
- Satisfação com a vida no bairro
- Situação com a vida na casa em que mora
- Residência (situação do imóvel; número de residentes, características da residência)
- Utilização de serviços públicos
- Qualidade de vida
- Expectativas quanto ao futuro
- Problemas da localidade
- Atuação da administração municipal
- Obras e ações a realizar pelo poder público
- Um sonho a realizar
- Consciência do risco
- Organização/participação da comunidade.

A segunda etapa foi realizada com os moradores previamente entrevistados, agora organizados em grupos da seguinte forma: de 20 a 24 anos, de ambos os sexos, e dois grupos separados por sexo, com idades entre 25 e 50 anos. As principais discussões ocorreram em torno das condições de vida, do sentimento em relação à cidade, da percepção da atuação dos governos em relação às áreas de risco e das expectativas de mudanças.

No Módulo II – Diagnósticos, observamos o resultado das entrevistas com moradores das áreas classificadas como de muito risco. Sobre a origem dos moradores, foi identificado que 53% são imigrantes do interior do Estado e 47% são originários de Salvador. As casas possuem, em média, quatro moradores, com uma renda familiar de até dois salários mínimos.

A maioria das mulheres adultas veio com seus companheiros. Os homens, em sua maioria desempregados, residem ali para evitar o pagamento de aluguel, energia e água. Os jovens, grande parte nascidos nas moradias, permanecem pelas mesmas razões que os adultos. As construções foram realizadas pelos próprios moradores, e os mais antigos preferem a execução de obras para melhoria das construções, ao invés de ações de reassentamento.

Sobre a percepção de risco, 54% dos moradores consideravam que o local onde residem oferece risco de desabamento. Mesmo que 69% já tenham vivenciado algum tipo de ocorrência de deslizamento ou desabamento, 74% desses casos ocorreram em suas próprias casas ou nas casas de vizinhos. No entanto, é importante questionar o significado deste dado de percepção de risco, já que a avaliação dos moradores é um dos fatores para o Estado considerar se a área é de risco ou não. Além disso, os moradores sabem que, ao indicarem que moram em áreas de risco, podem estar contribuindo para ações de remoção das moradias, o que nem sempre é do interesse deles, já que a remoção não pode ser a única opção para melhorar a condição de vida. Isso é ainda mais problemático quando não há garantia de que os removidos serão alocados em condições melhores.

Embora os números sejam questionáveis, o percentual de 74% de moradores que vivenciaram ocorrências de deslizamentos ou desabamentos em suas próprias moradias ou nas de vizinhos indica que a população está exposta a traumas recorrentes. Isso evidencia a Necropolítica, com formas repetidas de violência promovidas pelo Estado, que fazem parte do cotidiano dos moradores.

Quanto às proposições de ações para as áreas de risco, foram avaliados os impactos das remoções de moradores. O PDE destaca o vínculo afetivo dos moradores com os imóveis como um fator importante a ser considerado na realização de estudos e ações voltadas para programas de reassentamento, em casos de perda de residência por deslizamentos, desabamentos ou remoções por indenização. Esse aspecto é relevante porque estamos lidando com uma população privada de muitos acessos, inclusive à terra, o que se reflete na moradia. A remoção é um processo traumático para os removidos, justamente pelo vínculo afetivo com a propriedade, como ilustra Conceição:

Perdi pai e mãe que nunca tive direito, dado o trabalho escravo nos campos. Perdi um lugar, uma terra, que pais de meus pais diziam que era um lugar grande, de mato, bichos. De gente livre e sol forte... E hoje, agora a gente perde um lugar de que eu já pensava dono. Perder a favela! (Evaristo, 2017, p. 25).

Além disso, realizar o sonho da casa própria, ainda que em condições precárias e inseguras, significa sair do aluguel e da constante ameaça de não ter onde morar devido ao

não cumprimento de pagamentos. O Estado está acostumado a tratar a população negra como corpos descartáveis, que podem ser deslocados de um lado para o outro sem qualquer consideração, uma vez que a população negra é uma ameaça ao Estado. As razões pelas quais as/os moradoras/es preferem permanecer onde estão, buscando melhorias e condições mais seguras, não precisam ser questionadas, mas sim respeitadas. Afinal, voltando aos "Becos da Memória": "Todos sabiam que a favela não era o paraíso, mas ninguém queria sair. Ali perto estava o trabalho, a sobrevivência de todos. O que faríamos em lugares tão distantes para onde estávamos sendo obrigados a ir?" (Evaristo, 2007, p.55). A remoção definitiva não precisa ser a única opção viável, em determinados casos, tampouco pode ocorrer recorrentemente sem articulação com programas de acesso à moradia. As remoções acabam se tornando uma política do Estado para deslocar a população para outras condições de risco.

Além do vínculo afetivo, devem ser considerados fatores como as redes de apoio e solidariedade que se estabelecem entre os vizinhos para cuidar das crianças, dos doentes, além do auxílio mútuo na aquisição e compartilhamento de alimentos e outras necessidades básicas. Outras questões a serem consideradas envolvem a mobilidade para o trabalho e o acesso a estabelecimentos comerciais, especialmente devido à precariedade do transporte público e ao valor elevado da tarifa. O exercício de práticas culturais, religiosas e de lazer, que estão intimamente ligados ao território, também deve ser levado em conta, assim como a dinâmica escolar das crianças: "Havia os problemas das crianças, que, (...), perderam as vagas nas escolas ao se mudarem no meio do ano e não encontravam vagas próximas do lugar para onde iam." (Evaristo, 2017, p.108).

Além dos impactos das remoções, outras formas de pensar proposições para áreas de risco envolveram a organização dos tipos de usos e ocupação do solo no município. Para isso, o PDE estruturou cinco classes:

1. Ocupação predominantemente horizontal de baixa renda, fortemente adensada e já consolidada (O1.1): Situadas em condições naturais suscetíveis a movimentos de massa onde se localizam o Domínio da Cobertura Continental do Terciário – Formação Barreiras – e em vertentes de maior declividade ou sobre a Formação Pojuca (Domínio das Rochas Sedimentares do Rift do Recôncavo) (p. 36).
2. Ocupação predominantemente horizontal de baixa renda em estágio inicial de implantação (O1.2): São as habitações em expansão em condições de infraestrutura ainda mais precária.
3. Ocupação predominantemente vertical, de baixa renda, com até 4 andares e bem adensada (O3): Habitações de população de renda média/alta e construções comerciais/industriais dotadas de infraestrutura, em áreas de baixa suscetibilidade a

deslizamentos, compostas por “padrões que se assemelham com referência aos cuidados e procedimentos técnicos construtivos” (p. 36).

4. Ocupação predominantemente rarefeita que corresponde aos sítios, chácaras e loteamentos em implantação (O4): “São áreas provavelmente destinadas/apropriadas à expansão urbana, logicamente tendo-se como premissa o controle prévio, recomendações e orientações do poder público, para que se possa ter uma ocupação dentro de parâmetros aceitáveis de segurança.” (p. 37).
5. Ocupação estritamente horizontal associada às localidades situadas nas ilhas (O5): áreas sem ocorrência de deslizamentos, onde se situa o Parque da Cidade, o Aeroporto, o Parque de Exposições, o Parque Universitário (UFBA) e o Centro Administrativo da Bahia (CAB).

O documento está repleto de discursos que reforçam o imaginário de que a população negra é a responsável pelas más condições de vida e pelos riscos, o que, longe de ser uma posição imparcial, revela a orientação daqueles que instituíram as regras do jogo na organização do espaço. Ao tratar de setores de alto valor urbano, o PDE descreve áreas como “provavelmente destinadas à expansão urbana, logicamente tendo-se como premissa o controle prévio, recomendações e orientações do poder público, para que se possa ter uma ocupação dentro de parâmetros aceitáveis de segurança” (p. 37). Essa visão destaca a existência da Zona de Indiferença em que leis e direitos não existem para todos, que “invasões” e construções sem autorização ocorrem exclusivamente por parte da população mais pobre.

É fundamental lembrar também da omissão e da criação de infraestrutura pelo poder público para a construção de grandes empreendimentos em “áreas de risco”, quando esses empreendimentos atendem aos interesses dos grupos dominantes e atendem a população da Zona do Ser. O documento ainda descreve a população de média/alta renda como “logicamente” atenta aos padrões de legalidade e segurança para construções, criando uma narrativa que favorece certos setores da sociedade. Contudo, independentemente do perfil social, o Código de Obras do Município (Lei Municipal n.º 9.281/2017) determina a responsabilidade ativa e eficaz do poder público municipal para eliminar o risco. É o município quem fiscaliza a execução de obras e serviços de qualquer natureza, realizando vistorias e aplicando as penalidades cabíveis (SALVADOR, 2017, art. 59). A fiscalização seletiva, portanto, demonstra o abandono com que a Zona do Não Ser — onde reside uma parcela considerável da população — é tratada.

Ainda no módulo “Diagnósticos”, os resultados apontam que o risco está relacionado aos cortes em taludes de pedreiras inativas, aos assentamentos precários localizados nas

encostas e às ações inadequadas, sem planejamento e sem acompanhamento técnico, associadas às condicionantes físicas desfavoráveis. Podemos afirmar que as características geomorfológicas influenciam diretamente a ocorrência de eventos, com destaque para as áreas de maior declividade associadas às zonas de falhas, lineamentos estruturais e cabeceiras de drenagem (Souza, 2021). No entanto, é importante destacar que, apesar dessas mesmas características, outras cidades brasileiras não apresentam tantas ocorrências de deslizamentos ou desastres (Zangalli e Alves, 2021). O engenheiro e professor da Escola Politécnica da UFBA, Luís Edmundo Prado de Campos, destaca que:

Algumas pessoas dizem que as encostas em Salvador não são boas. Isso não é verdade. Poderiam ser ocupadas tranquilamente desde que as pessoas soubessem ocupar. O ideal seria que o poder público chegasse antes, criando infraestrutura, para depois a população assentar as suas edificações. Isso não existiu. Agora o poder público está correndo atrás para dar assistência a essas áreas. A população não vive nas áreas de encostas por opção, e sim por falta de opção (Azevedo, 2015).

No módulo “Plano de ação”: o documento apresenta os critérios para estabelecimento da hierarquia dos 433 setores de risco. A sistematização da hierarquia foi construída com base no método de análise multicritério, considerando as características físico-ambientais, econômicas, sociais e políticas. Foram analisados e atribuídos pesos aos seguintes critérios:

- Técnico-ambiental: avaliação do grau de risco considerando fatores naturais e antrópicos, vulnerabilidade ambiental e degradação do meio.
- Técnico-econômico: custo da intervenção, priorizando o menor recurso por intervenção para atendimento de maior o número de áreas; custo per capita da intervenção, considerando o custo-benefício associado a cada intervenção; relevância para o sistema viário urbano, assegurando a manutenção do tráfego e das boas condições do sistema viário.
- Sociopolítico: população beneficiada, qualidade de vida, atuação da administração municipal, situação de risco que repercute de forma negativa no psicológico da população, tempo de moradia.

As intervenções planejadas para o controle e recuperação das 433 áreas identificadas foram estruturadas de maneira a englobar ações diversas, de forma a tratar os riscos de maneira sistêmica. As ações foram divididas em três grandes grupos: recuperação de taludes e encostas instáveis, reassentamento de famílias residentes em áreas de risco e a implementação de projetos de educação ambiental e desenvolvimento comunitário.

O plano de implantação das intervenções consistia no planejamento da efetivação do PDE com elaboração de instrumentos técnicos para o controle dos riscos. Tais como: elaboração do programa de divulgação de informações sobre áreas de risco geológico-

geotécnico, implementação do plano de monitoramento de áreas de risco, elaboração de programa de informações geotécnica com plano de mapeamento geotécnico, programa para monitoramento de chuvas e o plano diretor de drenagem do município. O plano também previa a necessidade de criação de órgão especializado na temática com independência financeira e administrativa. Em caso de não criação de órgão, foi recomendada a reestruturação e fortalecimento da Coordenação de Áreas de Risco Geológico (CARG). Tal medida deveria ser acompanhada de: dotação de quadro pessoal especializado e funções coerentes com as diretrizes, proposições e recomendações do PDE, estrutura técnica multidisciplinar com profissionais de geologia, engenharia estrutural, engenharia econômica, socioeconomia, informática aplicada, entre outras, e estrutura física com espaços e equipamentos necessários, além da capacitação contínua dos técnicos. A CARG, órgão da administração direta pertencente à SEMIN, seria a responsável pelo programa de acompanhamento e controle do PDE com apoio dos setores jurídicos e de licitação da SEMIN para efetuar licitações, firmar contratos e resolver litígios.

Essas intervenções seriam conduzidas em um período de 10 anos, com um cronograma detalhado que contemplava as etapas de cada ação e os recursos necessários para sua implementação. A responsabilidade pela coordenação dessas ações recairia sobre a Coordenação de Áreas de Risco Geológico (CARG), com apoio técnico multidisciplinar, incluindo geólogos, engenheiros e outros profissionais especializados, além de suporte jurídico e de licitação.

As encostas identificadas no módulo Diagnóstico foram reagrupadas em função das possíveis soluções:

- O grupo I – envolvia as encostas adaptadas e/ou condicionadas ao avanço da erosão do bloco alto da Falha de Salvador, as encostas ou taludes de aterro, as encostas ou taludes verticais de pedreiras desativadas, as encostas de contato do Barreiras com o embasamento cristalino e as encostas com vertentes esculpidas em solos desenvolvidos a partir da formação Salvador.
- O grupo II – encostas com vertentes em solos expansivos desenvolvidos sobre a Formação Pojuca e o grupo III – encostas ou taludes verticais de pedreiras desativadas com rochas expostas e parte das encostas adaptadas e/ou condicionadas ao avanço da erosão do bloco alto da falha de Salvador com rochas expostas (SALVADOR, 2004).

As principais soluções propostas para o grupo I seriam muros de peso estrutural, muros de alvenaria de pedras, cortinas atirantadas, solos grampeados e impermeabilização do talude com argamassa e chumbadores. O grupo II necessita de obras de contenção mais

flexíveis e caras, como gabiões e obras de drenagem, enquanto o grupo III requer obras de atirantamento de alguns blocos ou lascas de rochas. Os custos com reassentamento também foram previstos, embora identificados como intervenções de alto custo social.

As intervenções nas encostas previstas no PDE baseavam-se apenas em obras de cimentação das encostas (fato que se repete na política atual). Essas medidas estruturais, além de possibilitarem desvios de verbas e alianças eleitoreiras do governo com empresas da construção civil, contribuem para o aumento da temperatura urbana e podem gerar desconforto para quem reside no entorno dessas intervenções. Isso ocorre porque são locais com restritas áreas verdes e, muitas vezes, com pouca ventilação em ambientes com moradias quentes, em função dos materiais construtivos.

O aumento da temperatura pode gerar estresse térmico e aumento de doenças no aparelho circulatório, que afetam principalmente idosos e crianças, já que são eles que passam mais tempo em casa (Sant'Anna Neto, 2011). Além disso, intervenções sem a devida drenagem aumentam a impermeabilização da cidade. Esse problema, aliado ao sistema precário de drenagem do município, à insuficiente oferta de coleta de resíduos sólidos e ao aumento da concentração de chuvas em poucos dias, contribui para alagamentos, desencadeando uma série de problemas, como surtos de doenças, perdas humanas e materiais. Nesse sentido, é necessário que as propostas de intervenção em encostas tenham soluções híbridas e que agreguem serviços ecossistêmicos (Carvalho, 2015).

O PDE também previa a remoção e o reassentamento de populações. É interessante destacar a importância das remoções em casos específicos, quando as condições são de muito alto risco, sendo necessário avaliar os custos sociais e ambientais de tais ações. Além disso, remoções justificadas pela exposição ao risco de deslizamentos podem resultar na exposição a novos riscos no novo local de moradia. Dessa forma, seria possível pensar em soluções alternativas, seguras e que efetivamente melhorem a condição de vida das pessoas, sem que haja, necessariamente, a remoção de comunidades inteiras e a criação de conjuntos habitacionais em outros lugares.

Por fim, o Plano Diretor de Encostas, apesar de apresentar uma série de problemas, representou um importante avanço no entendimento das encostas, com um levantamento amplo e detalhado, considerando a realidade ambiental e social do município. No entanto, o documento não foi efetivamente implementado e não foi atualizado desde sua criação, em 2004, apesar de a legislação prever atualização a cada dez anos.

No período entre a elaboração do PDE e o ano de 2010, durante a gestão do prefeito João Henrique (PMDB) e do governador Paulo Souto (DEM), não ocorreram avanços

notórios referentes às encostas. A partir de 2010, em termos nacionais, ocorreram mudanças significativas na proposição de ações frente a eventos geo-hidrológicos, como movimentos de massa, secas, inundações e alagamentos (BRASIL, 2017). Por isso, antes de discutirmos a atuação do Ministério Público Estadual em Salvador, destacamos, no capítulo a seguir, alguns marcos e proposições nacionais que repercutiram nas políticas da cidade.

5.3 Trabalhamos com emergências: Gerenciamento de riscos no Brasil

Em 2011, após a tragédia causada pelos deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro, foi criado o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN). O CEMADEN realiza o monitoramento contínuo das condições hidrogeológicas do país e emite alertas de risco de desastres. Para isso, ele comunica primeiramente ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), que retransmite tais alertas para as Defesas Civis subnacionais e outras autoridades envolvidas (BRASIL, 2017). O órgão integra o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituído pela Lei nº 12.608/2010, juntamente com o Sistema de Coleta e Distribuição de Dados Meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), que, desde 1961, obtém informações diárias, em nível nacional, para previsão do tempo, emissão de avisos e boletins meteorológicos. Atualmente, o INMET conta com 571 estações meteorológicas automáticas e 170 convencionais.

Além disso, compõem o Sistema Nacional a Rede de Meteorologia sob o Comando da Aeronáutica (DECEA) e a Rede Hidrometeorológica Nacional, coordenada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que realiza o monitoramento e a disponibilização de informações sobre diversos parâmetros de interesse hidrológico (BRASIL, 2022). Há também o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), considerado o mais avançado centro de previsão numérica de tempo (curto e médio prazo) e clima da América Latina. Desde 1995, o CPTEC opera diariamente, fornecendo previsões probabilísticas de alta precisão sobre secas e inundações, auxiliando a tomada de decisão em áreas como Defesa Civil, geração de energia elétrica e gerenciamento de recursos hídricos (BRASIL, 2017).

Outro importante órgão de monitoramento é o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que atua na prevenção de desastres hidrogeológicos, realizando o acompanhamento de chuvas e níveis dos rios em 17 bacias hidrográficas brasileiras, além de elaborar produtos cartográficos, boletins e alertas. O CEMADEN, desde 2011, mantém o monitoramento

contínuo das condições hidrogeológicas e emite alertas de risco de desastres, comunicando primeiramente ao CENAD, que, por sua vez, retransmite esses alertas para as Defesas Civis municipais, como a CODESAL, em Salvador.

Além da presença de monitoramento em nível nacional, existem recomendações para o gerenciamento municipal. Dessa forma, os instrumentos de gestão de riscos de desastres recomendados para a escala local são (BRASIL, 2022b):

- Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC),
- Plano de Contingência (Plancon),
- Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).

O Plano Preventivo de Defesa Civil, que atua na emergência, tem o objetivo de estabelecer a atuação de equipes técnicas municipais nos meses mais chuvosos, para que “se reduza a possibilidade de registro de perdas de vidas humanas provenientes de eventos relacionados a movimentos de massa” (BRASIL, 2022b). O PPDC é estruturado em quatro níveis (Observação, Atenção, Alerta e Alerta Máximo) que indicam ações específicas (Quadro 25) para cada grau.

Quadro 25 - Níveis do PPDC, critérios de entrada nos níveis e ações correspondentes

NÍVEL	CRITÉRIO DE ENTRADA	AÇÕES ESPECÍFICAS
OBSERVAÇÃO	Início do PPDC; Início do período chuvoso.	Acompanhamento dos índices pluviométricos
ATENÇÃO	Acumulado de chuvas (72h) acima do limiar + previsão meteorológica desfavorável	Vistoria de campo nas áreas de risco
ALERTA	Registro de sinais de instabilidade nas áreas de risco ou proximidades + Previsão meteorológica desfavorável	Evacuação preventiva dos moradores das áreas de risco muito alto com alocação das famílias em abrigos temporários seguros
ATENÇÃO MÁXIMA	Registro de deslizamentos nas áreas de risco ou proximidades + Previsão meteorológica desfavorável	Evacuação de todos os moradores em áreas de risco alto e muito alto com alocação das famílias em abrigos temporários e seguros

Fonte: BRASIL, 2022b. Adaptado de Macedo; Santoro; Araújo, 2004

O próprio CEMADEN reconhece que o plano se baseia em soluções de emergência e na condição estritamente natural da precipitação:

A principal limitação do PPDC está relacionada à sua incapacidade de alterar a condição de risco instalado nos locais monitorados. Afinal, o plano não é capaz de evitar o evento perigoso ou incidir sobre a ameaça como as medidas estruturais, nem melhorar a condição de vulnerabilidade da comunidade exposta. Via de regra, o PPDC se apresenta para a gestão local e população dos municípios com nomes mais atrativos como Operação Chuvas de Verão, Operação Guarda-chuva, baseados na comunicação simples para facilitar a compreensão de todas e todos (BRASIL, 2022b, p.92).

Esse tipo de atuação, que em Salvador recebe o nome de Operação Chuva, não pode ser a única solução, pois ocorre apenas durante o período chuvoso. Os riscos hidrogeológicos impactam as populações de forma distinta, em função das condições de racismo ambiental, exclusão e segregação nas cidades brasileiras, o que se reflete nas diferenças regionais. Por isso, uma recomendação de caráter emergencial não resolve os problemas que colocam em risco a vida das pessoas, pois atua pontualmente e salva apenas alguns.

Outro plano que compõe o gerenciamento de risco é o Plano de Contingência. Conforme a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, mais especificamente no Art. 22, §2º, inciso II, o plano é um dos instrumentos que os municípios devem elaborar (BRASIL, 2012). Para ser efetivo, o plano precisa ser construído com ampla participação social, incluindo tanto a população diretamente afetada quanto as diversas secretarias e instâncias administrativas locais.

O documento está estruturado em duas etapas:

1. Identificação de cenários de risco – realizada por meio de documentos técnicos e sistemas de monitoramento, incluindo mapeamento de riscos, cartas de suscetibilidade, mapeamento de vulnerabilidades, definição de rotas de fuga e instalação de sistemas de alarme.

2. Planejamento de ações de contingência – envolve a preparação e a resposta a desastres, com atividades práticas para minimizar impactos.

Os elementos básicos que compõem o Plano de Contingência são (BRASIL, 2017):

- Monitoramento,
- Alerta,
- Alarme,
- Fuga,
- Abrigamento,
- Socorro,
- Assistência

- Restabelecimento.

Em cada um dos itens, devem ser identificadas e acompanhadas as atribuições, os responsáveis e os recursos que devem ser cadastrados (BRASIL, 2017). No monitoramento, são analisados os sistemas de observação de ameaças. O item ***alerta*** define os critérios e sistemas de comunicação em articulação com os sistemas de monitoramento, enquanto o item ***alarme*** estabelece os critérios para acionamento.

O item ***fuga*** apresenta os critérios e formas de deslocamento, incluindo rotas seguras e pontos de abrigo. Já o item ***abrigamento*** define os critérios, locais e formas de acolhimento, abrangendo o gerenciamento de suprimentos básicos, condições de higiene, saúde física e mental, suporte religioso, segurança, guarda de animais de estimação dos abrigados e outros elementos mínimos que garantam respeito e dignidade humana. Nesse sentido, é essencial considerar a organização do espaço, priorizando a manutenção da convivência entre familiares e vizinhos (BRASIL, 2017).

No ***socorro***, são definidas as ações de busca e salvamento, primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar. O fornecimento desses serviços deve ocorrer durante ou imediatamente após o desastre, com articulação entre órgãos específicos, como os de saúde, segurança pública e serviços essenciais.

O item ***assistência*** compreende as ações para garantir a integridade física das vítimas e restaurar suas condições de vida até o retorno à normalidade. As responsabilidades são distribuídas entre os serviços de assistência social e psicologia, além de equipes de vigilância sanitária, saúde e segurança pública. Incluem-se o fornecimento de alimentos, água potável, vestuário, produtos de higiene pessoal, materiais de acomodação e limpeza, além de itens para reconstrução de moradias, instalação de acampamentos, triagem e distribuição de ajuda humanitária. Também fazem parte dessas ações o suporte logístico às equipes, o manejo de corpos e restos mortais, a oferta de transporte e assistência farmacêutica, incluindo atenção psicossocial.

O ***restabelecimento*** refere-se às ações para garantir o funcionamento dos serviços essenciais e assegurar os direitos sociais básicos.

No entanto, assim como o PPDC, o PLANCON não atua na prevenção, na mitigação de ameaças nem na redução do processo de vulnerabilização social, uma vez que está restrito a operações emergenciais. Dessa forma, elaborar e operacionalizar planos de contingência não garante, por si só, uma gestão eficaz do risco. O CEMADEN reconhece que a simples elaboração de um plano de contingência bem estruturado não é suficiente para uma gestão eficiente dos riscos (BRASIL, 2017).

Por fim, há o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), cujo objetivo é atuar na mitigação dos riscos, considerando tanto aspectos ambientais quanto fatores de vulnerabilidade local. Por isso, recomenda-se que a construção das medidas ocorra antes do período chuvoso (BRASIL, 2022b). O plano inclui o mapeamento atualizado das áreas de risco e o planejamento das ações. Esse mapeamento deve classificar as áreas conforme o nível de risco: baixo ou inexistente, médio, alto e muito alto. Com essa setorização e a definição de medidas estruturais e não estruturais, são estabelecidos critérios de prioridade para intervenção, de acordo com os graus de risco.

Os graus de risco são definidos com base no "Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios", elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em parceria com o Ministério das Cidades (2007). Os critérios para essa definição estão apresentados no Quadro 26:

Quadro 26 - Classificação dos graus de risco

GRAU DE RISCO	DESCRIÇÃO
R1 Baixo ou Inexistente	<p>1. Os condicionantes geológicos-geotécnico predisponentes (inclinação, tipo do terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa ou nenhuma potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Não se observa(m) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade. Não há indícios de desenvolvimento de processos de desestabilização de encostas e de margens de drenagens.</p> <p>3. Mantidas as condições existentes não se espera a ocorrência de eventos destrutivos no período compreendido entre uma estação chuvosa normal.</p>
R2 Médio	<p>1. Os condicionantes geológicos-geotécnico predisponentes (inclinação, tipo do terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de média potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Observa-se a presença de algum(s) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Processo de desestabilização de encostas em estágio inicial de desenvolvimento.</p> <p>3. Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.</p>
R3 Alto	<p>1. Os condicionantes geológicos-geotécnico predisponentes (inclinação, tipo do terreno, etc) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Observa-se a presença de significativo(s) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento, em taludes, etc). Processo de desestabilização em pleno desenvolvimento, ainda sendo possível monitorar a</p>

R4 Muito Alto

evolução do processo.

3. Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.

1. Os condicionantes geológicos-geotécnico predisponentes (inclinação, tipo do terreno etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.

2. Observa-se a presença de significativo(s) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de deslizamentos, feições erosivas, proximidade da moradia em relação à margem de córregos etc.) são expressivas em avançado estágio de desenvolvimento. É a condição mais crítica, sendo impossível monitorar a evolução do processo, dado seu elevado estágio de desenvolvimento.

3. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.

Fonte: BRASIL, 2017

Embora a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil tenha como diretriz a participação da sociedade civil (BRASIL, 2012, art. 4), o CEMADEN não indica a existência de participação popular na construção do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), nem no levantamento da realidade local. O órgão apenas informa que, após a elaboração do PMRR, devem ser realizadas oficinas técnicas de capacitação para os servidores públicos de todas as secretarias participantes do sistema municipal de Defesa Civil, com o objetivo de treiná-los no uso do instrumento e na comunicação dos resultados à população.

Dessa forma, o modelo proposto pelo órgão configura-se como um plano construído de maneira vertical, sem considerar as demandas e sugestões de quem realmente conhece o território em sua totalidade, incluindo seus antecedentes históricos. A participação da sociedade ocorre apenas de forma informativa, quando as Defesas Civis promovem ações de educação ambiental para os moradores, como ocorre nos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC) (BRASIL, 2022b).

Como sintetiza Valencio (2010, p. 752):

A relação hierárquica entre os agentes de defesa civil e a população vulnerável, na qual tudo se passa como se os afetados por desastres fossem, no geral, uma massa, composta de desqualificados; isto é, um contingente destituído de dignidade e de saberes, vítima de sua própria ignorância ao adotar comportamentos ou formas de territorialização tidos como temerários que exigiria, portanto, um controle social externo. (Valencio, 2010, p.752)

Essa forma de atuação reflete o papel do Estado no modo de produção capitalista, no qual os órgãos públicos se colocam como um poder acima da sociedade (Harvey, 2005). Trata-se de um Estado alinhado a uma agenda de interesses hegemônicos, que se apresenta à população com soluções emergenciais prontas, sem a intenção de resolver os problemas de forma estrutural, mas apenas de justificar sua atuação perante a sociedade.

Vale ressaltar que a recomendação para a construção do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) é ainda mais precária do que as formas participativas já existentes, nas quais as comunidades são ouvidas apenas para legitimar um suposto planejamento democrático.

Além disso, o PMRR apresenta outras limitações relacionadas à sua interpretação jurídica, ao prazo de validade e à escala do plano (BRASIL, 2022b). Primeiramente, não há uma definição sobre seu prazo de validade, embora se recomende a atualização do mapeamento a cada período chuvoso, considerando a dinâmica das ocupações em áreas de risco. Também não há uma determinação precisa sobre a escala territorial do plano dentro do município. O Ministério Público, por exemplo, questiona a natureza jurídica do documento, pois, ao formalizá-lo, o Estado Brasileiro reconhece oficialmente a existência dos riscos, mas ainda assim permite que determinados grupos sociais permaneçam expostos a eles (BRASIL, 2022b). Dessa forma, segundo o entendimento jurídico, a existência do plano poderia implicar a necessidade de remoção das pessoas das áreas de risco.

Observa-se que as principais recomendações para o gerenciamento de riscos em nível municipal consistem em atuações emergenciais. O Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC), conhecido em Salvador como Operação Chuva, visa ao atendimento da população durante os períodos chuvosos. O Plano de Contingência tem como objetivo preparar os órgãos públicos e a população para situações de emergência. Já o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) busca mapear as áreas de risco e planejar ações anuais de mitigação.

Mesmo sendo recomendações emergenciais, nem todos os municípios brasileiros possuem capacidade técnica e operacional para implementá-las. Além disso, muitas cidades não contam com órgãos de Defesa Civil estruturados, o que torna ainda mais precárias as condições de enfrentamento dos riscos, especialmente quando são decretadas Situações de Emergência.

No caso de Salvador, as diretrizes nacionais impulsionaram mudanças significativas no enfrentamento dessa problemática. Atendendo às demandas recorrentes da população, a Promotoria Estadual de Justiça, em conformidade com a legislação vigente, as proposições

nacionais e as recomendações do Plano Diretor de Encostas de Salvador (PDE), iniciou um extenso trabalho sobre as encostas do município.

A seguir, apresentamos o trabalho realizado pela Promotoria e, com ele, constatamos novamente a morosidade no reconhecimento do direito à vida em segurança, bem como das noções de justiça ambiental e social sendo finalmente aplicadas à população.

5.4 Rasgando a Lona: O trabalho da Promotoria de Justiça

O trabalho da Promotoria sobre as encostas teve início em 2012, na forma de um inquérito civil. Primeiramente, foi realizada uma série de ofícios para o entendimento do cenário. Dentre eles, foram solicitadas informações à CODESAL e à SETIN sobre o diagnóstico e os instrumentos disponíveis.

No caso da CODESAL, solicitou-se informações sobre a estrutura, o quadro técnico e a logística de atuação no município. Já ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Social, foi requerido uma explicação sobre os recursos e projetos destinados a Salvador desde 2004. À Superintendência de Obras Públicas (SUCOP), solicitou-se uma cópia do contrato com a GEOHIDRO para a elaboração do Plano Diretor de Encostas (PDE). À Coordenação de Defesa Civil Estadual, pediu-se a definição de suas atribuições e contribuições. Por fim, ao CEMADEN, foram solicitados esclarecimentos sobre o projeto de Alarme de Risco, então em desenvolvimento, e seu cronograma.

Na sequência, foi realizada uma audiência pública com representantes da Superintendência de Obras Públicas de Salvador (SUCOP), da Secretaria Municipal de Transporte e Infraestrutura (SETIN), da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), da Coordenação Estadual da Defesa Civil e da Coordenação Municipal da Defesa Civil. Também participaram representantes da Caixa Econômica Federal, do Conselho Regional de Engenharia da Bahia, da Escola Politécnica da UFBA, da empresa de consultoria ambiental GEOHIDRO (responsável pela elaboração do PDE) e da GERMEC, entidade não governamental.

Após a reunião, foi gerada a Recomendação nº 1/2013, encaminhada ao então prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto e ao secretário de Infraestrutura e Defesa Civil, Paulo Fontana. As principais recomendações contidas no documento eram:

- Atualização do Plano Diretor de Encostas de 2004 a partir de termo de referência elaborado por especialistas, com coleta e sistematização de dados existentes e mais recentes do IBGE, trabalho de campo da CPRM e outros. Além disso, foi pedido

atendimento absoluto da realização de projetos para as 120 áreas identificadas no PDE como de alto risco;

- Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos;
- Elaboração de Plano Diretor de Alagamento e Drenagem;
- Plano de Contingência integrado com a população para identificação e monitoramento das áreas e retirada em tempo hábil da população dos locais de risco no caso de chuvas intensas;
- Implantação de sistema de alerta, com monitoramento em tempo real e a realização de simulações para que a população saiba o que fazer nos momentos de emergência;
- Reestruturação da Defesa Civil com ampliação e aperfeiçoamento do quadro técnico, por meio de concurso público para contratação de engenheiros especialistas em geotecnia, drenagem e cálculo estrutural, arquitetos, urbanistas e assistentes sociais;
- Análise de viabilidade para criação da Fundação GeoSalvador (com base na Fundação GeoRio) cujo objetivo seria centralizar os esforços para enfrentamento dos riscos geológicos, com dotação orçamentária, corpo técnico multidisciplinar e capacidade para elaboração de projetos, fiscalização de obras, incluso o processo licitatório;
- Mapeamento das áreas de riscos, por sistema digital com sobrevoo.

O resultado da abertura do inquérito dialoga com o trecho da música: “Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça, quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça” (Science, 1994) e nos conduz a classificar a atuação dos gestores como Necropolítica. Cabe relembrar que, nesse período, o Plano Diretor de Encostas (PDE), com suas recomendações, já existia. Ainda assim, a prefeitura recebeu, em 2010, R\$ 2,5 milhões do governo federal para a contenção de 115 encostas, mas os recursos foram devolvidos por falta de aplicação (PJ MAHU, 2021).

No inquérito, também foi identificado que, na Avenida do Contorno, área turística da cidade e classificada no PDE como de Proteção Rigorosa e Proteção Cultural e Paisagística, além de estar situada em uma zona de muito alto risco, não havia obras de contenção – exceto no terreno do ex-jogador Toninho Cerezo (PJ MAHU, 2021). Além disso, verificou-se que o convênio com o Ministério das Cidades foi suspenso por suspeita de superfaturamento em obras da gestão municipal anterior, sob o comando de João Henrique (PJ MAHU, 2021).

Outro problema constatado foi que a Defesa Civil municipal, embora existente desde 1976, ainda não possuía, em 2012, capacidade para atender a população sequer em condições de normalidade (PJ MAHU, 2021).

O CEMADEN transmitia alertas para o município de Salvador, mas essas informações não eram adequadamente repassadas à população (PJ MAHU, 2021). Assim, não havia um

fomento à cultura e percepção de riscos, pois os alertas eram divulgados de forma genérica, por meio televisivo, apenas recomendando à população que realizasse sua própria autoproteção, retirando-se de áreas de risco. Além disso, o número de emergência 199 não atendia ligações de aparelhos celulares (PJ MAHU, 2021).

Mesmo diante desse cenário e das recomendações encaminhadas, a prefeitura não acatou as solicitações. Foi somente em 2015, após uma tragédia que resultou em dezenas de mortes, que medidas emergenciais foram tomadas. Em abril daquele ano, o prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto decretou Situação de Emergência por 180 dias nas localidades pertencentes às Prefeituras-Bairro do Subúrbio-Ilhas, Cajazeiras, Liberdade-São Caetano, Cabula e Pau da Lima (Decreto nº 25.982, de 28 de abril de 2015).

Entre os desastres mais graves, com o maior número de vítimas, destaca-se o ocorrido em 27 de abril de 2015, às 5h da manhã, na localidade do Barro Branco, na Prefeitura-Bairro Liberdade-São Caetano (Figura 33).

Figura 33 - Deslizamento em Barro Branco, Alto do Peru, Salvador (2015)



Fonte - CODESAL (2015).

Nesse horário, uma encosta de aproximadamente 45 m de altura deslizou, provocando desabamentos de imóveis, vários desabrigados e desalojados, soterramentos e vítimas fatais (CODESAL, 2015). Até às 18 horas, ainda havia seis pessoas soterradas, sendo que as buscas

somente foram concluídas no dia seguinte (CODESAL, 2015). Nessa tragédia, morreram 11 pessoas, entre jovens, adultos e idosos:

- Maria Tereza de Jesus de 57 anos
- Dezenaide Dias Figueiredo de 59 anos
- Sinvaldo Silva Neves Filho de 30 anos
- Elaine Oliveira dos Santos de 30 anos
- Samuel dos Santos Oliveira de 12 anos
- Magnólia Paim dos Santos de 44 anos
- Cássia Vitoria Paim dos Santos de 14 anos
- Maria José dos Santos de 75 anos
- Roberto Ubiratan dos Santos Junior de 16 anos
- José Cosme Oliveira Luz de 56 anos
- Jocenildo dos Santos Luz de 33 anos.

No mesmo dia 27 de abril, às 6 da manhã, na localidade do Marotinho no bairro do Bom Juá, uma encosta de 15 m de altura deslizou (Figura 34). Um imóvel desabou atingindo outra casa que estava no nível abaixo, com isso sete pessoas foram soterradas, quatro foram mortas, além de desabrigados e desalojados. As vítimas fatais foram:

- Geraldina da Cunha Bispo Reis de 35 anos
- Joyce Bispo Ribeiro Reis de 15 anos
- Jonatas Bispo Reis de 13 anos
- Adriano Bispo Pereira de 11 anos.

Figura 34 - Deslizamento em Marotinho, Bom Juá, Salvador (2015)



Fonte - CODESAL (2015).

Outro desastre ocorreu na rua Pedro Ferrão, no bairro Baixa do Fiscal (Figura 35) no dia 10 de maio, às 13h, em que uma encosta de 45 m de altura deslizou, causando o desabamento de cinco casas e quatro vítimas fatais: Lucas Silva Santana, Sinval Santana, Sandra Santos, Delcik Barreto Venas (não identificamos a idade das vítimas) (CODESAL, 2015).

Figura 35 - Deslizamento em Baixa do Fiscal, Salvador (2015)



Fonte: CODESAL (2015).

Além desses eventos, uma pessoa morreu com desabamento de um muro na Avenida Luís Viana, no bairro Trobogy, e outras duas pessoas morreram em desabamento nos casarões históricos do Centro, uma na Ladeira da Preguiça e outra na Ladeira da Conceição da Praia (CODESAL, 2015). Em função das ocorrências, as aulas nas escolas e o atendimento em unidades de saúde foram suspensos, houve interdições em vias de grande fluxo de veículos e rompimento na rede de água, esgoto e drenagem nos bairros de San Martin, Pirajá, Arraial do Retiro e Ladeira do Cacau (CODESAL, 2015).

Após o desastre, a promotoria convocou nova audiência, ampliando a reunião com especialistas de outras cidades com históricos de movimentos de massas, estiveram presentes representantes da Defesa Civil de Florianópolis, Petrópolis, equipe do GeoRio, CEMADEN, CPRM, SUCOP, CODESAL, Casa civil de Salvador, Caixa Econômica Federal, professor da escola Politécnica da UFBA, representantes do CREA-BA, da sociedade civil e líderes comunitários. A reunião possibilitou a criação da aditiva de n.º 2/2015, ampliando e aperfeiçoando as recomendações. Dessa vez foi solicitado a prefeitura:

- Atualização do Plano Diretor de Encostas de 2004, mapa atualizado das áreas de riscos, carta geotécnica, respeito à hierarquia das áreas de riscos para realização de intervenções;
- Revisão do valor pedido de seis milhões de reais ao Ministério das Cidades para atualização do PDE, uma vez que o orçamento da empresa GEOHIDRO foi de três milhões e meio, e que os especialistas consideram a necessidade de redução do valor. Além disso, devido à Situação de Emergência, analisar a realização do PDE com recursos próprios.
- Elaboração de Plano Diretor de Alagamento e drenagem;
- Implantação de sistema de alerta que funcione 24h e possa enviar alerta à população por *mensagem sms*, via estações de rádio próximo às áreas de riscos e através da instalação de sirenes. O sistema de alerta deve estar associado ao programa de contingenciamento e de ação que deve ser feito com base no plano de Petrópolis, uma vez que a “Operação Chuva” não tem efetividade.
- Reestruturação da CODESAL com a ampliação do quadro de engenheiros e contratação de geógrafos, geólogos, meteorologistas, assessoria jurídica, contábil e técnicos em edificações. Reestruturação do conselho municipal e do fundo municipal do órgão. Avaliação da possibilidade de criação de projeto de Lei para definir as atribuições da Defesa Civil, incluso poder de polícia. A prefeitura também deveria avaliar a transformação do órgão em autarquia ou secretaria municipal independente, como ocorre em vários municípios do país.
- Implantação de Núcleos de Defesa Civil comunitários (NUDEC), inclusive com voluntários.
- Análise de viabilidade para criação da Fundação Geo Salvador (com base na Fundação GeoRio), caso não, incluir no corpo técnico da Defesa Civil, pessoal capacitado para elaboração de projetos, termos de referências e fiscalização de obras.
- Sistematização do monitoramento das áreas de riscos identificadas no PDE atualizado como áreas de muito alto e alto risco. Investimento na identificação do limiar das encostas de risco alto e muito alto, correlacionado com os índices pluviométricos, para detectar o limiar do deslizamento. Criar um banco de dados atualizado para armazenamento de todas as informações sobre os desastres, a fim de evitar reincidências, bem como limiar crítico para futura remoção das famílias.
- Fomento à criação de cultura de prevenção, investindo na capacitação de servidores do Sistema Municipal de Defesa Civil, dos professores de escolas próximas às áreas de riscos, e da população em geral, se possível inserção de disciplina Defesa Civil no currículo escolar. Adotar modelos de outras cidades, como o exemplo de Petrópolis, onde a população é orientada a criar pluviômetros com garrafas pets e monitorar o índice pluviométrico, com apoio do núcleo de Defesa Civil mais próximo. Estudar a possibilidade de criar a Semana de Prevenção de Desastres tendo como marco o dia Internacional de Redução de Riscos e Desastres, na segunda quarta-feira do mês de outubro.

As recomendações foram encaminhadas aos órgãos públicos e, como descreve a promotora, tiveram resposta “lacônica” (PJ MAHU, 2021, p.21). Contudo, as audiências da promotoria com representantes dos órgãos continuaram, até que em 2018 foi possível identificar alguns avanços:

- Criação do centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil (CEMADEC), para monitoramento meteorológico, ampliação da rede de pluviômetros e realização de simulados de riscos nas comunidades de Pedro Ferrão (Baixa Fiscal), Bom Juá/Marotinho (São Caetano), Mamede (Alto da Terezinha), Baixa de Santa Rita (São Marcos).
- Contratação através do processo seletivo REDA nas áreas de Engenharia Civil, Arquitetura, Meteorologia, Jornalismo, Serviço Social, Administração, Pedagogia, Geologia e Técnico em Edificações (CODESAL, 2016).
- Implantação de espaços comunitários de Defesa Civil;
- Implantação da Defesa Civil nas escolas;
- Instalação de Sistema de Alerta e Alarme em Pedro Ferrão, Bom Juá, Mamede, Baixa de Santa Rita, Vila Picasso, Voluntários da Pátria, Calabetão, e envio de mensagem *sms* e *WhatsApp*; O sistema emite som de alerta quando da necessidade de evacuação dos seus imóveis. O procedimento é realizado quando o volume de chuva nesses locais chega ao limite protocolar de 150 milímetros em 72 h, e existe a probabilidade de permanência de chuvas segundo previsões meteorológicas (CODESAL, 2019).
- Implementação de orçamento próprio e poder de polícia para Defesa Civil, através da Lei 8969/2016 e Decreto 28.299/2017;
- Criação do programa municipal de Redução de Risco de Salvador, com apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT e da UFBA.

A prefeitura também instalou 100 geomantas na cidade, tecnologia de cobertura provisória das encostas para impermeabilização, que utiliza um geocomposto de PVC e Geotextil com cobertura de cimento jateado de rápida execução e baixo custo. Mesmo não sendo obras de contenção, ao exercerem apenas a função de evitar que a água penetre no solo, as geomantas garantem o alívio para os moradores atendidos. O Governo do Estado realizou 99 obras de contenção, a partir de projetos realizados pela prefeitura, tendo em vista que o município não podia captar recursos com o Ministério das Cidades, em função de irregularidades observadas no inquérito da promotoria (PJ MAHU, 2021).

A municipalidade também passou a mapear algumas áreas de riscos, segundo dados da Defesa Civil. No período de 2016 a fevereiro de 2023, foram mapeadas 159 áreas (SALVADOR, 2023b). A prefeitura tem implantado sistemas de alarme de emergência,

limpeza e drenagem, porém, não tem o entendimento do cenário global de risco do município. Por isso, a promotoria criou a terceira recomendação, n.º 1/2019, cobrando:

- Atualização do mapa de risco.
- Avaliação da necessidade de transformar a Defesa Civil em autarquia ou secretaria independente.
- Contratação de assistentes sociais, no próprio órgão da Defesa Civil, e a formação de uma especialização no tema.
- Reestruturação do conselho municipal e fundo próprio.
- Análise de viabilidade para criação da Fundação GeoSalvador¹³ (com base na Fundação GeoRio), caso não, incluir no corpo técnico da Defesa Civil pessoal capacitado para elaboração e análise de projetos, termo de referência, fiscalização de obras.
- Ampliação e aprofundamento do monitoramento das encostas, com risco alto e muito alto. Necessário investimento em projetos para identificar o limiar das encostas de risco alto e muito alto, ampliar o mapeamento de área crítica de risco. Relicitar contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de sistema de monitoramento de movimentação de terra, composto de inerciais instalados no subsolo. Avaliar a possibilidade de, em parceria com o CEMADEN, viabilizar recursos para a plataforma de coleta de dados geotécnicos, com sensores geotécnicos e plataforma de coleta de dados. Criação de banco de dados atualizado para salvar todas as informações pertinentes aos desastres.
- Fiscalização das áreas de riscos que ainda não integram o monitoramento das encostas.
- Antes da conclusão da elaboração do mapa geral de risco, é necessário que as áreas identificadas no PDE continuem sendo referência, quando da fiscalização de campo em áreas não monitoradas pelo Setor de Monitoramento de Áreas de Riscos (SEMAR). Após a fiscalização, havendo necessidade de obras de intervenção, o fiscal deverá estabelecer o grau de prioridade, com base na escala de risco, para priorização de captação de recursos e intervenção. Deve a Defesa Civil estabelecer a lista de hierarquia e priorização de obras, dentre as monitoradas e não monitoradas, para execução das intervenções. Além disso, a hierarquia estabelecida no PDE deve ser respeitada a fim de “evitar nefastas influências políticas, quando há critérios técnicos científicos para evitar a subjetividade da escolha” (PJ MAHU, 2021, p.19).
- Criação da cultura de prevenção de risco. Necessário investimento em projetos para capacitação da população e dos servidores públicos, principalmente aqueles que integram o sistema municipal de Defesa Civil e professores das escolas próximas às áreas de risco.

¹³ Atualmente a Defesa Civil de Salvador funciona como uma Diretoria Geral da Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS), responsável pela articulação, coordenação e supervisão técnica do sistema (CEMADEN, 2023). Portanto, não atua como órgão independente das gestões municipais.

- Implantação de sistema de Alarme para as áreas de risco, a partir dos alertas do CEMADEC associados aos conhecimentos sobre limiar de risco de cada encostas e ao trabalho das equipes de campo para detecção de evidências de instabilidade, conforme protocolo do IPT. Os alertas devem estar associados ao plano de contingência, que deve descrever o tempo necessário para a população obedecer ao alarme.
- Plano de ação coordenado deflagrado quando ocorrer risco alto e muito alto, é necessário um plano formal com protocolo descrevendo detalhadamente o que deve ser feito. O plano deve ser feito para o município e não apenas para as áreas selecionadas pela prefeitura.

Embora o Plano de Contingência não seja suficiente para gestão de riscos, ele pode salvar vidas. Tanto a população quanto os órgãos públicos precisam saber o que fazer em situação de riscos no município. Em 2023 foi lançado o Plano Municipal de Contingência que pretende: definir, orientar e organizar as ações a serem executadas em circunstâncias de situações adversas relacionadas ao incremento de precipitações pluviométricas e está organizado em: Etapa Preparatória, em que visa a realização de ações como: limpezas de vias, podas de árvores; e a Etapa de Alerta, na qual ocorre remoção de moradores em situações de alto risco, demolição imediata de imóveis condenados pela CODESAL (CODESAL, 2023). Sendo que, em 2019, foi iniciada a elaboração do Plano de Contingência do Centro Histórico. Segundo o órgão:

O Plano de Contingência que está sendo elaborado pela CODESAL com a participação dos órgãos envolvidos, tem como objetivo definir procedimentos, responsáveis e ações a serem adotadas pelos órgãos de forma direta ou indireta, no caso de ocorrência de acidentes nos imóveis do Centro Histórico de Salvador, de forma a salvaguardar a população e o patrimônio histórico-cultural do local (CODESAL, 2019, p. 64).

O órgão tem realizado cadastros e vistorias nos casarões históricos que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural de Salvador, com o objetivo de atualizar o cenário e conhecer a situação atual das construções.

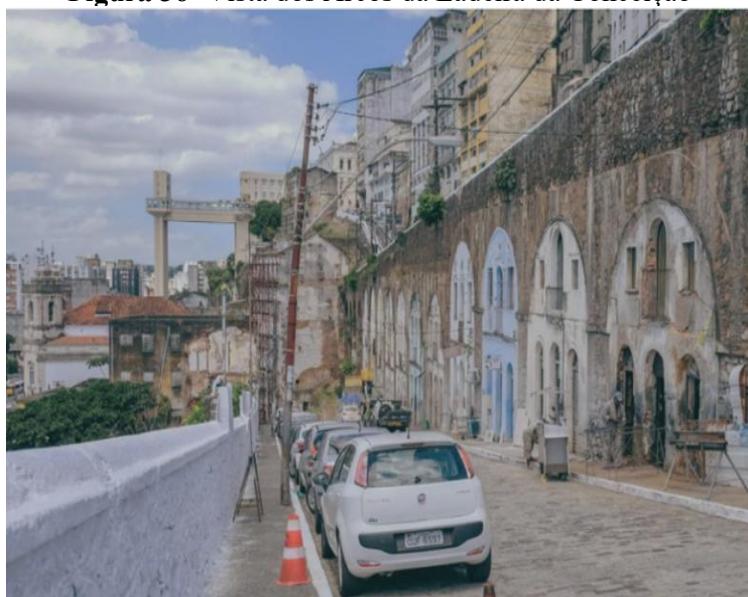
A área de abrangência do plano corresponde à poligonal delimitada pelas seguintes ruas: Ladeira da Preguiça, Rua da Conceição da Praia, Rua Santos Dumont e Rua Álvares Cabral, na Cidade Baixa; e Praça Castro Alves, Largo de São Bento, Largo da Barroquinha, Avenida J. J. Seabra, Rua do Taboão e Caminho Novo do Taboão, no trecho da Cidade Alta (CODESAL, 2019).

Os casarões não podem ser demolidos ou vendidos, além de apresentarem alto custo para reformas ou restaurações. Em sua maioria, são ocupados por pessoas negras e pobres (Santos e Marquezini, 2015). Alguns desses imóveis estão sob a ocupação de movimentos

sociais de luta por moradia, como o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e o Movimento Pelo Direito à Moradia (MDMT) (CODESAL, 2019).

Além dos moradores mais antigos, há também aqueles que ocupam os arcos da Ladeira da Conceição (Figura 36), onde mestres e mestras como ferreiros, serralheiros e marmoristas residem e trabalham há décadas. Esses profissionais são herdeiros de ofícios tradicionais de matriz africana, especialmente do antigo Reino do Congo (Rocha e Castro, 2019).

Figura 36 -Vista dos Arcos da Ladeira da Conceição



Fonte: Rocha, Castro (2019).

O fato é que o Centro Histórico faz parte do 4º Eixo do Programa Salvador 360º, que prevê "uma grande revitalização do Centro Histórico, dando vida e beleza a este que é um dos mais importantes locais de visitação da cidade", conforme as palavras do ex-prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto, responsável pelo início do programa (Salvador, 2019).

O programa foi lançado em 2017, durante a gestão do então secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Guilherme Bellintani, que também era sócio de pelo menos três empresas do setor imobiliário na cidade (Rocha e Castro, 2019). Segundo uma reportagem do *Intercept*, estavam previstos investimentos municipais de R\$ 300 milhões, oriundos da Prefeitura, da Caixa Econômica Federal e de empréstimos do Banco de Desenvolvimento da América Latina (Rocha e Castro, 2019).

O ex-prefeito também destacou a requalificação da Rua Miguel Calmon e da Praça Cairu, com obras estimadas em R\$ 4,3 milhões e R\$ 4,6 milhões, respectivamente, além da Praça da Inglaterra, que receberia investimentos de aproximadamente R\$ 1,2 milhão (Salvador, 2019).

O governo estadual também investiu no programa. Na Rua Chile, uma das mais importantes do Centro Histórico, onde está situado o hotel cinco estrelas Fera Palace (cujo Grupo Fera investiu, pelo menos, R\$ 12 milhões em aquisições imobiliárias no local), o Estado previa um investimento de cerca de R\$ 5 milhões para eliminar postes, enterrar fiação e trocar o calçamento da rua (Rocha e Castro, 2019). Todo aparato sendo garantido para a maquiagem urbana, enquanto a população negra morre por falta de infraestrutura básica em bairros com recorrentes desastres.

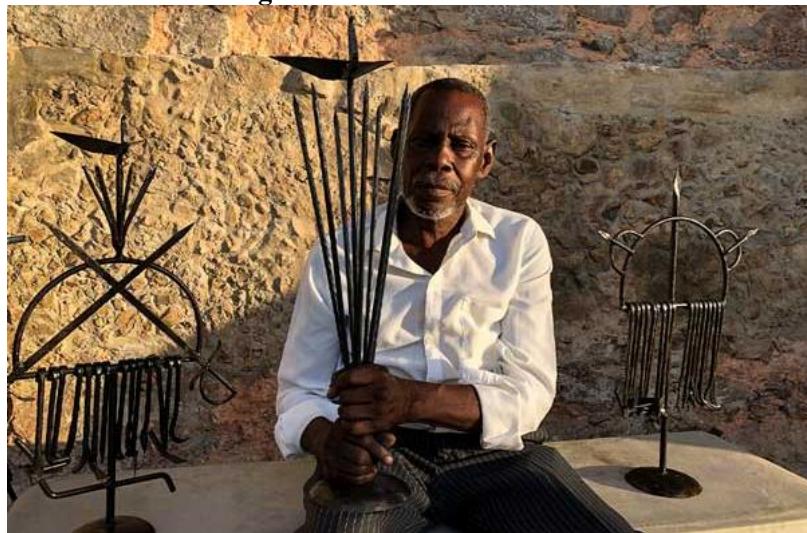
Com essa movimentação urbana para parecer branco, colonizado e moderno está em curso, portanto, uma tentativa de remoção dos moradores do Centro Histórico. Um dos residentes ameaçados de retirada foi o senhor José Ladário dos Santos, de 76 anos, conhecido como Zé Diabo, que possui um documento de compra e venda do casarão, arco 26, datado de 1967 (Rocha e Castro, 2019).

Zé Diabo (Figura 37) chegou à Ladeira da Conceição aos 11 anos, para aprender a trabalhar na oficina de seu mestre e mentor, Maximiano Prates. Há mais de 60 anos, ele produz ferramentas de orixás e agogôs fundidos em ferro, instrumentos que compõem o ritmo do ijexá no bloco afro Filhos de Gandhy (Silveira, 2021; Rocha e Castro, 2019).

As obras do artista integram o acervo do Museu Afro Brasil (São Paulo) e já foram expostas em eventos como:

- “Axé Bahia: The Power of Art in an Afro-Brazilian Metropolis”, no Fowler Museum, Califórnia (2018);
- “A Cidade da Bahia, das Baianas e dos Baianos Também”, no Museu Afro Brasil de São Paulo (2019);
- “Alágbedé – O Ferreiro dos Orixás”, realizada no Arco 26, em Salvador (2021) (Artref, 2023).

Figura 37 - Artesão Zé Diabo



Fonte: Silveira (2015).

Seu Zé Diabo e os outros moradores dos arcos se mobilizaram para que não fossem removidos do local. Por fim, fizeram um acordo com o IPHAN e com a prefeitura para que não fossem retirados (Rocha e Castro, 2019). Mesmo assim, parte dos imóveis passou a ser demolido pela Defesa Civil sob a alegação de irregularidades e risco por conta das chuvas (Rocha e Castro, 2019). Já que os casarões estão abandonados pelo poder público e submetidos às intempéries naturais para desabarem e, em seguida, serem entregues ao mercado imobiliário, uma política de omissão e sucateamento que também resulta em Necropolítica.

Destruindo as sobras de concreto com marretas, quatro funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) trabalharam, ontem, na demolição do que sobrou das duas casas atingidas pelo desmoronamento de um casarão na Ladeira da Preguiça, Centro Histórico de Salvador.

No acidente, o marinheiro Ueslei dos Santos Barbosa, 33 anos, perdeu o irmão. Ele observou a demolição da casa onde morou por três anos com Olberdan dos Santos Barbosa, 32. Além da casa deles, a de um outro irmão foi derrubada. Ainda serão postos no chão os restos de dois casarões — cujas fachadas laterais desmoronaram após as chuvas. São os prédios de número 7 e 9. A demolição é feita manualmente e depende das condições do tempo para ser concluída.

Os imóveis foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação de acordo com Decreto Municipal 24.435, de 7 de novembro de 2013. O objetivo é a implantação do Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências. Ainda ontem, outro imóvel histórico também começou a ser demolido. O prédio de seis andares fica na Rua do Taboão, no Centro Histórico, e havia cedido parte da estrutura no sábado (Marquezini e Santos, 2015).

Entre os anos de 2015 e 2018, ocorreram desabamentos em função da má conservação das construções, sendo eles, no Largo da Palma, no bairro de Nazaré, na Ladeira da Preguiça, Ladeira da Conceição da Praia e rua Portugal, no bairro do Comércio. Destaque para os desabamentos ocorridos em 2015 na Ladeira da Preguiça, que culminaram em duas vítimas, uma delas fatal, e o desabamento na Ladeira da Conceição da Praia, em frente ao Elevador Lacerda (Figura 38), que causou três vítimas, uma delas fatal.

Seguindo a lógica da guerra de lugares, os hotéis de luxo Fera Palace, inaugurado em 2017 (Fera Hotéis, 2024) e Fasano, em 2018 (Fasano, 2023), foram contemplados com isenções fiscais, além de descontos no IPTU por 10 anos (Rocha e Castro, 2019). Segundo a reportagem do Intercept Brasil, o desconto do IPTU cedido aos hotéis não foi dado aos moradores, como Simone de Oliveira, de 39 anos (Figura 39), única mulher entre os artesãos

da Ladeira da Conceição que tem dificuldade para pagar o imposto municipal desde 2014, quando o valor aumentou (Rocha e Castro, 2019).

Figura 38 - Desabamento na Ladeira da Conceição da Praia, Comércio, Salvador



Fonte: CODESAL (2019).

Figura 39 - Simone de Oliveira, única artesã da Ladeira da Conceição



Fonte: Silveira (2015).

No Centro Histórico, há um número elevado de desabamentos, devido à precariedade das construções. No entanto, apesar da quantidade de pessoas vivendo em áreas de risco, a Prefeitura tem concentrado seus esforços na elaboração do Plano de Contingência para uma

área específica da cidade, justamente aquela que integra o Programa de “Revitalização” do município.

As tentativas de remoção da população por parte do governo não são recentes. Como já citado, na década de 1990, o então governador Antônio Carlos Magalhães (avô de ACM Neto) promoveu um projeto de reforma urbana que resultou na remoção de 2 mil famílias do Centro Histórico (Rocha e Castro, 2019). Assim, o Plano de Contingência elaborado pela Defesa Civil, subordinada à Prefeitura, parece atuar como um novo mecanismo de "faxina racial" no local.

De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (CEPED), a elaboração do Plano de Contingência deve ocorrer com ampla participação de diversos órgãos da administração pública e setores sociais, especialmente da população residente, para que suas ações sejam mais efetivas. A participação popular possibilita:

- Maior compreensão dos riscos e das ações de gestão por parte da população;
- Reforço da credibilidade do gestor e de sua equipe, pois os moradores se sentem parte da tomada de decisão;
- Cumprimento das exigências legais quanto à participação e ao controle social;
- Maior alinhamento do plano às necessidades reais da comunidade, tornando-o mais eficiente;
- Compartilhamento da responsabilidade pelos problemas e pelas soluções.

Contudo, essa participação não tem ocorrido em Salvador, pois o plano estava sendo "elaborado pela CODESAL com a participação apenas dos órgãos envolvidos" (CODESAL, 2019), sem o devido envolvimento da população.

O trabalho da Promotoria foi essencial para o avanço dessa pauta em Salvador (Quadro 27). No entanto, tais avanços ocorreram de forma parcial e condicionados a interesses políticos e econômicos. Uma das principais recomendações não atendidas refere-se às áreas identificadas pelo PDE como prioritárias para intervenções, especialmente no que se refere ao monitoramento das encostas e ao saneamento básico.

Quadro 27 - Recomendações da Promotoria

TEMA	RECOMENDAÇÃO	ANO DO PEDIDO	STATUS

	Atualização do PDE	2012	Não atendido
	Atualização do mapa de risco	2012	Não atendido
PDE	respeito a hierarquia do PDE para realização de intervenções	2012	Atendido parcialmente
	Destinação de recursos para realização de projetos executivos dos riscos já diagnosticados no PDE e em possíveis novas áreas	2015	Não identificado
Sistema de alerta e alarme à população	Alerta à população via criação de site, emissão de <i>sms</i> e instalação de sineres	2015	Atendido
	Capacitação de profissionais para interpretação dos alertas CENADEN/CEMADEM	2015	Atendido
	Plano de contingência	2012	Atendido
	Transformação do órgão em autarquia ou secretaria independente	2012	Não atendido
	Contratação de profissionais	2012	Atendido parcialmente
	Reestruturação do conselho municipal de Defesa Civil	2012	Atendido parcialmente
	Reestruturação do fundo municipal de Defesa Civil	2012	Não identificado
Reestruturação da Defesa civil	Plano de cargos e salários	2012	Não identificado
	Criação de projeto de Lei para definir atribuições da Defesa Civil, incluso poder de polícia	2012	Atendido
	Implantação de fundação nos moldes GeoRio, caso não, incluir no corpo técnico pessoal capacitado para elaboração e análise de projetos, termo de referência, fiscalização de obras	2012	Não atendido
	Transformação de agentes de saúde e epidemias em agentes de proteção e defesa civil	2012	Não identificado
	Identificação, por parte da Defesa Civil, das áreas prioritárias entre as monitoradas e não monitoradas	2015	Atendido parcialmente
Monitoramento das encostas	Criação de banco de dados atualizado para armazenamento de todas as informações sobre os desastres, a fim de evitar reincidências e providências adotadas	2012	Atendido parcialmente
	Fiscalização das áreas de riscos não integrantes do monitoramento das encostas. Se a fiscalização resultar em indicação de obra deverá ser incluída na lista de obras.	2019	Não atendido
	Implantação de Núcleos de Defesa Civil comunitários (NUDEC), inclusive voluntariado	2015	Atendido
Cultura de prevenção de risco	Investimento em projetos para capacitação da população, dos servidores públicos, principalmente aqueles que integram o sistema municipal de Defesa Civil e professores das escolas próximas às áreas de risco. Inclusão da disciplina de defesa civil no currículo escolar.	2019	Atendido parcialmente
	Realização anual da semana de prevenção ao risco	2019	Atendido
Saneamento	Elaboração de Plano Diretor de Alagamento e	2012	Não atendido

básico	drenagem
Fonte: PJ MAHU (2021), CODESAL (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020). Elaboração: Souza (2025).	

Dessa forma, a Promotoria seguiu questionando a Prefeitura sobre as áreas de risco não mapeadas, solicitando informações sobre planejamento, previsão, cronograma e providências a serem tomadas. Diante do descumprimento da matriz hierárquica por parte do Estado e do Município, foram convertidas 20 notícias de fato sobre áreas de risco em ações civis públicas, visando a intervenção nessas regiões demandadas pela população.

Uma das propostas apresentadas foi a criação de uma comissão interdisciplinar para avaliar essas áreas e inseri-las na matriz de prioridade, caso necessário. Destaca-se, ainda, a mobilização ativa dos moradores e do Grupo Ambientalistas da Bahia (GAMBA) em prol dessas ações civis.

Essas iniciativas evidenciam o conhecimento do risco por parte dos órgãos públicos e, ao mesmo tempo, a sua omissão diante da situação, expondo a Necropolítica e os conflitos internos dentro do próprio Estado.

Uma das ações julgadas refere-se à Rua Miguel de Lemos, no bairro da Federação (PB Centro-Brotas), classificada pelo PDE como uma área de alto risco, onde viviam 205 famílias com renda de até dois salários mínimos (PJ MAHU, 2021). Segundo a Promotoria, a CODESAL já havia realizado inspeções no local, atestando a gravidade da situação e solicitando diligências. No entanto, nenhuma medida efetiva foi adotada.

Outra área identificada como de muito alto risco inclui a Rua Visconde de Mauá, a Avenida Contorno e seu entorno, onde a Prefeitura e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) não tomaram as providências necessárias (PJ MAHU, 2021).

Nas palavras da Promotoria:

“o fato é que o Município não poderia fazer o que fez: -NADA!”. Vejamos: a) não impediu as construções irregulares e clandestinas nas encostas - área de risco geológico sujeito a movimentação de terra mesmo de imóveis luxuosos; b) realizou obra de contenção na encosta apenas no terreno do jogador Toninho Cerezo; c) não fez os estudos e nem a manutenção da via e nem do sistema de drenagem (PJ MAHU, 2021, p. 125).

Os órgãos foram condenados por responsabilidade civil, ambiental, objetiva, imprescritível e solidária, devido à inação perante a:

a probabilidade da catástrofe (risco muito alto), o conhecimento e a previsão do desfecho, a situação do risco coletivo simultâneo, a latência do risco, bem como a irreversibilidade, configurando, sem dúvida, uma situação de risco ilícita que necessita a intervenção do Judiciário, ante a omissão do Município (PJ MAHU, p. 98).

Além disso, respondem por danos morais coletivos:

O quadro de danos não estará completo sem a inclusão dos danos morais coletivos, porquanto a situação de angústia e insegurança a que estão acometidos os moradores desta comunidade, desde o diagnóstico da área como de risco muito alto, é profundamente violadora da dignidade humana em sua dimensão coletiva, estando clara a lesão ao direito de personalidade coletivo. Esta comunidade está afetada em seus valores mais profundos, com afronta à expectativa de sadias qualidades de vida, de segurança, convivendo diariamente com riscos ambientais intoleráveis, inclusive com risco de morte, sentindo-se, ainda, impotentes diante da inércia do poder público municipal. (PJ MAHU, 2021, p. 175).

Após o julgamento e condenação da prefeitura (registrada nos dias 02 e 03 de março de 2021) pela omissão nas duas áreas de risco (PJ MAHU, 2021, p.202), a promotoria foi extinta e o procedimento foi redistribuído por sorteio, com despacho registrado no dia 19 de abril de 2021 (PJ MAHU, p.205). Antes, a Promotoria solicitou à prefeitura a lista das obras de intervenção em encostas realizadas entre os anos de 2014 e 2022, período concomitante ao trabalho da promotoria. A gestão municipal não forneceu a lista, “em meio tecnológico que dialogue com o setor de geoprocessamento do Ministério Público- shapefile” (PJ MAHU, 2021, p.372), conforme solicitada. Contudo, com as localidades indicadas na lista fornecida, foi possível tratar os dados e produzir o mapa com as intervenções (Figura 41).

Observamos obras sendo executadas em bairros com grande número de ocorrências de deslizamentos, como a PB Liberdade-São Caetano, Cabula-Tancredo Neves. Notamos também a execução de obras em avenidas principais como a avenida Vasco da Gama próximo ao Dique do Tororó, Rua Oswaldo Cruz no bairro do Rio Vermelho em 2022, a avenida Gal Costa, em São Marcos (Figura 40), onde ocorreu deslizamento em 2015, sem vítimas, mas com comprometimento da pista (CODESAL, 2015).

Figura 40 - Obra de intervenção na Avenida Gal Costa



Fonte: *Google Earth* (2021).

Assim como em edificações institucionais como batalhão da Polícia Militar na Praça da Sé, unidade de saúde de Brotas e Colégio Ímpar no Rio Vermelho. Além de obras em setores nas PBs Barra-Pituba e Itapuã-Ipitanga, de população branca, turísticos, de maior valor imobiliário e não necessariamente de risco alto ou muito alto de deslizamento, mas onde se realizam intervenções para atender aos interesses da economia, cultura, da política (Santos, 2014) (Figura 42). São exemplos, obras realizadas no Yath Club da Bahia, clube esportivo de alto padrão situado no bairro da Barra, na ciclovia do Jardim de Alah, Jardim dos Namorados, na Orla Marítima (PJ MAHU, 2021).

Figura 41 - Obras de intervenção em encostas no município

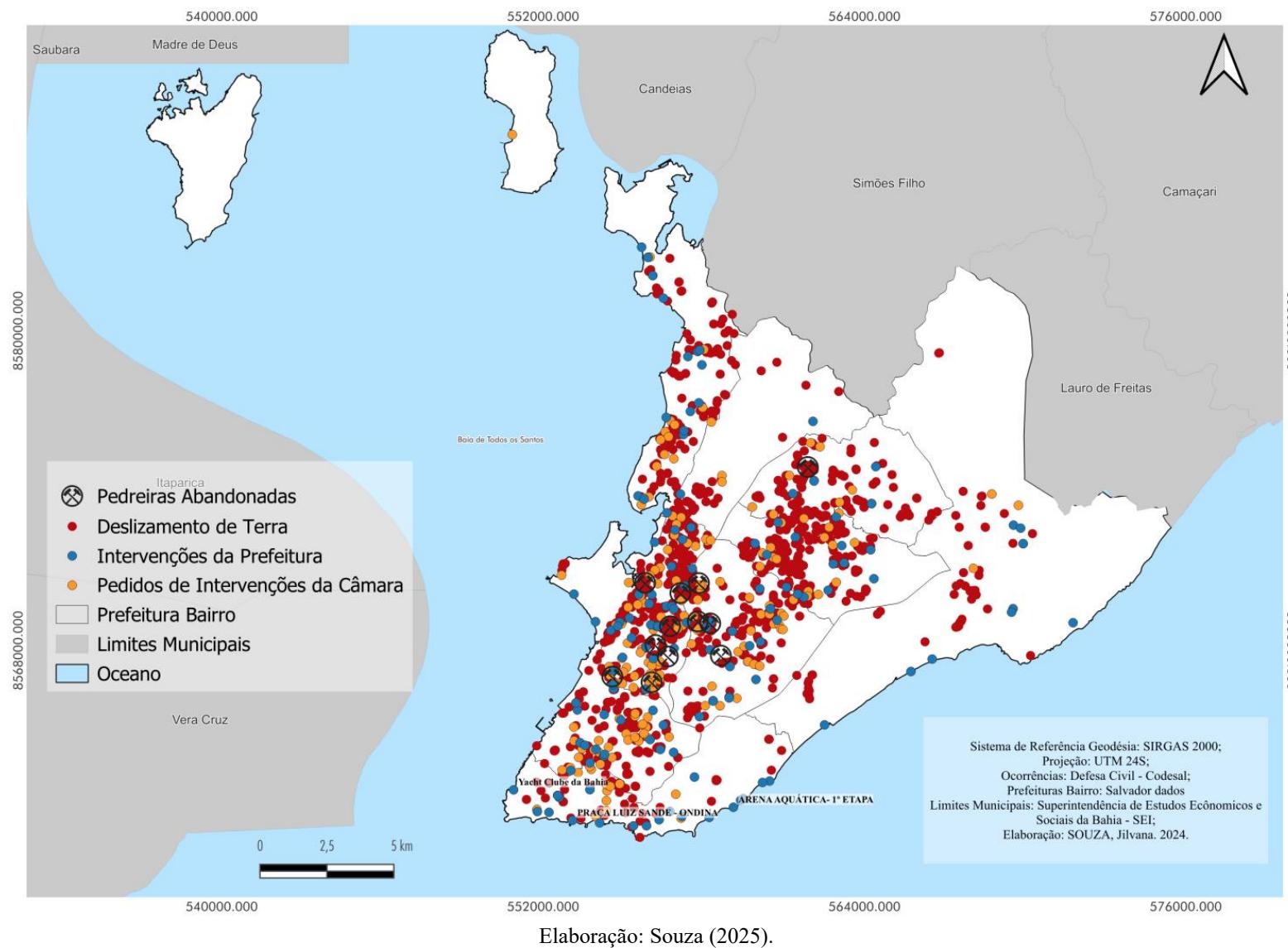
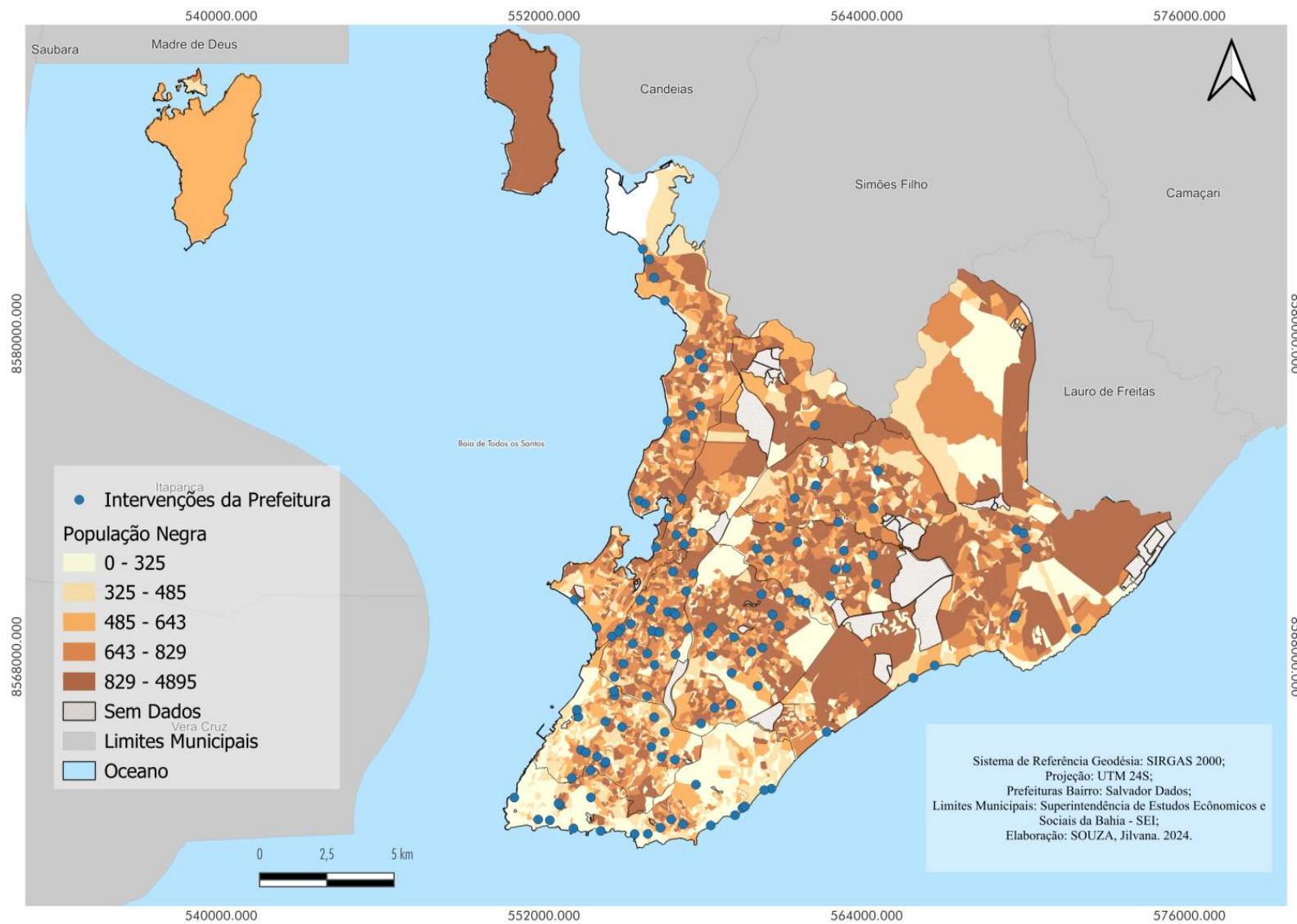


Figura 42 - Intervenções em encostas por raça/cor da população



Elaboração: Souza (2025).

Dessas obras, merece destaque a obra de alvenaria de pedras executada em 2015 na praça Luiz Sande, situada ao lado do Ondina Apart Hotel na Avenida Oceânica em Ondina (Figura 43), que durante o carnaval integra o circuito da festa. Esta obra não está em área de risco. A praça possui espaço para atividades de lazer e foi “requalificada” para que, durante o carnaval, abrigue o Camarote Salvador (Santos, 2014). Segundo o autor, trata-se de uma parceria público-privada entre a Prefeitura Municipal e a empresa realizadora do Camarote. Tal camarote vendeu os acessos organizados por “sexo” para o carnaval de 2024 no valor total, para cinco dias de festa, de R\$ 7.825,00 para o público feminino e R\$ 11.675,00 para o masculino (Entretenimento, 2023).

Figura 43 - Localização da Praça Luiz Sande, Ondina, Salvador



Fonte: Google Earth (2021).

Outra obra que merece destaque é a alvenaria de pedras, executada em 2018, no local onde está situada a Arena Aquática de Salvador (antigo Clube Português), na Praça Wilson Lins, na Avenida Otávio Mangabeira, Pituba. A arena conta com piscinas olímpica e semiolímpica, destinadas à formação de atletas e competições de natação. Os equipamentos resultam de um acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura, a Aeronáutica, o Ministério dos Esportes e a Myrtha Pool, empresa italiana responsável pela fabricação e montagem da piscina (SALVADOR, 2023b). Essa obra também está localizada em uma área não classificada como de risco no PDE.

Podemos observar o foco do Estado em garantir à reprodução do capital através da alocação de infraestrutura e serviços em setores com capacidade de gerar maior rentabilidade. São concedidos isenções e benefícios fiscais, leis, parcerias-público privado para garantir a

posição de Salvador dentro da guerra de lugares. Isso em nome de um suposto desenvolvimento econômico que não se converte em melhores condições de vida para a população. Ao contrário disso, resulta em desastres, constituindo em uma oportunidade do Estado se livrar da população negra, de forma confortavelmente naturalizada. Notamos que as melhorias implementadas na temática de risco ocorreram devido à necessidade de atender às solicitações da Promotoria, as quais, por sua vez, foram influenciadas por recomendações nacionais, pelos recorrentes pedidos de socorro da população e pela insistência do órgão em dar continuidade ao caso ao longo dos anos.

Com esse trabalho, evidencia-se o descaso dos gestores públicos, os conflitos de interesse e o atendimento parcial e tardio das recomendações. No entanto, mesmo que as melhorias tenham ocorrido de forma limitada e custosa, diante do histórico de completo abandono, elas representaram avanços significativos para os moradores das áreas beneficiadas. Dessa forma, esses avanços se converteram em marketing para a gestão pública. O capítulo a seguir, Quanto vale ou é por gota? Operação Chuva, apresenta a atuação da Defesa Civil no período chuvoso. O capítulo levanta o questionamento sobre a atuação emergencial do Estado diante da situação de riscos e desastres recorrentes no município, cujas causas dos eventos estão relacionadas a problemas de oferta de infraestrutura e serviços públicos.

5.5 Quanto vale ou é por gota? Operação Chuva

A Operação Chuva é o nome do Plano Preventivo de Defesa Civil de Salvador. Trata-se de um programa municipal voltado para atendimento emergencial, vistorias e enlonamento de encostas em risco, sendo criado anualmente por meio de Decreto Municipal durante o período chuvoso, que se concentra entre os meses de março e julho. Nesse período, servidores e equipamentos dos órgãos integrantes da Operação atuam em regime de plantão para atender às ocorrências (CODESAL, 2015).

O programa é dividido em duas fases:

1. Etapa Preparatória: ocorre a partir de março e consiste na realização de ações preventivas, como:

- Limpeza e manutenção de macrodrenagem;
- Reparo na pavimentação asfáltica (tapa-buracos);
- Vistoria, poda e erradicação de árvores sob risco de tombamento;
- Limpeza e enlonamento de encostas;
- Monitoramento de pontos de alagamento;
- Remoção de moradores de áreas de risco e demolição de imóveis;

- Campanhas de conscientização da população.

2. Etapa de Alerta: ocorre entre abril e julho e dá continuidade às ações da fase anterior, além da instalação de regime de plantão 24 horas para os órgãos envolvidos.

De acordo com a CODESAL (2021), os órgãos que compõem a Operação Chuva são:

- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (SINDEC), por meio da CODESAL;
- Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (SEMPRE), via Coordenadoria de Gestão e Cadastro Único de Benefícios;
- Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), por meio da Gerência de Serviços Especiais;
- Secretaria Municipal de Manutenção (SEMAN), responsável por reparos na pavimentação, desobstrução de drenagem urbana e poda de árvores;
- Guarda Civil Municipal (Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção à Violência), que disponibiliza viatura com guardas armados para acompanhar agentes da CODESAL em áreas de alto risco e organizar filas para distribuição de lonas e doações;
- Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL), responsável por vistoria de ruas e avenidas e desobstrução do sistema de microdrenagem;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), responsável pela demolição de imóveis e estruturas condenadas;
- Secretaria Geral de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairro (SGPB), que busca facilitar o acesso da população aos serviços públicos sem necessidade de deslocamento até a sede dos órgãos.

A Operação Chuva fundamenta-se basicamente em índices pluviométricos, pois a precipitação é um fator indutor de deslizamentos — já que a chuva contribuem para reduzir a resistência de cisalhamento dos materiais transportados das vertentes, favorecendo deslizamentos. No entanto, os eventos de desastres em Salvador, entre 1991 e 2019, não ocorreram necessariamente em períodos de chuvas extremas.

Apesar disso, a Operação Chuva mantém sua atuação restrita aos meses de maior precipitação, ainda que as chuvas estejam abaixo da média histórica, ou que outros meses fora

da Operação apresentem excedentes em relação à média. Esse planejamento desconsidera a ocorrência de chuvas fora do período delimitado, o que compromete a eficiência das medidas.

Além da atuação limitada, a mídia de massa reforça a naturalização dos desastres e a culpabilização dos moradores. Segundo Sena (2021), uma análise de reportagens de um dos principais jornais da Bahia, entre 2009 e 2018, mostrou que as matérias sobre o tema são publicadas apenas no período chuvoso e seguem um padrão narrativo que reforça a ideia de que os desastres são consequências inevitáveis da chuva.

Manchetes como “A chuva causou estragos”, “Chuva desabriga”, “Chuva mata” e “Xangô e Iansã passaram por aqui” (CORREIOS, 2021) reforçam essa perspectiva. Paralelamente, as reportagens também destacam o trabalho da Operação Chuva como forma de assistência aos atingidos, enquanto desconsideram a responsabilidade do poder público na prevenção.

Além disso, há um viés racista nas coberturas jornalísticas. A população negra é frequentemente associada à sujeira e ao risco, reforçando estereótipos raciais. Em uma entrevista, o Secretário de Infraestrutura de Salvador, Paulo Fontana, chegou a afirmar que a população é a principal responsável pelos problemas da cidade, minimizando as deficiências na drenagem urbana e a falta de políticas eficazes de prevenção:

A cidade tem um número de escoamento em bueiros suficientes para evacuar a água que cai da chuva, mas a quantidade de lixo nas ruas é absurda, e entope as vias por onde as águas desceriam. A prefeitura vai fazer o que lhe couber, porém, é grande a parcela de culpa da população que joga lixo nas ruas, que além de sujar a cidade, causa estes problemas com a chuva” (Soares, 2015).

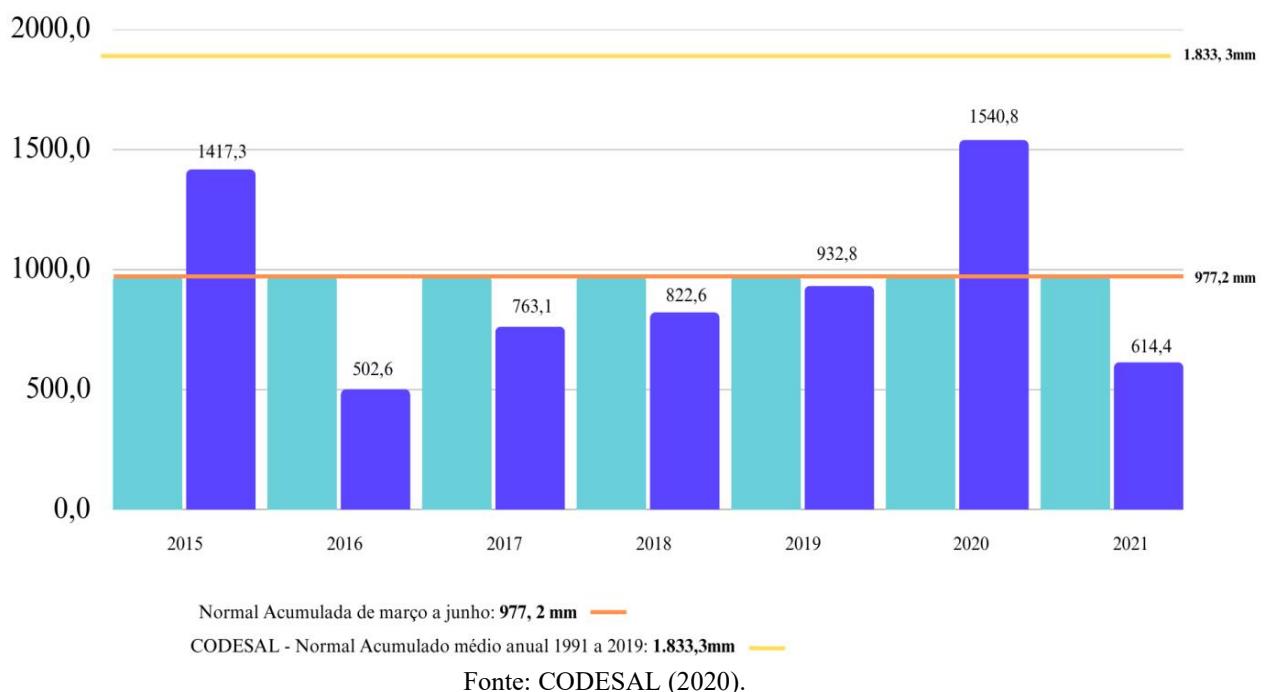
Além disso, por meio de imagens e entrevistas, a mídia expõe as vítimas em situações vexatórias, transformando sua dor em um espetáculo midiático. Esse tipo de cobertura naturaliza o sofrimento, tornando-o um elemento corriqueiro para quem consome as notícias. Esse processo configura uma espécie de habituação ao sadismo (Mbembe, 2017), no qual a repetição da miséria leva à indiferença e à normalização da violência.

Essa abordagem reproduz a lógica colonial e racista do Estado, que se sustenta na precarização dos serviços públicos e na culpabilização dos sujeitos por sua própria condição de risco. Ao apresentar essas narrativas, a mídia não apenas invisibiliza a responsabilidade do poder público, como também reforça discursos que justificam a injustiça e o abandono da população, que, mesmo obrigada a viver em áreas de risco, é responsabilizada individualmente pelo desastre, enquanto o Estado atende a interesses privados.

Os relatórios analisados revelam que apenas os anos de 2015 e 2020 registraram chuvas acima da média entre março e junho (Figura 44). No entanto, mesmo com índices

pluviométricos abaixo da média climatológica em outros anos, a cidade continuou registrando desabamentos, deslizamentos e alagamentos. Isso demonstra que o desastre não está exclusivamente ligada a fenômenos naturais, mas sim à negligência do poder público e à falta de políticas eficazes de prevenção e urbanização.

Figura 44 - Índices pluviométricos de 2015 a 2021



Além dos índices pluviométricos do período da Operação, os relatórios apresentam o balanço dos serviços prestados durante o ano. As principais atividades são as vistorias de imóveis em situação de ameaças de desabamentos, deslizamentos, alagamentos, também a distribuição de lonas, lixamento e limpeza de encostas. Outras ações também têm sido desenvolvidas em atendimento ou substituição às recomendações da Promotoria de Justiça, são elas: formação de núcleos comunitários, projetos educativos, mapeamento de algumas áreas, o plano de contingência e o plano de contingência do Centro Histórico.

Para melhor entendimento do funcionamento dos serviços prestados, observamos a aplicação de geomantas em alguns setores da cidade e o serviço de enlonamento de encosta. Ambas são medidas paliativas para evitar o deslizamento ou o agravamento da situação imediatamente após o deslizamento, no caso das lonas.

Conforme o relatório de 2015, a própria população instalava as lonas nas encostas e a Defesa Civil somente realizava essa instalação em encostas muito íngremes, de difícil acesso (CODESAL, 2015). No ano de 2021, devido à pandemia da SARS-Cov2 e visando redução

de fluxo de pessoas dentro da Defesa Civil, foram adotadas medidas como: “proibição de entrega de lona pessoalmente, ficando a responsabilidade de aplicação da lona para a CODESAL, em parceria com a LIMPURB” (CODESAL, 2021, p. 5). Em 2019, do total de 186.836,00 m² de lona plástica, 42% foram colocadas nas encostas pela LIMPURB e 58% pelos próprios solicitantes (CODESAL, 2019). Atualmente está disponível no site da CODESAL um folder (Figura 45) sinalizando como deve ser a aplicação da lona na encosta pela própria população (CODESAL, 2024b), o que nos indica que o material precário continua sendo instalado pelos moradores. Esse folder exemplifica a forma de atuação dessa gestão neoliberal racista à população vulnerabilizada. Dito de outro modo: caso a população negra de Salvador queira viver, que aprenda a instalar sua lona na encosta (isso sem considerar a real efetividade do material precário na prevenção de desastres).

Figura 45 - Folder explicativo da Defesa Civil sobre aplicação de lona nas encostas



Fonte: CODESAL (2024).

Outro serviço prestado são as visitas in loco, vistorias realizadas a partir do registro de 80 mm de chuva em 72 horas para localizar pontos de risco iminentes de deslizamento e sinalizar em quais locais devem ser agilizadas as medidas de prevenção (BRASIL, 2022b). A CODESAL (2015) informa que em 2014 choveu um total pluviométrico de 784,8 mm, com 1.960 solicitações de atendimento. O ano de 2015 foi o de maior volume de chuvas, com total de 1569,6mm e por isso de maior quantidade de solicitações de vistorias, 15.206 no total (CODESAL, 2015).

Essas vistorias são fundamentais para a geração de dados. As ocorrências só são de fato registradas depois que se constata em campo o evento. Diante disso, é possível que os dados apresentados estejam subestimados. A título de exemplo, em 2014 foram 1.960 solicitações de vistorias durante toda a Operação, enquanto em 2015 foram 15.206 solicitações, destas 4.323 são de ocorrências de deslizamentos e 4.120 de ameaças de desabamentos (Quadro 28) (CODESAL, 2015). No mês de abril de 2015, mês em que morreram ao menos 15 pessoas por deslizamentos, a população havia solicitado à Defesa Civil 2.505 vistorias e o órgão atendeu a apenas 1.371 pedidos. Somente em julho, após as tragédias, a Defesa Civil atendeu todas as solicitações dos moradores.

Quadro 28 - Registros da Operação Chuva em 2015

Mês	Índice Pluviométrico (mm)		Solicitações Registradas	Vistorias Realizadas	Famílias Cadastradas	Vítimas		Lona (m ²)	Beneficiados
	Média Climatológica	Acumulado Mensal (INMET)				O	F		
Abril	309,7	394,2	2.505	1.371	436	15	9	73.398	632
Maio	359,9	639,0	8.336	5.104	2.607	6	10	182.546	1.352
Junho	243,7	352,4	2.761	4.551	1.916	1	1	47.280	391
Julho	175,0	184,0	1.604	1.604	1.306	2	2	27.134	208
Total	1.088,3	1.569,6	15.206	12.636	6.265	22	22	330.358	2.583

Fonte: CODESAL (2025). Elaboração: Souza (2025).

Além das vistorias, a Defesa Civil também aciona sirenes nas áreas de risco em situações como previsão de continuidade de chuvas moderadas a fortes, registros de deslizamentos observados nas vistorias e acumulados pluviométricos superiores a 150 mm nas últimas 72 horas, conforme recomendações nacionais (BRASIL, 2022).

No entanto, uma análise do histórico de desastres mostra que as mortes por deslizamentos em Salvador não ocorrem necessariamente em dias de chuvas intensas. Segundo Zangalli Júnior e Alves (2021), deslizamentos fatais foram registrados com acumulados diários de apenas 62 mm ou até 25 mm, o que contradiz o critério de 150 mm utilizado para acionamento das sirenes. No capítulo “Chuvas na Cidade de Papel”, verificamos que, dos cinco deslizamentos com óbitos analisados, apenas dois ocorreram com acumulados de três dias superiores a 100 mm (nos bairros Engenho Velho da Federação e Sussuarana). Os demais ocorreram com acumulados bem inferiores: 50 mm em três dias (Castelo Branco e Pirajá) e 41,6 mm em Vila Canária. Esses dados indicam que vistorias

apenas após 150 mm acumulados podem não ser eficazes na prevenção de desastres, já que eventos letais ocorrem com volumes significativamente menores de precipitação.

Quando ocorre a necessidade, a Defesa Civil cadastrá as pessoas em risco e as encaminha à Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPs) para receber um benefício eventual. Algumas famílias são direcionadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, administrado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (SINDEC). No entanto, as moradias danificadas não são recuperadas: elas são demolidas e as áreas passam por processos de estabilização e reurbanização (CODESAL, 2015).

Para os desabrigados, a Defesa Civil afirma oferecer abrigos temporários, auxílio-funeral e cadastro para recebimento do auxílio-moradia, no valor de R\$ 300,00, pago por até 12 meses, conforme parecer técnico do órgão (CODESAL, 2015). Contudo, o valor irrisório do benefício não permite que as pessoas encontrem moradias seguras, perpetuando sua vulnerabilidade e exposição a riscos. Além disso, o auxílio-moradia não é concedido a todas as pessoas desabrigadas.

Existe ainda um auxílio emergencial, destinado às famílias que sofreram perdas de bens materiais ou destruição total do imóvel. Esse benefício, no entanto, é pago em parcela única e limitado a três salários-mínimos, sendo insuficiente para a reconstrução da vida dos afetados (CODESAL, 2015).

Nos casos de desastres, o município decreta Situação de Emergência, permitindo a mobilização de órgãos municipais para assistência às vítimas e solicitação de suporte ao Governo Federal. Nesses casos, um Plano de Resposta é elaborado, e o Governo Federal transfere recursos via Cartão de Pagamento da Defesa Civil, além de enviar materiais básicos como produtos de limpeza, higiene pessoal, colchões, alimentos e água mineral (CODESAL, 2015).

Os relatórios disponíveis da Operação Chuva datam de 2015, ano em que foi decretada Situação de Emergência. Naquele ano, foram registrados 4.323 deslizamentos de terra, 4120 ameaças de desabamento de imóvel e 1.299 alagamentos de imóveis. Foram registradas pelo menos 15 mortes¹⁴, além de feridos, desabrigados e danos a bens públicos. Com o reconhecimento federal da Situação de Emergência foi liberado pela Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, um recurso de R\$ 1.788.686,00 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis reais) para ações de restabelecimento e

¹⁴ Foram identificados 15 óbitos somente no dia 27 de abril, no entanto, a CODESAL registrou 22 óbitos ao longo da Operação (CODESAL, 2015, p. 16).

assistência à população atingida, além de 565 kits limpeza, 565 kits higiene pessoal e 475 kits dormitórios, 475 colchões, 565 cestas de alimentos e 2000 galões de água mineral (CODESAL, 2015).

De acordo com a CODESAL (2015), 3.338 famílias receberam auxílio emergência, totalizando R\$ 3.940.000,00 (três milhões, novecentos e quarenta mil reais). O auxílio foi destinado às famílias de baixa renda que sofreram perdas de bens materiais ou perda total do imóvel. O valor foi pago em parcela única, limitado a três salários-mínimos, conforme avaliação das perdas sofridas. Foram realizados 6.265 cadastros, dos quais 6.050 receberam o auxílio eventual, e 4.488 famílias foram contempladas com auxílios moradia e/ou emergência. Além disso, 19 auxílios funerais foram concedidos às famílias vítimas de fatalidades (CODESAL, 2015).

No entanto, os auxílios oferecidos refletem um modelo de Estado precarizado, que se esquia de resolver os problemas estruturais enfrentados pela população. Em vez de investir em infraestrutura e moradia digna, os auxílios se apresentam como "ajudas" pontuais e irrisórias diante da magnitude das situações vividas pelas famílias atingidas. O valor dos auxílios é insuficiente para permitir que as vítimas saiam da situação de risco, e, além disso, nem todas as vítimas são contempladas com o benefício.

Em relação aos índices pluviométricos, o ano de 2016 registrou chuvas abaixo da média climatológica entre março e julho. Mesmo assim, entre 1º de março e 15 de julho de 2016, foram registradas 7.605 solicitações de moradores, e 6.368 dessas solicitações foram atendidas (CODESAL, 2016).

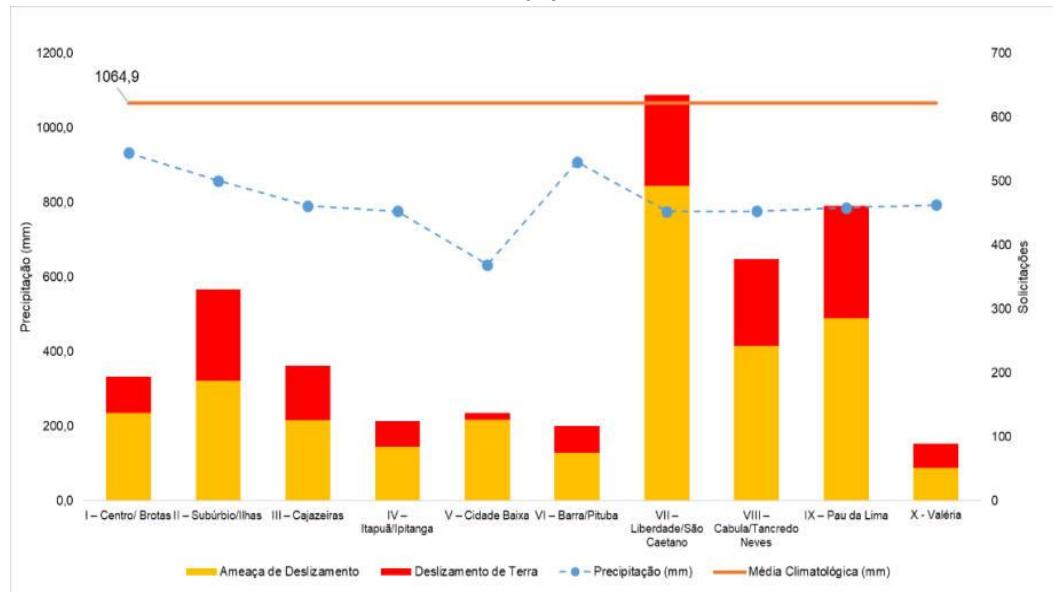
Em 2017, durante o período da Operação, os índices de chuva variaram entre 26% e 64% abaixo da normalidade em todos os pluviômetros monitorados pela Defesa Civil (CODESAL, 2017). Nesse ano, ocorreram 1.178 solicitações de vistoria devido a ameaças de deslizamentos, além de 209 imóveis alagados, 204 demolições de imóveis e realocação de famílias. O registro mais grave foi o desabamento de uma parede lateral de um casarão histórico na Ladeira da Soledade, que matou três moradores e feriu dois, deixando 21 famílias desabrigadas (CODESAL, 2017). Contudo, apenas 3 famílias receberam auxílio-moradia, e uma família foi contemplada com auxílio emergência (CODESAL, 2017).

Em 2018, as chuvas também ficaram abaixo da média climatológica. Entre 17 e 20 de abril, chuvas mais intensas ocorreram devido a distúrbios do Leste e à aproximação de uma Frente Fria (CODESAL, 2018). Durante o período de março a junho, foram registradas 2.653 solicitações de vistorias devido a ameaças de desabamentos e deslizamentos, além de 594 deslizamentos e 615 alagamentos. O desastre mais significativo aconteceu em março, quando

um imóvel desabou no bairro de Pituaçu, resultando na morte de quatro pessoas. Em junho, outro imóvel desabou no bairro de Plataforma, deixando uma pessoa soterrada (CODESAL, 2018).

Em 2019, apesar de chuvas abaixo da média esperada (1064,9 mm entre março e junho) Figura 46, foram registradas 1.755 ameaças de deslizamentos, com destaque para a PB Liberdade-São Caetano, além de 860 deslizamentos, ocorrendo principalmente nas PBs Pau da Lima e Subúrbio-IIhas (CODESAL, 2019). Também foram registradas 2.065 ameaças de desabamentos e 913 alagamentos de imóveis. O desabamento no bairro de Pituaçu resultou na morte de uma pessoa e em três feridos (CODESAL, 2019).

Figura 46 - Relação entre Precipitação x Ocorrências registradas por Prefeituras-Bairro no ano de 2019



Fonte - CEMADEN/CODESAL (consultado no dia 01.07.2019).

Entre as ações realizadas pela Defesa Civil, foram cadastrados imóveis para desocupação na pedreira abandonada de Santa Luzia, no bairro do Lobato (PB Liberdade São Caetano). No total, 254 imóveis foram cadastrados, sendo 77 na Vila Picasso, 156 na Rua Voluntários da Pátria e 21 na Rua da Jaqueira. Também foi realizado um simulado de evacuação em diversas comunidades, incluindo Bom Juá, Vila Picasso (PB Liberdade - São Caetano), Voluntários da Pátria (PB Cidade Baixa), Calabetão e Mamede (PB Cabula-Tancredo Neves), regiões já monitoradas pela prefeitura.

Em 2020, entre os meses de março e junho, as chuvas ficaram acima da média, o que resultou no acionamento das sirenes duas vezes, em abril e maio, nas comunidades atendidas pela CODESAL. As áreas afetadas incluíram Bom Juá, Baixa do Cacau (PB Liberdade - São

Caetano), Castelo Branco – Moscou (PB Cajazeiras) e Sete de Abril – Bosque Real (PB Pau da Lima). Os moradores dessas áreas foram retirados de suas casas e encaminhados para abrigos, em meio à pandemia de COVID-19 (CODESAL, 2020).

Segundo o relatório da Defesa Civil de 2020, foram registradas 2.131 ameaças de desabamentos, 2.517 ameaças de deslizamentos, 1.448 deslizamentos e 992 alagamentos de imóveis (CODESAL, 2020). Os desastres mais graves ocorreram em bairros não monitorados pela CODESAL, como o deslizamento na Rua Vila Verde, no bairro de São Cristóvão, que deixou quatro pessoas feridas, e o desabamento na Travessa Celika Nogueira, no bairro de Águas Claras, que resultou na morte de uma mulher e uma criança, além de dois feridos (CODESAL, 2020).

No ano seguinte, em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia de Covid-19, as chuvas entre março e junho foram abaixo da média climatológica, com um total de 614,4 mm registrados (CODESAL, 2021). No mês de abril, devido a uma frente fria, houve um pico de precipitação com 286,6 mm, ainda abaixo da média de 295,7 mm para o mês. Entre 8 e 10 de abril, a chuva acumulada superou 150 mm em 72 horas, o que levou ao acionamento das sirenes em oito comunidades: Alto da Terezinha (PB Subúrbio-Ilhas), Mamede e Calabetão (PB Cabula-Tancredo Neves), Sete de Abril - Bosque Real (PB Pau da Lima), Bom Juá, São Caetano - Baixa do Cacau, Capelinha – Vila Picasso (PB Liberdade - São Caetano) e Lobato - Voluntários da Pátria (PB Cidade Baixa). Os moradores foram abrigados em escolas públicas, com esforços para garantir o isolamento social em meio à pandemia (CODESAL, 2021).

Antes do acionamento das sirenes, um deslizamento foi registrado na comunidade de Mamede. Também foram contabilizadas 1.034 ameaças de desabamentos, 1.274 ameaças de deslizamentos, 365 deslizamentos de terra e 254 vistorias por ameaça de queda de árvores (CODESAL, 2021).

Dentre as ações da Defesa Civil, destacamos o Plano de Contingência do Centro Histórico e a Avaliação de Risco dos Imóveis da Comunidade de Gamboa de Baixo, cujo objetivo é avaliar o estado de conservação dos imóveis e identificar sinais de comprometimento estrutural (CODESAL, 2020). Um ponto relevante é que a Gamboa de Baixo é uma comunidade tradicionalmente negra que surgiu como colônia de pescadores, situada no Centro Histórico, e está sempre sob ameaça de remoção, principalmente devido ao interesse do mercado imobiliário na área.

A Gamboa de Baixo (Figura 47) é reconhecida pela resistência das mulheres negras, que lutam pelo direito à terra e desempenham um papel crucial nas práticas religiosas de Iemanjá. A comunidade também é marcada pelas redes de apoio entre as mulheres, que se

organizam para cuidar umas das outras (Perry, 2012). Situada sobre a Falha de Salvador, a Gamboa de Baixo é vizinha da Gamboa de Cima e Vitória, onde residem pessoas brancas, de classe média a alta. Na Gamboa de Baixo, onde as tentativas de remoção são permanentes e a população não tem acesso à infraestrutura adequada, os eventos de deslizamentos e desmoronamentos são constantes. Enquanto os outros locais, sob condições similares de suscetibilidade, mas onde a população acessa melhores condições de infraestrutura e de construtivas, os deslizamentos praticamente inexistem, justamente porque o espaço urbano não é um receptáculo inerte das ações do tempo e do clima (Armond, 2017).

Figura 47 - Avenida do Contorno e abaixo, a Gamboa de Baixo



Fonte: Malu Fontes (2023).

A comunidade quilombola do Alto da Sereia, situada no bairro do Rio Vermelho, também enfrenta o descaso do poder público no que diz respeito ao atendimento às encostas, a constante ameaça de remoção e o assédio do mercado imobiliário, devido à sua localização em uma área de grande interesse turístico (Moura, 2023). A ameaça de remoção, o abandono das moradias em áreas de risco e das casas tombadas pelo IPHAN são realidades recorrentes em setores de alto valor imobiliário. Nesse contexto, associações de bairro, associações de moradores, ONGs, organizações raciais e entidades públicas se mobilizam contra as injustiças raciais urbanas, especialmente por meio da organização de mulheres.

Contudo, a gestão pública tende a alterar as legislações urbanas de forma arbitrária, promovendo intervenções para atender aos interesses do setor imobiliário e turístico, ou apenas aguardando a ocorrência de deslizamentos para remover a população. A estratégia é remover os moradores das áreas em que o mercado imobiliário tem interesse, como se a casa

fosse algo insignificante — “uma blusa ou uma cesta de costura que se pode abandonar ou dar de presente a qualquer momento” (Morrison, 2007, p.31).

Entre as ações desenvolvidas pela Defesa Civil, destacam-se as atividades de conscientização ambiental, como a implantação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), o Programa Defesa Civil nas Escolas (CODESAL, 2018) e o projeto Mobiliza Defesa Civil, que visa capacitar voluntários para fornecer informações rápidas sobre ocorrências por meio do aplicativo Fala Salvador (CODESAL, 2018).

Em 2016, foram instaladas placas de sinalização em 10 áreas de risco para alertar sobre os perigos de alagamentos e deslizamentos de terra nas comunidades (Figura 48) (CODESAL, 2016). Em 2019, a Defesa Civil promoveu uma panfletagem educativa e distribuiu ímanes de geladeira com o número do Telefone 199 – Emergência, cartilhas para crianças e folders sobre a “Operação Chuva – Como se Prevenir de Acidentes”, em locais de grande circulação, como estações de ônibus e feiras livres, como as de São João Joaquim e Periperi (CODESAL, 2018). Segundo o órgão, as ações têm caráter educativo e visam minimizar os efeitos das chuvas e prevenir acidentes (CODESAL, 2018).

Figura 48 -Exemplo de placa de sinalização área com risco de alagamento



Fonte: CODESAL (2016).

É relevante informar a população sobre os riscos associados à realização de cortes inadequados nas encostas e ao lançamento de resíduos nas encostas. No entanto, várias dessas áreas de risco não recebem coleta de resíduos sólidos porta a porta (Borja *et al.*, 2021), além dos problemas persistentes de drenagem urbana e moradias precárias. As ações desenvolvidas pelo poder público demonstram uma perspectiva tecnicista da abordagem dos eventos (Dutra, 2021) e individualista, uma vez que a ação está centrada no indivíduo afetado ou

potencialmente afetado, como exemplificado pela colocação de lonas ou pela implementação de placas informativas.

De acordo com os decretos da Operação, os/as servidores/as que atuam no programa durante a etapa de alerta têm direito à Gratificação pela Participação em Operações Especiais. Essa gratificação tem caráter temporário, não é incorporada ao vencimento ou salário e não serve de base para o recolhimento da contribuição previdenciária. Conforme indicado no Quadro 29 e na Figura 49, em 2015, ano de muitas chuvas, a Codesal gastou 87% do total da operação com gratificações de pessoal (CODESAL, 2015). Em 2016, as gratificações representaram 47% do custo total de R\$ 971.758,94 (CODESAL, 2016). Em 2017, novamente o maior custo foi com as gratificações, representando 55% de R\$ 464.002,97 (CODESAL, 2017). Em 2018, as gratificações corresponderam a 45% do total de R\$ 824.455,15 (CODESAL, 2018). Em 2019, o maior custo da operação também foi com gratificações, representando 45% de R\$ 783.261,83 (CODESAL, 2019). No entanto, em 2020 e 2021, a CODESAL não divulgou os custos da operação (CODESAL, 2020; CODESAL, 2021).

Quadro 29 - Custos discriminados da Operação Chuva Salvador, Bahia (2015 a 2019)

ANO	ALIMENTAÇÃO (R\$)	EPIS (R\$)	GRATIFICAÇÃO (R\$)	LOGÍSTICA (R\$)	LONA (R\$)	TOTAL (R\$)
2015	30.492,00	0,00	669.336,66	65.568,08*	0,00	765.396,74
2016	16.872,00	0,00	455.958,73	452.942,16**	45.986,05	971.758,94
2017	14.568,00	8.562,00	464.002,97	219.857,52***	135.500,00	842.490,49
2018	27.288,00	15.132,89* ***	350.179,53	238.404,73***	193.450,00	824.455,15
2019	26.712,00	7.261,18	349.630,98	188.782,67***	210.875,00	783.261,83

* Transporte, combustível e aluguel de veículos;

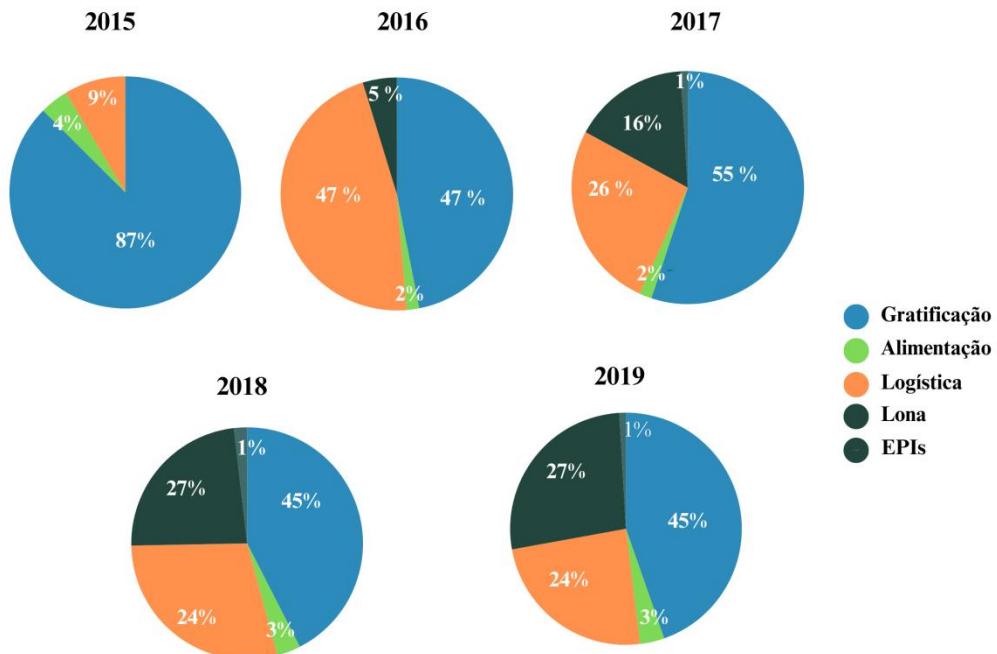
**Transporte, combustível, locação 16 veículos, contratação 16 motoristas;

***Transporte, combustível, veículos;

**** Capas de chuva, botas, camisa polo, camisa careca

Fonte: CODESAL, 2015; CODESAL 2016; CODESAL, 2017; CODESAL, 2018; CODESAL, 2019.

Figura 49 - Custos discriminados da Operação Chuva em percentual



Fonte: CODESAL (2015), CODESAL (2016), CODESAL (2017), CODESAL (2018), CODESAL (2019), INMET (2023).

É relevante ressaltar que a CODESAL não é um órgão autônomo e independente, mas uma Diretoria vinculada à Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência, que faz parte da gestão municipal. A Prefeitura optou por atuar em algumas áreas específicas, deixando outras áreas sem cobertura. Além disso, embora as ocorrências de eventos sejam registradas por meio de vistorias no local, nem todas as solicitações são atendidas, o que pode levar a uma subestimação dos dados. Outro ponto importante é que no município, 71% dos deslizamentos com óbitos e 80% dos desabamentos resultam de problemas infraestruturais e falta de serviços básicos, incluindo desastres que ocorrem fora do período chuvoso, os quais não são abarcados pelo Programa. Dessa forma, apenas o Programa Operação Chuva e o trabalho da Defesa Civil não são suficientes para garantir, de fato, a proteção à vida das pessoas. Por isso, questionamos a atuação do Estado: Quanto vale ou é por gota? Quanto vale/custa a atuação emergencial? Quanto vale/custa para o Estado cada morte? Cada desastre?. A seguir, apresentamos as discussões realizadas pelos vereadores na Câmara Legislativa Municipal sobre os deslizamentos.

5.6 A Lona Na Casa Do Povo: Câmara de vereadores

A partir da análise dos diários oficiais, é possível perceber como o poder legislativo orienta a política municipal. Iniciamos essa análise com a fala da ouvidora da Câmara em 2011. A vereadora Olívia Santana (PCdoB) resume o cenário da política executada em Salvador: “não tem política de enfrentamento, só a lona preta” (CMS, 2011c) e “não há nenhum projeto efetivo de prevenção ou proposta para captar recursos junto aos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional” (CMS, 2011a). Ela destaca a situação de dona Ocridalina Santana, 61 anos, uma das vítimas do desastre ocorrido no dia 29 de março de 2005, quando o deslizamento de uma encosta resultou na morte de dois membros de sua família. A senhora reclamou do descaso da prefeitura e da situação em que se encontra até hoje, tendo que pagar aluguel em uma casa sob a ameaça de deslizamento, localizada na mesma encosta onde ocorreu o desastre, cuja obra de estabilização, iniciada em 2008, ainda não havia sido concluída.

Dona Ocridalina é responsável por recolher o lixo que cai na propriedade e desentupir a "boca de lobo" para evitar que a água do esgoto invada sua casa (Figura 50) (CMS, 2011d). Ela perdeu os familiares e sua moradia devido ao deslizamento. Atualmente, reside de aluguel na mesma encosta, convivendo com o luto, a falta de moradia fixa, a precariedade do saneamento básico, o trauma de viver em uma área de risco e o descaso do Estado, refletido na demora para concluir a obra de estabilização. O exemplo de dona Ocridalina ilustra a vida marcada por mortes constantes, a exposição a violências repetidas e a limitada perspectiva de melhoria nas condições de vida — elementos que configuram uma Necropolítica.

Figura 50 - Encontro da Ouvidoria com moradores do bairro do Engenho Velho da Federação, 2011

Ouvidoria da Câmara cobra melhorias

Com o objetivo de levar a Câmara Municipal até os cidadãos de Salvador, a ouvidora-geral da Casa Legislativa, vereadora Olívia Santana (PCdoB), realizou mais uma audiência pública no Engenho Velho da Federação. Os moradores tiveram a oportunidade, na manhã de terça-feira (12), de apresentar os problemas que afetam a região para os representantes dos órgãos públicos municipais e estaduais.

O encontro, que ocorreu na Escola Amélio Cruz, no Final de Linha do bairro, foi presidido pela ouvidora, que ressaltou a necessidade de empreender esforços para a resolução dos problemas mais graves que afetam a comunidade. "Vamos enfrentar todas as dificuldades apresentadas, mas é muito importante que nos esforcemos por solucionar a questão da Rua Apolinário Santana. Além da obra da encosta, que já dura mais de quatro anos, precisamos garantir o reaproveitamento asfáltico e a reorganização do trânsito na região", destacou Olívia.

Ocidentalina Santana, 61 anos, uma das vítimas do desastre do dia 29 de março de 2005, quando o deslizamento de uma encosta vitimou fatalmente dois

membros da sua família, reclamou do descaso da prefeitura e da situação que se encontra até hoje, tendo que pagar aluguel numa casa ainda sob a ameaça da mesma encosta, cuja obra, iniciada em 2008, ainda não foi concluída. "Sou eu quem recolhe o lixo que cai na propriedade e ainda tenho que desentupir a 'boca de lobo' para a água do esgoto não invadir a casa", lamentou.

O presidente da Associação de Moradores do bairro, Orlando Barbosa, falou da descrença da comunidade com o poder público. "Não é possível continuar como está. Nós pagamos impostos e não estamos sendo atendidos". Vaston Ribeiro, morador e comerciante da localidade, complementou, informando que o bairro está crescendo e que o poder público precisa enxergar este crescimento e cuidar melhor da população.

Ausências e deliberações

As superintendências de Trânsito e Transporte do Salvador (Transalvador) e a de Conservação e Obras Públicas do Município (Sucop), ambas ligadas à Secretaria Municipal dos Transportes e Infra-Estrutura (Setin), não compareceram à

Foto: Victoria Fechine

Fonte: CMS (2011c).

Sobre os programas e as leis, identificamos as cobranças pela atualização do Plano Diretor de encostas por parte de alguns vereadores de oposição do governo e a proposta de instalação de escritórios de assistência técnica e jurídica gratuita nas Prefeituras-Bairro e, realização de ampla campanha informativa sobre esse instrumento de política urbana, conforme normativas federais, estaduais e municipais (CMS, 2017). No entanto, outras propostas dos vereadores identificadas nos diários se referem a:

- Implantação nas escolas municipais de Programa de Defesa Civil visando preparar crianças e adolescentes para situações de enchentes e desabamentos (CMS, 2015p).
- Permanência da Operação Chuva ao longo de todo ano (CMS, 2015h).
- Instituição do fundo municipal da Defesa Civil (CMS, 2018), recomendação da promotoria.
- Programa “Encosta Verde” visa proteger as encostas com vegetação de raízes compridas, gramas e capins. Não foi descrito se a população seria retirada das moradias em encostas para o plantio das árvores (CMS, 2015e).
- Estudo de viabilidade para implementação de aplicativo gratuito para informações em tempo real sobre horários e roteiros de coleta de lixo (CMS, 2019a).

Programa Anjos da Encosta com objetivo de:

Contratação temporária de moradores das regiões atingidas para atender à necessidade excepcional de interesse público, autorizada pelo artigo 37, inciso IX, da CF, atuando, especificamente, nas áreas condenadas e em caráter temporário, sob o acompanhamento e supervisão da CODESAL, a qual também caberá o treinamento e capacitação dos mesmos, visando a auxiliar na remoção das pessoas até a retomada da situação de normalidade e segurança (CMS, 2015e, p.8).

O Programa Anjos da Encosta pode ser facilmente associado à capitania do mato, reproduzindo a antiga (e ainda muito atual) ideia colonial da inimizade entre os negros como mecanismo de controle social. Ou seja, moradores em situação de insegurança alimentar, com jornadas extenuantes de trabalho autônomo e precarizado, recebem pagamento para atuar em nome do Estado, retirando seus próprios vizinhos e familiares que resistem à remoção de suas casas, para um destino incerto.

Da mesma forma, a proposta de estudo para implementação de aplicativo sobre horários e roteiros de coleta de lixo revela a falta de compreensão da real problemática sobre a coleta de resíduos. O vereador Luís Carlos de Souza (PRB) deveria cobrar estudos e atendimentos de coleta de resíduos nos bairros mais pobres, como os das PBs Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima, Cajazeiras, Liberdade-São Caetano e Subúrbio/Ilhas, uma vez que esses possuem o menor atendimento do município (Borja *et al.*, 2021) e isso representa um problema de saúde pública.

Em 2015, com o argumento do risco para atender os interesses do mercado, o vereador Guerrilha (PSL) comemorou a implantação do sistema de alerta sonoro nas comunidades, estrategicamente o primeiro local a ser instalado foi na Avenida do Contorno próximo aos casarões da Ladeira da Preguiça e depois ao longo da Falha geológica de Salvador até a Avenida Suburbana (CMS, 2015a). Contudo, o vereador Euvaldo Jorge (PP) propôs de forma mais direta a remoção da população desse setor cobiçado pelo mercado imobiliário, sua indicação é que:

Ao prefeito, que determine a sua equipe técnica, realizar cadastramento na falha geológica de Salvador para identificar as famílias que residem no local e inscrevê-las no Programa Minha Casa Minha Vida, para que o local seja gradativamente incorporado à beleza natural da Bahia de Todos os Santos (CMS, 2015e, p.11).

Ainda em 2011, no mês de novembro, Olívia Santana (PCdoB) registrou a notícia da tragédia no bairro de Massaranduba, onde 15 pessoas foram soterradas (CMS, 2011e). A tragédia ocorreu antes do início do trabalho da Promotoria, mas em 2015, após as recomendações da justiça, vemos novamente outra tragédia nessa área. Somente na rua do Oriente, no Barro Branco/Alto do Peru, várias pessoas foram soterradas, 11 morreram, duas

ficaram feridas, além de vários dos desabrigados (perderam imóveis) e desalojados (tiveram que sair dos imóveis). Ainda naquele ano, das 22 pessoas mortas¹⁵, 8 eram menores de 18 anos, sendo que a presença de crianças menores de 14 anos é uma das variáveis significativas para o índice de vulnerabilidade social de Salvador, conforme proposta de Santana (2019).

Nesse sentido, para pensarmos no status de mortos-vivos que a Necropolítica produz naqueles que vivenciam situações de desastres, recorremos novamente à Conceição Evaristo:

As pessoas chegavam, tentavam olhar, não viam, adivinhavam apenas. Não dava para reconhecer os corpos, os mortos. Também para quê? A gente conhecia a vida de cada um. Veio a polícia, depois de muita espera, recolheu todos, e em tudo ficou um vazio. Era uma dor intensa. Era mais uma falta que a vida cometia. O dia passou lento e arrastado. Todos empurravam o tempo com a barriga. Tínhamos medo do final da tarde. A noite já vinha, vinha... O que seria de todos nós? Dos vadíos, dos trabalhadores, dos grandes e pequeninos? (Evaristo, 2017, p.59).

A população é obrigada a conviver com a morte presente e reviver seus traumas. O vereador negro Silvio Humberto (PSB) considerou a população além de corpos, destacando a necessidade de acompanhamento psicológico para aqueles que perderam os entes queridos e “esforços de toda uma vida”, citando que “o problema não é técnico, mas de prioridade” (CMS, 2015e, p.9). Azevedo (2015) entrevistou os moradores do Barro Branco após a tragédia de 2015. Na entrevista, Jeferson de Oliveira, de 23 anos, um dos primeiros a chegar ao local do desastre, relatou:

A última cena que eu vi foi tudo em pé. Isso era cerca de umas 18h30 de domingo. Acordei cedo para ver como estava a rua, pois ia sair para trabalhar. Não enxerguei nada direito, estava tudo branco, chovia muito. Foi só o tempo de fechar a porta para ouvir um barulho bem forte, como se fossem uns ‘estralos’ de vidro quebrando. Quando voltei à porta, vi aquela água barrenta escorrendo perto da casa de minha mãe, que fica a três metros da minha. A casa do vizinho Sandro já estava no chão. Vi uma mão acenando mais adiante. Minha esposa e meu tio acharam que eu estava vendo alucinações.” Era a mão do vizinho Sandro pedindo ajuda para retirar dos escombros o filho Samuel Santos, de 12 anos, uma das 11 vítimas do deslizamento de terra daquele dia no Barro Branco.

Quando retornamos para dentro do buraco, vi uma cena de horror. Um pedaço da laje estava sobre dona Magnólia. A amiga dela estava soterrada da barriga até a cabeça, e só as pernas para o ar. Minha pressão quase baixou. Para chegar até Carla, filha de dona Magnólia, teria que pisar sobre o corpo da mãe dela. Ao mesmo tempo, Robertinho também pedia que o tirasse dali. Ele estava esmagado entre dois pedaços de laje, uma grade, com um bocado de barro e panelas por cima. Eu e Edmilson, nosso vizinho, conseguimos tirar Carla. Ele não aguentou porque a cena foi bem forte e ficou sem condições de continuar. Já com a ajuda dos bombeiros, conseguimos tirar Robertinho com vida, mas ele não resistiu. Isso me tocou muito. Eu tinha visto a mãe de Robertinho grávida dele”, lembra Jeferson emocionado (Azevedo, 2015).

¹⁵ Número de vítimas com nome identificado no relatório da Defesa Civil de 2015(CODESAL, 2015)

Entre o trauma, a dor e o sentimento de culpa por não conseguir resgatar todas as vítimas, como curar as cicatrizes de quem sobrevive diante de corpos destruídos? Estamos falando de pessoas de corpos mutilados por soterramento. Não há como discordar de Mbembe (2016) sobre a criação de mundos de mortes, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas, as condições de vida que lhes conferem a condição de ‘mortos-vivos’.

Em uma das famílias, uma criança de 8 anos estava completamente traumatizada. O evento ocorreu três dias antes do aniversário do menino, nomeado Gabriel na reportagem, todas as pessoas que morreram naquele desastre estavam na lista de convidados de sua festa de aniversário (Azevedo, 2015).

No portão, o garoto me recebe, com muita desconfiança. “Quem é essa, mamãe, é bombeiro?” A mãe esclarece que é uma jornalista e que veio conversar sobre algo importante. Recomeça a chover e Gabriel se encolhe na cadeira. Grita que está com medo. Da sala, a avó avisa que é apenas uma nuvem. Daí em diante, Gabriel passaria boa parte do tempo entre o portão da casa e a varanda, local onde entrevistado a mãe. “É assim que ele fica o tempo todo. Pergunta-me todo dia pelo pessoal que morreu e pelas casas também”, conta Luciana*, a mãe (Azevedo, 2015).

“Mãe, foi a casa da dona Maria? Ela morreu?” Gabriel era muito próximo a dona Maria Tereza, 57. Desde pequeno, todos os dias, nos mesmos horários, Gabriel ficava no portão à espera da vizinha. A brincadeira entre os dois era certa. Dois dias antes do acidente, dona Maria brincou dizendo que esse ano Gabriel não ganharia presente de aniversário, enquanto escondia uma sacola nas costas. De fato, o presente não chegou. Dona Maria estava entre os que morreram (Azevedo, 2015).

As crianças e adolescentes negros também são contemplados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina que todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de situação familiar, raça, etnia ou cor, religião ou crença, condição ambiental ou econômica, gozam de todos os direitos fundamentais, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990, art. 3). Assim, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, art. 5), ou pelo menos, não deveria.

Somente em 2015, foram oito adolescentes mortos por soterramento. Quais perspectivas de vida e futuro têm Gabriel e tantas outras crianças que presenciam tais desastres? Expostos a traumas dessa magnitude, lutos, aulas interrompidas, bens materiais comprados com muito custo sendo levados pela água, saída de casa às pressas para dormir em abrigos com estranhos, mães sendo humilhadas para conseguir R\$ 300 de auxílio-aluguel,

amigos, idosos, familiares transformados em corpos destroçados. Como estudar depois disso? Como professores que trabalham nesses locais voltam a dar aulas após um desastre?

De acordo com Milton Santos (1998), dizem que a educação é uma saída para os negros e para os pobres, quando sabemos que a educação, em sua base, é inigualitária. Dizem apenas para estudar, sem considerar as condições materiais e psicológicas para isso. Ao fazer isso, as condições sociais são reduzidas à condição individual. Se “Dr. Fulano estudou, ou melhorou, foi produto do acaso, ou de uma condição social que lhe permitiu fazê-lo, mas não pelo processo educacional. A questão não está aí” (Santos, M., 1998, p. 153).

Como explicar para as crianças e adolescentes que tragédias como essas ocorrem devido às prioridades do Estado, que tende a investir, por exemplo, o dinheiro do carnaval somente nos setores turísticos da cidade? Como explicar que essa violência coletiva e recorrente se chama Necropolítica e é promovida impunemente pelo Estado (Nixon, 2011), que não reconhece pessoas negras como seres humanos, cidadãos de direitos?

Sem falar nos idosos, o Estatuto do Idoso preconiza o direito à moradia digna (BRASIL, 2003, art. 37), sendo o Estado aquele que tem a obrigação de garantir proteção à vida e saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003, art. 9). Além disso, “nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei” (BRASIL, 2003, art. 4). No entanto, além das condições precárias de vida, vemos idosos revivendo trauma constante toda vez que começa a chover, como o de dona Ocridalina, citada anteriormente.

Em Salvador, nem todos terminam a vida de forma bem-sucedida: “Eu faço figura pra essa vida tão sofrida. Terminar bem-sucedida (...) Você pra mim é lucro” (Garramone e Passapusso, 2016). Com a tragédia de 2015, a vida de dona Maria José, 75 anos, foi interrompida de forma humilhante. Dona Maria Tereza (57 anos), Dezaneide Dias Figueiredo (59 anos), José Cosme de Oliveira Luz (56 anos) foram mortos antes de completar a fase idosa que chega aos 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso. Seu Zé Diabo e tantos outros idosos estão sendo ameaçados de retirada de suas casas para “dar vida ao Centro Histórico”, com o Programa de revitalização do Salvador 360º.

Sem falar na interrupção da vida de mulheres em idade fértil. Somente em 2015 morreram Elaine Oliveira dos Santos, de 30 anos, Geraldina da Cunha Bispo Reis, de 35 anos, Magnólia Paim dos Santos, de 44 anos, Cássia Vitória Paim dos Santos, de 14 anos, e Joyce

Bispo Ribeiro Reis, de 15 anos, e isso compromete não apenas a vida das mulheres e de seus filhos já nascidos, mas também a continuidade de vida da população negra.

Concordamos com Fanon (2008) e Agamben (2007) ao falarem sobre a divisão racial do mundo, que permite e legitima que determinados grupos sejam expostos a práticas incoerentes com os fundamentos do direito, abandonados pela lei. Sendo que essa divisão, indiferença e abandono do Estado criam condições e mundos de mortes para os negros, seja por ação direta ou por inação (Carneiro, 2005). Mbembe (2017, p. 64) nos lembra que a soberania, nesse caso do Estado, fabrica uma massa de gente habituada a “viver no fio da navalha ou à margem da vida, gente para quem viver é estar sempre a prestar contas à morte, tanto pelo modo como é vivida quanto pela maneira como acontece”. Os relatos dos moradores apontam a necessidade de acompanhamento psicológico racializado para quem vivencia situações de tragédias, sobretudo para as crianças e os adolescentes, principalmente porque a exposição a violências e opressões como essas gera diversos problemas graves, como sentimentos de desumanização, alteração de identidade, raiva, depressão, ódio de si e até suicídio (Pain, 2019).

Novamente, mesmo após as recomendações da promotoria e o trabalho de especialistas, em 2017 ocorreu um desabamento que vitimou três pessoas na Ladeira da Soledade, no bairro da Liberdade (CODESAL, 2017). Em 2018, foram registrados episódios de deslizamentos e desabamentos. Um dos desabamentos vitimou quatro pessoas no bairro do Pituaçu (CODESAL, 2018), (CMS, 2018). Após o desastre, os debates na câmara de vereadores se concentraram entre transferências de responsabilidades, falta de transparência da prefeitura no repasse de verbas federais e disputa entre as obras realizadas pela gestão municipal e estadual.

No calor das tragédias, algumas medidas emergenciais são tomadas. Em 2015, após a morte de 22 pessoas, Arnaldo Lessa (PT) parabenizou os colegas pela aprovação do Projeto de Lei n.º 109/2015, que propunha auxílio emergencial de até três salários mínimos para as vítimas de alagamentos, deslizamentos, desabamentos e incêndios. No entanto, Hilton Coelho (PSOL) apontou que o benefício de parcela única não resolveria a situação das famílias atingidas. Além disso, a liberação do auxílio estaria condicionada à emissão de laudo técnico pelos órgãos municipais competentes (CMS, 2015c).

Em 2018, após os eventos seguidos de mortes, os vereadores realizaram visitas a encostas. Téo Senna (PSDB) esteve com o prefeito para autorizar a liberação de obras de contenção na Travessa Soares Filho, no bairro Arraial do Retiro (CMS, 2018). Rogéria Santos (Republicanos) visitou, com técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Públicas, as encostas dos bairros de Luís Anselmo e Vale do Matatu (CMS, 2018d). O vereador Sabá (PP) visitou encostas nos bairros de Fazenda Grande do Retiro e Bom Juá, onde seriam realizadas quatro obras de contenção. Também temos o vereador Palhinha indo pessoalmente até a Defesa Civil buscar 20 metros de lona plástica para entregar aos moradores do bairro do Lobato, que ameaçavam realizar protestos caso não conseguissem o material para instalar na encosta (Figura 51) (CMS, 2017).

Figura 51 - Entrega de lona em encosta do bairro Lobato



Foto: Assessoria do vereador

Palhinha propõe contenção de encosta em Lobato

Vereador intermediou pedido dos moradores após as chuvas dos últimos dias

Na manhã chuvosa de domingo (2), o vereador Orlando Palhinha (DEM) atendeu o pedido de socorro de uma comunidade no bairro do Lobato, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Pessoalmente, foi até a Defesa Civil (Codesal)

pegar os 20 metros de lona plástica necessários para servir de contenção de uma encosta e levou aos moradores. Na manhã de segunda-feira (3), elaborou projetos de indicação para construção de encosta no local.

Os moradores esta-

vam ameaçando fazer um protesto e fechar a Suburbana no início da semana. Com a ação de Palhinha, foram evitados transtornos logísticos para a população e aumentou a sensação de segurança das famílias que vivem do local.

Fonte: CMS (2015h).

Notamos que as visitas dos vereadores e os pedidos de distribuição de lonas se apresentam como meios de os vereadores serem lembrados durante o período eleitoral. Além disso, as visitas ocorrem no calor dos desastres e aparentam justificar ações ou tentar se livrar de acusações. Da mesma forma, as reportagens veiculadas pela mídia parecem justificar o trabalho do poder público, que se apresenta como prestador de algum tipo de “assistência” aos atingidos pelas chuvas (Sena, 2021). Isso ocorre porque são mortes que “ninguém se sente obrigado a responder”, onde não há sentimento de responsabilidade ou de justiça (Mbembe, 2017, p. 63). São desastres naturalizados. Arnaldo Lessa destacou:

São inúmeras as emendas ao orçamento municipal, apresentadas por vereadores de diversos partidos, sugerindo investimentos nas contenções de encostas, drenagem e macrodrenagem, que são reiteradamente desconsideradas pelo Poder Executivo. Uma prova deste descompromisso é que o atual prefeito já está no penúltimo ano de gestão e não iniciou nenhuma obra de prevenção de desmoronamento. A propósito, em Salvador só há um projeto de contenção de encostas em andamento, executado pelo Governo do Estado. (CMS, 2015c).

Sobre a destinação de verbas, em sessão no ano de 2013, Aladilce questionou sobre a aplicação dos 126 milhões de reais que a Prefeitura obteve com o Bradesco, recursos que deveriam ser destinados à realização de obras de prevenção contra os danos causados pela chuva. Em defesa da prefeitura, a vereadora negra Eron Vasconcelos (Republicanos) afirmou que o dinheiro foi usado para o pagamento de dívidas, justificando que a municipalidade não era perdulária (CMS, 2013). Toninho Carolino reiterou informações sobre um bilhão de reais que o prefeito alegou ter em caixa, questionando o não investimento em obras nas encostas (CMS, 2015f). Segundo Gilmar, o prefeito declarou ter gasto R\$ 80 milhões em obras nas encostas, mas não conseguiu provar esse valor, e, em seguida, anunciou que o gasto real foi de R\$ 17 milhões: “Nem ele sabe o valor do investimento” (Figura 52) (CMS, 2015l).

Figura 52 - Vereador questiona destinação de verbas públicas

Gilmar Santiago diz que prefeito prioriza bairros nobres

O vereador questiona a falta de obras de contenção de encostas

O vereador Gilmar Santiago (PT) reafirmou as críticas à concentração de gastos do prefeito ACM Neto em bairros da orla atlântica de Salvador. “Quem tem quase R\$ 72 milhões para uma obra no Rio Vermelho e R\$ 57 milhões para a Barra, como não tem para obras de encostas?”, questionou.

Segundo o vereador, recentemente o prefeito declarou ter gasto R\$ 80 milhões em encostas, mas não provou. Já na última

quinta-feira (27), anunciou que gastou R\$ 17 milhões. “Nem ele sabe o valor do investimento”, comentou Gilmar Santiago.

Para ele, essa discrepância entre os valores anunciados só confirma as denúncias que tem feito sobre a prioridade aos bairros de classe média alta pela administração de ACM Neto, “como forma de agradar aos moradores e ao mercado imobiliário, enquanto os bairros populares são relegados a último

plano”.

Transparência

Ao tomar conhecimento que o prefeito ACM Neto afirma estar fazendo 50 obras de contenção de encostas, o vereador Gilmar Santiago (PT) lançou a seguinte proposta: “os cidadãos, principalmente os que moram nas áreas com riscos de deslizamentos, precisam tornar conhecimento de onde estão essas obras. Então, seria interessante se o prefeito



Vereador Gilmar Santiago

enumerasse, um por um, os locais das ações. Será uma prova de transparência administrativa”. Gilmar diz, ainda, que faz questão de visitar esses locais, assim que forem divulgados.

Fonte: CMS (2015h).

Gilmar (PT) destaca que “o prefeito deveria [...] detalhar como serão investidos os R\$ 190 milhões que ele diz ter para contenções de encostas” (CMS, 2015m). Nesse sentido, Arnaldo Lessa solicita à prefeitura “uma planilha e explicações a respeito da aplicação de R\$ 80 milhões anunciados pelo prefeito ACM Neto, em abril deste ano, em obras de prevenção aos desastres causados pelas chuvas” (CMS, 2015j).

Gilmar também aponta que não faltaram recursos próprios da prefeitura para obras no Rio Vermelho e na Barra, onde houve um investimento de R\$ 71,6 milhões e R\$ 57 milhões, respectivamente, mas para a contenção de encostas não havia dinheiro disponível, sendo necessário aguardar fundos do governo federal (CMS, 2016, p. 2). O vereador ainda comenta que, um ano após a tragédia no Bom Juá e Marotinho, a única intervenção da prefeitura foi a

colocação de lonas pretas nos escombros e a instalação de sirenes utilizadas nos simulados da Defesa Civil (CMS, 2016).

Outro tema que se destaca nas edições do Diário Oficial é a precariedade e a morosidade nas obras. Em 2011, houve cobrança pela conclusão da obra de contenção na rua Apolinário Santana, no Engenho Velho da Federação, obra iniciada há mais de quatro anos (CMS, 2011c). Em 2014, a obra ainda não havia sido concluída (CMS, 2014). Também foi observada a devolução de cerca de R\$ 400 mil à Caixa Econômica Federal, referente à verba destinada à obra de contenção de encostas na Ladeira do Curió (PB Valéria), que não foi executada pela prefeitura, conforme citado por Marli Brandão, da Sociedade Beneficente Unidos do Alto do Tanque (CMS, 2011a).

Em agosto de 2017, ocorreu um novo deslizamento em Barro Branco, onde uma obra de contenção estava sendo realizada de forma morosa, devido à tragédia de 2015. A bancada da oposição questionou a prefeitura sobre a qualidade da obra, enquanto vereadores da base atribuíram a responsabilidade à Embasa (infiltração da rede), portanto, ao governo estadual (CMS, 2017b). Segundo a base, o prefeito realizou uma intervenção que custou aos cofres municipais mais de R\$ 8,5 milhões e foi inaugurada em apenas 3 meses (CMS, 2017b). Para a vereadora Marta Rodrigues (Figura 53), o prefeito ACM Neto deveria vir a público explicar à população a aplicação da verba paga à empresa MAF Projetos e Obras Ltda., responsável por essa obra (CMS, 2017).

Figura 53 - Vereadora questiona obra realizada em encosta

Segundo a vereadora Marta Rodrigues (PT), o prefeito ACM Neto precisa vir a público explicar à população como foram aplicados os R\$7 milhões, pagos à empresa MAF Projetos e Obras Ltda, responsável pela obra de contenção na localidade de Barro Branco, cuja parte da encosta voltou a desabar neste final de semana. Ela lembra que a obra, coordenada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, foi necessária



Vereadora Marta Rodrigues

após o deslizamento de terra ocorrido em 2015, que vitimou 11 pessoas.

"Essa ocorrência põe mais uma vez em xeque a prioridade da prefeitura com as áreas carentes e expõe a irresponsabilidade do Executivo municipal com o destino da verba pública, direcionada em grande parte para publicidade e ações de marketing. A contenção na área foi inaugurada em 29 de março deste ano, aniversário de Salvador, com a



Fonte - CMS (2015h).

O vereador Hilton (PSOL) traduziu a Necropolítica executada pelo poder público via destinação de recursos para a maquiagem urbana, o descaso e abandono da população e a naturalização dos eventos de deslizamentos:

É preciso sempre destacar que 15 pessoas morreram por falta investimentos em obras estruturais de contenção de encostas, coleta de lixo, de entulhos e, escoamento. Enquanto isso só a Barra consumiu R\$ 60 milhões. Os problemas criados pelas inundações, enchentes e transbordamentos mostraram a verdade que estava oculta. Repetimos que tragédias relacionadas a deslizamentos e ocupação irregular de encostas não são novidades em Salvador, porém não podem ser encaradas como naturais (CMS, 2015d, p.4).

Os avanços ocorridos no município em relação aos deslizamentos não foram resultados da orientação da gestão municipal, mas sim derivados de lutas. Tal fato fica evidenciado nas falas dos/as vereadores/as. Mesmo após as mortes por deslizamentos em 2015, a prefeitura optou por aplicar mais de R\$ 70 milhões na reforma do Rio Vermelho (PB Barra-Pituba) (CMS, 2016c), construir praças e enfeitar a orla da cidade (CMS, 2016b). Vânia Galvão (PT) criticou a gestão municipal, mencionando que, nas previsões de investimentos para 2015, "será gasto quase o mesmo valor com festas do que o previsto para obras de estabilização de encostas" (CMS, 2015b). Arnaldo Lessa (PT) também criticou as obras da prefeitura no bairro Rio Vermelho, apontando que o dinheiro público seria destinado a um projeto que não foi debatido com os moradores e questionou se, no Rio Vermelho, ocorreria o mesmo que aconteceu com a Barra, referindo-se à "revitalização" (CMS, 2015g). Em 2019, sete anos após a abertura do trabalho da promotoria, a vereadora Marta Rodrigues (PT) indica:

A Lei Orçamentária Anual, em tramitação na Câmara, prevê R\$ 50.740.000 milhões para Eventos e Festas, R\$ 39.020.000 milhões para publicidade institucional e apenas R\$ 10.661.000 milhões para a Defesa Civil (...). Quarta maior capital do país, Salvador, segundo Marta, ainda não tem um Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Diretor de Encostas continua desatualizado há 15 anos, conforme atesta a vereadora. (...). De acordo com Marta, o contrato de iluminação natalina está vigente desde 2014, com as empresas Citelum e 2MS Eng, desde então a R\$ 3,5 milhões por ano. Até 2017, foram gastos 14 milhões nos quatro anos de vigência. “O contrato com essas empresas se encerrou em 2017, e uma nova licitação, feita em 2018, se gastou R\$, 4,5 milhões. Somando tudo isso, dá R\$ 23,7 milhões para iluminar a cidade só no período do Natal”. (CMS, 2019b, p. 5).

Esses exemplos evidenciam o Racismo Ambiental de um Estado que não se mostra interessado em atender às demandas da população negra, que vive privada de condições mínimas de dignidade. Também refletem o conhecimento das condições favoráveis à promoção de mortes dessa população e mesmo assim, a priorização do Estado em atender à

maquiagem urbana nas áreas brancas da cidade. Dessa forma, revela a face perversa do capitalismo e de um modelo de Estado assassino.

Observou-se que as poucas propostas preventivas surgem principalmente de vereadores negros da oposição à atual gestão municipal, especialmente dos partidos PCdoB, PSOL e PT. São esses/as vereadores/as que apontam a prioridade da prefeitura em atender demandas externas. Por outro lado, vereadores da base eleitoral (DEM) e partidos de centro tendem a propor medidas emergenciais, como a colocação de lonas, realizam visitas em áreas de risco, demonstrando uma aparente preocupação com os moradores e auxiliando a prefeitura a se esquivar da responsabilização pelos impactos dos deslizamentos e desabamentos.

Ainda naquele documento, a Câmara registrou o protesto dos moradores do bairro do Rio Vermelho contra as obras de embelezamento realizadas no bairro, sem diálogo com os moradores e comerciantes locais, com erros urbanísticos e paisagísticos no projeto (CMS, 2015h). Sem atender às demandas locais e com o intuito de beneficiar seus próprios agentes e interesses, a prefeitura instalou placas na cidade com a mensagem: "O Rio Vermelho voltou a sorrir", em referência às obras de embelezamento e higienização promovidas em um dos pontos turísticos, históricos, boêmios e estratégicos da cidade (Figura 54).

Figura 54 - Placa de inauguração da requalificação do Rio Vermelho



Fonte: Gusmão (2017).

As obras no setor turístico do bairro do Rio Vermelho explicitam os esforços do Estado em modernizar os espaços a partir das aparências para parecer moderno, racialmente branco, colonizado (Sodré, 2002). Gusmão (2017) aponta os problemas ocasionados com as obras do

“novo Rio Vermelho” (Figura 55) dentre elas, a faxina social e a privatização. Exemplo do mercado do peixe, onde muitos comerciantes possuíam licença temporária para utilizar o espaço, mas a prefeitura abriu licitação para duas empresas administrarem o local. Tais empresas passaram a estabelecer exigências, impondo perturbações no local, o que promoveu o encarecimento no preço dos quiosques, a expulsão de antigos comerciantes locais e a entrada de grandes empresários do ramo *gourmet* (Gusmão, 2017).

Figura 55 - Projeto de Revitalização do Rio Vermelho



Fonte: Gusmão (2017).

Ainda em 2015, o vereador Gilmar (PT) afirmou que havia um investimento de R\$ 156 milhões do governo federal, em parceria com o estadual, em áreas de risco da cidade. No entanto, ele criticou a gestão municipal, afirmando que "o prefeito mistura BRT (*Bus Rapid Transit* - Transporte Rápido por Ônibus) com encostas para dissimular o verdadeiro interesse, que é cumprir a promessa feita aos empresários de ônibus e implantar o BRT mais caro do país" (CMS, 2015i). Com uma extensão irrelevante, o corredor de ônibus possui 8,6 km, abrangendo a estação da Lapa até o Iguatemi (Santos; Marçal; Sousa; Copque, 2020).

O vereador Hilton Coelho (PSOL) também criticou a obra, definindo o BRT como uma obra cara (R\$ 850 milhões), inútil e insustentável, destinada "a encher o bolso das empreiteiras e das famílias que controlam o transporte coletivo rodoviário". Coelho ressaltou que, com esse dinheiro, seria possível construir 217 encostas na cidade (CMS, 2018b). O Ministério Público Estadual e o Federal abriram ação civil pública para investigar uma série de irregularidades, incluindo a ausência de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, a não definição de problemas a serem resolvidos (congestionamentos, estatísticas de acidentes, eventos de risco), a falta de estudo de impacto de vizinhança, de projeto de

mobilidade, de publicidade no processo licitatório, e de outorgas para uso do corpo hídrico (Castro, M., 2021). O Tribunal de Contas avaliou a suspeita de superfaturamento no processo licitatório (Castro, M., 2021). Entre as agressões ambientais (Lima, 2018), destacam-se a derrubada de centenas de árvores históricas (Figura 56) e o tamponamento do rio Camarajipe (Figura 57).

Figura 56 - Trecho do BRT antes e após a derrubada de árvores



Fonte: Castro (2021).

Figura 57 - Obras iniciadas para tamponamento do Rio Camarajipe



Obras do Trecho 01 para tamponamento dos rios e derrubada de árvores foram iniciadas sem autorização. / Divulgação

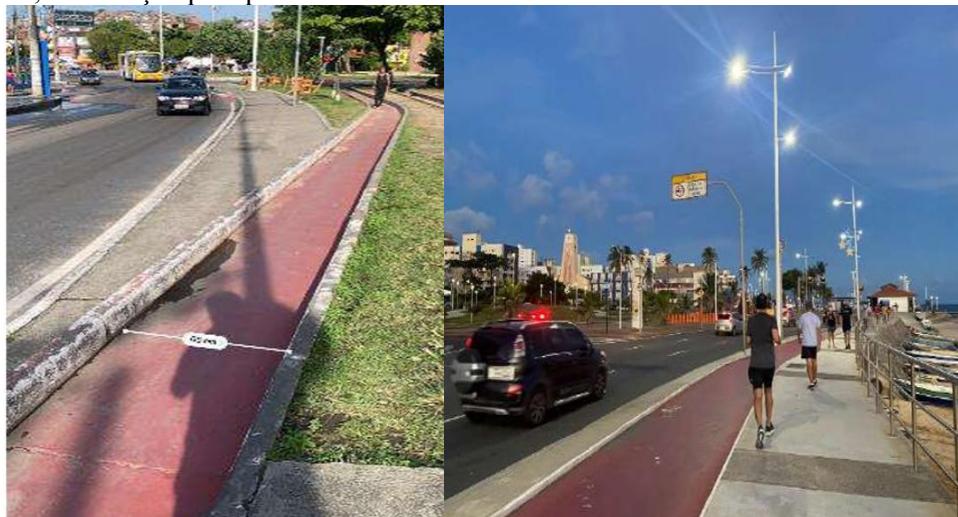
Fonte: Castro (2021).

O BRT configura um exemplo de como a gestão pública (municipal e estadual) caminha em direção oposta às ações de mitigação das emergências climáticas: impermeabilização do solo urbano, tamponamento de rios, cimentação de encostas e retirada de vegetação. Vale ressaltar que o setor de transporte é responsável por 74% das emissões de gás carbônico em Salvador (Moura, 2023).

Por outro lado, o investimento no modal cicloviário ainda é incipiente no município. Segundo o Observatório da Mobilidade de Salvador (2023), há uma evidente desigualdade sócio racial nos projetos cicloviários da cidade. Conforme o Relatório de Auditoria Cicloviária de Salvador (2023) e o Relatório Diagnóstico do Plano Cicloviário (2023), as ciclofaixas e ciclovias estão concentradas nos bairros próximos à Orla Atlântica, uma rota turística e predominantemente habitada pela população branca. Enquanto isso, os bairros negros, pobres e populosos de Salvador, como as PBs do Subúrbio-Ilhas, Liberdade-São Caetano, Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras, enfrentam o Racismo Ambiental, expresso no vazio de infraestrutura. Esses bairros ainda arcaram com o alto custo da tarifa de ônibus (R\$ 5,60 em 2025) e gastam, em média, duas horas no deslocamento do trabalho para casa (Silva, 2023).

O Relatório Diagnóstico do Plano Cicloviário de Salvador apontou os principais problemas para a modalidade: malha cicloviária reduzida e desconectada, trechos em mau estado de uso, drenagem precária e irregularidade nos pisos, falta de sinalização e iluminação, além de controle de velocidade inadequado (Oficina Consultores, 2023). Os exemplos são inúmeros, mas podemos destacar a ciclovia unidirecional da Avenida Afrânio Peixoto, que liga os bairros do Subúrbio. Sua largura de 0,70 m (Figura 58) torna o uso de bicicletas perigoso e desconfortável, pois a largura mínima recomendada para esse tipo de via é de 1,00 m (Oficina Consultores, 2023).

Figura 58 - À esquerda, largura da ciclovia unidirecional de 0,70 m na Avenida Afrânio Peixoto. À direita, Iluminação para pedestres e ciclistas na ciclovia da Orla entre Amaralina e Itapuã



Fonte: Oficina Construtores (2023).

Para a gestão racista e segregadora do espaço urbano é necessário orçamento público. O projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 apresenta o montante de 1,6 bilhões, 21% do total de despesas para a função de urbanismo (Quadro 30). No texto do projeto, a estabilização de encostas aparece somente ao final, após “mobilidade urbana, transporte e trânsito, saneamento, micro e macrodrenagem, requalificação de orla, iluminação pública, construção e reforma de equipamentos públicos, estabilização de encostas dentre outras” (CMS, 2018e). Esse fato torna ainda mais grave a situação da população que reside em áreas de riscos, uma vez que o destino das verbas de estabilização de encostas para a função urbanismo concorre com outros melhoramentos urbanos, inclusive a maquiagem da cidade.

Quadro 30 - Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função Orçamento Fiscal e da Seguridade Exercício de 2019

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	%
Legislativa	187.265.000		187.265.000	2%
Judiciária	56.407.000		56.407.000	1%
Administração	620.562.000		620.562.000	8%
Segurança Pública	96.735.000		96.735.000	1%
Assistência Social		212.100.000	212.100.000	3%
Previdência Social		590.357.000	590.357.000	8%
Saúde		1.652.855.000	1.652.855.000	21%
Trabalho	22.634.000		22.634.000	0%
Educação	1.478.041.000		1.478.041.000	19%
Cultura	16.523.000		16.523.000	0%
Direitos da Cidadania	21.507.000		21.507.000	0%

Urbanismo	1.621.294.000	1.621.294.000	21%
Habitação	60.844.000	60.844.000	1%
Gestão Ambiental	30.974.000	30.974.000	0%
Indústria	29.143.000	29.143.000	0%
Comércio e Serviços	357.545.000	357.545.000	5%
Comunicações	74.438.000	74.438.000	1%
Transporte	309.232.000	309.232.000	4%
Desporto e Lazer	12.356.000	12.356.000	0%
Encargos Especiais	308.840.000	308.840.000	4%
Reserva de Contingência	30.000.000	30.000.000	0%
TOTAL	5.334.340.000	2.455.312.000	7.789.652.000
			100%

Fonte: CMS (2018e)

Se, por um lado, as cidades inseridas na guerra dos lugares são sistematizadas a partir das lógicas da reprodução capitalista e têm o Estado ofertando facilitações, como infraestrutura e condições básicas adequadas (Gusmão, 2017), por outro, vemos o Estado lento e indiferente às recorrentes mortes da população. Essa priorização seletiva de obras e melhorias ocorre porque estamos tratando de setores escolhidos, compostos por população branca, classe média, com maior potencial arrecadatório de tributos, como aqueles cobrados de hotéis, restaurantes e da indústria da festa, tais como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No entanto, muitas vezes, tais tributos são convertidos em isenções fiscais, sonegação e conchavos políticos entre empresários, políticos e o quadro pessoal do serviço público (órgãos fiscais, judiciário).

Além disso, a indústria da festa e da maquiagem é responsável por eleger os políticos. Afinal de contas, os deslizamentos são culpa da chuva, e não há como barrar os ímpetos de Yansã e Xangô, como tem sido escrito nos jornais ao longo dos anos. Do mesmo modo, questões relacionadas ao saneamento básico não são tão eleitoreiras, possuem alto custo orçamentário (gera rapidamente mais despesas aos cofres do que receitas) e pouca visibilidade (é mais fácil visualizar praças na orla turística do que uma tubulação nos bairros esquecidos das PB Cabula-Tancredo Neves).

Vale dizer também que os desastres se tornam lucrativos para os governos municipais e estaduais. Os gestores públicos não atuam na prevenção, mas, quando da deflagração de desastres, os municípios decretam Estado de Emergência ou de Calamidade Pública, a depender do nível de impacto, e recebem verbas do governo federal para atender às despesas imprevisíveis e urgentes (BRASIL, 1888, art. 148). Tais verbas, chamadas de créditos

extraordinários, são destinadas aos casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública (BRASIL, 1888, art. 167). Dessa forma, já que os primeiramente afetados pelos desastres são um povo de má fama, tais "acidentes" se tornam uma oportunidade sórdida para se livrar desses e dessas a quem o mundo é recusado (Ferdinand, 2022, p. 94).

6 CONCLUSÃO

A colocação de lonas foi, por um bom tempo, a principal política preconizada pelos órgãos públicos de Salvador para o atendimento às encostas que apresentam risco de deslizamentos. Os eventos de deslizamentos e desabamentos são históricos no município e acompanham a população negra. Mesmo assim, são tratados como acidentes pelo poder público, como se fossem eventos inesperados, culpa dos próprios indivíduos que “teriam decidido” viver em áreas de risco e resultado de eventuais extremos pluviométricos, portanto, inevitáveis.

No entanto, nossa análise mostrou que os desastres em Salvador ocorrem onde as condições de vida da população são precárias. Essa vulnerabilização é resultado de um Estado neoliberal, constituído pela classe beneficiária da escravização, pautado na precarização de serviços que atendem à população, pois são entendidos como gastos dispendiosos com vidas vistas pelo Estado como descartáveis. Os desabamentos, em sua maioria, não estão associados a movimentos de massa, mas sim à precariedade e má conservação dos imóveis, sendo os problemas de infraestrutura responsáveis por 80,1% dos óbitos e 89,6% dos feridos. Esses desabamentos ocorrem preferencialmente em setores das Prefeituras-Bairro Cabula-Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras, bairros surgidos por meio de autoconstruções, sem orientação técnica e com materiais construtivos precários. Já no Centro Histórico, pertencente à Prefeitura-Bairro Centro-Brotas, os desabamentos tendem a ocorrer em casarões tombados pelo IPHAN que estão em estado de abandono e degradação, habitados por uma população pobre — fator que tem sido usado para acelerar o processo de expulsão de moradores desse setor cobiçado pelo mercado imobiliário.

Do mesmo modo, os deslizamentos que deixam mortos e feridos ocorrem em bairros negros, surgidos de autoconstruções e com precariedade de infraestrutura. Os problemas de infraestrutura, tais como precariedade dos imóveis, sistema de drenagem pluvial, saneamento básico, contenção de encostas, entre outros, são responsáveis por 71% dos óbitos e 70,2% dos feridos. Os deslizamentos ocorrem geralmente entre o limiar pluviométrico de 61,8 mm e 25,5 mm para 24 horas (Zangalli Júnior e Alves, 2021). Em bairros onde há condições mais precárias, observamos deslizamentos com óbitos já a partir de 22 mm de chuva.

Há, ainda, registros de desastres em dias sem chuvas ou em períodos fora da quadra chuvosa. Esses deslizamentos se tornam ainda mais drásticos quando ocorrem em bairros com infraestrutura precária, população mais vulnerável e volumes significativos de chuva. Como ocorreu em 2015, quando choveu 86 mm em um único dia, levando à morte de dezenas de pessoas na Prefeitura-Bairro Liberdade-São Caetano. Enquanto isso, nesse mesmo ano, os

deslizamentos em bairros da Orla Atlântica deixaram feridos, mesmo com chuvas a partir de 70 mm e acumulados superiores a 60 mm em cinco dias.

Notamos que as causas e a espacialidade dos eventos são reflexos das condições de pobreza, marginalização e do racismo ambiental instalados no município. Esses fatores afetam, sobretudo, a população majoritariamente negra, pobre e feminina. Trata-se, também, de um processo de exclusão e ausência de reparação histórica em uma cidade que enriqueceu à custa da escravização de pessoas e que, atualmente, gera riqueza pelo patrimônio histórico e cultural — fruto do sangue, da resistência, da história e do trabalho do povo, principalmente negro.

Contudo, embora as condições de pobreza tenham peso significativo na exposição ao risco, podemos observar que, mesmo quando a população preta possui renda média e alta, ela ainda está mais exposta aos riscos de deslizamentos do que a população branca na mesma faixa de renda. Tal fato demonstra que a população acaba submetida a uma condição de cidadania mutilada tendo sua espacialidade urbana restrita, revelando o peso da questão racial sobre a renda na discussão sobre os desastres em Salvador.

Notamos que as mudanças ocorridas nos últimos anos no tratamento dos riscos de deslizamentos em Salvador decorrem dos avanços nas políticas nacionais, da mobilização da população por meio da promotoria de justiça e da insistência desse órgão na temática. Contudo, as ações adotadas seguem o modelo neoliberal racista estruturado no país. Em outras palavras, são majoritariamente emergenciais, seguem as orientações nacionais e estão focadas na conscientização individual dos sujeitos. Ainda assim, essas ações são frequentemente atravessadas por interesses políticos que desrespeitam o Plano Diretor de Encostas, as recomendações de especialistas e as determinações da Justiça. Com destaque para gravidade da ausência de mapeamento das áreas de riscos do município, conforme obrigatoriedade prevista no Plano de Desenvolvimento Urbano de 2016. Isso no município com maior número de população vivendo em áreas de risco do país.

Enquanto a pobreza é negra e feminina, a política é governada por homens racializados como brancos. Observamos o papel do Estado na guerra dos lugares, exemplificado, por exemplo, pela concessão de isenção de tributos e pela alocação de bens e infraestruturas necessárias à reprodução do capital, com obras voltadas para espaços de maior visibilidade da cidade e alto investimento em marketing para justificar tais medidas perante os eleitores. Paralelamente, os espaços situados na chamada "Zona da Indiferença/Não Ser", que necessitam de atendimento, são esquecidos, e sua população é deixada para morrer em decorrência da "chuva que mata".

Dessa forma, a população negra de Salvador recebe do poder público o mesmo tratamento oferecido à mulher negra, mãe solo, marcada por cicatrizes físicas e emocionais. A lona preta faz parte de seu cotidiano, desde a sacola usada para despejar o lixo das patroas, passando pela lona que encobre suas encostas, até o material que recobre seus filhos mortos. Enquanto isso, a Prefeitura e o Governo do Estado realizam grandes investimentos em “revitalizações”, praças, festas e decoração natalina, sobretudo nas regiões turísticas, para parecer racialmente branco, moderno. No entanto, o material barato e precário, como a lona, segue sendo a principal resposta oferecida à população que mora em áreas de risco. Essa lógica de ação emergencial persiste, apesar da recorrência dos deslizamentos e das vítimas fatais que eles continuam a causar.

Na Câmara Municipal, observamos o jogo de disputas políticas que envolvem desde justificativas e transferência de responsabilidades até a destinação seletiva de verbas públicas. Entretanto, também há a atuação de vereadores — sobretudo negros e de esquerda — que denunciam a orientação seletiva e mercadológica da gestão municipal, cobrando a aplicação de recursos para a redução de riscos, a atualização do Plano Diretor de Encostas e do Plano Municipal de Drenagem, além do investimento em moradias dignas. Por sua vez, os vereadores da base governista (de direita) justificam as ações da Prefeitura, solicitam a colocação de lonas e intervenções pontuais nas encostas, além de visitarem as áreas de risco quando ocorrem tragédias, utilizando esses momentos para divulgar suas ações.

Sabemos que a atuação da Defesa Civil é emergencial ou reativa (gestão do desastre). No entanto, ela deveria estar acompanhada de políticas públicas de longo prazo (gestão do risco), voltadas a resolver os problemas estruturais de todo o município, e não apenas a responder pontualmente às crises, decidindo quem deve ou não morrer. A Operação Chuva, embora insuficiente frente à magnitude dos problemas, segue sendo utilizada como ferramenta de *marketing* pela gestão municipal.

Diante disso, observamos a necessidade de criação e atualização do Plano Diretor de Encostas, de modo que se compreenda a situação geral do município. Isso permitiria não apenas identificar a suscetibilidade (que é dinâmica), mas também analisar o quadro de vulnerabilidade social e os problemas específicos de infraestrutura, possibilitando o planejamento de políticas públicas integradas e mais eficazes. Essas ações não devem se limitar à instalação de lonas, sirenes em locais pontuais e remoção de moradias. A remoção de famílias, quando realizada de maneira precária, sem programas habitacionais e sem articulação com políticas públicas de longo prazo, apenas reforça a Necropolítica que visa expulsar a população negra e pobre, expondo-a a novos riscos.

Além disso, conforme declarações da própria CODESAL nos anos 2000, bem como a indicação da Promotoria, um órgão tão sensível como a Defesa Civil deve ser autônomo, independente, com quadro técnico e orçamento próprio, a fim de reduzir a influência política e a intermitênci a de programas diante da mudança de governos. Assim, fazem-se necessárias políticas públicas integradas, articuladas e de Estado, que não sejam apenas imediatistas, representando uma única gestão.

Ainda que a gestão municipal atual, reeleita para 2025, tenha anunciado em 2024 uma redução no número de mortes nos últimos anos em função das ações executadas, não podemos afirmar que essa redução de fato ocorreu. Em primeiro lugar, porque nossa análise sobre os eventos com óbitos e feridos encerrou no ano de 2015, momento em que a Prefeitura passou a atender às recomendações da Promotoria e, ao mesmo tempo, deixou de divulgar esses dados. Portanto, não pudemos analisar o período de 2016 a 2024 devido à ausência de informações posteriores a 2016 no site da Defesa Civil.

O que sabemos, de fato, é que a principal causa dos desastres por desabamentos e deslizamentos está relacionada à precariedade e marginalização a que está submetida a população pobre e negra da cidade. Além disso, torna-se fundamental compreender melhor a distribuição das chuvas. O que temos verificado é que essas chuvas, que representam ameaça para os deslizamentos, parecem estar cada vez mais concentradas em menos dias, tornando os eventos ainda mais extremos para aqueles que vivem à beira de encostas e, portanto, necessitam de maior atenção.

Nesse sentido, observamos que a temática dos deslizamentos é tratada como um problema pontual e emergencial, lembrado apenas quando há ocorrências. As ações concentram-se no período chuvoso e em alguns pontos específicos escolhidos para monitoramento pela gestão pública, sem respeitar a hierarquia estabelecida no Plano Diretor de Encostas. Além disso, testemunhamos a constante transferência de responsabilidade às vítimas, que não têm opção de moradia. Esses fatores contribuirão para a continuidade dos eventos catastróficos, principalmente porque a situação de vulnerabilidade percebida em Salvador persiste, sem que sejam implementadas ações eficazes para resolver ou amenizar esse problema, e as alterações climáticas são uma realidade.

Dessa forma, concluímos que os deslizamentos em Salvador não são eventos “naturais” nem politicamente neutros, mas sim a expressão de uma Necropolítica que afeta diretamente a população racializada como inferior, submetida constantemente ao processo de vulnerabilização. Essa lógica de atuação perpetua os riscos, os traumas, as perdas materiais e, sobretudo, as perdas de vidas humanas. Tal política reflete um Estado Neoliberal colonial que

prioriza interesses mercadológicos enquanto negligencia sua própria população deixando em condições de mortes.

No entanto, ainda que o Estado esteja inserido na lógica do modo de produção capitalista — sem que o rompimento dessa lógica esteja vislumbrado no momento — e que a Necropolítica seja uma constante, não pretendemos aqui uma conformação com essa realidade. O título deste trabalho é uma provocação para compreendermos parte desse cenário e pensarmos caminhos práticos de mudança, convidando a sociedade a rever suas ações e reações.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com a Geografia Física Crítica e sua interlocução dentro da Geografia, levantando possibilidades para novos estudos sobre a temática. Buscamos, principalmente, preencher as inúmeras lacunas existentes, tais como: a realização de um inventário da suscetibilidade ambiental e da vulnerabilidade social dos territórios não abrangidos pelas ações da Prefeitura; a avaliação do cumprimento das recomendações feitas aos órgãos públicos; a verificação e articulação da atuação dos movimentos negros e de moradia de Salvador sobre essa problemática. Dessa forma, pretendemos também oferecer instrumentos de luta embasados na realidade diagnosticada neste estudo, colaborando com as reivindicações da população negra de Salvador pelo direito básico à qualidade ambiental, infraestrutura digna e vida em segurança.

7 REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental e construção social do risco.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 5, p.49-60, 2002. Jan-jun. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22116/14480>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais.** Rio de Janeiro: Fibge, 2006. p. 1 - 5. Disponível em:< <https://documentoskoha.s3.amazonaws.com/11342.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo (Coleção Estado de Sítio), 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: UFMG, 2007, 2º, reimpressão, Tradução de Henrique Burigo.
- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Pólen Produção Editorial, 2019.
- ALARCÃO, Ana Carolina; CARVALHO, Maria Dalva; PELLOSO, Sandra Marisa. A morte de um filho em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 3, 16 p, 2008, maio-junho.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019. 256 p
- AMIGOS DOS DESABRIGADOS. “Por um lugar onde morar: subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador”. Cadernos do CEAS, 37: 20-34. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1975.
- ARAI, M. A grande elevação eustática do mioceno e sua influência na origem do grupo barreiras. **Geologia USP.** Série Científica, 6(2), 1-6, (2006). Acesso em 10 jan. 2024. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/guspse/article/view/27419>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- ARMOND, Núbia Beray. Impressões sobre as trajetórias recentes da Geografia Física “integradora” no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 41, p. 101-132, 2013. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/571>>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- ARMOND, Núbia Beray; NETO, João Lima Sant'Anna. Entre eventos e episódios: ritmo climático e excepcionalidade para uma abordagem geográfica do clima no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 20, 2017.
- ARMOND, N. B. **Dinâmica climática, excepcionalidade e vulnerabilidade: contribuições para uma classificação geográfica do clima do estado do Rio de Janeiro.** Tese—Presidente Prudente—SP: Universidade Estadual Paulista, 2018.
- ARTREF. Caixa Cultural Salvador apresenta exposição sobre Zé Diabo. Salvador, 18 out. 2023. Disponível em: <https://arteref.com/exposicoes-e-eventos/caixa-cultural-salvador-apresenta-exposicao-sobre-ze-diabo/>. Acesso: 20 jul. 2024.

ASSUMPÇÃO, A.P.; MARÇAL, M.S. Retificação dos canais fluviais e mudanças geomorfológicas na planície do Rio Macaé-Rj. **Revista de Geografia** (UFPE), v. 29, n.3, p. 19-36, 2012.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites século xix. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1987. 267 p.

AZEVEDO, D. **Infância Interditada: moradias precárias colocam crianças em situação de risco em Salvador,** 2015. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2015/10/infancia-interditada-moradias-precarias-colocam-criancas-em-situacao-de-risco-em-salvador/>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BAHIA. Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Governo do Estado da Bahia (ed.). **Tragédia do Beco do Frazão completa 85 anos!** 2020. Disponível em: <http://www.cbm.ba.gov.br/noticias/tragedia-do-beco-do-frazao-completa-85-anos>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BAHIA. SECRETARIA DE TURISMO. (org.). História da Setur. 2023. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>. Acesso em: 21 set. 2023.

BARBOSA E SOUZA, L.; SOUZA LIMA, P.; RODRIGUES SANTOS, S. DA TEORIA DOS GEOSSISTEMAS À GEOGRAFIA FÍSICA CRÍTICA: o que há de novo na busca por abordagens integradoras na ciência geográfica? **OKARA: Geografia em Debate**, v. 14, n. 1, 2020.

BARBOSA J.S.F., CORRÊA-GOMES L.C., DOMINGUEZ, J. M. L., CRUZ S. A. S., SOUZA, J.S. 2005. Petrografia e Litogegeoquímica das Rochas da Parte Oeste do alto de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 35, n. 4 - Suplemento, p. 9-22, 2005. Disponível em <<https://ppegeo.igc.usp.br/portal/index.php/rbg/petrografia-elitogegeoquimica-das-rochas-da-parte-oeste-do-alto-de-salvador-bahia/>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BELMONT, Mariana. Racismo Ambiental chegou com as caravelas. In: BELMONT, Mariana (org.). **Racismo Ambiental**. São Paulo: Peregum, 2023. p. 15-24. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; BOTEON, Saara de Carvalho. Águas, resíduos e lugares na cidade de Salvador. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia**. Salvador: Edufba, 2021. p. 239-313.

BOTELHO, J. O racismo como arma de produção de hegemonia capitalista couraçada de coerção e a objetividade esmagadora do lugar de negro. **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador: v. 15, n. 3, p. 195-208.

BRAND, Ulrich. Estado e políticas públicas. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo**

e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. Cap. 3. p. 123-133. Tradução Igor Ojeda.

BRASIL. Constituição. 1890. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. **Decreto Nº 528, de 28 de Junho de 1890.** Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa.** Brasília, DF Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Constituição de 1945. Decreto nº 7967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. **Decreto-Lei Nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945.** Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html#text=Disp%C3%B5e%20s%C3%A3o%20a%20Imigra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20d%C3%A9m%C3%A1cias.&text=Art.,condi%C3%A7%C3%A3o%20estabelecidas%20por%C2%A0esta%C2%A0lei>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. LEI n.º 2.889, DE 01 DE OUTUBRO DE 1956. Define e pune o crime de genocídio. Rio de Janeiro–RJ: Casa Civil, 1956. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. LEI n.º 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília–DF: Casa Civil, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília–DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. LEI n.º 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília–DF: Casa Civil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.346, 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília–DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES; INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios. Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasilia: Ministerio das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnologicas – IPT, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/185?mode=full>. Acesso: 23 ago. 2023.

BRASIL. Lei n.º 12608, de 10 de abril de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC. Brasília-DF, Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12340.htm. Acesso em: 11 abril 2023.

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden (org.). **Módulo de formação: elaboração de plano de contingência - Livro base.** Brasília, 2017. 64 p. Disponível em <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/Arquivos DefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/II---Plano-de-Contingencia---Livro-Base.pdf>. Acesso: 20 ago. 2023.

BRASIL. Osvaldo Luiz Leal de Moraes. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden (org.). **Aspectos técnicos dos extremos geo-hidrológicos no país e as diferenças regionais.** São José dos Campos, 2022a. 194 p. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7682>. Acesso: 20 ago. 2023.

BRASIL. Osvaldo Luiz Leal de Moraes. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden (org.). **Sistemas de monitoramento e alerta como suporte à gestão local de riscos e desastres.** São José dos Campos, 2022b. 152 p.

BRASIL. IBGE. Salvador. 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. IPHAN. Salvador (BA). 2023b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/241/>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Leptospirose.** 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/leptospirose#:~:text=A%20doen%C3%A7a%20apresenta%20elevada%20incid%C3%AAncia,alta%20infesta%C3%A7%C3%A3o%20de%20roedores%20infectados>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Saúde da mulher e mortalidade materna: racismo, falta de formação obstétricia e ausência de direitos humanos colocam Brasil em ranking letal.** 2023d. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/3079-saude-da-mulher-e-mortalidade-materna-racismo-falta-de-formacao-obstetricia-e-ausencia-de-direitos-h>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2023:** vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados e no Distrito Federal. 2023e. 131 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico>>. Acesso: 16 abril 2024.

BRITO, Cristóvão. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. **Geotextos**, Salvador, v. 1, p. 1-33, 15 dez. 2020. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3030/2135>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRITO, Patrícia Lustosa. **Sensoriamento remoto na identificação de elementos e tipologias urbanas relacionados à ocorrência da leptospirose no subúrbio ferroviário de Salvador, Bahia.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 279 p.

BUENO, Winnie. Umas poucas linhas sobre racismo ambiental. In: MOASSAB, Andréa (coord.). **Racismo Ambiental onde está nkisi?** Foz do Iguaçu: Caderno Maloca, v.2, n.3, 2021. p. 58-67.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). Encontro debate a importância das ouvidorias: Diário Oficial do Legislativo, 01 de abril de 2011, ano XII - n.º 3.634. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1 abr. 2011a. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-3634/web/viewer.html#search=encosta>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). Vereadores discutem a situação financeira da Prefeitura e políticas de prevenção a desastres: Diário Oficial do Legislativo, 17 de junho de 2011, ano VII - n.º 3.686. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 17 jun. 2011b. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-3686/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). 24 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 16 ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011. Diário Oficial do Legislativo, 30 de junho de 2011, ano VII - n.º 3.692. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 30 jun. 2011c. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-3692/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). Comunidade reclama de descaso do poder público: Diário Oficial do Legislativo, 14 de julho de 2011, ano VII - n.º 3.702. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 14 jul. 2011d. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-3702/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). 50 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 16 ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011: Diário Oficial do Legislativo, 22 de novembro de 2011, ano VII - n.º 3.769. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 22 nov. 2011e. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-3769/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 1ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2013. Diário Oficial do Legislativo, 19 de junho de 2011, ano VII - n.º 4.086. Câmara Municipal de Salvador, 19 jun. 2013. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4086/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 856/13. Diário Oficial do Legislativo, dezembro 18, ano VII, n. 4207. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 18 dez. 2013. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4207/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Ouvidoria aponta pedidos de populares para a Sindec.** Diário Oficial do Legislativo, junho 28, 29 e 30, ano XI, n. 4320 edição. VII. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 30 jun. 2014. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4320/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR(CMS). **Sistema de alerta sonoro vai beneficiar áreas de risco.** Diário Oficial do Legislativo, abril 15, ano XI, n. 4504 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 15 abr. 2015a. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4504/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Solidariedade da vereadora Vânia Galvão.** Diário Oficial do Legislativo, abril 29, ano XI, n. 4512 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 29 abril 2015b. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4512/web/viewer.html#search=ENCOSTA>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Lessa parabeniza colegas pela votação do auxílio-emergência.** Diário Oficial do Legislativo, maio 4, ano XI, n. 4514 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 4 maio 2015c. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4514/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Hilton afirma que auxílio emergência poderia ser melhor.** Diário Oficial do Legislativo, maio 05, ano XI, n. 4515 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 5 maio 2015d. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4515/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Vereadora propõe Dia da Conscientização Antiaberto.** Diário Oficial do Legislativo, maio 6, ano XI, n. 4516 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 6 maio 2015e. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4516/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2015.** Diário Oficial do Legislativo, maio 26, ano XI, n. 4530 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 26 maio 2015f. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4530/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Arnando Lessa Pede Que Vereadores Ajudem Os Agentes de Saúde.** Diário Oficial do Legislativo, julho 16, ano XI, n. 4561 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 16 jul. 2015g. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4561/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR(CMS). **PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 162/15.** Diário Oficial do Legislativo, julho 21, ano XI, n. 4564 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 21 jul. 2015h. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4564/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Gilmar Santiago contesta prefeitura sobre investimento em área de risco.** Diário Oficial do Legislativo, agosto 21, ano XI, n. 4587 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 21 ago. 2015i. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4587/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Lessa cobra planilha com aplicação de recursos para encostas.** Diário Oficial do Legislativo, agosto 21, ano XI, n. 4587 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 21 ago. 2015j. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4587/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Gilmar Santiago diz que prefeito prioriza bairros nobres.** Diário Oficial do Legislativo, setembro 01, ano XI, n. 4594 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1 set. 2015l. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4594/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Gilmar Santiago critica balanço da operação chuva.** Diário Oficial do Legislativo, setembro 17, ano XI, n. 4605 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 17 set. 2015m. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4605/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Gilmar Santiago critica lentidão na obra no Barro Branco.** Diário Oficial do Legislativo, maio 05, ano XI, n. 4741 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 05 mai. 2016a. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4605/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Vereadora visita Colinas de Pituaçu e alerta para risco de deslizamentos.** Diário Oficial do Legislativo, julho 19, ano XI, n. 4790 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 19 jul. 2016b. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4790/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Trindade cobra do prefeito Plano Diretor de Encostas.** Diário Oficial do Legislativo, setembro 01, ano XI, n. 4822 edição. XI. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 01 set. 2016c. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4822/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 698/17.** Diário Oficial do Legislativo, julho 24, ano XVII, n. 4567 edição. XVII. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 11 set. 2017. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-4567/>. Acesso: 10 mar. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 153/18.** Diário Oficial do Legislativo, abril 17, ano XXVII, n. 5216 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 17 abr. 2018. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-5216/>. Acesso: 27 set. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Vereador diz que dinheiro do BRT construiria 11.370 casas populares.** Diário Oficial do Legislativo, maio 16, ano XXVII, n. 5235 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 16 mai. 2018b. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-5235/>. Acesso: 27 set. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Vereadora Rogéria Santos visita áreas de encostas.** Diário Oficial do Legislativo, novembro 15, 16, 17, 18, 19, ano XXVII, n. 5360 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 15, 16, 17, 18, 19 nov. 2018c. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-5360/>. Acesso: 27 set. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Luiz Carlos sugere aplicativo sobre coleta de lixo.** Diário Oficial do Legislativo, abril 30, ano XXVIII, n. 5468 edição. Salvador:

Câmara Municipal de Salvador, 30 abr. 2019a. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-5468/>. Acesso: 27 set. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS). **Marta Rodrigues afirma que prefeitura falha nas prioridades.** Diário Oficial do Legislativo, novembro 29, ano XXIX, n. 5615 edição. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 29 nov. 2019b. Disponível em: <http://45.4.247.157/pub/n/DOL-5615/>. Acesso: 27 set. 2023.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo.** Petrópolis: Abpn, 2012. Cap. 2. p. 69-103.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela:** a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAPONI, Sandra. Viver e deixar morrer: Biopolítica, risco e gestão das desigualdades. **Revista Redbioética.** Unesco, p. 27-367, 2014. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/277379911_Viver_e_deixar_morrer_Biopolitica_risco_e_gestao_das_desigualdades_Live_and_Let_Die_Biopolitics_risk_management_and_inequalities. Acesso 10 fev. 2024.

CARLOS, Ana Fani A. O lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 17 ago. 2024.

CARVALHO, Délton Winter. Os serviços ecossistêmicos como medidas estruturais para prevenção dos desastres. **Revista de Informação Legislativa**, v. 52, n. 206, p. 53-65, 2015.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. In: Novos Estudos CEBRAP, n. 45, julho/1996, p. 152-166.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, I.E.; CORREA, R.L.; GOMES, P.C.C. (orgs). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Mariana. **BRT de Salvador é tragédia anunciada, mas obras são retomadas em meio ao caos.** 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/02/brt-de-salvador-e-tragedia-anunciada-mas-obras-sao-retomadas-em-meio-ao-caos>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CAVALCANTI, L. C. S.; CORRÊA, A. C. B. Da descrição de áreas às sínteses naturalistas: uma abordagem historiográfica sobre a ideia de “áreas naturais”. **Espaço e Geografia**, v. 17, nº 2, pp. 377 – 422, 2014.

CERQUEIRA, E do C. **Vulnerabilidade socioambiental na cidade de Salvador, Bahia.** 2019. 353 f. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CERQUEIRA, Carolina. Xangô e Iansã passaram por aqui: Bahia registrou 183 mil raios. Correio, Salvador, 05 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/bahia/xango-e-iansa-passaram-por-aqui-bahia-registrou-183-mil-raios-1121>. Acesso: 20 jul. 2024.

Central do Carnaval. Blocos. Disponível em:
<https://home.centraldocarnaval.com.br/blocos/index.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CISA. Álcool e a Saúde dos brasileiros. São Paulo: Centro de Informações de Álcool e Saúde, 2021. Disponível em: https://cisa.org.br/images/upload/Panorama_Alcool_Saude_CISA2021.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

CISA. Álcool e a Saúde dos brasileiros. São Paulo: Centro de Informações de Álcool e Saúde, 2023. Disponível em: https://www.cisa.org.br/images/upload/Panorama_Alcool_Saude_CISA2023.pdf?utm_source=sitecisa&utm_medium=cpc&utm_campaign=panorama_2023&utm_id=panorama2023&utm_term=panorama%2Bsaudade%2Balcool&utm_content=btnlink. Acesso: 16 abril 2024.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **ENTRE O CORPO E A TEORIA:** a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Inscrições da Racialidade no Pensamento Geográfico (1880-1930).** 2015. 216 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

CODESAL. Histórico de acidentes. Salvador: Defesa Civil, 2023. Disponível em: <http://codesal.salvador.ba.gov.br/index.php/historico-de-acidentes>.

CODESAL. Relatório final Operação chuva. Salvador: Defesa Civil, 2015. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2015_compressed.pdf. Acesso: 10 jan. 2024.

CODESAL. Relatório final Operação chuva. Salvador: Defesa Civil, 2016. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2016.pdf. Acesso: 18 jan. 2024.

CODESAL. Relatório final Operação chuva. Salvador: Defesa Civil, 2017. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2017.pdf. Acesso: 18 jan. 2024.

CODESAL. Relatório final Operação chuva. Salvador: Defesa Civil, 2018. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2018_compressed.pdf. Acesso: 10 jan. 2024.

CODESAL. Relatório final Operação chuva. Salvador: Defesa Civil, 2019. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2019_compressed.pdf. Acesso: 10 jan. 2024.

CODESAL. Relatório final Operação chuva. Salvador: Defesa Civil, 2020. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2020_compressed.pdf. Acesso: 10 jan. 2024.

CODESAL. **Relatório final Operação chuva.** Salvador: Defesa Civil, 2021. Disponível em: http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/op_chuva/RELATRIO_OP_CHUVA_2021_compressed.pdf. Acesso: 18 jan. 2024.

CODESAL. Salvador: Defesa Civil, 2023. Disponível em: <http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/Folder%20Colocando%20a%20lona%20corretamente.pdf>.

COLLINS, P. SIRMA, B. Interseccionalidade. São Paulo: BoiTempo, 2020. 1ed, 311p. [Tradução Rane Souza].

CORRÊA, Gabriel Siqueira. O branqueamento do território como dispositivo de poder da colonialidade: notas sobre o contexto brasileiro. In: CRUZ, Valter do Carmo *et al* (org.). **Geografia e giro descolonial:** experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 117-130.

CORREIO. Capital tem 433 áreas de riscos e estão em alerta com as chuvas. Notícias: Salvador: da Bahia, 08/03/2010. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/capital-tem-433-areas-de-riscos-e-estao-em-alerta-com-as-chuvas/>. Acesso em: 10 maio 2022.

CORREIO. Luta por moradia no bairro da Paz, em Salvador, começou na mesma época da guerra das Malvinas. Notícias: Salvador: **Correio da Bahia**, 13/12/2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/luta-por-moradia-no-bairro-da-paz-em-salvador-comecou-na-mesma-epoca-da-guerra-das-malvinas/>. Acesso em: 12 janeiro 2024.

CRENSHAW, Kimberle Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DANTAS, João; TORRES, Lívia; CUNHA, Marta; CUNHA, Marta. **Estratégias Promocionais do Turismo em Salvador-Bahia e a percepção do Turista Nacional.** In: CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, 4., 2007, Porto Alegre. Congresso. Porto Alegre: Ifbae, 2007. p. 1-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242589449_B183_Estrategias_Promocionais_do_Turismo_em_Salvador-Bahia_e_a_percepcao_do_Turista_Nacional. Acesso em: 23 set. 2023

DÉCIMO, Tiago. **Chuva faz mais uma vítima em Salvador.** 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/chuva-faz-mais-uma-vitima-em-salvador/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Toma proporções de uma Catastrophe o Temporal que desabou sobre a Bahia! Diário Carioca, Rio de Janeiro, 05 maio de 1935. Ano VIII, Nº 2081. Disponível em <https://uranohistoria.blogspot.com/2015/05/a-tragedia-do-taboao.html>. Acesso em 12 jan. 2024.

DUTRA, Andressa. Racismo Ambiental: justiça climática é justiça racial. In: BELMONT, Mariana (org.). **Racismo Ambiental.** São Paulo: Peregum, 2023. p. 87-92. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ENTRETENIMENTO, Premium. **Ingressos Camarote Salvador 2024.** 2023. Disponível em: <https://camarotesalvador.com.br/ingressos/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ESPIÑEIRA GONZÁLEZ, Maria Victória. O Partido, a Igreja e o Estado. Salvador: EDUFBA, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018. 160p.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARIAS, A. G. de. Força de linha: presença de negros no front de batalha na Guerra do Paraguai (1865-1870). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, 2008, 1(66), 57–68. Recuperado de <http://54.173.5.2/index.php/revistaihgmt/article/view/320>.

Fasano. Fasano Salvador: fatos históricos. 2023. Disponível em:<https://fasano.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Fatos-Historicos-Hotel-Fasano-Salvador.pdf>. Acesso em: 12 dez 2024.

FÉLIX JÚNIOR, O. S. O envio de negros da Bahia para Guerra do Paraguai. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.J, v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19414>. Acesso em: 1 ago. 2024.

Fera Palace. Conheça o Fera Palace. 2024. Disponível em: <https://ferahoteis.com/historia/>. Acesso em: 12 dez 2024.

FERDINAND, Malcon. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

FERREIRA, F; SANT' ANNA, M; NOBRE, Ed. Firme e Forte. Intérprete: Marcio Victor Brito Santos. In: 10 Anos: Ao Vivo em Salvador. Rio de Janeiro: Som Livre, 2012.

FERNANDES, Florestan. Integração do negro na sociedade de classe. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, N. F.; AMARAL, C. P. Movimentos de Massa: Uma Abordagem Geológico-Geomorfológica. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Cap. 3, p. 123 – 194.

FIGUEIREDO, Glória Cecília; AMORIM, Nayara Cristina Rosa; MOREIRA, Taiane. Cidade de Salvador: o desencontro entre a política e o urbano. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora. **Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**: construindo possibilidades. Salvador: Edufba, 2019. Cap. 1. p. 19-58

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Brasília, DF, 2006. 2006. 145 f. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.

FLINT, R. F; SKINNER, B. J. **Physical Geology**. Wiley, 1977. 679 p

FONTES, Malu. **Gamboa & Ivete**. Salvador. 15 abril 2023. Instagram: @soteropobretano. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CrEWGJAuOR7/>. Acesso em: 20 jan. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 20 de Maio de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975/1976; trad. Maria Ermantina Galvão-São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Em: História da sexualidade I: a vontade de saber. [s.l: s.n.]. p. 152–152.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** Tradução de Eduardo Brandão. [s.l.] São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1. Carnaval 2024: Cordeiros e blocos definem diária mínima para festa em Salvador. Notícias: Salvador: g1 Globo notícias, 13/01/2024. Disponível em:<<https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/noticia/2024/01/13/carnaval-2024-cordeiros-blocos-diaria-minima.ghtml>>. Acesso em: 14 janeiro 2024.

GABRIEL SOARES (Salvador) (ed.). **A culpa é também da população que joga lixo, diz secretário sobre escoamento.** 2015. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/112349-a-culpa-e-tambem-da-populacao-que-joga-lixo-diz-secretario-sobre-escoamento.html>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GARRAMONE, R; PASSAPUSSO, R. Lucro. Intérprete: Baianasystem. In: Duas cidades. Rio de Janeiro: Polysom, 2016.

GELEDES. **A Carta de Willie Lynch,** 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GIL, G; FILHO, A, L. Nos barracos da cidade. Intérprete: Gilberto Gil. In: Ao vivo em Tóquio. Rio de Janeiro: Wea International, 1982.

GOMES, A; BNÉGÃO; MEME. D; CONTINO, G; SULLINA, M; MASSADAS, P; LOUREIRO, P. Blá blá blá. Intérprete: Elza Soares. In: Planeta Fome. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2019.

GOMES, A; BNÉGÃO; MEME. D; CONTINO, G; SULLINA, M; MASSADAS, P; LOUREIRO, P. Blá blá blá. Intérprete: Elza Soares. In: Planeta Fome. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2019.

GOMES, Almerinda; SANTOS, Elisabete; SOUZA, Joilson; ANDRADE, Bruno; SANTOS, Mateus; FREIRE, Maurício. Salvador: ecos da escravidão e da desigualdade em uma economia periférica. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QualiSalvador.** 2. ed. Salvador: Edufba, 2021.

GOMES, Hortênsia. **PDDU de Salvador e a apropriação empresarial da cidade.** In: GOMES, H; SERRA, O; NUNES, D. Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: construindo novas possibilidades. Salvador: EDUFBA, 2019. Cap. 4. p. 155-198.

GONÇALVES, Neyde M. S. **Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador.** 1992. 269p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1992.

GONÇALVES, Neyde M. S. Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador. In: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (org.). Clima urbano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 69-92.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira:** Uma abordagem político econômica In: Idem; RIOS, Flavia (Org.); LIMA, Marcia (Org.). Por Um Feminismo Afro-latino-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GRAHAM, R. **Nos tumbeiros mais uma vez?** O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Afro-Ásia, Salvador, n. 27, 2002. DOI: 10.9771/aa.v0i27.21034. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21034>. Acesso em: 22 set. 2023.

GUERRA, A. J. T. e JORGE, M. do C. O. **Erosão de solos e movimentos de massa – recuperação de áreas degradadas com técnicas de bioengenharia e prevenção de acidentes.** In: GUERRA, A. J. T. e JORGE, M. do C. O. **Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas.** São Paulo: Oficina de textos, 2013.

GUERREIRO, Goli. A CIDADE IMAGINADA: Salvador sob o olhar do turismo. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 11, p. 6-22, 21 jul. 2005.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. **Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, 2015.

GUIMARÃES, Renato Fontes et al. Movimentos de Massa. In: FLORENZANO, Teresa Gallotti (Org.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 159-184.

GUSMÃO, R. Requalificação pela desqualificação: o discurso da reurbanização no “novo” Rio Vermelho. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 531-549, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

HARVEY, D. Space as a keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (org.). **David Harvey: a critical reader.** Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Texto publicado no v.14, edição de nº 28 (2012) da revista GEOgraphia (do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense) e cedido para esta edição da Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro 1º Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 - 152.

HARVEY, David. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. Cap. 3. p. 75-94.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

Herculano, S; Pacheco, T. Construindo a justiça ambiental no Brasil: uma discussão preliminar sobre o racismo ambiental. *Sociología Clínica Internacional*, 2008. p.244-265. https://doi.org/10.1007/978-0-387-73827-7_16

HIGHLAND, Lynn M.; BOBROWSKY, Peter. Manual de derrumbes: **Una guía para entender todo sobre los derrumbes.** 1325. ed. Reston: Sistema Geológico de Los EUA, 2008. p. 129. Disponível em: <<http://www.cridlac.org/digitalizacion/pdf/spa/doc19762/doc19762-contenido.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

hooks, Bell. Vivendo de amor. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, v. 2, p. 188-198, 2010. Tradução Maísa Mendonça.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016. Cap. 8. p. 296-335. Tradução Igor Ojeda.

IBGE. CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN. População em áreas de risco no Brasil. Rio de Janeiro: CEMADEN, 2018. 91 p. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101589.pdf>> Acesso em: 15 abril. 2023. IBGE. Produto Interno Bruto 2023. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> Acesso em: 15 abril. 2023.

Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Normais Climatológicas do Brasil 1991-2020. Organizadores: Marcia dos Santos Seabra, Edmundo Wallace Monteiro Lucas. INMET, Brasília/DF, Brasil, 2023.

INIKORI, J. E. **A África na história do mundo:** o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. Brasília: UNESCO, v. História Geral da África V África do século XVI ao XVIII, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121549_por. Acesso em: 03 agos. 2023.

JESUS, Alexandre Cerqueira de. **Retroanálise de escorregamentos em solos residuais não saturados.** 2008. 283p. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18132/tde-10102008-090913/publico/dissertacao.pdf>>. Acesso: 10 jan. 2024

JORNAL A TARDE (Bahia). **Entulho e lixo aumentam perigo de deslizamentos nas encostas.** 2021. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entulho-e-lixo-aumentam-perigo-de-deslizamentos-nas-encostas-272435>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Lacerda, L. G., Santoro, P. F. , Alho, I. B. , Brito, G. A. de S. , & Harkot, M. K.. Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, 24(1), 2022. Disponível em <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6887>. Acesso 22 ago. 2024.

LANE, Stuart N.; BIERMANN, Christine; LAVE, Rebecca. Towards a Genealogy of Critical Physical Geography. In: LAVE, Rebecca; BIERMANN, Christine; LANE, Stuart N. **The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography**. Londres: Palgrave, 2019. Cap. 2. p. 23-47

LAVE, Rebecca; WILSON, Matthew W.; BARRON, Elizabeth S.. Intervenção: geografia física crítica. **Espaço Aberto**: Revista do Programa de Pós em Geografia, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/25397/13803>. Acesso em: 22 set. 2023.

LIMA FILHO, V. M. Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1880). **Revista Cantareira**, 32, 2020. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/38260>.

LIMA, Rayllanna. **Obra do BRT de Salvador vai derrubar centenas de árvores**: corredor de ônibus na capital baiana gera polêmica ao prever o sacrifício de 579 árvores, muitas delas centenárias, próximo às avenidas juracy magalhães jr. e acm. Corredor de ônibus na capital baiana gera polêmica ao prever o sacrifício de 579 árvores, muitas delas centenárias, próximo às avenidas Juracy Magalhães Jr. e ACM. 2018. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/10909/obra-do-brt-de-salvador-vai-derrubar-centenas-de-arvores.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LORDE, Audre. Irmã outsider. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUZ, Fabiana Cristina da. A dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especi, p. 126-152, 2020. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/859>. Acesso: 20 ago. 2024.

MACEDO FILHO, Renato. **Onde mora a cidadania?** Visibilizando a participação das mulheres no Movimento Sem Teto. 2012. 226 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6379/1/TESE%20FINAL%20%20Renato%20Macedo%20Filho.pdf>. Acesso: 08 agos. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. Disponível em <https://www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>. Acesso: 27 ago. 2023.

MARCELINO. J. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. **Revista da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras” abril de 2020, p. 435-457. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/871>. Acesso: 27 ago. 2024.

MARTÍNEZ, A; RÁTIVA, S; CEVALLOS, B; CHÁVEZ, D. M. O Estado como instrumento, o Estado como impedimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. Cap. 10. p. 354-403. Tradução Igor Ojeda.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **As invasões em Salvador:** uma alternativa habitacional. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1979.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona, 2014. 299 p. Tradução Marta Lança.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Artes & Ensaios, n. 32, pp. 122-151, 2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017. 243 p. Tradução Marta Lança.

MCKENZIE, L. **Getting by: Estates, class and culture in austerity Britain.** [s.l.] Policy Press, 2015. Disponível em<https://www.researchgate.net/publication/307589761_Getting_By_Estates_Class_and_Culture_in_Austerity_Britain>. Acesso 03 mar. 2024.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. 28 p. Disponível em <<https://colegiocngparanagua.com.br/wp-content/uploads/2020/07/MORTE-E-VIDA-SEVERINA.pdf>>. Acesso: 08 dez. 2023.

MENDONÇA, F. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a contingência climática. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 9, n. 1, p. 153–163, 2010. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620609012.pdf>>. Acesso: 22 abril 2024.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 111–118, out. 2011. Disponível em <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/6557/3557/19635>>. Acesso: 22 abril 2024.

MONTEIRO, P.; MEDEIROS, M.; NASCIUTTI, L. Insurgência feminina: a ética do cuidado e a luta contra a remoção. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17., 2017. Anais [...]. São Paulo: Enanpur, 2017. p. 22-26. Disponível em <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1756/1735>. Acesso 20 ago. 2024.

MOORE, Carlos. RACISMO: Passado conflituoso, presente comprometido, futuro incerto. In: MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o Racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Cap. 9. p. 279-294. Disponível em: <https://revistadesvioblog.files.wordpress.com/2018/08/carlos-moore-racismo-e-sociedade.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

MORRISON, Toni. **AMADA.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 363 p. Tradução José Rubens Siqueira.

MOURA, Victor. **Dos portos aos morros:** a face do racismo ambiental em recife e salvador. a face do racismo ambiental em Recife e Salvador. 2023. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/a-face-do-racismo-ambiental-em-recife-e-salvador/>. Acesso em: 24 set. 2023.

MOURA (Recife). Revista Econordeste. **Tem espaço para bicicleta nas grandes cidades nordestinas?** 2023. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/tem-espaco-para-bicicleta-nas-grandes-cidades-nordestinas/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versusIdentidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

NASCIMENTO JUNIOR, Lindberg. **Clima urbano, risco e vulnerabilidade em cidades costeiras do mundo tropical: estudo comparado entre Santos (Brasil), Maputo (Mocambique) e Brisbane (Australia).** 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do povo negro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978. 171 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do povo negro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2016. 232 p.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do; ARAÚJO, Caline Mendes de. Narrativas sobre riscos naturais e resiliência na construção da agenda urbana global neoliberal. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1135-1164, 25 set. 2023. Mensal. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5213>.

Nenel, A. Tome baculejo. Salvador. Intérprete: Parangolé. Compositor: Adriano Nenel. In: A verdade de cidade. Intérprete: Parangolé, 2007.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor.** [s.l.] Harvard University Press, 2011. Disponível em <<http://www.elimeyerhoff.com/books/nixon-robslow-violence-and-the-environmentalism-of-the-poor.pdf>> . Acesso 06 mar. 2024

OBSERVATÓRIO DA METRÓPOLE. **Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE DE SALVADOR. **AUDITORIA CICLOVIÁRIA DE SALVADOR 2023.** Salvador: [s.n.]. Disponível em: https://www.obmobsalvador.org/_files/ugd/a1f9b6_1a3cbc99ac3e4a37834fb6c19afb0b4c.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

ODARA, INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **“Quem vai contar os corpos?”: Dossiê sobre as mortes de crianças negras como consequência da atuação da Polícia Militar da Bahia.** Salvador: 2024, 58p. Disponível em: <https://instituoodara.org.br/public/quem-vai-contar-os-corpos-dossie-sobre-as-mortes-de-criancas-negras-como-consequencia-da-atuacao-da-policia-militar-da-bahia/>.

OFICINA CONSULTORES. **Plano Cicloviário de Salvador.** Salvador: [s.n.]. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099062223155027447/pdf/P1734141efad47f319cd414990191fc11133a9cf67ee.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Geopolítica da morte: periferias segregadas. In: SANTINI, Daniel; SANTARÉM, Paíque; ALBERGARIA, Rafaela (org.). **Mobilidade antirracista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 80-97.

OLIVEIRA, Denilson Araujo. **Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro**. Anais do Copene Sudeste, Nova Iguaçu, s/n, 2015.

PACHECO, Raquel Ferreira; DE SOUZA, Silvia Regina Eulálio. A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres. **Pretextos–Revista de Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/14252>>. Acesso: 22 abril 2024.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: uma luta que transcende a cor. 2007. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 15/09/2021

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/128345>>. Acesso: 01 out. de 2023.

PAIN, R. Chronic urban trauma: the slow violence of housing dispossession. *Urban Studies*, v. 56, n. 2, p. 385-400, 2019. Disponível em: <https://eprints.ncl.ac.uk/file_store/production/250354/FEBC0B73-419F-4376-B1A0-645587C78FD9.pdf>. Acesso 06 mar. 2024.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (2016). “Mudanças Climáticas e Cidades”. In: RIBEIRO, S. K.; SANTOS, A. S. (eds.). *Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Rio de Janeiro, PBMC, Coppe – UFRJ.

PEIXOTO, Célia Simões. **Os fatores físicos condicionantes dos problemas da cidade do Salvador**. 1968. 213p. Tese (Livre Docência da Geografia Física)- Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, 1968.

PENA, João. Eliete Paraguassu: uma mulher das águas na luta contra o racismo ambiental. In: MOASSAB, Andréa (coord.). **Racismo Ambiental onde está nkisi?** Foz do Iguaçu: Caderno Maloca, v.2, n.3, 2021. p. 38-57.

PEREIRA, Dulce Maria; ARAÚJO, Sueli. O que são mudanças climáticas?. In: BELMONT, Mariana (org.). **Racismo Ambiental**. São Paulo: Peregum, 2023. p. 49-70. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PERRY, Keisha-Khan Y.. **Espaço urbano e memória coletiva: o conhecimento de mulheres negras em lutas políticas**. In: SANTOS, Renato Emerson dos. Questões urbanas e racismo. Petrópolis: Abpn, 2012. Cap. 4. p. 164-215.

PINHO, Hortensia Gomes. O PDM de Salvador e a apropriação empresarial do planejamento, gestão e governança da cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUR, p. 1-15, 2017.

PINHO, Osmundo de Araújo. ETNOGRAFIAS DO BRAU: CORPO, MASCULINIDADE E RAÇA NA REAFRICANIZAÇÃO EM SALVADOR. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13, p. 127-145, 2005. Acesso em: 07 abril. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 361 p.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO E URBANISMO (PJ MAHU). **Recomendação no01/2021**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2021.

RAMOS, Guerreiro. O negro no Brasil e o exame de sua consciência. In: NASCIMENTO, Abdias; RAMOS, Guerreiro; FIRSCHLOWITZ, Estanislau (org.). **Relações de raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p. 33-46. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18F-072SFeYy1Ho8AMFG9gKmSTh2Om2Ek/view>. Acesso 20 jul. 2023.

REIS, João José. Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 452p.

REIS, R. B. Avaliação ambiental e do gradiente social nas infecções por leptospira. 2014. 82 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa) – Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/8394>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

REIS, V. **Atuaiados pelo Estado: As políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991- 2001**. 2005. 247 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 9-27, 2006. Mensal. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20640/11053>. Acesso em: 21 set. 2023.

ROCHA, Vitor; CASTRO, Zezão. **Em risco no Pelourinho**: adeus, artesãos. olá, hotéis de luxo: o plano gourmet do prefeito de salvador para o centro histórico. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/04/21/salvador-centro-historico-pelourinho/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ROSSI, Renata Alvarez; SILVA, Silvana Oliveira da; NASCIMENTO, Maria Vitória. Olhares interseccionais sobre a qualidade do ambiente urbano nos bairros de Salvador. SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QualiSalvador**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2021.

SÁ, Natalia Coimbra de. **A Baianidade como Produto Turístico**: uma análise da ação dos órgãos oficiais de turismo na bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 19., 2006, Brasília. Congresso. Brasília: Intercom, 2006. p. 1-15.

Disponível em:
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/92399080869184472634297283087001774214.pdf>.
 Acesso em: 24 set. 2023.

SALVADOR. Lei Ordinária nº 2181 de 24 de dezembro de 1968. Autoriza a alienação de bens dominicais e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1968/219/2181/lei-ordinaria-n-2181-1968-autoriza-a-alienacao-de-bens-dominicais-e-da-outras-providencias-1968-12-24-versao-original>. Acesso em: 12 abr. 2021

SALVADOR. Decreto nº 7308/1985. Prorroga prazo de declaração de calamidade pública. Salvador, BA: Salvador, 1985. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1985/731/7308/decreto-n-7308-1985-prorroga-prazo-de-declaracao-de-calamidade-publica>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALVADOR. Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de Salvador. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Salvador 2000.** 2000. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/MAD-145_v-1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal do Saneamento Infraestrutura Urbana. Coordenadoria de Áreas de Risco Geológico. **Plano Diretor de Encostas - PDE.** Volume Síntese. Salvador, 2004. 48 p.

SALVADOR. Lei nº 7400/2008. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Salvador 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2008/740/7400/lei-ordinaria-n-7400-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-do-salvador-pddu-2007-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALVADOR. Lei nº 8376/2012. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2012/838/8376/lei-ordinaria-n-8376-2012-modifica-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-do-salvador-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALVADOR. Lei nº 9069/2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Salvador 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/907/9069/lei-ordinaria-n-9069-2016-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-de-salvador-pddu-2016-e-da-outras-providencias?q=deslizamento>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SALVADOR. Lei nº 9281/2017. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/929/9281/lei-ordinaria-n-9281-2017-institui-normas-relativas-a-execucao-de-obras-e-servicos-do-municipio-do-salvador-e-da-outras-providencias>.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo. Prefeitura Municipal de Salvador. **Salvador 360 completa dois anos com mais da metade das ações concluídas.** 2019. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/noticias/594-salvador-360-completa-dois-anos-com-mais-da-metade-das-acoes-concluidas>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SALVADOR. ANA FERNANDES. (org.). ACERVO DO ESCRITÓRIO DO PLANO DE URBANISMO DA CIDADE DO SALVADOR - EPUCS. 2023a. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/epucs.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

SALVADOR. CODESAL. Áreas de risco. 2023. Disponível em: <http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/index.php/areas-de-risco>. Acesso em: 19 set. 2023b.

SALVADOR. Prefeitura de (org.). Arena Aquática Salvador. Disponível em: <http://www.arenaaquatica.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2023c.

SALVADOR. Nova orla de Salvador. Disponível em: <http://www.novaorla.salvador.ba.gov.br/index.php/rio-vermelho>. Acesso em: 11 ago. 2023d.

SANT' ANNA NETO, João Lima. O clima como risco, as cidades como sistemas vulneráveis, a saúde como promoção da vida. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 30-31, p.215-227, 2011-2012. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo30_31/Eixo2_6. Acesso em: 21 jan. 2024.

SANTANA, Fernanda. **Quatro pessoas morrem, por dia, em operações policiais na Bahia**. Correio, 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/quatro-pessoas-morrem-por-dia-em-operacoes-policiais-na-bahia-1123>. Acesso em: 20 de Maio de 2024.

SANTANA, Jean Gonçalves. **Acidentes com escorregamento de terra nas encostas de Salvador, Bahia**: contexto histórico. In: Líderes: Curso Internacional para gerentes sobre saúde, desastres e desenvolvimento, 1., 2004 Salvador. Trabalhos apresentados... Salvador: Ufba, 2004. Disponível em: <http://www.disaster-info.net/lideres/portugues/04/participantes.htm>. Acesso: 20 ago. 2024.

SANTANA, Jéssica de Jesus Garcia. **Vulnerabilidade à inundações e deslizamentos de massa em Salvador, Bahia**. Salvador: Pibic/Ufba, 2019. 21 p. (Edital PROPCI/UFBA 01/2018 - PIBIC).

SANTOS, A. DA SILVA. **ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: PRAÇA LUIZ SANDE E CAMAROTE SALVADOR**. Dissertação de Mestrado—Salvador: FACULDADE DE ARQUITETURA - FAUFBA, 2014.

SANTOS, Andrey Robson Silva; MARÇAL, Ayana Gomes; SOUSA, Camila Lima; COPQUE, Augusto César da Silva Machado. **ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA IMPLANTAÇÃO DO PRIMEIRO TRECHO DO BRT NA CIDADE DO SALVADOR-BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2018-2020. Semana de Mobilização Científica**, Salvador, p. 1-14, 2020. 23. Disponível em: <http://ri.ufsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3076/1/AN%c3%81LISE%20DOS%20IMPACTOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20DA%20IMPLANTA%c3%87%c3%83O%20DO%20PRIMEIRO%20TRECHO%20DO%20BRT%20NA%20CIDADE%20DO%20SALVADOR-BAHIA%20ENTRE%20OS%20ANOS%20DE%202018-2020.docx.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SANTOS, Clóvis Souza. As invasões de Salvador. Salvador: Cadernos do CEAS, 110: 61-66. Salvador, jul.-ago, 1987.

SANTOS, Gil; MARQUEZINI, Giulia. **Mais de 15 imóveis em risco ou atingidos por deslizamentos já foram demolidos em Salvador.** Correio: o que a Bahia quer saber. Salvador, 20 de maio de 2015. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/salvador/mais-de-15-imoveis-em-risco-ou-atingidos-por-deslizamentos-ja-foram-demolidos-em-salvador-0515>>. Acesso em 24 de nov de 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 4^a Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2014.

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. **Thoth**, Brasília, n. 4, p. 147-160, 1998. Disponível: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/obras-de-abdias/revista-thoth/>. Acesso: 14 dez. 2023.

SANTOS, Milton. **O centro da Cidade do Salvador:** estudo de Geografia Urbana. Salvador: Edufba/Edusp, 1959. 191 p.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje:** Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. Folha de São Paulo, São Paulo, Domingo, 07 de maio de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Rossana Alcântara; BRANCO, Neila Lima; PEDRASSOLI, Julio Cesar; ZANGALLI JUNIOR, Paulo C.; OLIVEIRA, Matheus Maurício. **O VERDE, O CLIMA E A DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL EM SALVADOR.** In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QUALISalvador:** qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia. Salvador: Edufba, 2021. p. 95-114.

SCHAEFER, Carlos Ernesto G. R. **Bases Físicas da Paisagem Brasileira:** Estrutura Geológica, Relevo e Solos. In: ARAÚJO, Adelson Paulo; ALVES, Bruno José RODRIGUES (Ed.). **Tópicos em Ciência do Solo -** 8. ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2013. Cap. 1. p. 1-69.

SCIENCE, C. Da lama ao caos. Intérprete: Nação Zumbi. In: Da lama ao caos. Rio de Janeiro: Sony Music, 1994.

SENA, D. J. **Análise dos discursos hegemônicos na construção do risco e do racismo ambiental na perspectiva da Geografia do Clima.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021. 52 p.

SENADO FEDERAL. **Grandes momentos do parlamento brasileiro.** 2024. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/senado/grandesmomentos/acm.shtm>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SILVA, C. N. **Diagnóstico ambiental associado às áreas de pedreiras abandonadas na cidade do Salvador-BA com ênfase na estabilidade de taludes.** 2005. 123 f. (Dissertação de Mestrado), - Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

SILVA, Hernani Francisco da (ed.). **6 imagens do Carnaval do Apartheid.** 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/6-imagens-carnaval-apartheid/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, José C. F.; PRESA, Erundino Pousada. Escorregamento no maciço do Julião, Salvador. In: Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia, 1., São Paulo, 1978. Anais [...]. São Paulo: ABGE, 1978. v1.

SILVA, José Carlos Fernandes da.; CERQUEIRA, Jakson Roberto Barros. **Análise Geral sobre a Problemática das Encostas de Salvador**. Salvador: 1996. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/MAD-111.pdf>.

SILVA, Mauri Antônio. Aporte histórico sobre os direitos trabalhista no Brasil. **Ser Social**. 22. ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2020. p. 126-152. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328031221.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, Tássio. **Da Casa Para o Trabalho, do Trabalho Para Casa**. 2023. Disponível em: <https://www.obmobsalvador.org/post/da-casa-para-o-trabalho-do-trabalho-para-casa>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SILVEIRA, Alana. Fundação Gregório de Mattos (org.). **Álagbede: o ferreiro dos orixás. O ferreiro dos Orixás**. Salvador, 2021. Disponível em: <https://alagbede.com.br/#ladeira>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOARES, Carolina. A culpa é também da população que joga lixo, diz secretário sobre escoamento. **Bnews**, Salvador, 28 abr. 2015. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/112349-a-culpa-e-tambem-da-populacao-que-joga-lixo-diz-secretario-sobre-escoamento.html>. Acesso: 20 jul. 2024.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2002. 113 p.

SOUZA, Jailma Santos. **Geologia, metamorfismo e geocronologia de litotipos de Salvador Bahia**. 2013. 125 p. Tese (Doutorado) - Curso de Geologia, Geologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21518>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUZA, J; SILVA, L. J; ALVES, G. B. Susceptibilidade a deslizamentos em Salvador, bahia. In: XVIII Simpósio de Geografia Física Aplicada, XVIII, 2019, Fortaleza. Anais do XV SBGFA. Fortaleza. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334045641_Susceptibilidade_a_deslizamentos_em_Salvador-BA. Acesso em: 13 dez. 2020.

SOUZA, Jilvana Ferreira da Silva. **RISCOS SOCIOAMBIENTAIS, RACISMO ESTRUTURAL E DESLIZAMENTOS EM SALVADOR**. 2021. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. 66 p.

SOUZA, Ângela G. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras - (Re)Qualificando a questão para Salvador-Bahia. **Cadernos Metrópole**, vol. 5, p. 63-89, 2012. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9297>. Acesso: 22 jun. 2024.

SOUZA, Mário Luiz de. Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 202-211, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/C6N8TfK97tq9XXbmgG9nJcv/>. Acesso: 22 jun. 2024.

STRANGLEMAN, T. et al. Heritage work: Re-representing the work ethic in the coalfields. **Sociological Research Online**, v. 4, n. 3, p. 170–183, 1999. Disponível em <<https://www.socresonline.org.uk/4/3/strangleman.html>> . Acesso 03 mar. 2024

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. “Geografia física e geomorfologia: temas para debate.” In: **Revista da ANPEGE**, vol. 5, p. 22-35, 2009. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6586/3586>. Acesso: 22 jun. 2024.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia Sedimentar**. São Paulo: Blucher, 2003. 383 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA – SEI. A economia de Salvador entre 2021 e 2030: tendências estruturais, análise conjuntural e resiliência setorial pós-pandemia. Salvador: SEI, jul 2020.

TOMINAGA, L. K. Escorregamentos. In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Org.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

URBAN, Michael A. In Defense of Crappy Landscapes. In: LAVE, Rebecca; BIERMANN, Christine; LANE, Stuart N. **The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography**. Londres: Palgrave, 2019. Cap. 3. p. 44-66.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-102.

VALENCIO, N. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e sociedade**. São Paulo: v. 19, p. 748–762, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Q8ycP39s9rGtcJ98LtxFDdx/>. Acesso: 20 jul. 2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador, rainha destronada? (1763-1823). **História (São Paulo)**, v. 30, p. 174-188, 2011. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/his/a/KNd4wj9C4VX37tcFgvNpthf/?lang=pt>. Acesso: 02 jan. 2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). 2. ed. Salvador: Edufba, 2016. 569 p.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Trad. Dilson Ferreira. São Paulo: Contexto, 2007

VELOSO, C; GIL, G; NOBRE, Ed. Haiti. Intérprete: Caetano Veloso. In: Fina estampa ao vivo. Rio de Janeiro: Som Livre, 1995.

VELOSO, C. Triste Bahia. Intérprete: Caetano Veloso. Intérprete: Caetano Veloso. In: Transa. Philips, 1972.

VERÍSSIMO, C; PENA, J. Movimento Sem Teto da Bahia: moradia e direito à cidade. In: MOASSAB, Andréa (coord.). **Racismo Ambiental onde está yvi marã e'y?** Foz do Iguaçu: Caderno Maloca, v.3, n.4, 2022. p. 38-53.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

ZANGALLI JUNIOR, Paulo C.; ALVES, G. B. A cidade que não combina com a chuva: risco e vulnerabilidade em Salvador. In: SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia; BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos; OLIVEIRA, Nilce de; PEDRASSOLI, Julio Cesar; SOUZA, Joilson; GAMA, Cintia Mendes; FRÓES, Fátima (org.). **QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia.** Salvador: Edufba, 2021. p. 95-114.

ZANLORENZI, E. **A Banalização da Preguiça.** In: XXII INTERCOM, 1999, Rio de Janeiro. Anais do XXII INTERCOM, 1999. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/24ee909a564a82ff795016dc2b8165d5.PDF>>. Acesso em: 11 jul. 2024.